

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

IGOR PEIXOTO CARVALHO FERRÃO

**A HETEROGENEIDADE DE PERFIS DE POBREZA NO
BRASIL: ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL COM BASE NA
PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES**

Belo Horizonte

2024

IGOR PEIXOTO CARVALHO FERRÃO

**A HETEROGENEIDADE DE PERFIS DE POBREZA NO
BRASIL: ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL COM BASE NA
PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Hermeto
Camilo de Oliveira

Belo Horizonte
2024

Ficha Catalográfica

F399h
2024

Ferrão, Igor Peixoto Carvalho.

A heterogeneidade de perfis de pobreza no Brasil [manuscrito] :
análise multidimensional com base na pesquisa de orçamentos
familiares / Igor Peixoto Carvalho Ferrão. – 2024.

1v.: il.

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Pobreza – Brasil – Teses. 2. Renda – Distribuição – Teses. 3.
Economia – Teses. I. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 339.46

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – 003/2025
Leonardo Vasconcelos Renault - CRB6 2211



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

A HETEROGENEIDADE DE PERFIS DE POBREZA NO BRASIL: ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL COM BASE NA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF)

IGOR PEIXOTO CARVALHO FERRÃO

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 04 de novembro de 2024, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Bernardo Palhares Campolina Diniz (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Mariangela Furlan Antigo (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariangela Furlan Antigo, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Palhares Campolina Diniz, Professor do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3693437** e o código CRC **994E3C4C**.

*Em memória de Antônia Peixoto,
José Alcion Carvalho e Eloy Fer-
rão.*

AGRADECIMENTOS

Em especial à minha orientadora, professora Ana Hermeto, cujo acompanhamento e instrução durante a realização deste trabalho foram de fundamental importância. Acertei em cheio na minha escolha, pois as conversas que tivemos durante a realização desta pesquisa possibilitaram um inestimável enriquecimento acadêmico em minha vida. A qualidade jamais seria a mesma sem as suas sugestões. Ainda, o trato humano e compreensível da professora ao longo do processo de escrita desta dissertação me forneceu o impulso que faltava para que eu jamais desistisse no percorrer do trajeto, o qual é árduo e penoso.

À minha mãe, Marília, minha fortaleza e referência de garra, determinação e coragem. Criar um filho sozinha é uma tarefa demasiadamente desafiadora, mas foi através da sua abnegação que pude obter mais essa conquista em minha vida, tenho plena consciência disso. Obrigado por tudo.

Ao meu padrasto, Eduardo, por todo carinho, cuidado e apoio emocional neste difícil processo de mudança para outra cidade.

À minha companheira de vida, Bruna, que topou iniciar uma jornada amorosa sabendo da minha futura mudança de cidade. Somente você poderia fazer o meu coração permanecer tão tranquilo apesar da distância. Tenho sorte em te ter ao meu lado.

À minha rede de apoio em Belo Horizonte, Maíra, Melissa e Nara. Meus dias se tornaram muito mais leves ao lado de vocês. Sinto que fiz amizades para a vida, mesmo distantes.

Aos colegas do CEDEPLAR, pelas risadas e conversas agregadoras, em especial ao Victor, Daniel, Calebe, Samara, Milenna, Marcela e Ana.

Ao CNPq e à CAPES, pois a bolsa de mestrado que recebi permitiu que eu me dedicasse integralmente à minha pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus e aos meus bons guias e protetores, por todo o apoio e refúgio espiritual fornecido para a superação dos desafios que surgiram durante o período.

“It is not just a question of eliminating hunger and reducing poverty. It is not just a question of fighting wretched conditions, though this is an urgent and necessary task. It involves building a human community where men can live truly human lives, free from discrimination on account of race, religion or nationality, free from servitude to other men or to natural forces which they cannot yet control satisfactorily. It involves building a human community where liberty is not an idle word, where the needy Lazarus can sit down with the rich man at the same banquet table.”

—Paulo VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967).

RESUMO

Embora o progresso no combate à pobreza no Brasil, sob uma perspectiva monetária, seja bem documentado e avaliado pelo meio acadêmico e governamental, esse fenômeno teve o seu entendimento ampliado ao longo dos anos, passando a incorporar formulações que caminham para uma interpretação multidimensional sobre o problema. Com a intenção de contribuir com a literatura da pobreza sob uma visão multifacetada, o presente trabalho constrói um índice de pobreza multidimensional para o Brasil amparado pelo arcabouço teórico da abordagem das capacitações de Amartya Sen, a qual interpreta o processo de desenvolvimento humano através das liberdades reais desfrutadas pelos indivíduos. Para isso, emprega-se a metodologia Alkire-Foster para obter um índice abrangente que incorpore o maior número de variáveis possíveis, pois o objetivo é capturar o caráter intrinsecamente variado desse fenômeno social, especialmente em um contexto demográfico marcado por heterogeneidades e disparidades sociais, como é o caso brasileiro. Adicionalmente, para preencher a lacuna existente na literatura brasileira, que conta com poucos estudos sobre pobreza multidimensional incorporando o consumo em seus índices, este trabalho utiliza os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008/2009 e 2017/2018 para a construção do indicador, o qual é composto pelas dimensões de condições habitacionais, acesso a serviços básicos, inclusão financeira, posse de ativos, educação, emprego e consumo. O índice de pobreza multidimensional sugere diferentes magnitudes de privação a depender do contexto sociodemográfico no qual a família está inserida. A estratificação dos resultados demonstra a relevância da localização domiciliar, da raça e da idade do(a) responsável pelo domicílio para a determinação do bem-estar desfrutado. Destaca-se, ainda, a importância de fatores atrelados ao grau educacional, ao tipo de ocupação e à estrutura de geração de renda laboral no domicílio para explicar a relevância de cada dimensão no grau de pobreza familiar. Por fim, o estudo explicita a existência de uma multitude de perfis de pobreza no Brasil e como houve uma melhora temporal nos indicadores considerados.

Palavras-chave: pobreza multidimensional; abordagem das capacitações; Alkire-Foster; perfis de pobreza; Pesquisa de Orçamentos familiares.

ABSTRACT

Although progress in fighting poverty in Brazil, from a monetary perspective, is well documented and evaluated by academia and government institutions, the understanding of this phenomenon has expanded over the years, increasingly incorporating multidimensional interpretations. Aiming to contribute to the literature on poverty from a multifaceted perspective, this study constructs a multidimensional poverty index for Brazil, grounded in the theoretical framework of Amartya Sen's capability approach, which interprets human development through the real freedoms enjoyed by individuals. To this end, the Alkire-Foster methodology is employed to generate a comprehensive index that incorporates as many variables as possible, as the goal is to capture the inherently diverse nature of this social phenomenon, particularly in a demographic context marked by heterogeneities and social disparities, as seen in Brazil. Additionally, to fill the gap in the Brazilian literature, which has few studies on multidimensional poverty incorporating consumption into their indices, this research utilizes data from the Household Budget Surveys (POF) for 2008/2009 and 2017/2018 to construct the indicator, which comprises dimensions such as housing conditions, access to basic services, financial inclusion, asset ownership, education, employment, and consumption. The multidimensional poverty index reveals different magnitudes of deprivation depending on the sociodemographic context in which the family is situated. The stratification of the results highlights the relevance of household location, race, and the age of the household head in determining the level of well-being. Furthermore, the study emphasizes the importance of factors related to educational attainment, type of occupation, and the structure of labor income generation within the household to explain the significance of each dimension in determining the degree of family poverty. Finally, the study reveals the existence of a multitude of poverty profiles in Brazil and shows an improvement over time in the indicators considered.

Keywords: multidimensional poverty; capability approach; Alkire-Foster; poverty profiles; Household Budget Survey.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 – Proporção de pobres em relação à população do subgrupo (%), estrato de residência, Brasil; 1970 e 1980	40
Figura 3.2 – Parcela da população (%) residindo em domicílios urbanos, Brasil e macrorregiões; 1950-1980	41
Figura 3.3 – Participação no número de pobres (%), macrorregiões e estratos, Brasil; 1950 e 1960	42
Figura 3.4 – Variação percentual do PIB e da proporção de pobres em relação à população total (%), Brasil; 1981-1990	44
Figura 3.5 – Proporção de pobres no Brasil em relação à população total (%), macrorregiões, estrato de residência e outros estratos, Brasil; 1981-1990	46
Figura 3.6 – Participação no número de pobres (%), macrorregiões, estrato de residência e outros estratos, Brasil; 1981-1990	47
Figura 3.7 – Parcela da renda total (%) acumulada por cada um dos quintis da distribuição de renda, Brasil; 1993-1995	49
Figura 3.8 – Proporção de pobres em relação à população total (%), Brasil; 1995-2014	51
Figura 3.9 – Renda domiciliar per capita média (R\$) e índice de Gini, Brasil; 2001-2014	53
Figura 3.10–Nível educacional atingido pelas pessoas com 25 anos ou mais em relação à população total (%) e taxa de frequência líquida do ensino fundamental; 2002-2014 e 1991, 2000 e 2010	54
Figura 3.11–Taxa de variação anual do PIB e proporção de pobres em relação à população total, Brasil; 2014-2019	57
Figura 3.12–Porcentagem da renda acumulada pelos decis e quintis mais pobres e mais ricos da distribuição de rendimentos, Brasil; 2014-2019	58
Figura 3.13–Rendimento médio real do trabalho e rendimento domiciliar per capita médio (R\$), Brasil; 2017-2022	60
Figura 3.14–Proporção de pobres em relação à população total (%) com base nas linhas de pobreza absoluta de \$ 2,15 e \$ 3,65 diários, Brasil; 2014-2022	63
Figura 5.1 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM geral do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	89

Figura 5.2 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) na população total; POF 2008-2009 (círculo interno) e POF 2017-2018 (círculo externo)	94
Figura 5.3 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (<i>H</i>); decomposição por situação do domicílio; POF 2017-2018	94
Figura 5.4 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2017-2018	97
Figura 5.5 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018	105
Figura 5.6 – Parcela da população identificada como pobre (<i>H</i>) em cada uma das macrorregiões; POF 2008-2009 e POF 2017-2018 . . .	109
Figura 5.7 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) na população total; POF 2008-2009 (círculo interno) e POF 2017-2018 (círculo externo)	111
Figura 5.8 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018	112
Figura 5.9 – Parcela da população na macrorregião e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (<i>H</i>); decomposição pela raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	118
Figura 5.10 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (<i>H</i>); decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	121
Figura 5.11 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	123
Figura 5.12 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (<i>H</i>); decomposição por grau de escolaridade do(a) chefe da família; POF 2017-2018	129
Figura 5.13 – Parcela da população e contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de pobres (<i>H</i>) na população total; decomposição por setor de ocupação do(a) chefe da família; POF 2017-2018	132
Figura 5.14 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) dentro de cada subpopulação; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018	136

Figura 5.15–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018	138
Figura 5.16–Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) dentro de cada subpopulação; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018	142
Figura 5.17–Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) na população total; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018	142
Figura 5.18–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018	145
Figura 5.19–Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) dentro de cada subpopulação; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018	147
Figura 5.20–Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) na população total; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018	148
Figura 5.21–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil decomposto por composição familiar; POF 2017-2018	150
Figura 5.22–Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (<i>H</i>) dentro de cada subpopulação; decomposição por estrutura familiar de geração de renda laboral; POF 2017-2018	153
Figura B.1 – Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar <i>vs</i> valor imputado para o gasto alimentar familiar, ambos padronizados; Brasil; POF 2017-2018	181
Figura B.2–Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar observado/imputado e rendimento familiar per capita; POF 2017-2018	182
Figura B.3–Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar observado/imputado e aluguel estimado; POF 2017-2018	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para o Brasil: dimensões, indicadores e cortes de privação; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	69
Tabela 4.2 – Indicadores da dimensão de condições habitacionais e fontes para os cortes de privação	71
Tabela 4.3 – Indicadores da dimensão de acesso a serviços básicos e fontes para os cortes de privação	73
Tabela 4.4 – Indicadores da dimensão de inclusão financeira e fontes para os cortes de privação	74
Tabela 4.5 – Indicadores da dimensão de posse de ativos e fontes para os cortes de privação	76
Tabela 4.6 – Indicadores da dimensão de educação e fontes para os cortes de privação	77
Tabela 4.7 – Indicadores da dimensão de emprego e fontes para os cortes de privação	79
Tabela 4.8 – Indicadores da dimensão de consumo e fontes para os cortes de privação	82
Tabela 5.1 – Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	87
Tabela 5.2 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	87
Tabela 5.3 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	89
Tabela 5.4 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	93
Tabela 5.5 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	96
Tabela 5.6 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM decomposto por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	99
Tabela 5.7 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	103

Tabela 5.8 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018	104
Tabela 5.9 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM decomposto por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018	106
Tabela 5.10 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	109
Tabela 5.11 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018	112
Tabela 5.12 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregião e situação do domicílio: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	114
Tabela 5.13 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pelo sexo do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	116
Tabela 5.14 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pela raça do(a) chefe do família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	117
Tabela 5.15 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pela raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	119
Tabela 5.16 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pelo sexo e raça do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	120
Tabela 5.17 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	122
Tabela 5.18 – Porcentagem de famílias brasileiras privados em cada um dos indicadores do IPM decomposto pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018	124
Tabela 5.19 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por grau de escolaridade do(a) chefe do família : M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	128
Tabela 5.20 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por setor de ocupação do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	131

Tabela 5.21–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por grupos de idade do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	134
Tabela 5.22–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018	137
Tabela 5.23–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por arranjo domiciliar: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	140
Tabela 5.24–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por por arranjo domiciliar; POF 2017-2018	143
Tabela 5.25–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por composição familiar: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	146
Tabela 5.26–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018	149
Tabela 5.27–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por estrutura familiar de geração de renda laboral: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	152
Tabela 5.28–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por estrutura familiar de geração de renda laboral POF 2017-2018	154
Tabela 5.29–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por Razão de Dependência (d) na família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	155
Tabela A.1–Características gerais dos microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares; Brasil; 2008-2009 e 2017-2018	179
Tabela B.2–Resultados da regressão linear referente à imputação de despesas com itens alimentares: y_i = gasto alimentar familiar; Brasil; POF 2017-2018	180
Tabela B.3–Despesa familiar média com itens alimentares (R\$) e número de pessoas nas amostras: valores com e sem a imputação; Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	181
Tabela C.1–Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,25$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	183
Tabela C.2–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; $k = 0,25$ POF 2008-2009 e POF 2017-2018	183

Tabela C.3–Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,25$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	183
Tabela C.4–Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,35$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	184
Tabela C.5–Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; $k = 0,35$ POF 2008-2009 e POF 2017-2018	184
Tabela C.6–Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,35$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018	184
Tabela C.7–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018; pesos iguais para todos indicadores	185
Tabela C.8–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018; pesos iguais para todos indicadores	185
Tabela C.9–Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018; pesos iguais para todos os domicílios	186

ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Abordagem das Capacitações
AE	Auxílio Emergencial
AF	Alkire-Foster
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
HDR	Human Development Report
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPHI	Oxford Poverty and Human Development Initiative
PBF	Programa Bolsa Família
PCI	Programa de Comparação Internacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPC	Paridade do Poder de Compra
RDV	Ravallion, Datt e van de Walle (1991)
UPA	Unidade Primária de Amostragem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	ALÉM DA RENDA: DA POBREZA MONETÁRIA À POBREZA MULTIDIMENSIONAL	23
	2.1 Evolução dos conceitos tradicionais de pobreza	23
	2.2 Arcabouço teórico e questões operacionais da pobreza multidimensional	32
3	A TRAJETÓRIA DA POBREZA NO BRASIL: DA DITADURA ÀS CRISES CONTEMPORÂNEAS	38
	3.1 O Milagre Econômico e o crescimento das desigualdades (1964-1980)	38
	3.2 A transição democrática e os desafios da hiperinflação (1981-1993) .	43
	3.3 O impacto do Plano Real e a Era Dourada no combate à pobreza (1994-2014)	48
	3.4 Crises contemporâneas e a década perdida no combate à pobreza (2015-2022)	55
4	METODOLOGIA	64
	4.1 Metodologia Alkire-Foster	64
	4.2 Índice de Pobreza Multidimensional para o Brasil	66
	4.2.1 Condições habitacionais	70
	4.2.2 Acesso a serviços básicos	72
	4.2.3 Inclusão financeira	73
	4.2.4 Posse de ativos	74
	4.2.5 Educação	76
	4.2.6 Emprego	78
	4.2.7 Consumo	79
	4.3 Fonte e tratamento dos dados	82
5	ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS	86
	5.1 Resultados para o Brasil	86
	5.2 Pobreza urbana e rural	91
	5.3 Disparidades regionais	108
	5.4 Características do(a) responsável pela famílias	116
	5.4.1 Gênero e raça	116
	5.4.2 Educação e ocupação	127
	5.4.3 Idade	133
	5.5 Características domiciliares	139
	5.6 Discussão dos resultados	155
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164

Referências	169
APÊNDICE ESTATÍSTICO	179

1 INTRODUÇÃO

Embora o conceito de pobreza como a insuficiência de renda para garantir o atendimento às necessidades básicas da população seja bem estabelecido na literatura, Sen (2000b) argumenta que a renda nada mais é do que um meio de garantir aos indivíduos a liberdade para que levem vidas que almejam. Neste sentido, o autor chama a atenção para o fato de que as privações podem advir de outras fontes e, além disso, a conversão de renda em liberdade real por parte de um indivíduo irá depender das suas características pessoais e das disposições sociais nas quais ele está inserido. Desse modo, mesmo que a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial seja útil para fornecer informações a respeito das condições econômicas de uma população, restringir-se a ela pode levar à omissão de diferentes necessidades locais que não são capturadas pela falta de renda.

É com base neste argumento que Sen (2000b) formaliza o desenvolvimento da Abordagem das Capacitações, arcabouço teórico que fundamenta a presente dissertação. O desenvolvimento humano, então, deve ser entendido como a expansão das liberdades reais dos indivíduos de poderem viver como de fato querem. A pobreza, dessa forma, é vista como a privação de liberdades substantivas elementares, como estar bem nutrido, ter acesso à saúde ou um trabalho. Consequentemente, os estudos da pobreza pautados na Abordagem das Capacitações caminham em direção à ampliação do entendimento deste fenômeno, reconhecendo que ele pode se manifestar através de diferentes carências a depender de contextos socioeconômicos específicos.

Essa interpretação do desenvolvimento humano é relevante para um país tão diverso como o Brasil, cuja história é marcada por disparidades regionais e sociais. Isso significa que o combate à pobreza no Brasil deve levar em consideração a natureza plural deste fenômeno, especialmente em um país tão heterogêneo como esse. Políticas públicas que atuam para contornar essa problemática devem ser pautadas no entendimento dos diferentes perfis de pobreza existentes ao redor do país, os quais são caracterizados por privações divergentes a depender de contextos locais, pessoais e ambientais. Nesse sentido, sabendo-se que a pobreza é um fenômeno multifacetado e que a diversidade é uma característica intrínseca ao Brasil, levanta-se um questionamento: qual o perfil de pobreza multidimensional no Brasil, levando-se em consideração as múltiplas privações existentes?

Buscando responder essa pergunta, a presente dissertação tem como objetivo traçar a multitude de perfis de pobreza multidimensional no Brasil através do uso de um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ampliado, entendendo-se por esse termo a presença de um número elevado de indicadores que caracterizam o desenvolvimento humano. A opção pelo uso da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) se deve a dois fatores: *i*) essa é uma pesquisa com um amplo potencial informacional, o que está alinhado com a intenção do estudo de se avaliar a pobreza sob uma ótica plural, e *ii*) há uma carência

de trabalhos que fazem uso dessa pesquisa amostral, o que se traduz na presença de um único trabalho que incorpora a dimensão de consumo no exercício avaliatório da pobreza multidimensional (RODRIGUES, 2014). Essa carência, inclusive, representa um buraco na literatura, pois existem fortes argumentos teóricos, metodológicos e de disponibilidade de dados em favor do uso do consumo no lugar da renda como a dimensão monetária da pobreza multidimensional (DEATON, 1997).

O IPM proposto para identificar as divergências nos perfis de pobreza multidimensional do Brasil é composto por 24 indicadores, os quais são categorizados em sete dimensões do desenvolvimento humano: condições habitacionais, acesso a serviços básicos, inclusão financeira, posse de ativos, educação, emprego e consumo. A escolha das dimensões, dos indicadores e dos cortes de privação no IPM encontram-se amparadas na literatura acadêmica, em definições legais por parte do governo brasileiro e em diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O método utilizado para a agregação das informações em uma medida escalar é a metodologia Alkire-Foster (AF), o que se deve à sua praticidade e as características de decomposição por subgrupos e discriminação dimensional, as quais são satisfeitas nessa técnica, sendo elas extremamente úteis para se extrair as heterogeneidades observadas entre diferentes subgrupos populacionais no que tange à pobreza multidimensional.

Incluindo esta introdução, a dissertação se encontra dividida em seis partes. A próxima engloba a revisão de literatura, a qual é dividida em duas seções diferentes, com o capítulo dois abordando a evolução histórica do conceito de pobreza até chegar na interpretação desse fenômeno sob uma perspectiva multidimensional, incluindo aspectos metodológicos e exemplos de sua aplicação. A segunda parte da revisão, representada pelo capítulo três, é composta pela análise da evolução da pobreza no Brasil, principalmente sob uma ótica monetária, pois ela possibilita a análise temporal do seu comportamento na história recente. O quarto capítulo, em seguida, apresenta a metodologia de agregação das informações em uma medida escalar, além do IPM proposto nesta dissertação. O capítulo cinco refere-se à análise descritiva dos resultados. Por fim, o capítulo seis finaliza o estudo empírico com algumas considerações finais.

2 ALÉM DA RENDA: DA POBREZA MONETÁRIA À POBREZA MULTIDIMENSIONAL

2.1 Evolução dos conceitos tradicionais de pobreza

O desenvolvimento de economias capitalistas nos países incipientes das revoluções industriais promoveu uma mudança significativa na organização social do trabalho. Os empregos nas indústrias de manufatura dos centros urbanos dessas nações ressignificaram a ordem social vigente, a qual passa a ser pautada por formas de estruturas e hierarquias exigidas sob uma lógica produtiva, o que pode ser observado nas relações patriarcais e de servitude (MUSTO, 2008). Esses trabalhos, constituídos sob um regime de incentivo salarial, expuseram a fragilidade dos trabalhadores diante da variabilidade da demanda entre os diferentes ciclos de negócios. Nesse sentido, fez-se necessário a formulação de instrumentos de proteção social, já que o livre mercado demonstrou-se ineficiente para fornecer proteção contra os riscos incorridos pelos trabalhadores diante desses ciclos.

O processo descrito acima é minuciosamente detalhado por Ravallion (2016) em seu renomado livro “*The economics of poverty: history, measurement, and policy*”, o qual descreve a evolução histórica do conceito de pobreza, exemplificando como essa questão social foi enfrentada pelos grupos de interesse envolvidos. Entretanto, conforme ressalta Codes (2008), o trato da pobreza por parte das elites históricas nesses países, como é o caso das *Poor Laws* britânicas¹, se fundamenta nos problemas que a estabilidade social enfrenta devido à insatisfação crescente dos trabalhadores e desempregados inseridos na nova organização social do trabalho em um contexto de ciclos econômicos. Ravallion (2016) argumenta nesse mesmo sentido ao afirmar que a pobreza associada à desigualdade de riqueza não era vista como um problema em si mesma, mas tão somente uma ameaça à ordem social harmônica.

É dentro desse contexto marcado por rápidas transformações na organização social e suas diferentes espécies de manifestação que os conflitos distributivos ganharam uma maior atenção. A preocupação com uma possível rebelião por parte da classe trabalhadora dos países do oeste europeu fomentou o surgimento de novas correntes filosóficas que rejeitavam a ideia de que uma acentuada desigualdade fosse inevitável. As ideias de Adam Smith demonstram que o pensamento econômico acompanharia essas novas filosofias políticas ao longo do século XVIII, já que o filósofo e economista político escocês defendia que o progresso contra a pobreza deveria ser visto como um objetivo para o desenvolvi-

¹ As *Poor Laws* elizabetanas foram codificadas no final do século XVI na Inglaterra com o objetivo de fornecer ajuda financeira aos idosos, doentes e às crianças pobres, além de empregos aos trabalhadores fisicamente aptos. As *Poor Laws* sofreram algumas mudanças ao longo do tempo, sendo restringida ao longo do século XVIII devido aos gastos considerados demasiados com a política. O modelo persistiu até meados do século XX, quando foi substituída por uma legislação que previa a obrigatoriedade, por parte do governo britânico, de fornecer um sistema de bem-estar social bem estruturado.

mento da nação, ao invés de uma ameaça para o mesma. Essa mudança de paradigma no trato com a pobreza é nomeada por Ravallion (2016) como “Primeiro Iluminismo da Pobreza” (*First Poverty Enlightenment*). De acordo com o autor, a maior contribuição dessa revolução no pensamento, composta por nomes como Smith, Rousseau e Kant, consiste na mudança de entendimento da pobreza enquanto fenômeno social, estabelecendo um padrão moral para a necessidade de enfrentá-la publicamente, inclusive com políticas estatais.

Essa alteração de perspectiva para se entender a pobreza é exemplificada com o trabalho seminal do Sr. Frederick Eden (1766-1809) em 1797, a primeira vez em que um estudo empírico foi elaborado sobre o tema, denotando a intenção de se explicar objetivamente essa realidade, em contraste aos esteriótipos prevaletentes até então de que a pobreza era meramente o resultado de decisões ruins por parte de homens e mulheres (RAVALLION, 2016). É importante ressaltar, no entanto, que o Primeiro Iluminismo da Pobreza não trouxe nenhuma mudança significativa na vida das pessoas pobres, as quais ainda eram culpabilizadas pela sua condição econômica e social. Embora essas novas ideias, filosofias e pensamentos tenham representado a base para o aprimoramento de políticas contra a pobreza, foram poucas as ações concretas para lidar efetivamente com esse problema ao longo do século XIX. Nas palavras de Ravallion (2020, p. 12): “The seed of the idea of ending poverty would take 100 years or more to bear fruit.”

Ainda segundo Ravallion (2016), após esse estudo houve um hiato que perdurou até meados do século XIX no meio acadêmico e intelectual, momento em que o advento de dados quantitativos e análises estatísticas possibilitaram o surgimento de inúmeras pesquisas focalizadas no entendimento da pobreza. Essas novas pesquisas sociais, juntamente da consolidação do jornalismo e da imprensa, promoveram a melhora do debate público no que tange às políticas de combate à pobreza. Em especial, o trabalho empírico desenvolvido e publicado em 1901 por Seebohm Rowntree (1871-1954), “*Poverty: a study of town life*”, merece destaque. Influenciado pelo trabalho “*The Life and Labour of the People of London*” de Charles Booth (1840-1916) realizado em 1889, o pesquisador buscou avaliar as condições de vida da classe trabalhadora em York, cidade no norte da Inglaterra, pautado por uma pesquisa domiciliar contendo informações de 11.560 famílias, o equivalente a uma população de 46.754 pessoas. O trecho a seguir explicita as questões fundamentais que o autor procurava responder:

“Amongst other questions upon which I desired to obtain information were the following: What was the true measure of the poverty in the city, both in extent and depth? How much of it was due to insufficiency of income and how much to improvidence? How many families were sunk in poverty so acute that their members suffered from a chronic insufficiency of food and clothing? If physical deterioration combined with a high death-rate ensued, was it possible to estimate such results with approximate accuracy?” (ROWNTREE, 2000, p. viii)

O estudo empírico desenvolvido por Rowntree foi extremamente influente no campo das pesquisas sociais. Além de se basear em uma amostra de dados domiciliar consideravelmente grande em relação à população de interesse, o pesquisador propôs o estabelecimento de uma linha de pobreza na qual as famílias seriam classificadas como pobres caso a remuneração do domicílio fosse inferior ao mínimo necessário para a sua subsistência. Entende-se por mínimo necessário a quantidade de calorias exigidas para o mantimento do peso corporal, a qual seria traduzida para termos monetários de acordo com os preços dos alimentos que satisfazem as necessidades nutricionais médias de crianças e adultos. Adicionalmente às calorias exigidas, o cômputo da linha de pobreza por Rowntree envolvia a estimação do valor mínimo necessário para a manutenção da eficiência física da família, ou seja, necessidades relacionadas à vestuário, combustível e artigos para o domicílio. Concomitantemente à isso, o seu livro contém inúmeros relatos sobre as condições de vida das populações economicamente vulneráveis na região, servindo como um instrumento de divulgação para que as classes mais abastadas do Reino Unido entendessem o real problema da pobreza. A influência do trabalho pode ser percebida pelas várias reformas sociais realizadas na Grã-Bretanha com base nessa pesquisa e, também, pelo surgimento de trabalhos empíricos com metodologias semelhantes, os quais seriam desenvolvidos em países como Estados Unidos e Índia (TOWNSEND, 1979; ROWNTREE, 2000; RAVALLION, 2016; SERRA, 2017).

A pesquisa de Rowntree denota a mudança de pensamento que caracterizou o fim do século XIX e o início do século XX. Seu método de pesquisa, por definição uma linha computada pelo autor com enfoque monetário, influenciou o surgimento de vários outros estudos no campo das ciências sociais, sobretudo na Estatística, que assumiu um papel central no desenvolvimento de estudos empíricos aplicados às diferentes realidades locais. A difusão do jornalismo e da mídia de massa (*mass media*), os quais se dirigiam a uma população mais instruída, promoveu uma maior comunicabilidade entre o meio acadêmico, os agentes políticos e a população, possibilitando a superação, pelo menos parcialmente, da ideia de pobreza como uma consequência da falha moral e de escolhas errôneas de homens e mulheres. Passou-se a entender que esse problema pode ser observado e entendido dentro de uma lógica de forças e choques econômicos interagindo com desigualdades preexistentes (RAVALLION, 2016).

Além disso, as crises vivenciadas na primeira metade do século XX forneceram um impulso adicional para que a visão de pobreza enquanto fenômeno social e econômico fosse consolidada pelo público geral. Após a 1ª Guerra Mundial é possível observar o surgimento de programas de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo políticas ligadas à proteção de crianças pobres. Posteriormente, a Grande Depressão fomentou uma mudança significativa no pensamento econômico com o advento da macroeconomia keynesiana e, embora Keynes não tenha falado nada sobre a pobreza em específico, seu

argumento de que a insuficiência de demanda gera desemprego involuntário, algo rejeitado pelo pensamento econômico clássico, nos leva à conclusão de que uma maior parcela da renda nacional em posse das famílias pobres tem como consequência o crescimento econômico até o ponto em que a economia atinja o nível de pleno emprego. Por fim, logo depois da 2ª Guerra Mundial as populações afetadas pelo conflito passaram a demandar mais políticas progressivas de proteção social devido ao sacrifício imposto à população no período (RAVALLION, 2016; RAVALLION, 2020).

As profundas transformações geopolíticas pelas quais o mundo passou no período pós-guerra fizeram com que a pobreza deixasse de ser um tema debatido e analisado exclusivamente em países industrializados. As décadas de 40, 50 e 60 foram marcadas pelo surgimento de “novos” países, agora independentes de seus antigos colonizadores. Conforme explicita (RAVALLION, 2016), somente na década de 60 trinta e dois países africanos adquiriram sua independência e, muitos deles, imediatamente mergulharam em conflitos fronteiriços. Além disso, a Revolução Cultural Chinesa devastava o país ao longo desses anos, os países africanos e do sul da Ásia enfrentavam a fome em larga escala e os países da América Latina enfrentavam diferentes instabilidades políticas.

O Banco Mundial publicou pela primeira vez em 1978 um volume da sua série de relatórios *The World Development Report*, contendo análises dos problemas verificados no desenvolvimento ao redor do mundo nas décadas de 50, 60 e 70 (WORLD BANK, 1978). Segundo o informe, o desenvolvimento econômico vivenciado no período pós-guerra trouxe melhorias lentas e desiguais na qualidade de vida da população mundial. As regiões que concentravam o maior número de indivíduos em pobreza absoluta, sul da Ásia e África, registraram taxas de crescimento baixas ao longo desses anos, o que gerou como consequência uma estagnação da renda e do nível de consumo nesses países, onde as algumas áreas rurais vivenciaram, inclusive, a queda de suas respectivas rendas. O relatório conclui que as taxas de crescimento verificadas nos países em processo de modernização não foram rápidas o suficiente para reduzir o número de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta. Os benefícios da ampliação do comércio mundial e do maior fluxo de capitais se restringiu aos países mais modernos e àqueles orientados ao comércio, enquanto os países mais pobres, excluídos desse processo, tiveram seu crescimento prejudicado pela falta de disponibilidade de capitais.

Com base nesse contexto, (ROCHA, 2006) destaca uma mudança no pensamento acadêmico e de instituições internacionais no que tange à pobreza. Ficou perceptível que esse problema e outros atrelados à distribuição de renda não estavam sendo solucionados com o crescimento econômico verificado nas décadas anteriores. A autora destaca que até mesmo nos países que apresentavam elevadas taxas de crescimento econômico, a expansão do produto não necessariamente era captada pela sociedade na forma de melhoria dos padrões de vida. Esse fato promoveu um extenso debate dentro das ciências sociais,

notadamente na Economia, onde era evidente um descontentamento por parte dos acadêmicos com a falta de atenção que esse campo da ciência dava para direitos e liberdades individuais, já que o pensamento dominante, pautado na teoria utilitarista, demonstrou ser indiferente em relação aos direitos dos indivíduos em uma sociedade para fazer inferências sobre a alocação ótima de recursos. Essa explosão de atenção destinada ao debate da pobreza, dessa vez incluindo a Economia, é chamada por Ravallion (2016) de “Segundo Iluminismo da Pobreza” (*Second Poverty Enlightenment*). Um dos focos de interesse no meio acadêmico, sobretudo na década de 70, diz respeito às possíveis alternativas metodológicas para se mensurar a pobreza e a desigualdade, culminando em diferentes críticas ao padrão estabelecido por Rowntree em 1901, o qual foi modificado e adaptado pelo próprio autor, por outros estudiosos e por instituições governamentais ao longo da primeira metade do século XX.

Na prática, a metodologia aplicada por Rowntree pode ser interpretada como uma aplicação do conceito de subsistência, conforme denotado por Townsend (1979), conceito esse que viria a influenciar quase todos os estudos subsequentes na área. Ao estabelecer uma lista de itens alimentares, de vestuário, combustíveis e equipamentos domiciliares para, posteriormente, computar o custo de aquisição desses itens em termos monetários, o pesquisador está classificando as famílias em pobres ou não pobres através de uma comparação da renda ou gasto familiar com uma linha de pobreza definida normativamente com base em alguns procedimentos. Segundo Rocha (2006), essa metodologia está intrinsecamente relacionada a ideia de definir um valor necessário à sobrevivência física, ou seja, ao atendimento das necessidades associadas ao mínimo vital e, portanto, se relaciona com a ideia de pobreza absoluta.

O termo pobreza absoluta seria cunhado pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 1978), sendo utilizado para descrever uma condição caracterizada pela insuficiência de renda para garantir as condições mais básicas de vida, tais como a nutrição exigida, o acesso à saúde e à educação. Esse conceito se encontra amparado na metodologia das necessidades básicas, que pode ser interpretada como uma ampliação do conceito unidimensional de pobreza pautado na ideia de subsistência, empregado por Rowntree em 1901, momento no qual a pobreza era percebida dentro de um sistema de integração social pautado no trabalho assalariado (TOWNSEND, 1993).

A abordagem das necessidades básicas, ao dar ênfase nos contextos locais de comunidades ao invés de condições unicamente individuais ou familiares, não deve ser interpretada como o mínimo necessário para garantir as condições físicas de subsistência das pessoas, mas sim como essas necessidades se inter-relacionam no desenvolvimento da sociedade, em específico na organização dos mercados em consonância com o fornecimento de serviços de interesse coletivo (TOWNSEND, 1993). Nesse sentido, o método das necessidades básicas consiste em definir uma cesta de consumo considerada adequada, cujos componentes

são formados por itens alimentares e não alimentares, como saneamento básico, educação e habitação. Em seguida, são estimados os custos de aquisição dessas cestas para diferentes grupos sociodemográficos, sendo classificados como pobres aqueles indivíduos ou famílias que não dispõem de renda suficiente para a cobertura de tais custos (ROCHA, 2006; HAUGHTON; KHANDKER, 2009).

No entanto, conforme dito anteriormente, alguns problemas com relação à esse método foram levantados pelos pesquisadores ao longo do tempo, em especial durante o Segundo Iluminismo da Pobreza. Peter Townsend (1928-2009) foi um dos pioneiros nas críticas à essa abordagem, elaborando diversos estudos e artigos a respeito do assunto. Em um desses trabalhos, Townsend (1962) atentou para a elevada margem de erro existente nos cálculos que estimam a quantidade de nutrientes exigidas por uma pessoa, sobretudo em contextos nos quais as dietas locais podem variar drasticamente, o que invalidaria a seleção de uma lista de alimentos a serem considerados no cômputo da linha de pobreza. O autor argumenta, por exemplo, que os valores nutricionais dos alimentos variam de acordo com a localidade e com a estação do ano, além da dificuldade existente na tradução desses valores nutricionais para diferentes preços de mercado. Adicionalmente, o autor considera problemática a definição de necessidades relacionadas à habitação, vestuário e combustíveis. O trecho a seguir sumariza as críticas apresentadas pelo pesquisador:

In fact, people's needs, even for food, are conditioned by the society in which they live and to which they belong, and just as needs differ in different societies so they differ in different periods of the evolution of single societies. Any concept of poverty as 'absolute' is therefore inappropriate and misleading. (TOWNSEND, 1979, p. 38)

É com base nessas críticas que Townsend (1979) propõe o estudo da pobreza sob uma ótica relativista, já que as necessidades das pessoas surgem dentro dos diferentes contextos sociais nos quais elas estão inseridas. O autor exemplifica sua visão citando produtos como o chá, mercadoria que desempenha e se relaciona com funções sociais específicas em alguns países. Outro exemplo seria vestuário, o qual é determinado por condições climáticas e disponibilidade de determinados recursos. Dessa forma, o sociólogo defende que a pobreza é um conceito relativo entre países, culturas, lugares e até mesmo no tempo, dado que os padrões sociais mudam com a edição de novas normas nas instituições governamentais responsáveis. As conclusões do autor estão explicitadas no seguinte trecho:

If needs are relative to society, then they are also relative to the set of social sub-systems to which the individual belongs. This seems to suggest that a different definition of poverty is required for every society, or indeed every relatively autonomous community. (TOWNSEND, 1979, p. 53)

Sob uma roupagem relativista, então, a linha de pobreza não é definida com base em um orçamento necessário à satisfação das necessidades mais básicas, como ocorre na pobreza absoluta, mas sim com base em uma porcentagem da renda média domiciliar em um contexto social específico. Por exemplo, a pobreza nessa metodologia pode ser definida pelas famílias que ocupam as parcelas inferiores da distribuição de renda de um país. Sendo assim, as pessoas serão relativamente pobres se elas não conseguirem obter as condições de vida que as permitem desempenhar papéis ou seguir comportamentos considerados esperados no conjunto social em que vivem. O exercício dos direitos individuais em uma sociedade passa a se relacionar intrinsecamente com o conceito de pobreza dentro desse contexto (TOWNSEND, 1993; BECCARIA; FERES; SÁINZ, 1997; ROCHA, 2006; CODES, 2008; RAVALLION, 2016).

Um benefício da pobreza relativa é a possibilidade de variação do valor mínimo utilizado para classificar as unidades de observação em pobres ou não pobres a depender do grupo sociodemográfico analisado, geralmente aumentando o corte de pobreza em grupos cuja a renda média é mais elevada. O ajuste desse corte pode ser feito, também, com a intenção de se revisar a linha de pobreza para cima levando em consideração o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. Com o progresso do Segundo Iluminismo da Pobreza, o conceito de pobreza relativa passou a ser amplamente aceito, pois houve um consenso acadêmico ao longo das décadas de 60 e 70 de que esse fenômeno social apresenta especificidades inerentes ao seu contexto (HAUGHTON; KHANDKER, 2009; RAVALLION, 2016).

Consequentemente, apesar do processo de empobrecimento e privação possuir fontes semelhantes em países ricos e pobres, o modo como tais fenômenos sociais são vivenciados nesses dois tipos de sociedade se diferenciam radicalmente. É justamente essa heterogeneidade de manifestações da pobreza que influencia a predominância da pobreza absoluta ou relativa nos estudos empíricos e instituições governamentais de diferentes países. Na prática, ambas as abordagens são empregadas, sendo verificada um domínio no uso da pobreza absoluta nos países em desenvolvimento e da pobreza relativa nos países desenvolvidos. O uso dessa é especialmente relevante nos países ricos, onde os problemas relacionados àquela não possuem tanta expressividade, já que a pobreza nesses países está associada a características de desigualdade de renda. Já nos países de renda média, como é o caso brasileiro, uma ampla parcela da população não dispõe das necessidades básicas de sobrevivência, o que faz com que o uso da pobreza absoluta seja de grande utilidade para a formulação de políticas públicas nesses países (BECCARIA; FERES; SÁINZ, 1997; ROCHA, 2006).

Como a abordagem relativista da pobreza é vista como dependente de determinados contextos nacionais e sociais, a comparabilidade entre diferentes países perde o sentido, pois o foco da pobreza relativa é o de identificar quem são os pobres relativamente ao

nível geral de desenvolvimento do país ou comunidade no qual estão inseridos. Assim sendo, a comparação dos níveis de pobreza entre dois países somente é possível através do uso de uma linha de pobreza absoluta comum a ambos. É com base nessa lógica que o Banco Mundial (WORLD BANK, 1990) sugeriu, pela primeira vez, a adoção de uma linha de pobreza absoluta com o objetivo de comparar as taxas de pobreza em diferentes regiões do mundo, a qual seria determinada no valor de 31 dólares mensais, o equivalente a 1 dólar por dia (HAUGHTON; KHANDKER, 2009).

O valor dessa taxa está respaldada no trabalho de Ravallion, Datt e van de Walle (1991) (RDV). Os autores propuseram uma linha de pobreza absoluta internacional para os países em desenvolvimento, tomando como base os dados referentes às linhas de pobreza estabelecidas nacionalmente, seja pelas instituições governamentais ou pelo Banco Mundial, para 33 países em desenvolvimento e desenvolvidos. Essa linha seria definida com base na relação que RDV avaliaram entre as variações na linha de pobreza e na média de consumo quando ambos eram convertidos para uma moeda em comum, no caso o dólar americano, pela Paridade do Poder de Compra (PPC). Com base nessa metodologia, RDV verificaram que uma em cada três pessoas nos países em desenvolvimento se encontrava abaixo da linha de pobreza definida em 31 dólares mensais, enquanto uma em cada cinco pessoas estavam abaixo da linha de pobreza extrema, computada no valor de 23 dólares mensais.

Com o passar do tempo houve um aumento na disponibilidade de informações para a aferição de novas linhas de pobreza, sobretudo através dos sucessivos dados de PPC elaborados pelo Programa de Comparação Internacional (PCI)², cujas bases da década de 80 fundamentaram as linhas definidas por RDV. Respaldados pela base de dados elaborada pelo PCI em 1993, Chen e Ravallion (2001) replicaram a metodologia realizada por RDV para ajustar a linha de pobreza absoluta para os preços desse ano, obtendo um novo corte no valor de 1,08 dólares diários, sendo essa, segundo os autores, uma linha mais adequada para a realização de estudos empíricos durante a década de 90. O Banco Mundial passou a considerar esse valor a partir do seu relatório de 2000/2001 (WORLD BANK, 2001).

A mais robusta revisão metodológica na linha de pobreza absoluta do Banco Mundial foi feita por Ravallion, Chen e Sangraula (2009). Os pesquisadores verificaram que as linhas de pobreza nacionais aumentam juntamente com a média do consumo a partir de determinado nível crítico, entretanto, abaixo dele a relação entre ambas as variáveis é plana. Conseqüentemente, os autores propõem que, para que haja consistência entre as

² O PCI, *International Comparison Programme* em inglês, é uma iniciativa estatística composta pela parceria entre diferentes organizações internacionais, regionais, sub-regionais e nacionais. Os principais objetivos do PCI são a produção de PPCs e índices de preços comparáveis entre diferentes economias e, também, converter as medidas de Produto Interno Bruto (PIB) per capita e suas despesas para uma moeda comum através do uso de PPCs. Para informações adicionais: <<https://www.worldbank.org/en/programs/icp>>

linhas de pobreza nacionais e a linha de pobreza internacional, deve haver uma revisão para baixo da linha de pobreza internacional, dado as revisões para cima das PPCs dos países mais pobres. Respaldaado pela linha de pobreza definida por eles com base na média das linhas dos 15 países mais pobres³, no valor de 1,25 dólares diários a preços de 2005, o relatório do Banco Mundial de 2010 (WORLD BANK, 2010) explicitou que um quarto da população dos países em desenvolvimento ainda estariam em condição de pobreza extrema. Esse corte para classificar a população em pobres e não pobres, inclusive, foi adotado como um indicador de referência no combate à pobreza extrema nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁴.

Aproximações dessa metodologia foram feitas para atualizar a linha de pobreza absoluta para os preços de 2011 e 2017, resultando nos valores de 1,90 e 2,15 dólares diários, respectivamente (FERREIRA et al., 2016; JOLLIFFE et al., 2022). Essas duas linhas foram incorporadas nos relatórios do Banco Mundial que tratam especificamente do tema da pobreza, a primeira no ano de 2015⁵ e, posteriormente, a última no ano de 2022⁶. Pautados nessas atualizações, o Banco Mundial explicitou uma trajetória de redução da pobreza absoluta durante os anos 90 e ao longo da primeira década dos anos 2000, dado que a população classificada como pobre reduziu cerca de dois terços entre 1990 e 2012 (FOSTER et al., 2015). No entanto, a mesma instituição alertou sobre os efeitos negativos advindos com a crise do COVID-19, pois, após 30 anos de sucessivas reduções, o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza voltou a subir (WORLD BANK, 2022b).

É importante ressaltar que, em um relatório de 2018 (WORLD BANK, 2018), o Banco Mundial desenvolveu novas linhas de pobreza absoluta com base na linha internacional. A instituição se preocupou com a expansão das necessidades básicas, as quais são mutáveis ao longo do tempo, de tal forma que a linha de pobreza internacional não refletiria a novas realidade. Consequentemente, o documento propõe uma linha de 3,20 dólares diários para os países em desenvolvimento (*lower-middle income countries*), tomando como base as constatações mais recentes das necessidades básicas verificadas nesses países e, também, seus respectivos crescimentos econômicos. Nesse sentido, o antigo valor de 2,15 dólares sob PPC em 2017, passou a ser considerado uma linha de extrema pobreza, válida, também, como uma linha de países com renda baixa. O valor de 3,20 dólares diários foi obtido com base na PPC em 2011, com esse valor sendo atualizado para 3,65 dólares sob a PPC de 2017 no relatório do Banco Mundial de 2020 (WORLD BANK, 2020).

³ Por países mais pobres deve-se entender aqueles que possuem os menores consumos per capita.

⁴ Dentro dos 17 ODS desenvolvidos pela ONU, a meta número 1.1 do primeiro objetivo usa a linha de pobreza absoluta no valor de 1,25 dólares diários como métrica para combater a extrema pobreza. Para mais informações: <<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/>>

⁵ Relatório “*Ending Extreme Poverty and Sharing Prosperity: Progress and Policies*.”

⁶ Relatório “*Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*.”

2.2 Arcabouço teórico e questões operacionais da pobreza multidimensional

A visão da pobreza como uma condição de insuficiência de renda para garantir o atendimento às necessidades básicas da população é bem estabelecida e examinada na literatura. Entretanto, como afirma Sen (2000b), a renda nada mais é do que um meio para que as pessoas alcancem condições de vida que valorizam e possuem razão em valorizar. O autor argumenta que, caso o objetivo do exercício avaliatório sobre o desenvolvimento humano seja identificar as oportunidades reais desfrutadas por diferentes indivíduos para que eles alcancem estados de vida desejados, então é necessário levar em consideração as características pessoais que governam a conversão de renda ou bens primários, o último sob uma visão Rawlsiana (RAWLS, 2004), na capacidade da pessoa promover seus objetivos.

Neste sentido, Sen (1980) apresenta-se como um crítico ferrenho das teorias de justiça social predominantes no meio acadêmico, pois, segundo o autor, elas carecem de uma noção de capacidades básicas no exercício avaliatório de fenômenos sociais. No que tange ao utilitarismo, Sen (2000b) é crítico ao modo como essa teoria avalia o bem-estar, pois a sua base informacional, centrada nas funções de utilidade, é, de acordo com o autor, bastante restritiva para a avaliação de fenômenos que envolvam agentes heterogêneos. O bem-estar, neste contexto, é calculado com base no somatório das utilidades, desconsiderando os efeitos distributivos das felicidades das pessoas (SEN, 1980; SEN, 2000b). Segundo Sen (1999), o utilitarismo, ao centralizar a análise do bem-estar no estado mental consequente, focaliza somente no resultado dos estados e não nos meios para realizá-los, negligenciando as condições físicas variadas de diferentes indivíduos, os quais fazem uso de meios diversos para atingirem os seus objetivos. Isso significa que pessoas permanentemente destituídas, como as que estão à margem da sociedade, ou então pessoas com condições de saúde debilitantes, condicionam suas medidas de prazer mental à realidade nas quais estão inseridas, muitas vezes se conformando com privações por conta da presença de necessidades associadas à sua sobrevivência (SEN, 1980; COMIN et al., 2006; SEN, 2000b). Neste sentido, Sen (2000b) considera que a medida mental do prazer ou do desejo, intrínseca ao utilitarismo, é rígida demais para realizar comparações de privação e de desvantagens relativas.

Com relação à mais influente filosofia política de justiça social contemporânea, a teoria da justiça como equidade de Rawls (2004), a igualdade é obtida através da equalização de bens sociais primários entre os indivíduos, sendo estes todas as coisas que pessoas racionais almejam, incluindo direitos formais, liberdades, oportunidades, renda, riqueza e as bases sociais do respeito próprio (SEN, 1980). Consequentemente, como destaca Comin et al. (2006), a abordagem Rawlsiana, ao contrário do utilitarismo, transfere o foco da análise para os meios e não para os fins de um estado ou ação. Sen (2000b) aponta que a principal contribuição dessa teoria é ampliar a base informacional para a compreensão da justiça social ao direcionar a análise para as liberdades dos indivíduos.

No entanto, Sen (2000b) defende que os bens primários não caracterizam a liberdade constitutiva, pois eles nada mais são do que meios para que as pessoas promovam seus próprios fins. O autor critica o foco exclusivo dado à cesta de bens primários sem levar em consideração a pluralidade humana. Isso porque, em acordo com Sen (1980), os bens primários não se igualam às liberdades substantivas das pessoas, já que indivíduos diferentes podem realizar conversões heterogêneas desses bens em liberdades reais. As variações nas necessidades a depender de condições sociais, de saúde, climáticas, de trabalho e até físicas, fazem com que o julgamento de vantagens em termos de um índice de bens primários seja insuficiente para se avaliar a justiça social.

O libertarismo formalizado por Nozick (1974), semelhantemente à teoria Rawlsiana, defende a precedência total de direitos em relação aos objetivos sociais. A grande diferença, no entanto, é que a teoria da justiça de Rawls caracteriza esses direitos como aqueles que constituem as liberdades formais, enquanto o libertarismo amplia essa definição, incluindo para além dessas liberdades os direitos processuais, como o direito à propriedade.

A base informacional do libertarismo, de acordo com Sen (2000b), é demasiadamente restrita para se analisar a justiça social, tendo em vista que ela negligencia completamente as consequências de uma política, tratando com indiferença as liberdades reais das pessoas. O autor desenvolve essa crítica destacando a possibilidade de ocorrência de fomes endêmicas ou subnutrições regulares sem a violação dos direitos libertários, os quais são centrais para a teoria de Nozick (1974). Como resultado, a prioridade inflexível desses direitos é problemática, pois a operacionalização deles pode levar a resultados sociais indesejáveis, inclusive a violação de liberdades substantivas elementares, como escapar à morte evitável, sob o argumento de priorização das liberdades formais.

Por fim, houve um esforço por parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) buscando ampliar a compreensão do fenômeno da pobreza, o qual foi materializado em uma publicação pautada na base teórica da abordagem das necessidades básicas. O *Human Development Report* (HDR) de 1990 (PNUD, 1990), feito com o objetivo de se entender o desenvolvimento humano para além dos indicadores de renda e riqueza como o PIB ou o PNB, procurando caracterizar o progresso nas condições de vida da população através de três dimensões: saúde, educação e renda. Sen (2000a) reconhece os ganhos analíticos proporcionados pelo IDH, pois ele representativa uma primeira tentativa a nível internacional de se avaliar o desenvolvimento humano sob uma ótica intrinsecamente pluralista.

Entretanto, Sen (2000a) defende que o desenvolvimento humano assumiu a liderança na observação do mundo sob uma ótica pluralista, deixando de lado observações reducionistas que levam em consideração indicadores de desempenho puramente econômico. No entanto, apesar de possibilitar a ampliação da base informacional para o estudo do desenvolvimento através da inclusão de variáveis qualitativas, a abordagem das necessi-

dades básicas ficou restrita à análise das privações materiais de bens e serviços (COMIN et al., 2006). Tal fato pode ser evidenciado com pela elaboração do 1º Índice de Pobreza Humana (IPH-1) no HDR de 1997 (PNUD, 1997), cujo objetivo era captar as privações vivenciadas pela população no contexto do desenvolvimento humano, o que pode ser observado pelo fato do IDH e do IPH-1 utilizarem as mesmas dimensões nos seus respectivos cálculos. Com base no IPH-1, a pobreza passa a ser identificada como a carência dos requisitos materiais relacionados às variáveis contidas no seu cálculo. Neste sentido, Sen et al. (1987) entende que a tendência em definir a abordagem das necessidades básicas em termos de mercadoria tem um problema na sua fundamentação, pois, caso o interesse seja avaliar o desenvolvimento humano levando em consideração o tipo de vida que as pessoas levam ou almejam levar, as mercadorias configuram-se como meios para se obter fins reais, sendo assim, instrumentalmente importantes para a liberdade substantiva das pessoas, não constitutivamente relevantes.

Para entender a falha dessa abordagem na visão de Sen, é necessário que se entenda o arcabouço teórico que fundamentou o seu surgimento. Sen (1980), ao tecer críticas ao utilitarismo, aos bens primários da teoria Rawlsiana e aos direitos processuais libertários de Nozick, argumenta que o que falta na análise do desenvolvimento humano é a inclusão de uma noção das capacidades básicas dos indivíduos. Segundo o autor, interpretar as necessidades individuais através do conceito de capacidades básicas implica em mudar o foco de análise da renda ou dos bens primários para o que esses bens geram para as pessoas com diferentes disposições sociais. Essa ideia é categoricamente desenvolvida em Sen (2000b), onde o autor defende que a base informacional adequada para as finalidades avaliatórias relacionadas ao desenvolvimento humano é a das liberdades substantivas, isto é, as capacidades reais das pessoas atingirem estados ou realizar ações que almejam.

Para esclarecer essa ideia, Sen (2000b) introduz os conceitos de funcionalidades (*functionings*) e capacidades (*capabilities*) para fundamentar sua teoria. Os funcionamentos, com raízes aristotélicas, representam os estados ou ações que uma pessoa valoriza. Eles podem ser elementares, como estar bem nutrido ou não ser afligido por uma doença evitável, os quais são notadamente valorizados por motivos intuitivos, mas também podem estar ligados à atividades subjetivas ou mais complexas, como estar integrado socialmente na sua comunidade ou possuir um senso de respeito próprio. As capacidades, por sua vez, caracterizam-se por combinações alternativas de funcionamentos factíveis para uma pessoa, isto é, a liberdade substantiva para levar estilos de vida diversos (NUSSBAUM; SEN, 1993; SEN, 2000b).

Essa visão alternativa de justiça social foi denominada por Sen (2000b) como a Abordagem das Capacitações (AC). Dentro dessa visão, o desenvolvimento humano é entendido como a expansão das liberdades substantivas do indivíduo, ou seja, a possibilidade de que as pessoas possam escolher entre um maior número de funcionamentos possíveis, au-

mentando suas respectivas liberdades dentro de um processo decisório. Neste sentido, a pobreza deve ser interpretada como a privação das capacidades mais elementares por parte de uma pessoa, indo muito além da mera insuficiência de renda, pois esta é instrumentalmente importante na determinação da qualidade de vida, ao contrário das capacidades que assumem um papel constitutivo no bem-estar.

O arcabouço teórico da AC, pautado em uma base informacional mais ampla e heterogênea, forneceu o instrumental necessário para o surgimento de diversos trabalhos empíricos que buscavam avaliar os fenômenos sociais sob perspectivas plurais. Uma primeira tentativa a nível internacional nesta direção foi feita pelo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 1990), em acordo com o que foi dito anteriormente. Analogamente ao IDH, o PNUD estabeleceu o Índice de Pobreza Humana (IPH) no HDR de 1997, com o objetivo de captar as privações vivenciadas pela população no contexto do desenvolvimento humano básico (PNUD, 1997).

Embora o IDH e o IPH utilizassem as mesmas três dimensões nas suas métricas (longevidade, conhecimento e padrão de vida), o próprio PNUD reconheceu que as privações vivenciadas variam a depender de contextos econômicos e sociais locais. Consequentemente, foi explicitado no HDR de 1998 o IPH-2, o qual seria utilizado para mensurar a pobreza em países industrializados (PNUD, 1998). O IPH-1 mensura a pobreza nos países em desenvolvimento através da inclusão das mesmas dimensões existentes no IDH, entretanto, dado o seu foco em mensurar as privações e não a qualidade de vida especificamente, os indicadores de cada dimensão foram ajustados. O IPH-2, por sua vez, mede a pobreza em países industriais, diferenciando-se do IPH-1 através da inclusão de duas novas dimensões, renda e exclusão social. Ainda, os cortes de privação do IPH-1 e IPH-2 são diferentes para os indicadores de cada dimensão, tendo em vista as diferentes realidades vivenciadas por países com contextos sócio-econômicos tão diversos. Vale ressaltar, no entanto, que o próprio *HDR* (PNUD, 1997) destaca que o conceito de pobreza é extremamente amplo, sendo composto por outros inúmeros aspectos, os quais são difíceis de quantificar ou não podem ser mensurados, o que justificaria a restrição do IPH às dimensões que o compõem. Consequentemente, as críticas existentes ao IDH podem ser estendidas ao IPH.

No entanto, Sen (2000b) argumenta que o mérito da AC está na sua concepção pluralista para a realização do exercício avaliatório do desenvolvimento, o que significa que focalizar demasiadamente em qualquer índice agregado, como o IDH ou o IPH, seria um erro. De acordo com o autor, a depender dos problemas enfrentados, o foco da avaliação deve se ajustar de acordo com as diversas realidades existentes. A partir disso, surgem na literatura diversas tentativas de se avaliar a pobreza sob um enfoque multidimensional levando em consideração contextos específicos de diferentes países. Esses trabalhos objetivavam, sobretudo, encontrar maneiras de se agregar as informações das várias dimensões

que compõem a pobreza.

A principal divergência entre os pesquisadores que estudam a pobreza sob uma ótica multidimensional, destacam Barros, Carvalho e Franco (2007), está no método de agregação das informações em uma medida escalar. Muitas alternativas foram apresentadas na literatura com o objetivo de agregar as informações das diversas dimensões da pobreza em um único número. Isto se deve, sobretudo, ao fato do meio científico considerar importante a obtenção de uma medida escalar, pois somente assim é que se pode obter ordenações de situações sociais alternativas.

É dentro deste contexto que Alkire e Foster (2011a) propõem uma nova metodologia de mensuração da pobreza que resolve os problemas das métricas existentes. Este método, denominado como metodologia Alkire-Foster (AF), representou um passo importante na literatura sobre a pobreza multidimensional, pois possibilitou a resolução do desafio notadamente reconhecido na literatura de identificação dos indivíduos pobres em variáveis notadamente ordinais ou categóricas. Ainda, a metodologia AF representou um avanço por combinar informações a respeito da proporção, da intensidade e da profundidade da pobreza satisfazendo axiomas necessários e desejáveis para uma métrica de pobreza.

Como resultado, a metodologia AF abriu as portas para o surgimento de diversos estudos sobre pobreza multidimensional utilizando essa métrica para a construção de uma medida escalar, tornando-se a base dos trabalhos mais recentes nesta temática. O IPM Global, desenvolvido pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI) Alkire e Santos (2010), é um caso especial da metodologia proposta por Alkire e Foster (2011a), sendo incorporado como métrica oficial de mensuração da pobreza multidimensional pelo PNUD em 2010 (PNUD, 2010), em substituição ao IPH-1, tornando-se a medida utilizada para a mensurar a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O IPM Global representou um avanço em relação ao IPH-1 ao incorporar a distribuição conjunta das privações no seu cômputo. Ou seja, o novo indicador adotado pelo PNUD leva em consideração a simultaneidade de diferentes privações para ordenar os indivíduos multidimensionalmente pobres. O valor do IPM Global é o resultado do produto de duas medidas, a incidência e a intensidade da pobreza. A incidência de pobreza é dada pela proporção de pessoas multidimensionalmente pobres, enquanto a incidência da pobreza é representada pelo número médio de privações concomitantes sofridas pela população identificada como pobre (ALKIRE et al., 2015). É dentro desse contexto que diversos trabalhos empíricos foram desenvolvidos utilizando diferentes dimensões para avaliar o bem-estar social. Alkire (2013) constata que os principais critérios de escolha dos domínios para o estudo da pobreza eram a disponibilidade de dados; hipóteses normativas sobre o que as pessoas valorizam; consenso público; evidências empíricas ou um processo deliberativo no qual os participantes explicitam as dimensões da pobreza que importam

para eles.

3 A TRAJETÓRIA DA POBREZA NO BRASIL: DA DITADURA ÀS CRISES CONTEMPORÂNEAS

Esta parte da revisão de literatura disserta sobre a evolução histórica da pobreza no Brasil, a começar pelo período do regime militar. Dado que o objetivo é compreender a evolução desse fenômeno social nas décadas mais recentes do país, a principal métrica utilizada neste capítulo são as linhas de pobreza mundial elaboradas pelo Banco Mundial. Essa escolha se fundamenta no objetivo de se estabelecer comparações temporais, o que não seria possível sob uma abordagem multidimensional, tendo em vista que o surgimento de estudos sob essa ótica surgiram, para o caso brasileiro, no final dos anos 90 e no início dos anos 2000. No entanto, sempre que possível, dados que refletem o desenvolvimento humano nos períodos considerados são apresentados.

Os trabalhos que analisam a pobreza no Brasil sob uma perspectiva monetária são numerosos, de tal forma que a evolução da pobreza absoluta no país é amplamente reconhecida e debatida no meio acadêmico. Sendo assim, os argumentos evidenciados se baseiam nas discussões levantadas pelos estudos desenvolvidos, principalmente de instituições como o Banco Mundial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a FGV Social. Os gráficos apresentados, os quais possuem como fonte órgãos estatísticos brasileiros e instituições internacionais, atuam como instrumentos que auxiliam na contextualização do debate vigente em cada intervalo de tempo.

3.1 O Milagre Econômico e o crescimento das desigualdades (1964-1980)

O Brasil passou por um rápido e intenso processo de industrialização ao longo do século XX. As oscilações na demanda por café no mercado internacional, após a crise de 1929, levantaram desconfianças a respeito da sustentabilidade do crescimento econômico pautado no setor agroexportador, fomentando o surgimento de agentes políticos e públicos que enxergavam na indústria o meio de se promover o desenvolvimento e a independência econômica do país.

Dentro desse contexto, houve uma transferência de renda do setor agrícola para a indústria nascente através de políticas estatais, o que teve início na Era Vargas (1930-1945) para, posteriormente, intensificar-se durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A fim de sustentar uma iniciativa de industrialização substitutiva de importações, o novo modo de ocupação geográfica passou a se inter-relacionar com o modelo de produção dentro de um espaço urbano, o qual seria ideal para permitir o processo conjunto de urbanização e industrialização no país. Conseqüentemente, ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 as cidades e capitais brasileiras cresceram expressivamente, levando o país a ser considerado majoritariamente urbano ainda em 1970 (MONTE-MÓR, 2011).

É durante esse processo de ressignificação da ocupação territorial no Brasil que tem início o governo militar, cujo desempenho econômico é uma das suas marcas na história econômica. Entre 1964 e 1980 o Brasil apresentou um crescimento médio anual do seu PIB no valor de 8,2%, enquanto no período conhecido como “milagre econômico”, entre 1968-1974, o crescimento médio foi de quase 11% ao ano¹. Conforme explicitado por Rocha (2013), a indisponibilidade de dados que mostrem a evolução da renda das famílias impede auferir com precisão a evolução da pobreza, mas certamente esse crescimento promoveu a redução do número de pobres absolutos no país.

Procurando contornar a falta de dados, Rocha (2006) agrupa informações sobre os rendimentos dos censos demográficos de 1970 e 1980 para classificar como pobres, ou não pobres, as pessoas que possuem renda familiar per capita inferior ao valor da linha de pobreza estabelecida pelo Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF)². A autora conclui que a redução expressiva da pobreza absoluta no Brasil é esperada tendo em vista o rápido crescimento do PIB per capita no Brasil ao longo da década de 70, conforme pode ser observado pela evolução na proporção de pobres no Brasil entre 1970 e 1980 na Figura 3.1. Essa visão é reforçada por Fox (1990) que, respaldada por um corte no qual as pessoas seriam classificadas como pobres caso a renda domiciliar per capita seja inferior à um quarto do salário mínimo de 2018, verificou uma queda na incidência de pobreza no Brasil em cerca de 50% entre 1960 e 1980, devido, sobretudo, ao crescimento da renda per capita de 6% ao ano, em média.

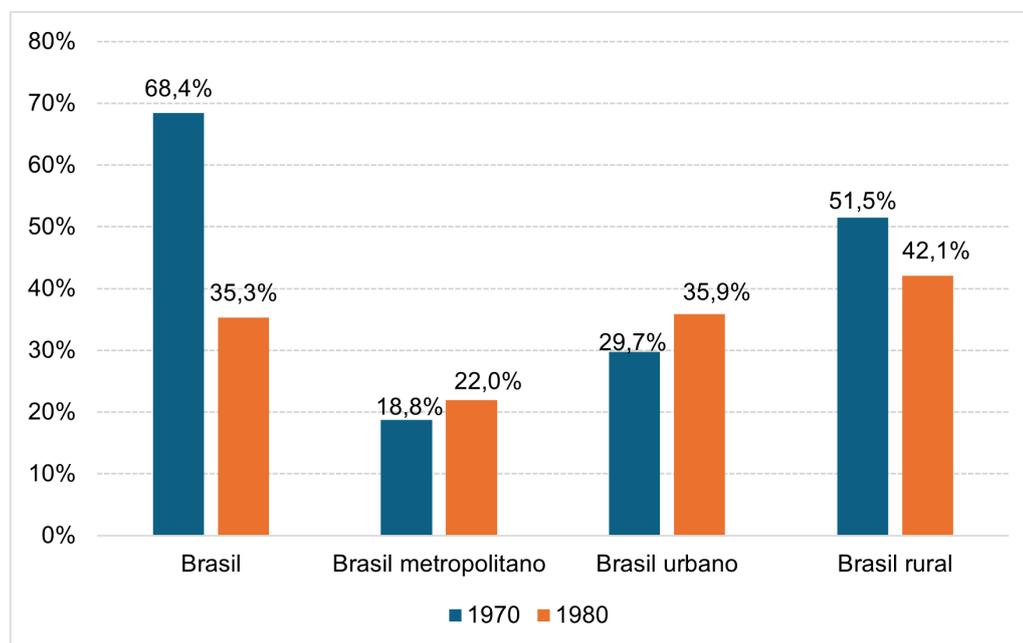
Com base na Figura 3.1 é possível visualizar que a década de 70 viu uma mudança na estrutura geográfica da pobreza, pois os estratos metropolitanos e urbanos apresentaram um crescimento na participação relativa da pobreza, enquanto o estrato rural evidenciou uma queda. Essa nova caracterização da pobreza decorre do novo padrão de produção vigente no país, pautado na consolidação de grandes centros urbanos industriais, sobretudo São Paulo, que se tornou o maior polo de dinamização econômica e de transformação do espaço. Esse processo estendeu-se para muito além das metrópoles, pois integrou os outros espaços regionais na lógica urbano-industrial, inclusive o campo, impondo à ele o seu modelo produtivo através da expansão da base material requerida pela sociedade. O campo, antes independente e autônomo, passou a depender e se inter-relacionar com o novo tecido urbano do país para a obtenção de alimentos e bens de consumo básico (MONTE-MÓR, 2006; MONTE-MÓR, 2011).

Em decorrência disso, houve uma migração em massa com trabalhadores saindo de ocupações no setor primário nas áreas rurais em direção às grandes metrópoles, o que levou ao acúmulo de uma grande quantidade de mão de obra pouco qualificada nos cen-

¹ Fonte dos dados: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais.

² O ENDEF foi uma pesquisa estatística, cuja amostra resultante foi de aproximadamente 55.000 pessoas. Ela foi feita pelo IBGE em parceria com a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e seu objetivo era analisar a estrutura de despesa familiar da população brasileira e identificar o seu estado nutricional.

Figura 3.1 – Proporção de pobres em relação à população do subgrupo (%), estrato de residência, Brasil; 1970 e 1980



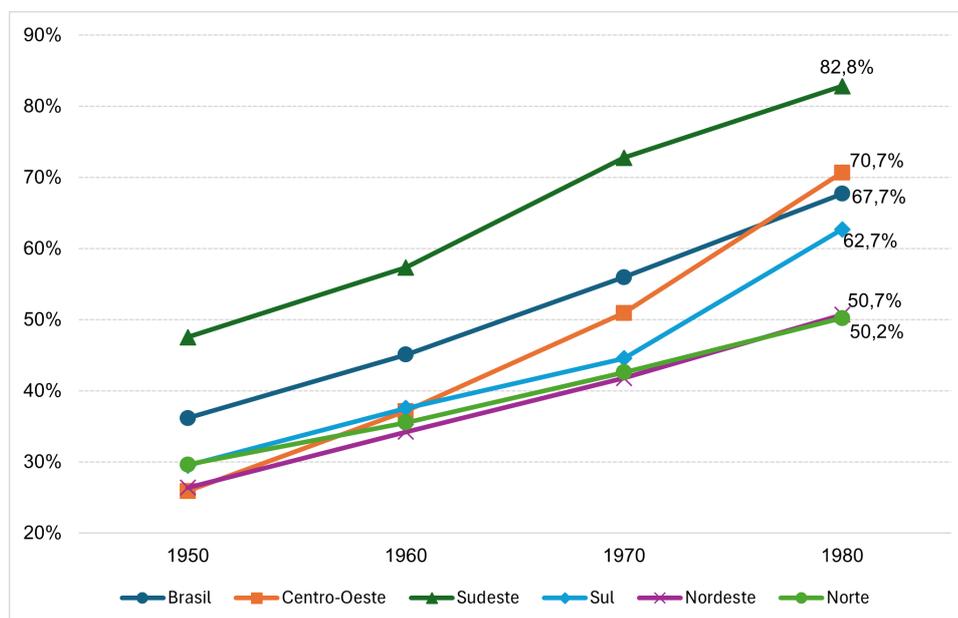
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rocha (2006).

tros urbanos. A Figura 3.2 demonstra como esse movimento foi generalizado para todas as regiões do Brasil e, também, expressa como essa transição demográfica ocorreu com diferentes intensidades a depender da região do país. A consequência desse movimento é o aumento da participação relativa da pobreza urbana no total da pobreza até o fim da década de 70. Destaca-se, todavia, que mesmo diante do influxo da população rural em massa, houve uma trajetória de queda na proporção de pobres no país como um todo (ROCHA, 2013)

Desatentar para a pobreza rural, no entanto, seria um equívoco, pois tanto em 1970 quanto em 1980 a pobreza no Brasil se concentrava, em maior parte, nessa região, como pode ser visto pela Figura 3.1. Isso ocorreu mesmo com o Brasil sendo um país majoritariamente urbanizado nessas décadas, com mais de 65% da população residindo em áreas urbanas em 1980, consoante à Figura 3.2. A região com o pior desempenho na área rural foi o Nordeste, que, além de concentrar a maior parte da pobreza rural do país nos Censos de 1970 e 1980, apresentou uma trajetória de crescimento da participação da sua pobreza no total da pobreza rural do país, saindo de 46% em 1970 para 61% em 1980 (ROCHA, 2006).

Ainda se tratando de regiões brasileiras, pode-se perceber que o súbito crescimento econômico do país gerou efeitos concentradores de renda. A Figura 3.3 exprime como os ganhos de produtividade foram absorvidos de maneira desigual entre as regiões do Brasil, acentuando desigualdades regionais que já haviam sido constatadas na década

Figura 3.2 – Parcela da população (%) residindo em domicílios urbanos, Brasil e macrorregiões; 1950-1980



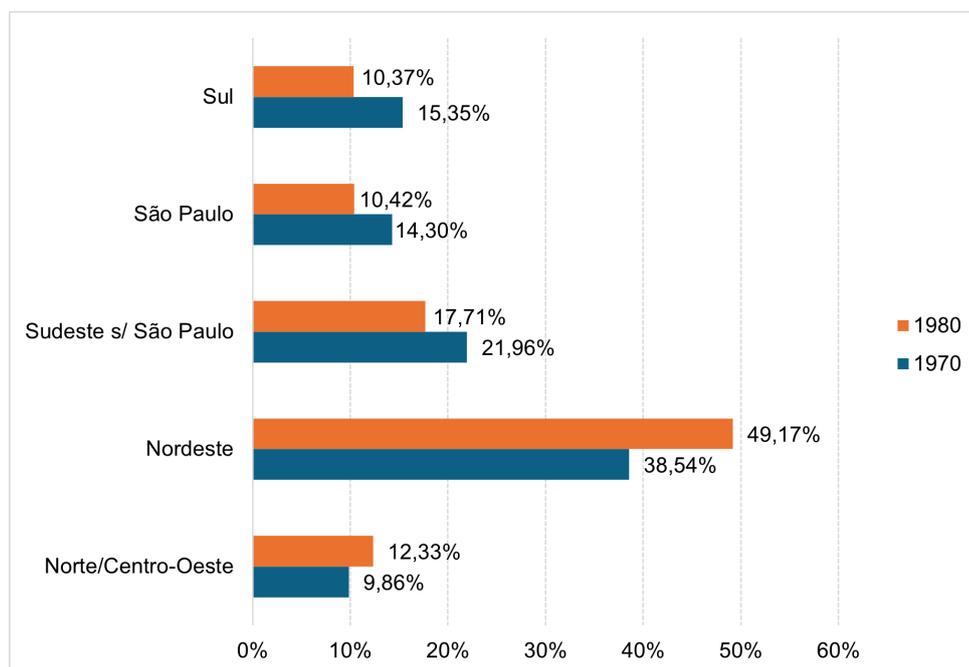
Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

de 50, o que se deve ao fato das novas políticas econômicas terem se voltado para as regiões onde as indústrias se concentravam, sobretudo no Sudeste. Em decorrência da urbanização e industrialização mais lenta do Norte e Nordeste do país, consoante com o que foi explicitado na Figura 3.2, essas regiões verificaram um aumento na participação total do número de pobres ao longo da década de 70. Novamente, o Nordeste apresentou os piores resultados relativamente às outras regiões, fazendo com que a sua participação no número de pobres aumentasse (ROCHA, 2006; ROCHA, 2013).

É importante recordar que, nesse período, o combate à pobreza e a mitigação da desigualdade não estavam inseridas no centro da agenda política, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, pois o foco dos governos estava voltado para o crescimento econômico, embora o meio acadêmico já alertasse para a trajetória de piora na distribuição de renda brasileira diante da inação governamental (FISHLOW, 1972). As lideranças políticas aceitaram que a desigualdade seria produto do aumento da produtividade no país e que não havia nada que pudesse ser feito diante do expressivo crescimento brasileiro. Dessa forma, os problemas relacionados ao aumento das desigualdades regionais no país e à maior concentração da pobreza nas áreas rurais não foram alvo de políticas públicas focalizadas, salvo raras exceções (ROCHA, 1997).

Apesar do crescimento econômico ter explicado a maior parte da redução na incidência e intensidade da pobreza mensurada monetariamente (FOX, 1990), o modo como essa renda é convertida em capacidades efetivas do indivíduo podem variar drasticamente (SEN, 2000b), conforme discutido na subseção 2.2. Dessa forma, faz-se necessário avaliar

Figura 3.3 – Participação no número de pobres (%), macrorregiões e estratos, Brasil; 1950 e 1960



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rocha (2006).

alguns indicadores de desenvolvimento humano com o objetivo de analisar o possível aumento nas liberdades reais disfrutadas pela população, o que foi feito em alguns estudos empíricos na literatura. Rocha (2013), por exemplo, atenta para a lenta redução na taxa de analfabetismo do país, que saiu de 39,6% em 1960 para 33,6% em 1970 e 25,5% em 1980³. Fox (1990), por sua vez, pondera que, apesar dos indicadores sociais brasileiros terem apresentado uma evolução contínua entre 1970 e 1980, eles ainda estavam em níveis muito abaixo de países com rendas per capita semelhantes. A autora considera especialmente alarmante a elevada participação de menores na força de trabalho.

Com base nos dados do Banco Mundial⁴, o período entre 1970 e 1980 viu uma redução na taxa de mortalidade infantil brasileira mais lenta que no período entre 1980 e 1990, com quedas no valor de 27,6% e 34,3% respectivamente, apesar do crescimento econômico muito superior no primeiro intervalo de tempo⁵. Adicionalmente, o Brasil possuía uma taxa de matrícula no ensino primário inferior à média mundial em 1964 e em 1970, sendo que o país somente superaria a média internacional em 1978, no final do governo militar e após o “milagre econômico”, denotando uma melhora gradual e lenta nos indicadores sociais do país.

³ Os dados foram fornecidos pela autora com base nos Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970. Foram considerados os analfabetos como percentual da população de 15 anos ou mais

⁴ A base de dados aberta do Banco Mundial se encontra disponível em <<https://databank.worldbank.org/home>>

⁵ Foram consideradas a mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos para cada 1000 nascimentos.

3.2 A transição democrática e os desafios da hiperinflação (1981-1993)

A partir de 1981 há uma ruptura na trajetória de crescimento econômico do Brasil, pois o país apresentaria a sua primeira queda no PIB, de 4,3%, desde o início das contas nacionais computadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente, o segundo choque do petróleo, em 1979, fez com que o governo militar aumentasse as suas taxas de juros com o objetivo de manter o fluxo de capital estrangeiro no país, tendo em vista que essa foi a principal forma de financiamento do bom desempenho da economia brasileira ao longo da década de 70. Tal fato levaria ao encarecimento dos serviços da dívida do país que, juntamente dos os choques exógenos advindos com a crise de dívida externa da América Latina em 1982, implicariam em sucessivas recessões, e subsequentes recuperações econômicas, e na degradação da situação da dívida externa brasileira (FOX; MORLEY, 1991; ROCHA, 2013).

Consequentemente, o Brasil viria a apresentar o seu pior desempenho em termos de crescimento do PIB até então, uma média de 2% ao ano entre 1981 e 1990⁶. O comportamento da pobreza absoluta, por sua vez, esteve fortemente correlacionado com a variação do PIB e, a partir de 1986, com a inflação, devido ao impacto do controle da hiperinflação, a qual corroía a renda real dos domicílios brasileiros (WORLD BANK, 1995). A Figura 3.4 demonstra essa relação, onde pode ser visto um aumento ou redução na proporção de pobres⁷ em decorrência de variações positivas ou negativas do PIB, respectivamente. A maior disponibilidade de dados no período, sobretudo com os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), permitem uma análise mais fundamentada do quadro social à época, em contrapartida à escassez informacional da década de 70 (ROCHA, 2013).

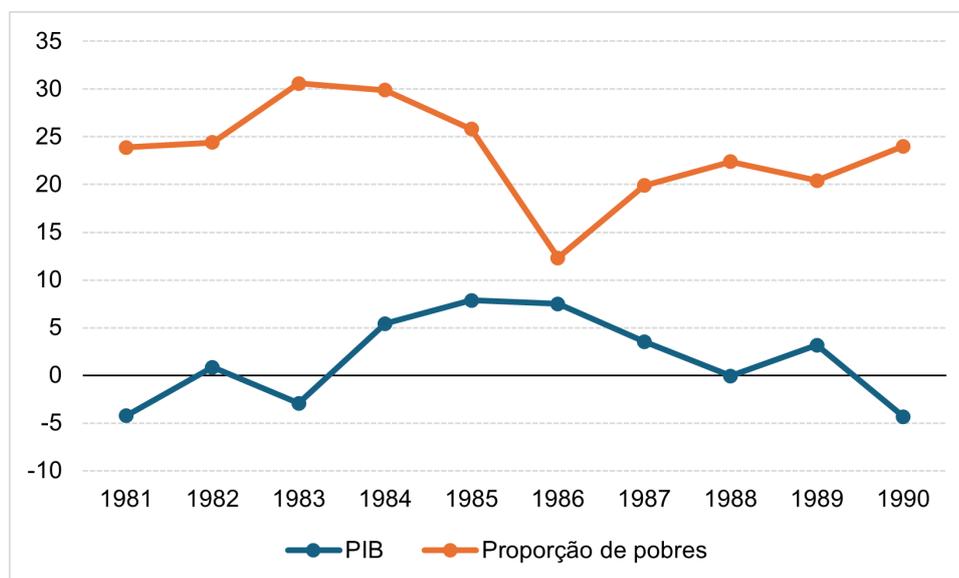
Houveram mudanças no comportamento da pobreza ao longo da década, o que pode ser ignorado se levarmos em conta somente os resultados conjunturais em 1981 e 1990. Seguindo a Figura 3.4, a pobreza aumentou entre 1981 e 1983, reduziu até 1986 e, por fim, voltou a subir a partir de 1987. De acordo com Datt e Ravallion (1992), a queda na renda média entre 1981 e 1983, somado a uma piora na distribuição da renda brasileira, foram os principais fatores que contribuíram para o aumento da pobreza no período. Fox e Morley (1991) concluem que qualquer aumento na pobreza verificado nesse intervalo de tempo é explicado pela recessão que ocorreu entre 1981 e 1983. A partir de 1984 a economia brasileira passa a ser caracterizada pelo fim da recessão e a retomada do crescimento econômico com taxas expressivas⁸. Concomitantemente à isso, houve a aceleração da inflação no país, em decorrência das crises de dívidas externas nos países latino-americanos,

⁶ Com base nos dados fornecidos pelo IBGE.

⁷ Proporção de pobres em relação à população total vivendo abaixo da linha de pobreza de 2,15 dólares diários, PPC aos valores de 2017. Dados obtidos junto ao Banco Mundial.

⁸ Apesar das taxas de crescimento expressivas, é importante ressaltar que a base de comparação era muito baixa, o que significa que o crescimento efetivo do PIB em relação aos patamares 1980 é menor.

Figura 3.4 – Variação percentual do PIB e da proporção de pobres em relação à população total (%), Brasil; 1981-1990



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e do Banco Mundial.

a qual saltou de 164,01% em 1983, um patamar que já era elevado, para 215,26% e 242,23% em 1984 e 1985, respectivamente⁹. O comportamento da pobreza, por sua vez, teve correlação com as taxas de crescimento do PIB, reduzindo-se aos patamares anteriores à crise (DATT; RAVALLION, 1992).

Como pode ser visto pela Figura 3.4, houve uma queda expressiva na pobreza entre 1986 e 1987, marcando um novo ponto de inflexão nessa década com as contribuições do Plano Cruzado para o controle da inflação em um primeiro momento. Esse resultado se deve ao aumento geral dos salários, um dos pontos centrais do plano, somado ao aumento do poder de compra da população devido à redução acentuada da inflação no ano de 1986, que foi contabilizada em 79,66%. Entretanto, os preços voltaram a aumentar rapidamente já em 1987 para, posteriormente, atingir patamares elevadíssimos a partir de 1988¹⁰, durante mais uma recessão no país. No que tange à proporção de pobres, observa-se que ela voltou a aumentar em 1987, apesar da economia brasileira ter crescido, voltando à sua correlação original com a taxa de crescimento do PIB a partir de 1988, revertendo quase todo o ganho gerado pelo Plano Cruzado. Observa-se, então, que além de estar correlacionada com a variação do PIB, a pobreza absoluta também responde às variações na inflação, o que é esperado já que o aumento dos preços implica na redução dos ganhos laborais dos trabalhadores em termos de consumo efetivo (ROCHA, 1986; FOX; MORLEY, 1991; WORLD BANK, 1995; ROCHA, 2006; ROCHA, 2013).

⁹ Com base no IPCA acumulado no ano fornecido pelo IBGE.

¹⁰ O IPCA acumulado no ano para 1987, 1988 e 1989 foi de 363,41%, 980,21% e 1.972,91%, respectivamente

Com respeito ao desempenho da década como um todo, Rocha (1997) explicita que os resultados encontrados pelos trabalhos acadêmicos que analisaram a evolução da pobreza no Brasil, entre 1981 e 1990, variaram a depender da linha de pobreza utilizada. Os estudos pautados no uso de linhas de pobreza diferenciadas, as quais levam em consideração as diferenças nos custos de vida para diferentes regiões, denotaram estabilidade ou uma leve redução na pobreza, enquanto aqueles baseados em uma única linha de pobreza mostraram um aumento incremental. Essa não é uma regra geral, já que Datt e Ravallion (1992), utilizando como linha de pobreza uma renda domiciliar per capita inferior a um quarto do salário mínimo¹¹, encontraram uma tendência de estabilidade da pobreza no período, concomitantemente a uma redução na parcela de renda domiciliar em posse dos domicílios pobres. Hoffman (1995), por sua vez, encontra um aumento na pobreza absoluta em 1990 em relação à 10 anos antes.

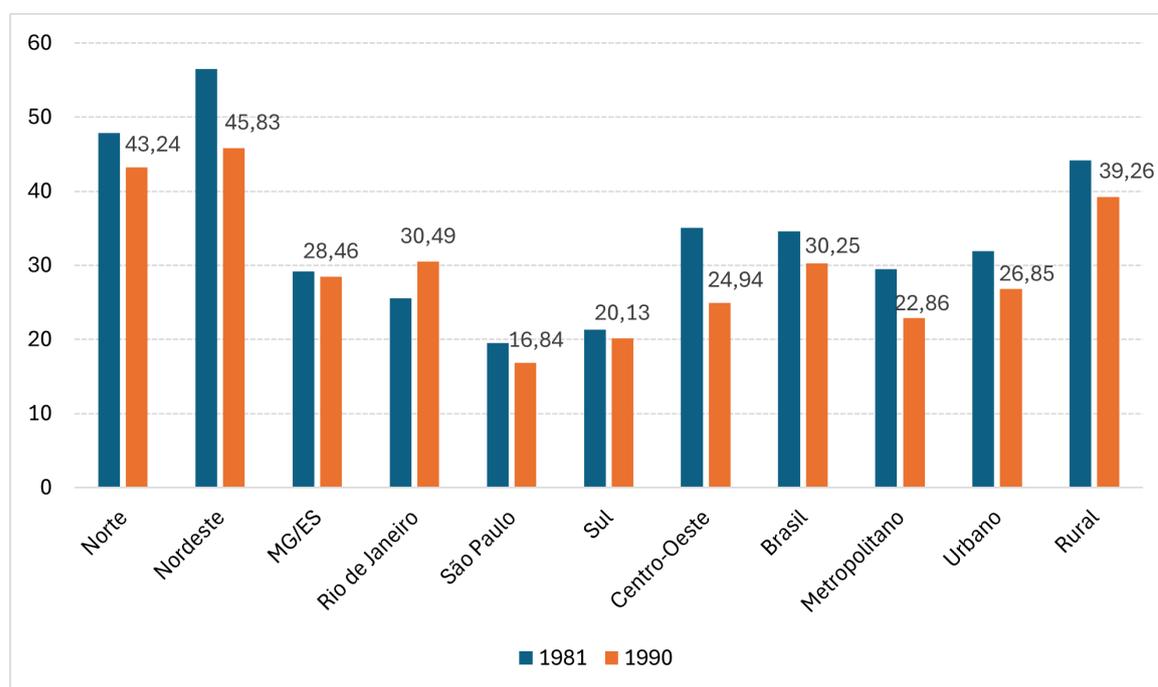
Rocha (2006) defende que houve uma queda na proporção da pobreza em relação à população total, embora o número de pobres no país tenha se mantido relativamente estável entre 1981 e 1990. A Figura 3.5 mostra os dados agrupados por Rocha (1995) com base na PNAD, onde pode ser observada uma pequena queda na proporção de pobres no Brasil no ano de 1990 em relação à 1981, sobretudo com resultados mais favoráveis para o Nordeste, o que teria contribuído para a redução das desigualdades regionais que se consolidaram no país ao longo dos governos anteriores. A autora ressalta que a queda na proporção da pobreza absoluta no Centro-Oeste é ilusória, tendo em vista o forte movimento migratório para a região devido à expansão da nova fronteira agrícola e do crescimento de Brasília. Dessa forma, apesar de haver uma queda efetiva na sua proporção de pobreza, o número de indivíduos pobres nessa região do país manteve-se relativamente estável.

Outro ponto interessante é que o período entre 1981 e 1990 deflagra um processo de urbanização da pobreza, o qual foi iniciado na década de 70 e intensificado na década 80, o que está em consonância com os dados explicitados na Figura 3.6. Adicionalmente, verificam-se impactos mais acentuados das crises recessivas nas regiões Sudeste e Sul do que no Nordeste do país. Ambos os movimentos podem ser explicados pela maior difusão dos efeitos da recessão nos novos polos econômicos do país, especialmente na região Sudeste. O Nordeste e o Brasil rural, então, diminuíram sua participação relativa na pobreza devido à menor modernização dessas regiões, tornando-as menos suscetíveis às variações de renda laboral menos qualificada, as quais estavam concentradas em regiões urbanas e metropolitanas, e que foram especialmente afetadas pelas crises econômicas (ROCHA, 1986; ROCHA, 2006).

Entre 1990 e 1993 o Brasil passa por mais uma recessão com variações negativas no seu

¹¹ Os autores ajustaram esse valor pela inflação de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo em vista a sua focalização nas cestas de consumo das famílias com rendimentos menores.

Figura 3.5 – Proporção de pobres no Brasil em relação à população total (%), macrorregiões, estrato de residência e outros estratos, Brasil; 1981-1990



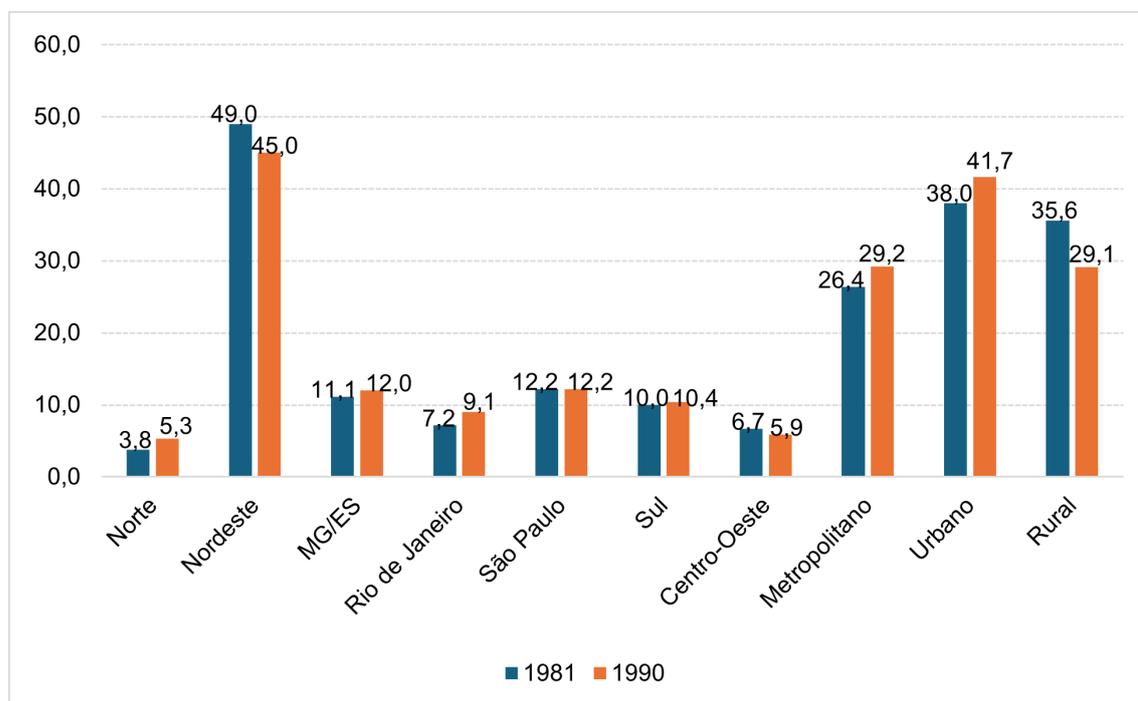
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rocha (1995).

PIB em 1990 e 1993¹², além de um crescimento médio de 0,3% ao ano durante o período. Em direção contrária à correlação verificada anteriormente entre a taxa de variação do PIB e a proporção de pobres, a pobreza durante essa crise apresentou uma trajetória de estabilidade, isto é, a recessão não teve como consequência o aumento da pobreza de forma generalizada. Ademais, os efeitos espacialmente diferenciados desse fenômeno social demonstraram continuidade em relação à década precedente, especialmente o aumento da pobreza em regiões metropolitanas, sobretudo São Paulo, e a diminuição na participação relativa da pobreza rural e no Nordeste. Apesar dessa mudança estrutural e espacial, a pobreza no Brasil em 1993 ainda era majoritariamente rural e estava difundida por todo o Nordeste. No restante do país, ela se encontrava concentrada em grandes centros urbanos como São Paulo ou Rio de Janeiro, locais onde a pobreza estava intrinsecamente relacionada às condições do mercado de trabalho (ROCHA, 1997; ROCHA, 2006; NERI; MELO; MONTE, 2012)

Fox e Morley (1991) atentam para o aumento da integração entre as áreas urbanas e rurais do país ao longo desse período, pois ambos os locais passaram a conter chefes de domicílios empregados em atividades do setor primário. Segundo os autores, a força de trabalho na agricultura entre 1981 e 1993 foi caracterizada por um aumento na formalidade

¹² As taxas de crescimento do PIB nesses anos foram de -4,3% e -0,5%, respectivamente, segundo dados fornecidos pelo IBGE.

Figura 3.6 – Participação no número de pobres (%), macrorregiões, estrato de residência e outros estratos, Brasil; 1981-1990



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rocha (2006).

do emprego. Um relatório feito pelo Banco Mundial em 1995 (WORLD BANK, 1995) argumenta que as transições ocupacionais dos trabalhadores entre o setor formal e informal foram o principal mecanismo de ajuste do mercado de trabalho às variações na atividade econômica e, segundo as distribuições ocupacionais dos chefes de domicílio, a distinção clássica entre o urbano e o rural no Brasil não faria mais sentido. Essas conclusões estão em consonância com o argumento apresentado por Monte-Mór (2011) de que a urbanização teria ocorrido para além das metrópoles e áreas urbanizadas, podendo ser interpretada como uma espécie de “tecido urbano” que impôs sua lógica produtiva sobre todo o espaço social.

Por fim, é necessário reconhecer o avanço proporcionado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). A sua promulgação representou a legitimação dos direitos políticos e sociais que haviam sofrido retrocesso durante o regime militar. Esse novo contexto normativo representou uma reorientação no fornecimento de serviços essenciais à sociedade, pois a CF/88 estabeleceu um extenso rol exemplificativo de direitos que exigem uma prestação positiva por parte do Estado, como é o caso do direito à saúde e à educação ou, então, o direito de assistência aos desamparados, o qual ampara a existência dos programas de assistência social¹³. É notável que o progresso ideológico possibilitado pela nova Carta

¹³ O direito de assistência aos desamparados está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Adicionalmente, uma Emenda Constitucional em 2021 garantiu o direito a uma renda básica domiciliar, fornecida por transferências governamentais, para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Magna forneceu a base para o surgimento de políticas assistencialistas locais na primeira metade da década de 90, além das suas expansões a nível nacional a partir dos anos 2000 (ROCHA, 2013).

3.3 O impacto do Plano Real e a Era Dourada no combate à pobreza (1994-2014)

O desempenho econômico brasileiro entre 1960 e 1995 foi marcado por oscilações abruptas nos preços gerais da economia, o que fez com que o Brasil apresentasse a maior inflação do mundo no período (NERI, 2006). O Plano Real, de julho de 1994, promoveu o controle da inflação que assolava os brasileiros desde meados da década de 80, fazendo com que o governo pudesse focalizar suas políticas públicas em outras áreas que não o controle inflacionário. Com base no IPCA acumulado no ano, fornecido pelo IBGE, a inflação saiu de 916,43% em 1994 para 22,41% e 9,56% em 1995 e 1996, respectivamente, permanecendo abaixo dos dois dígitos até 2002, o que denota o sucesso do Plano Real como o primeiro plano de estabilização capaz de controlar a inflação no longo prazo.

No que tange à pobreza, pode-se afirmar que a estabilidade de preços por si só foi capaz de promover uma redução em seus níveis, pois os pobres é quem são os mais afetados pela corrosão do poder de compra (ROCHA, 1997), tendo em vista a ausência de instrumentos por parte dessa população para se proteger do aumento generalizado de preços¹⁴. Neri (2006), por exemplo, destaca que os aumentos de renda da população entre 1993 e 1995 foram, na média, superiores àqueles verificados no milagre econômico, o que denota o relevante impacto da estabilização monetária sobre os rendimentos domiciliares, contribuindo diretamente para a redução da pobreza extrema. Neri, Considera e Pinto (1996), no mesmo sentido, concluem que, entre junho de 1994 (um mês antes do real entrar em vigor) e setembro de 1995, a pobreza caiu entre 12% e 31% a depender da linha de pobreza adotada. Segundo dados do Banco Mundial, a proporção de pobres no Brasil, mensurada com base na linha de pobreza absoluta de 2,15 dólares diários, saiu de 22,1% em 1993 para um 14,7% em 1995¹⁵.

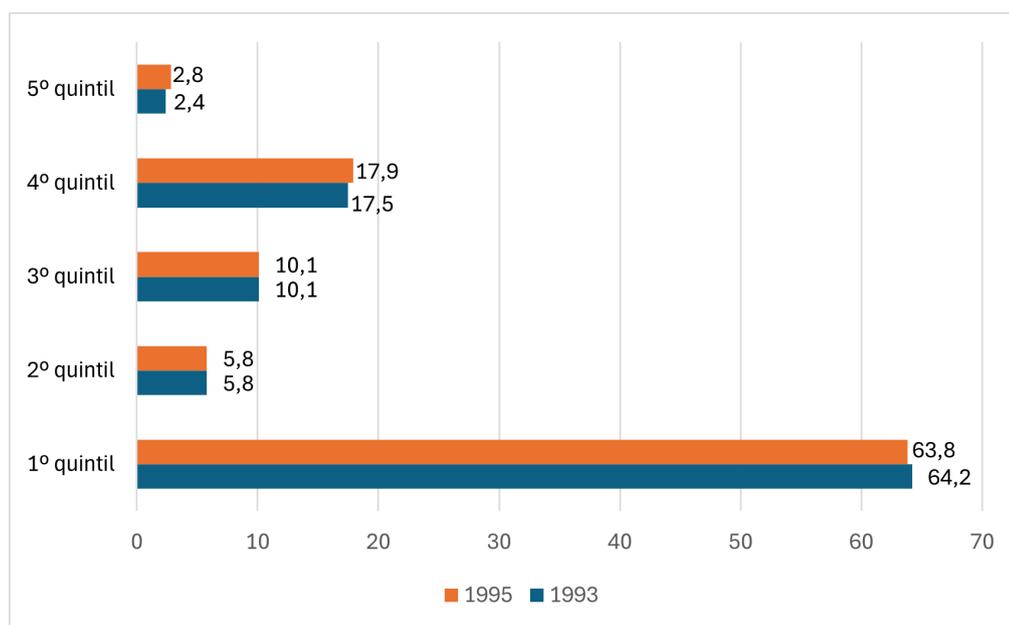
Segundo Rocha (2006), a estabilização proporcionada pelo Plano Real contribuiu para a redução da pobreza devido aos ganhos distributivos diferenciados, os quais se concentraram, em sua maioria, na base da distribuição de renda brasileira. A autora explicita, com base na PNAD, que no décimo mais baixo da distribuição o rendimento médio real dobrou entre 1993 e 1995, enquanto o segundo décimo mais baixo apresentou um crescimento real de 47%. Analogamente, Neri, Considera e Pinto (1996) argumentam que o Plano Real

¹⁴ É importante recordar que a inclusão financeira da população brasileira na década de 90 era muito inferior aos níveis atuais.

¹⁵ *Poverty headcount ratio*, PPC aos valores de 2017. Os dados abertos agrupados pelo Banco Mundial foram obtidos com base na PNAD.

foi capaz de reverter o processo cumulativo de renda que era observado até então, o qual era caracterizado por maiores reduções de renda nas camadas mais baixas da população em momentos de inflação ascendente. Os autores observam que, após a implementação do plano econômico, os décimos mais baixos da distribuição experimentaram os maiores ganhos de renda. De qualquer forma, os dois trabalhos empíricos destacam a relevância dos aumentos reais do salário mínimo nesse período para o aumento do rendimento das famílias.

Figura 3.7 – Parcela da renda total (%) acumulada por cada um dos quintis da distribuição de renda, Brasil; 1993-1995



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

De acordo com os trabalhos citados anteriormente e com base na Figura 3.7, pode-se perceber que, logo após a implementação do Plano Real, os maiores ganhos relativos proporcionados com a estabilização monetária foram absorvidos pela base da distribuição de renda brasileira. Esse processo fomentou o surgimento de estudos empíricos que buscavam avaliar a relação entre a desigualdade, a pobreza, a inflação e o crescimento econômico no Brasil. Enquanto nas décadas anteriores o debate sobre a pobreza se encontrava restrito à instituições como o IPEA ou o Banco Mundial, como pode ser visto pelas fontes citadas nas subseções 3.1 e 3.2, a partir da virada do milênio pode ser observado um grande crescimento na produção de trabalhos por parte do meio acadêmico, o que permitiu a publicação de diversos estudos sobre o tema nas principais revistas científicas do Brasil.

Um exemplo é o trabalho realizado por Hoffman (1998), o qual conclui, com base no índice T de Theil¹⁶, no coeficiente de Gini e na distribuição do rendimento familiar

¹⁶ O índice de Theil é uma medida estatística utilizada para mensurar a desigualdade econômica e outros fenômenos sociais. Para mais informações consultar Theil (1967).

per capita do Brasil em 1997, que bastaria realocar 6,6% da renda dos 10% mais ricos para resolver a questão da pobreza no Brasil. Barros, Henriques e Mendonça (2001), respaldados pelas mesmas três variáveis, desenvolvem um estudo empírico que defende a possibilidade de solução da indigência no Brasil, a qual se concentrava em 14% da população total em 1997, através da realocação de 2% da renda das famílias brasileiras, enquanto 8% da renda familiar no país seria o suficiente para erradicar toda a pobreza. Entretanto, ainda segundo o trabalho, o crescimento econômico foi responsável por 84% da redução da pobreza no Brasil entre 1993 e 1995, o que demonstra que, embora a redistribuição de renda seja importante no combate à pobreza, é inegável a primazia do desempenho do PIB para a solução desse problema.

Em mesmo sentido, Barros et al. (2000) elaboram um painel de dados para as seis maiores regiões metropolitanas do Brasil com o objetivo de analisar a relação da inflação e do desemprego com a pobreza e a desigualdade de 1982 até 1997. Respaldados por modelos de dados empilhados e de efeitos-fixos, os autores demonstram que há uma relação relativamente fraca da inflação com a pobreza e a desigualdade, especialmente com essa, enquanto aquela possui uma relação mais forte com o desemprego, o qual é utilizado como uma *proxy* para crescimento econômico pelos pesquisadores¹⁷. Adicionalmente, Neri, Considera e Pinto (1996) observam que, logo após o Plano Real, os indicadores de pobreza apresentaram melhoras de maior magnitude do que os de desigualdade, o que teria acontecido devido ao forte crescimento econômico verificado no período. Rocha (2006), semelhantemente, apresenta dados que demonstram o esgotamento dos efeitos distributivos da estabilização monetária sobre a pobreza já em 1996, momento em que a proporção de pobres estagnaria em 34% e assim permaneceria durante os próximos anos, já que a economia brasileira voltaria a estagnar¹⁸.

O desempenho adverso da economia brasileira entre 1998 e 2003, marcado por fortes oscilações na taxa de crescimento do PIB, não gerou efeitos significantes sobre o nível de pobreza devido à política vigente de valorização do salário mínimo, a qual era caracterizada por reajustes acima da inflação desde 1996. Conseqüentemente, mesmo com o baixo dinamismo econômico no período, quase todos os décimos da distribuição de renda brasileira apresentaram ganhos reais de 25% nesse intervalo de tempo. Ademais, ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) haviam sido criados quatro programas de transferência de renda a nível federal. Os benefícios propiciados pela estabilização monetária permitiriam que o governo fizesse uso dessa moeda, agora estável, para realizar

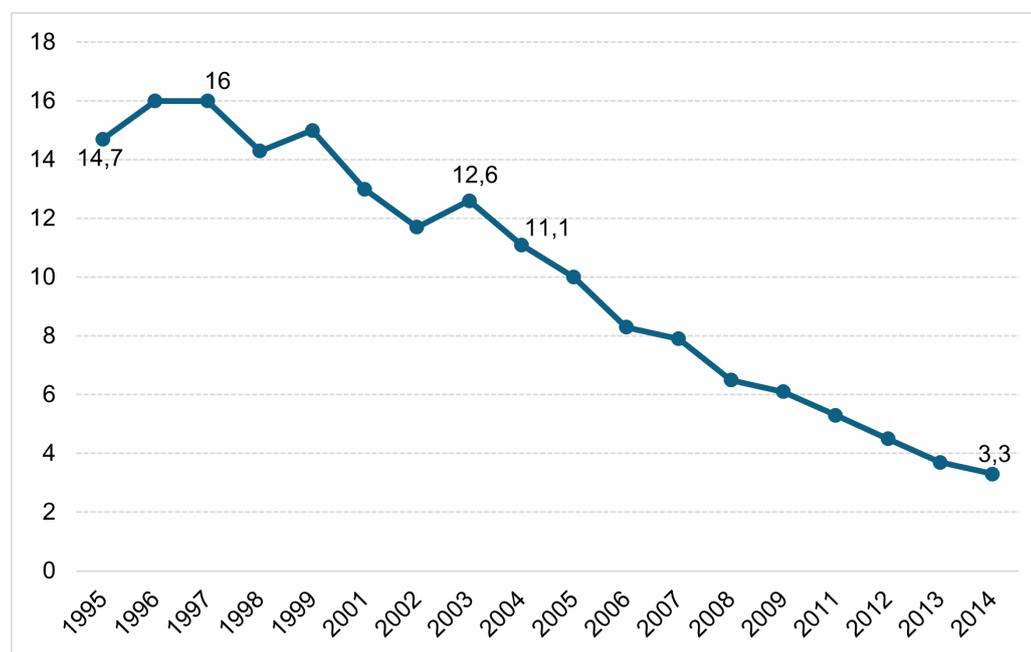
¹⁷ Além disso, os pesquisadores estimam outros dois modelos com base em séries temporais agregadas para todas as áreas metropolitanas do Brasil. Os resultados são semelhantes àqueles verificados no modelo de efeitos-fixos.

¹⁸ O Brasil apresentou um bom desempenho do PIB logo após a implementação do Plano Real, obtendo variações positivas de 5,8% em 1994, 4,2% em 1995, 2,2% em 1996 e 3,4% em 1997. No entanto, ao iniciar mais uma recessão, o país crescerá somente 0,3% e 0,5% em 1998 e 1999, respectivamente, segundo dados fornecidos pelo IBGE.

a distribuição de renda da qual o país tanto necessitava. O 1º governo Lula (2003-2011)¹⁹ fez bom uso desse novo contexto de inflação controlada para promover a expansão dos programas de transferência de renda criados (ROCHA, 2013; NERI, 2014b).

O 1º governo Lula e o início do 1º governo de Dilma Rousseff (2011-2014), no que tange ao estudo da pobreza, pode ser caracterizado pela ruptura com a história brasileira desse fenômeno social. Se no governo militar a redução da pobreza se deu por conta do expressivo crescimento do produto verificado no milagre econômico, e na década de 80 e 90 a proporção de pobres respondeu às variações nos ciclos econômicos vivenciados pelo Brasil, o período entre 2004 e 2014 foi marcado por uma redução contínua e sustentada no nível pobreza por motivos que vão além do desempenho do PIB, levando o Brasil a um novo patamar na proporção de pobres que perdura até os dias atuais. Nesse sentido, esse período pode ser interpretado como uma “Era Dourada” (*Golden Age*)²⁰ no combate à pobreza. A Figura 3.8 representa visualmente o que se quer dizer com isso, onde pode ser observada a redução significativa na proporção de pobres com base na linha de pobreza absoluta de 2,15 dólares diários do Banco Mundial a partir de 2004.

Figura 3.8 – Proporção de pobres em relação à população total (%), Brasil; 1995-2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

¹⁹ O 1º governo Lula, na presente dissertação, engloba os seus dois primeiros mandatos, período que vai de 2003 a 2011. O 2º governo Lula, portanto, refere-se ao atual mandato do presidente iniciado em 2023.

²⁰ A expressão *Golden Age* (também conhecida em português como Idade Dourada, Era de Ouro ou Idade de Ouro) tem origem na mitologia grega, onde era empregada para caracterizar um período marcado por paz, harmonia, estabilidade e prosperidade. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado como metáfora por historiadores para denotar o auge de civilizações e Estados, momento em que as maiores conquistas filosóficas, sociais, científicas e militares de determinados povos são verificadas.

Essa queda expressiva fez com que o país atingisse sua meta de combate à pobreza nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os quais foram elaborados pela ONU, já em 2008. Enquanto o prazo estipulado internacionalmente para que os países atingissem os valores almejados foi de 25 anos, o Brasil o faria em apenas seis (NERI; VAZ; SOUZA, 2013). Conforme visto até então, o crescimento econômico tem sido o fator mais relevante para reduzir a pobreza absoluta, mas alguns estudos citados anteriormente destacam o papel da redistribuição de renda. Embora a desigualdade brasileira viesse caindo desde o fim da década de 90, a intensidade da sua queda dobrou entre 2003 e 2011 devido a dois fatores, de acordo com Rocha (2013). O primeiro se refere à melhoria na distribuição do rendimento do trabalho, que representa 75% da renda das famílias. O segundo trata das transferências assistenciais que, embora correspondam a pouco mais de 1,3% da renda das famílias no período, contribuíram com 18% da queda total na desigualdade.

Com o objetivo de separar os efeitos do crescimento econômico dos efeitos distributivos da renda sobre a pobreza, Kakwani e Pernia (2000) desenvolvem uma métrica que relaciona as três variáveis. Os autores decompõem a mudança total na pobreza em dois fatores: (i) o impacto do crescimento econômico na redução da pobreza quando a distribuição de renda não muda e (ii) o efeito da redistribuição de renda sobre a pobreza quando a renda total não muda. Dessa forma, a redução total da pobreza pode ser representada pela soma de dois efeitos, um referente ao crescimento econômico, o qual é sempre negativo, e outro que se refere à desigualdade, podendo esse ser negativo ou positivo. Caso o efeito desigualdade seja negativo, teremos que o crescimento econômico levou a uma mudança na distribuição de renda em favor dos mais pobres e, portanto, pode-se falar que o crescimento foi “pró-pobre”²¹.

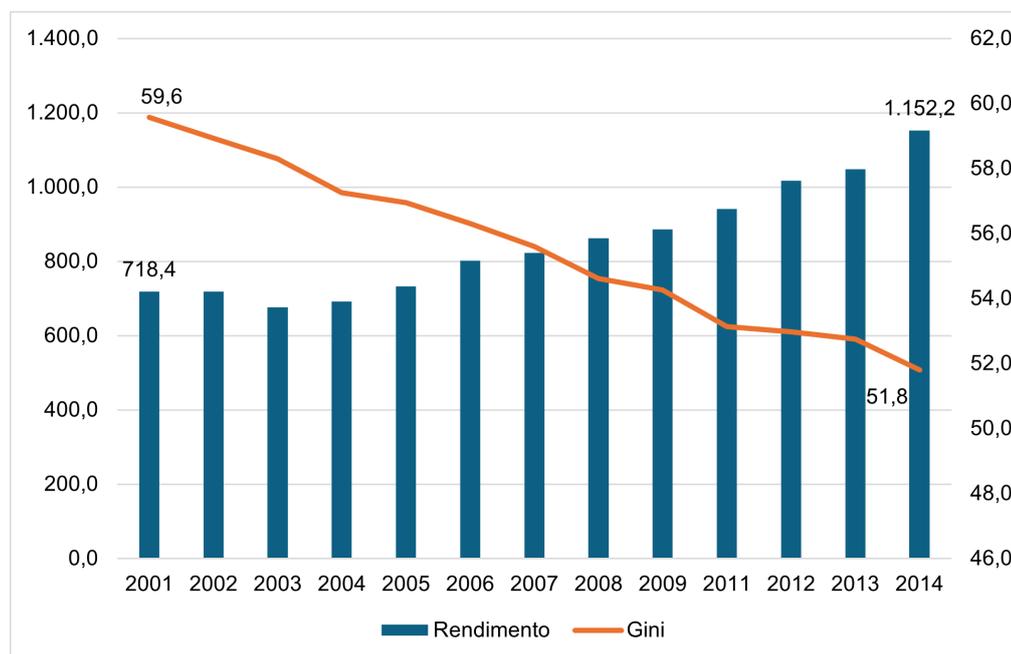
Neri (2012) mensura uma queda na pobreza de aproximadamente 14% entre 2001 e 2011. Através da metodologia proposta por Kakwani e Pernia (2000), o pesquisador conclui que pouco mais da metade dessa variação foi explicada por mudanças na desigualdade de renda, as quais foram ocasionadas pela expansão das transferências de assistência social, como as do Programa Bolsa Família (PBF), cuja cobertura mais que dobrou o 1º governo Lula²². Os autores expõem, ainda, que sem a redução na desigualdade verificada nesse período, a renda média precisaria aumentar cerca de 89% para que a pobreza apresentasse a mesma queda, sendo que o seu crescimento no período foi de 32%. A Figura 3.9 apresenta esses dados ao demonstrar o aumento contínuo do rendimento domiciliar per capita e a melhora na distribuição de renda do país através de uma queda no índice de Gini²³.

²¹ O efeito crescimento é sempre negativo, no sentido de que o crescimento sempre leva a uma redução da pobreza. O efeito desigualdade pode assumir ambos os sinais e, sendo ele positivo, pode-se concluir que a alocação de renda gerada pelo crescimento econômico favoreceu o topo da distribuição de renda.

²² De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o número de benefícios do PBF saiu de 6.571.839 em 2004 para 13.995.978 em 2014, um aumento de 112,96%.

²³ O índice de Gini, sumariamente, mensura a extensão que a renda ou o consumo de uma economia

Figura 3.9 – Renda domiciliar per capita média (R\$) e índice de Gini, Brasil; 2001-2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

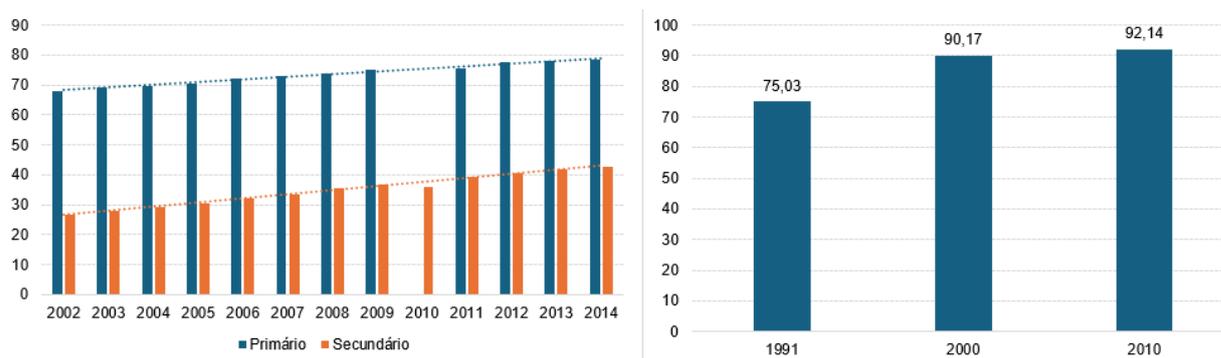
Estudo empírico semelhante é feito posteriormente por Neri (2014b). Com base nas novas decomposições propostas por Kakwani, Neri e Son (2010), as quais expandem a metodologia desenvolvida por Kakwani e Pernia (2000), o autor decompõe o Gini em diferentes fontes de renda ao longo do 1º governo Lula, concluindo que há uma relevância dos rendimentos laborais na redução da desigualdade, os quais explicam 55% da queda verificada entre 2003 e 2011, seguido pelos benefícios da Seguridade Social com 21%. O autor destaca o papel do PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujas contribuições para a redução total na desigualdade foram de 12,4% e 4,8%, respectivamente, quantidades expressivas tendo em vista seus valores quase irrisórios na parcela de rendimentos totais do Brasil.

Com base no trabalho de Kakwani, Neri e Vaz (2017), a renda laboral se apresenta como o principal fator na redução da desigualdade, o que se deve ao aumento expressivo dessa fonte de renda para os 40% mais pobres no Brasil. No entanto, a sua contribuição tem declinado anualmente, sendo substituída por uma participação relativa crescente do BPC e do PBF, sobretudo o último, que apresentou o maior aumento na contribuição para o bem-estar dentre todas as fontes de renda²⁴. Adicionalmente, Neri (2014b) analisa

se afasta de uma distribuição perfeitamente igualitária. Quanto mais próximo de 0 o índice, mais igualitária é a distribuição, enquanto valores próximos a 100 denotam níveis maiores de desigualdade.
²⁴ Para mensurar o bem-estar, Kakwani, Neri e Vaz (2017) criam um novo indicador com base em uma métrica do Banco Mundial denominada Prosperidade Compartilhada (*Shared Prosperity*), a qual pode ser definida como a taxa de crescimento anualizada da média de consumo ou renda dos 40% mais pobres em uma população.

os fatores que explicam o crescimento da renda média no período, concluindo que os avanços educacionais se traduziram em ganhos anuais na renda per capita de 2,2%, *ceteris paribus*. Os 20% mais pobres, por sua vez, apresentaram um bônus educacional sobre os seus rendimentos per capita no valor de 5,5% ao ano. Esses movimentos se devem ao fato de que os maiores níveis educacionais se traduzem em incrementos nos rendimentos laborais via aumento de produtividade.

Figura 3.10 – Nível educacional atingido pelas pessoas com 25 anos ou mais em relação à população total (%) e taxa de frequência líquida do ensino fundamental; 2002-2014 e 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial e dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A Figura 3.10 expressa, no gráfico à esquerda, a porcentagem da população de 25 anos ou mais que completou o ensino primário ou o secundário e as respectivas trajetórias de tendência dessas variáveis (linhas pontilhadas). O gráfico à direita, por sua vez, denota a evolução da taxa de frequência líquida do ensino fundamental²⁵. Pode-se, assim, confirmar a evolução do nível educacional dos brasileiros entre 2002 e 2014, quando mais pessoas concluíram tanto o ensino primário quanto o secundário. Além disso, tem-se a evolução significativa da taxa de frequência escolar ao longo da década de 90 até 2010, o que se deve ao surgimento de programas sociais com condicionantes educacionais, primeiro em níveis locais para, posteriormente, serem unificados a nível nacional.

Em suma, a estabilização monetária adquirida com o Plano Real permitiu que o governo brasileiro destinasse sua atenção e recursos para questões sociais que antes eram negligenciadas. Conseqüentemente, entre 1994 e 2014 o Brasil viu uma redução significativa na sua proporção de pobres, sobretudo durante o período da “Era Dourada” no combate à pobreza, conforme anteriormente denominado. Pode-se concluir que três fatores foram essenciais para promover a queda contínua da proporção de pobres e da

²⁵ Obtém-se o valor através da razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. Elaborado pela PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro (FJP).

desigualdade no Brasil: o funcionamento do mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo e a expansão das transferências assistenciais (ROCHA, 2013).

Primeiramente, pode-se perceber que houve uma expansão da força de trabalho, a qual passou a ser caracterizada por um aumento do emprego formal em relação ao informal, sobretudo para a base da distribuição de rendimentos no Brasil, parcela que absorveu os maiores ganhos relativos do aumento da renda. Adicionalmente, a política de reajustes do salário mínimo acima da inflação promoveu a redução da desigualdade na década de 90, além de servir de base para os aumentos dos valores fornecidos pelos benefícios da seguridade social. Por fim, há de se destacar o papel relevante desempenhado pela expansão dos programas de assistência social, tanto em termos de cobertura quanto em termos de valor do benefício, o que fez com que houvesse um crescimento na sua contribuição relativa para a redução da pobreza e da desigualdade ao longo da “Era Dourada”. A importância do BPC e PBF se deve ao caráter progressivo desses programas sociais, principalmente o segundo, o qual parece ter sido o mais eficiente para reduzir a extrema pobreza e a desigualdade no período, se levarmos em consideração os custos-benefícios das políticas públicas existentes (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007; ROCHA, 2013; NERI; VAZ; SOUZA, 2013; NERI, 2014b).

3.4 Crises contemporâneas e a década perdida no combate à pobreza (2015-2022)

A crise iniciada no fim de 2014 representa o momento no qual a “Era Dourada” no combate à pobreza teve seu término, pois é o momento no qual o Brasil passou a vivenciar atribulações políticas e econômicas que teriam como consequência a evaporação dos ganhos sociais adquiridos ao longo das administrações do 1º governo Lula e 1º mandato da Dilma (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018). Filho (2017) argumenta que a origem da crise econômica se deve aos choques adversos de oferta e demanda ocasionados pelas chamadas “políticas erráticas” do governo de Dilma Rousseff. Segundo o autor, a partir de 2011/2012 o governo incorporaria a Nova Matriz Econômica com o objetivo de promover o crescimento econômico através do direcionamento dos investimentos por parte do governo, via elevação de gastos e subsídios, em consonância com uma redução na taxa de juros, mesmo com a aceleração da inflação. A consequência, ele defende, é que houve uma redução na produtividade total dos fatores juntamente de uma deterioração das contas públicas, o que exigiria um ajuste para a solução do problema fiscal.

A solução apresentada pelo governo Temer (2016-2018) foi o chamado “teto de gastos”²⁶, política de austeridade fiscal criada com a intenção de gerar superávits primários

²⁶ A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC nº 95), promulgada em dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal para o Brasil, o qual seria caracterizado pela limitação das despesas do Estado pelo período de 20 anos. Para mais informações: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_0

no Brasil e, assim, promover uma trajetória sustentável da dívida doméstica. No entanto, a “Era Dourada” no combate à pobreza demonstrou que a política fiscal é um importante instrumento de redução das desigualdades sociais no Brasil e, conseqüentemente, o teto dos gastos teria implicações negativas na provisão de bens públicos e semi-públicos por parte do Estado, tendo em vista a limitação das despesas imposta ao governo (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Souza et al. (2019) analisam os impactos das políticas de austeridade implementadas no Brasil sobre a perspectiva do país atingir as metas de 16 ODSs das Nações Unidas²⁷. O estudo avalia os orçamentos de 19 programas governamentais a nível federal entre 2014 e 2017, momento em que houve um redirecionamento na política fiscal do país em direção a uma maior preocupação com a sustentabilidade da dívida pública, para revelar que somente 4 deles apresentaram incrementos no orçamento. Com relação ao ODS 1 “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, por exemplo, o estudo evidencia uma queda de 15,3% nas despesas liquidadas do governo com o PBF no intervalo de tempo em análise. Um fator alarmante é que os maiores cortes, em termos proporcionais, se deram nas despesas governamentais focalizadas nas populações mais vulneráveis, nomeadamente os programas de segurança alimentar, habitação, promoção de equidade racial e políticas direcionadas às mulheres, os quais apresentaram reduções orçamentárias de 85%, 82%, 79% e 64%, respectivamente. Os autores atentam para o fato de que os efeitos das políticas de austeridade sobre os ODSs podem ser mais difusos e amplos do que o sugerido, tendo em vista o efeito transbordamento²⁸ dos programas governamentais sobre diversos ODSs.

É com base nesse conflito de interesses existente na sociedade brasileira que a Figura 3.11 explicita a amplitude da recessão vivenciada no Brasil entre 2014 e 2017, momento em que houve uma deterioração da situação econômica e social no país. Nesse período, os anos de 2015 e 2016 apresentaram recessões econômicas de -3,5% e -3,3%, respectivamente, enquanto a taxa de variação anual média do PIB entre 2014 e 2019 foi de -0,3%²⁹. Ademais, a proporção de pobres em relação à população total aumentou cerca de 2% entre 2014 e 2017, tomando como base a linha de pobreza absoluta de 1,95 dólares diários do Banco Mundial, revertendo uma tendência de queda que vinha desde 1999. Em conformidade com esses dados, Ciaschi et al. (2020) demonstram que a extrema

3/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>.

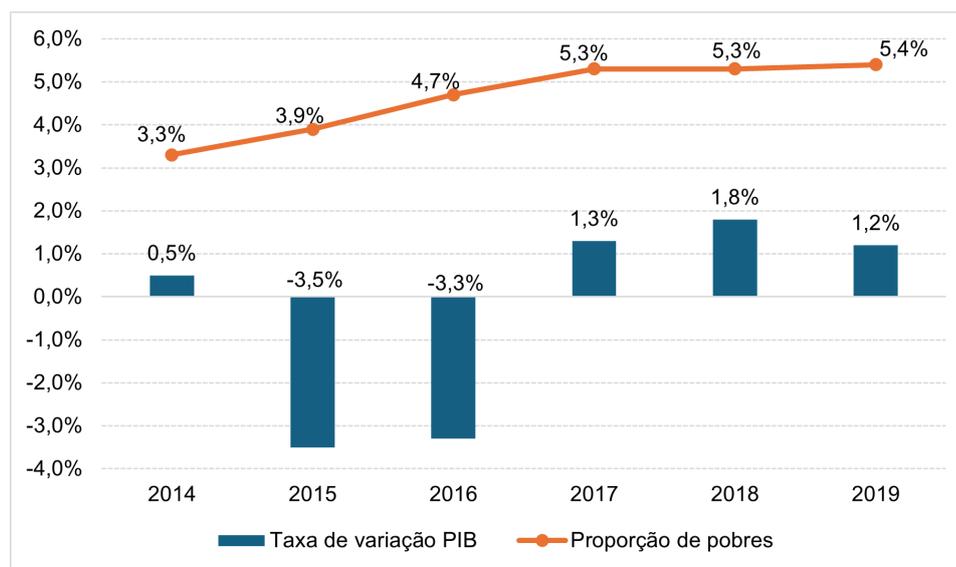
²⁷ A explicação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas é feita na ??

²⁸ O efeito transbordamento (*spillover effect*), nesse contexto, deve ser interpretado como as conseqüências geradas pelos programas governamentais sobre variáveis que, aparentemente, não estão relacionadas ao direcionamento da política pública. Ou seja, um programa pode gerar efeitos sobre um ODSs diverso daquele que seria seu foco primário. Isso se deve às inter-relações das diferentes dimensões do desenvolvimento humano, as quais caminham conjuntamente na promoção das capacidades dos indivíduos, conforme discutido na subseção 2.2.

²⁹ Dados obtidos no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>>

pobreza aumentou 2,1% entre 2014 e 2017, sendo que, da totalidade desse crescimento, cerca de 75% foi explicado pelo aumento na taxa de desemprego e a diminuição dos salários daqueles ainda empregados. Os autores ressaltam que, após a crise, a proporção de pobres no Brasil estagnou em um novo patamar, o que pode ser confirmado pelos dados da Figura 3.11.

Figura 3.11 – Taxa de variação anual do PIB e proporção de pobres em relação à população total, Brasil; 2014-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial e do IBGE.

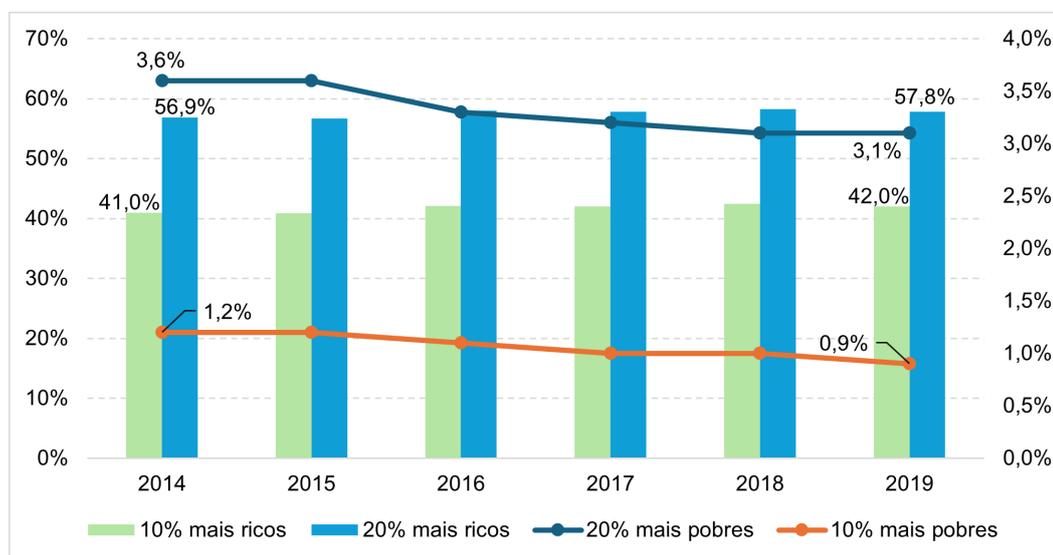
Segundo o relatório “*Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking Ahead of the Two Crises*” do Banco Mundial (WORLD BANK, 2022a), o período entre 2014 e 2019 é caracterizado pelo aumento da desigualdade no Brasil, pois os mais pobres e os não vulneráveis³⁰ aumentaram suas respectivas parcelas na população total. O documento demonstra que a queda na renda domiciliar foi menor para os domicílios com rendas maiores, e que a recuperação da economia promoveu o aumento dos rendimentos dos domicílios no topo da distribuição de renda. Ciaschi et al. (2020) apresentam conclusões semelhantes ao afirmarem que em 2019 a crise já teria acabado para boa parte das pessoas, pois, ainda nesse ano, foi verificado um aumento da classe média em relação à população total, enquanto a pobreza extrema ainda estava em sentido ascendente. Os pesquisadores ressaltam o aumento das disparidades regionais decorrentes da contração econômica, dado que, em 2019, a taxa de pobreza voltaria a cair somente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

A Figura 3.12 complementa o parágrafo anterior ao ilustrar a evolução da parcela de renda acumulada por cada segmento da distribuição de renda brasileira entre 2014 e 2019.

³⁰ O relatório classifica como não vulneráveis os domicílios que possuem uma renda per capita superior a um salário mínimo.

Pode-se observar uma queda gradual e contínua na parcela de renda do decil e quintil mais pobres da população, com a renda acumulada pelo primeiro grupo caindo de 3,6% para 3,1% e, no caso do segundo, de 1,2% para 0,9%, ambos em níveis inferiores aos registrados nos anos que antecederam a crise. Apesar do decil e quintil mais ricos terem apresentado pequenas quedas em suas respectivas parcelas de renda entre 2014-2015 e 2016-2017, entre 2015-2016 e 2017-2018 esses grupos exibiram aumentos das suas participações na distribuição de rendimentos no Brasil, atingindo patamares superiores aos observados antes da crise. Pode-se perceber, com os dados fornecidos pelo Banco Mundial³¹, que em 2019 os efeitos da crise mantinham-se concentrados somente nas populações com os menores rendimentos da distribuição.

Figura 3.12 – Porcentagem da renda acumulada pelos decis e quintis mais pobres e mais ricos da distribuição de rendimentos, Brasil; 2014-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

A piora na distribuição de renda brasileira advém do choque que a recessão econômica gerou sobre o mercado de trabalho. Segundo dados da PNAD Contínua, a taxa de desocupação saiu de 6,9% no último trimestre de 2014 para 13,9% no primeiro trimestre de 2017, valor mais alto da série histórica iniciada em 2012, até então³². Apesar de haver uma pequena queda em 2018 e 2019, anos encerrados com taxas de desocupação em 12,3% e 11,1%, respectivamente, o novo patamar do desemprego, em termos percentuais, era quase o dobro daquele verificado ao longo de 2014. De acordo com dados contidos

³¹ As informações foram coletadas com base no banco de dados do Banco Mundial. A instituição informa que os dados contidos em seu sistema advêm, principalmente, de pesquisas domiciliares nacionais. Supõe-se, a princípio, que sejam dados da PNAD Contínua do IBGE.

³² Durante a pandemia do COVID-19, o Brasil apresentou taxas de desocupação maiores na metade de 2020 e no início de 2021, em decorrência dos confinamentos (*lockdowns*) decretados pelos governos estaduais.

no relatório do Banco Mundial (WORLD BANK, 2022a), o desemprego incidiu de forma mais acentuada sobre as pessoas sem nível educacional, um crescimento de 92,41% entre 2012 e 2019, seguido pelo grupo composto por pessoas com ensino primário concluído, o qual observou um aumento de 54,33% na sua taxa de desocupação no mesmo período. O relatório ressalta que o aumento no número de desempregados só não foi maior por conta da ampliação da informalidade durante o período de recuperação da economia, isto é, entre 2017-2018. Esses dois movimentos conjuntos, o aumento do desemprego e da informalidade, demonstram os efeitos concentradores de renda ocorridos no mercado de trabalho brasileiro diante da recessão econômica.

Souza et al. (2022) decompõem as variações na taxa de pobreza do Brasil entre 2012 e 2019 com o objetivo de destrinchar as contribuições do efeito crescimento e do efeito desigualdade³³, os quais são explicados na subseção 3.3. O trabalho desenvolvido verifica que, entre 2012 e 2019, o efeito distribuição desempenhou um papel mais relevante que o efeito crescimento para explicar o comportamento da pobreza no Brasil, tanto em períodos de aumento quanto de redução da mesma. Os autores expressam que, do crescimento de 2,8 p.p. da taxa de pobreza entre 2012 e 2021, 70% desse aumento foi explicado pela piora na distribuição de renda. O efeito desigualdade sobre a pobreza, o qual pode ser positivo ou negativo, conforme discutido anteriormente, atuou no sentido de aumentar a pobreza desde 2014, invertendo seu sentido verificado ao longo da década anterior. A única exceção se dá em 2020, momento em que houve a implementação do Auxílio Emergencial (AE) para amenizar os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre a população.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de coronavírus, o COVID-19, como uma pandemia. Em consequência, o Brasil viria a se tornar o país mais atingido na região da América Latina e do Caribe, confirmando mais de 7 milhões de casos em 2020 e mais de 22 milhões em 2021, dos quais 619.024 seriam vítimas fatais até o término de 2021³⁴. Em fevereiro de 2022, o Brasil era o segundo país do mundo com o maior número de fatalidades. Como resultado, os governos locais decretaram *lockdowns* em diferentes momentos ao longo de 2020, gerando um enorme impacto na economia brasileira, cujo PIB recuou 10,14% somente no segundo trimestre de 2020³⁵ (WORLD BANK, 2022a).

As consequências sobre os mais vulneráveis foram devastadoras. Neri e Hecksher (2022) estimam, com base em uma linha de pobreza de R\$ 210³⁶ per capita, que aproximadamente 23 milhões de pessoas no Brasil seriam classificadas como pobres em 2021, cerca de 10,8%

³³ Os autores usam o termo “efeito redistribuição” para se referir ao efeito desigualdade

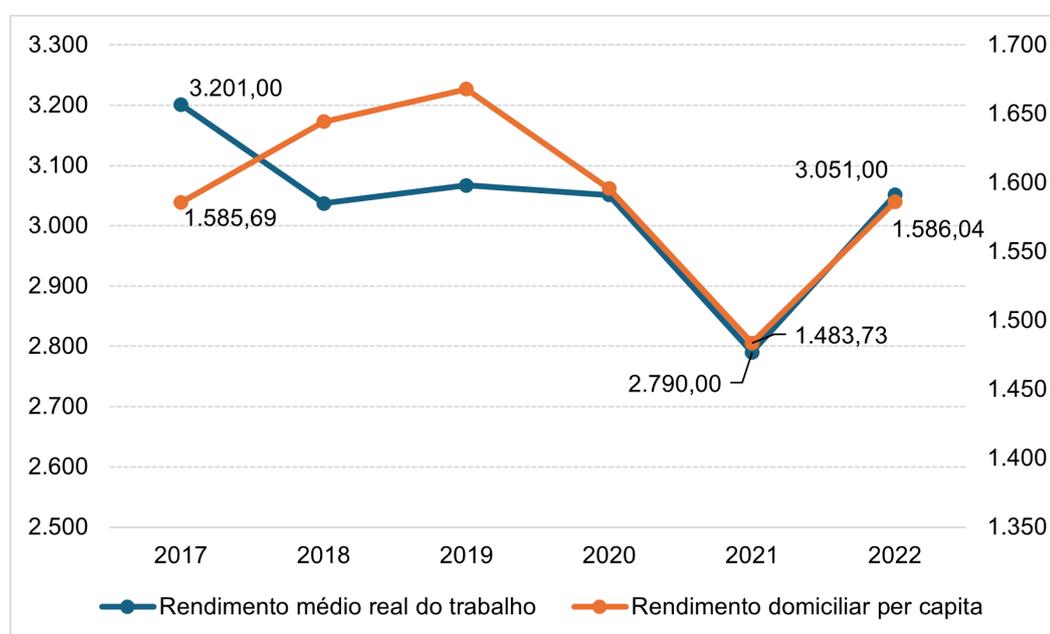
³⁴ Fonte dos dados: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil>>.

³⁵ Com base nos dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

³⁶ Os autores utilizam essa linha de pobreza por ser o valor de exigibilidade do Auxílio Brasil (Lei 14.284/2021), programa de transferência de renda criado para substituir o PBF, o qual entrou em vigor em 2021. Em março de 2023, Lula, em seu 3º mandato, sancionou a Lei 14.601/2023, a qual decretou o retorno do PBF em substituição ao Auxílio Brasil.

da população, o que representaria um aumento na proporção de pobres de 42,11% em relação a 2020. Conseqüentemente, o ano de 2021 marca o ponto máximo da pobreza no Brasil para diferentes pesquisas amostrais, indicadores, conceitos de renda e linhas de pobreza testados (NERI, 2022). Essa mudança abrupta é explicada, em parte, pelos resultados da pandemia sobre a distribuição de renda dos domicílios, a qual foi afetada pela interrupção do emprego em decorrência dos *lockdowns* e, também, pela diminuição dos rendimentos laborais daqueles que mantiveram suas ocupações. Tomando como base o quintil mais rico da distribuição de renda do Brasil em 2019, a queda média esperada nos seus rendimentos foi de aproximadamente 7% em 2021, enquanto no quintil mais pobre foi verificado um recuo de 42% (CEPAL, 2021).

Figura 3.13 – Rendimento médio real do trabalho e rendimento domiciliar per capita médio (R\$), Brasil; 2017-2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua e do IBGE.

A Figura 3.13 apresenta o rendimento médio real do trabalho³⁷ (eixo vertical à esquerda) e o rendimento domiciliar per capita médio (eixo vertical à direita)³⁸. É possível notar que os dados existentes reforçam a discussão evidenciada no parágrafo anterior, já que houve uma queda em ambas as variáveis em 2020, ano em que teve início a pandemia, seguido de outra redução ainda mais intensa em 2021, reforçando a piora na renda média dos brasileiros. Analogamente, Souza (2022) verifica que, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, houve uma redução na massa salarial real, tanto para os brancos quanto para os negros, nos valores de 19% e 23%, respectivamente. O autor realiza a decomposi-

³⁷ Levou-se em consideração o rendimento médio real do trabalho principal efetivo.

³⁸ Para o rendimento médio real foram utilizados os valores observados no 4º trimestre de cada ano para a elaboração do gráfico.

ção de Shapley³⁹ para concluir que essas reduções se devem às grandes perdas de postos de trabalho e a uma diminuição na média de horas trabalhadas por parte dos empregados.

Apesar de 2021 ter representado o ponto máximo da proporção de pobres na história recente do Brasil, as respostas do governo Bolsonaro (2019-2022) à crise instaurada gerou efeitos adversos ao longo do período, ora atuando no sentido de reduzir a pobreza, ora aumentando-a. Por exemplo, o Banco Mundial (WORLD BANK, 2022a) destaca que, em 2020, a renda na base da distribuição de rendimentos brasileira aumentou em relação a 2019, mesmo em contexto de pandemia. A Comissão Econômica para a América e o Caribe (CEPAL), por sua vez, destacou no seu relatório de 2022 (CEPAL, 2022) que o Brasil foi o único país da região a apresentar uma queda na pobreza e na pobreza extrema em 2020. Apesar disso, o mesmo documento explicita que o Brasil foi, também, o único a apresentar um aumento em ambos os indicadores em 2021. O Banco Mundial (WORLD BANK, 2022a) afirma que o motor do melhor desempenho do Brasil em 2020 foram os vertiginosos aumentos das transferências governamentais com a implementação do AE⁴⁰.

A lei referente ao AE foi editada em abril de 2020 (Lei 13.982/2020), prevendo benefícios nos valores de R\$ 600 ou R\$ 1.200⁴¹ durante três meses. Com base nos microdados da PNAD Contínua, Souza et al. (2022) atestam que, após a implementação do AE, a proporção de pobres no Brasil iniciaria uma trajetória de queda abrupta até atingir 7%⁴² da população total em agosto de 2020, valor que representa o mínimo histórico atingido pelo país. Posteriormente, em setembro de 2020, foi decretado o AE residual (MP 1000/2020), o qual previa transferências de R\$ 300 mensais até o fim de 2020, metade do valor inicialmente fornecido. Souza et al. (2022) observam que, após a instauração do AE residual, a proporção de pobres no Brasil voltou a aumentar paulatinamente até ultrapassar os 15% antes do término do programa do governo para, em seguida, atingir 18,7% em março de 2021, maior valor da série histórica iniciada em 2012. Os autores ressaltam que, em janeiro de 2021, sete meses após atingir o mínimo histórico na proporção de pobreza, a estimativa dessa variável para o Brasil saltou 167%, incorporando 11,7% da população de brasileira ao contingente de pobres. Em abril de 2021 o governo retomou o AE com benefícios menores (MP 1039/2021), os quais variavam entre R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375 mensais⁴³, o que, ainda de acordo com Souza et al. (2022), coincide com novas reduções na proporção de pobres, saindo de 19,7% para 16,1% da população total em outubro de 2021, mês de término do auxílio.

³⁹ Checar Shorrocks (1980) para informações sobre a formulação da decomposição de Shapley.

⁴⁰ O Auxílio Emergencial foi um programa de garantia de renda mínima aos mais vulneráveis durante a pandemia do COVID-19. O objetivo era mitigar os efeitos econômicos gerados pela perda de postos de trabalho em decorrência dos sucessivos *lockdowns*.

⁴¹ As famílias monoparentais, independentemente do sexo, receberam duas parcelas do auxílio por mês.

⁴² Os pesquisadores utilizam uma linha de pobreza de 3,20 dólares diários em PPC.

⁴³ O valor básico do benefício era de R\$ 250 mensais, mas domicílios unipessoais receberam R\$ 150 e domicílios monoparentais R\$ 375.

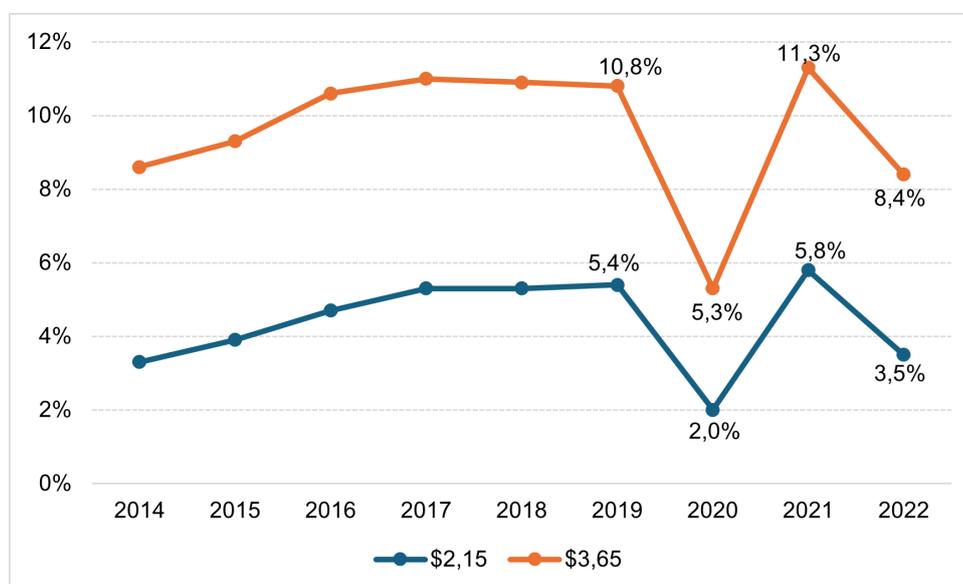
Essa alta variabilidade no comportamento da proporção de pobres, saindo de mínimo para máximo na série histórica da PNAD Contínua dentro de sete meses, justifica o termo “montanha-russa da pobreza” utilizado por Neri e Hecksher (2022) para caracterizar a pobreza entre 2020 e 2021. Ao focar no decil mais pobre da população, por exemplo, os autores constatam que a renda desse grupo quadruplicou durante a 1ª fase do AE, caracterizada por benefícios mais avantajados, atingindo o dobro do mesmo mês no ano anterior. Entretanto, durante o AE residual, a renda cairia mais de um quarto até 2021 para, em seguida, subir gradualmente com a retomada do AE nos valores mais baixos (MP 1039/2021). No entanto, ao fim de 2021, a renda desse decil voltaria a cair paulatinamente, terminando o ano com uma renda 15,8% menor que aquela verificada nos níveis pré-pandemia.

A Figura 3.14 possibilita entender a dimensão dos impactos que as diferentes variações no valor do AE tiveram sobre a pobreza no Brasil. Utilizando as linhas de pobreza do Banco Mundial de 2,15 e 3,65 dólares diários, nota-se que, entre 2019 e 2020, houve uma queda na proporção de pobres em relação à população total de pouco mais da metade para ambas as linhas, especialmente a primeira, cujo valor é representativo da população em situação de extrema pobreza, segundo o Banco Mundial⁴⁴. Em contrapartida à queda da pobreza decorrente da implementação do AE em 2020, ao longo de 2021 a mesma voltou a aumentar, finalizando o ano em um novo patamar equivalente ao dobro do ano anterior, inclusive em níveis que surpassavam os de 2019, ano pré-pandemia.

É possível sumarizar a evolução da pobreza no Brasil na sua década mais recente ainda com base na Figura 3.14. A partir de 2014, o crescente descontamento com o desempenho da economia brasileira fomentou o surgimento de uma crise política, a qual aprofundou a recessão econômica e culminou na transformação completa das políticas governamentais, agora normatizadas sob o Novo Regime Fiscal (EC 95/2016) do teto de gastos. Dessa forma, o rendimento na base da distribuição brasileira sofreu uma queda expressiva decorrente da crise econômica vigente, além do fato de que as políticas públicas tiveram cortes vertiginosos, especialmente aquelas voltadas às populações mais vulneráveis. Consequentemente, a pobreza voltaria a aumentar no Brasil em 2015, após mais de 10 anos de sucessivas quedas, estagnando em um novo patamar a partir de 2017 com a lenta recuperação da economia. Assim ela se manteria até o início de 2020, quando, impulsionada pelos volumosos benefícios do AE, a proporção de pobres no Brasil viria a atingir o mínimo da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. O ano de 2021 foi marcado pelo movimento contrário, o que se deve à intensificação da pandemia de COVID-19 com os seus picos mais intensos e, concomitantemente, aos valores mais baixos dos novos AEs decretados. No fim de 2021, a implementação do Auxílio Brasil (Lei

⁴⁴ Segundo os metadados do Banco Mundial, a linha de 2,15 dólares diários pode ser interpretada como uma linha de pobreza extrema. A linha de 3,65 dólares diários, por sua vez, é derivada das linhas de pobreza nacionais de países em desenvolvimento.

Figura 3.14 – Proporção de pobres em relação à população total (%) com base nas linhas de pobreza absoluta de \$ 2,15 e \$ 3,65 diários, Brasil; 2014-2022



Fonte: Elaboração própria a partir do Banco Mundial.

14.284/2021), em substituição ao AE e ao PBF, estabeleceu o recebimento de benefícios maiores do que aqueles verificados em 2020, o que contribuiu diretamente para o melhor desempenho do Brasil, nesse ano, no que tange o combate à pobreza.

A economia brasileira permaneceu praticamente estagnada entre os anos de 1980 e 1990, culminando no surgimento do termo “década perdida” para descrever esse período de tempo. Esse desempenho econômico, conforme visto anteriormente, gerou efeitos de mantimento do patamar de pobreza ao longo da década, momento em que a maioria dos trabalhos na literatura concluíram que houve uma trajetória de estabilidade na proporção de pobres entre 1980 e 1990. Nesse sentido, interpretar o período 2015-2022 como uma 2ª década perdida na história recente não seria um exagero. Entre esses anos, o Brasil apresentou uma média na taxa de crescimento do PIB acumulada em quatro trimestres de 0,25%, resultado que foi amenizado pelo melhor desempenho de 2022. Sem esse último ano, a taxa média cai para -0,11%⁴⁵. Em ambos os casos, pode-se concluir que, no início de 2023, o produto brasileiro se encontra em nível semelhante ao de 2014. O mesmo pode ser dito sobre a pobreza para diferentes linhas de pobreza absoluta, pois, em 2022, a proporção de pobres é muito semelhante àquela verificada no ano de 2014, o que denota que as sucessivas crises contemporâneas se traduziram em uma completa inércia no combate à pobreza, embora a mesma tenha variado substancialmente dentro desse período.

⁴⁵ Dados obtidos com base no Sistema Nacional de Contas Trimestrais do IBGE.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia e os dados utilizados nesta dissertação. Primeiramente é apresentado o método empregado para agrupar as informações das diferentes dimensões consideradas em uma medida escalar que permita a ordenação de diferentes subgrupos é a metodologia Alkire-Foster. Posteriormente, explica-se o IPM proposto nesta dissertação, o qual é composto por sete dimensões que se encontram destrinchadas em 24 indicadores diferentes. Por fim, discute-se brevemente as características gerais de cada uma das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) utilizadas, nomeadamente a POF 2008/2009 e a POF 2017/2018, além do modo como os dados foram tratados para o cômputo do IPM.

4.1 Metodologia Alkire-Foster

Para a mensuração da pobreza, dois problemas principais devem ser abordados: *i*) identificar os pobres dentro de uma população e *ii*) construir um índice de pobreza agregando as informações a respeito dos indivíduos pobres (SEN, 1976). A metodologia AF (ALKIRE; FOSTER, 2011b; ALKIRE et al., 2015) fornece uma solução para essas questões adaptando os Índices Foster-Greer-Thorbecke (FGT), uma família de métricas de pobreza unidimensional amplamente abordadas na literatura (FOSTER; GREER; THORBECKE, 1984). Para isso, a medida proposta pelos autores foi dividida em duas partes principais: um método de identificação e uma métrica de agregação.

O primeiro passo para a identificação dos indivíduos¹ multidimensionalmente pobres é definir um conjunto de indicadores para a composição do índice, os quais dados disponíveis para todas as observações são necessários. O próximo passo é definir uma linha de corte para cada dimensão, o chamado *deprivation cutoff* por Alkire e Foster (2011b). Esse corte representa um nível mínimo a ser atingido por um indivíduo para que ele não seja considerado privado naquele indicador. Ainda, é preciso selecionar os pesos relativos que cada indicador tem, de modo que as suas somas sejam iguais à um.

Em termos de notação, isso significa que uma função de identificação $p : \mathbb{R}_+^d \times \mathbb{R}_{++}^d \rightarrow \{0, 1\}$ é implementada para mapear a realização $y_{ij} \geq 0$ do indivíduo $i = 1, 2, \dots, n$ na dimensão $j = 1, 2, \dots, d$. Denotando por $z_j > 0$ o corte de uma dimensão j qualquer, a função de identificação atribuirá um valor $p(y_i; z) = 1$ se a pessoa for pobre nesta dimensão e $p(y_i; z) = 0$ caso ela não o seja.

O passo seguinte é a obtenção do score de privação do indivíduo (*deprivation score*) através da soma ponderada das suas privações. Este, por sua vez, é comparado com um

¹ A unidade de identificação escolhida pode ser o domicílio ou o indivíduo. Por simplicidade, o termo indivíduo é utilizado na descrição da metodologia, mas interpretação análoga pode ser feita utilizando os domicílios.

outro critério, o chamado corte de pobreza k (*poverty cutoff*), o qual determina a proporção ponderada de privações que um indivíduo precisa experimentar para ser classificado como pobre.

Em termos formais dentro de um contexto multidimensional, isso significa a possibilidade de construir um vetor coluna $c_i = |g_i^0|$, definido como vetor de contagem de privações, cujo i -ésimo valor representa o número de privações sofridas pelo indivíduo i . Para um corte de pobreza $k = 1, 2, \dots, d$ qualquer, um indivíduo será classificado como pobre quando o número de dimensões nas quais ele é privado equivale no mínimo à k , ou seja, o método de identificação irá atribuir $p_k(y_i; z) = 1$ quando $c_i \geq k$ e $p_k(y_i; z) = 0$ caso contrário².

Tendo em vista que a metodologia AF implementa dois critérios distintos para identificar os indivíduos pobres, o corte de privação z_j e o corte de pobreza k , os autores descrevem o método de identificação como uma abordagem de corte duplo (*dual cutoff*). As linhas de corte das dimensões são, de certa forma, arbitrárias. Mas esse tipo de corte tem sido amplamente utilizado na literatura sobre pobreza há anos, de modo que há um certo conhecimento geral de qual linha adotar para cada uma das dimensões analisadas (ALKIRE; FOSTER, 2011b). Tendo como exemplo o caso do IPM global, um índice de pobreza multidimensional desenvolvido com o objetivo de comparar informações disponíveis para mais de 100 países, os cortes de cada indicador são baseados em padrões internacionais, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio desenvolvido pela ONU (ALKIRE; SANTOS, 2010). Alkire et al. (2015) ressaltam que os cortes de privação podem ser justificados com base em padrões internacionais ou nacionais, o que é feito nesta dissertação com o objetivo de garantir uma maior consistência dos cortes de privação.

A escolha do corte de pobreza k , no entanto, é menos intuitiva. Alkire e Foster (2011b) argumentam que a escolha é uma questão de juízo avaliatório, devendo refletir o número mínimo de privações para classificar alguém como pobre dentro de contextos específicos. O valor de k , por exemplo, pode ser utilizado para refletir prioridades específicas e alguns objetivos de políticas públicas, ou então analisar diferentes percentis de pobreza. No caso do IPM, por exemplo, índice que possui dez indicadores divididos dentro de três dimensões, o corte de pobreza é de $k = 3$. Isso significa que uma pessoa ou domicílio será considerado como multidimensionalmente pobre caso a soma ponderada dos indicadores no qual ele é privado sejam igual, pelo menos, a 30% (ALKIRE; SANTOS, 2010). (ALKIRE et al., 2015) expressam que a definição do valor de k é inescapavelmente normativa, implicando na necessidade de utilização de diferentes cortes de pobreza com fins comparativos e de garantia de robustez.

Após o processo de identificação dos indivíduos pobres, a próxima etapa se refere à

² Para descrição formal completa do método AF, checar Alkire e Foster (2011b).

agregação das informações sobre pobreza. Alkire e Foster (2011b) iniciam o processo de agregação computando a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres na população. Isso é feito através do *Headcount Ratio*, o qual é definido por $H = q/n$, onde q representa o número de pessoas identificadas como multidimensionalmente pobres pela abordagem de corte duplo e n o total de indivíduos na população.

O próximo passo é computar a parcela média de privações sofridas pelos indivíduos pobres. Isso é feito a partir do vetor de contagem de privações, c_i , explicitado anteriormente. Com base nele, podemos definir um vetor censurado de contagem de privações como $c_i(k) = p_k(y_i; z)c_i$, o qual compara o número de privações sofridas pelo indivíduo i com o corte de pobreza k . Isso significa que $c_i(k)/d$ representa a parcela de privações experienciada pelo indivíduo i , pois d representa o total de dimensões no índice. Somando esses valores e dividindo pelo total de pessoas pobres obtém-se a parcela média de privação entre os pobres (*average deprivation share*):

$$A = \frac{|c(k)|}{(qd)} \quad (1)$$

A partir da multiplicação dos dois índices parciais acima a principal medida do método AF é obtida, o chamado índice de incidência ajustado (*Adjusted Headcount Ratio*):

$$M_0 = H \times A \quad (2)$$

Isso significa que a medida proposta por Alkire e Foster (2011b) agrupa informações referentes à incidência e à intensidade da pobreza, H e A respectivamente. O índice pode ser interpretado como a proporção da pobreza ajustada pela intensidade das privações sofridas pelos indivíduos pobres.

Duas características dessa metodologia são relevantes para a identificação de perfis de pobreza no Brasil: a decomposição por subgrupos e discriminação dimensional. Através da primeira é possível monitorar o M_0 de diferentes subgrupos populacionais e como eles se comparam com os resultados gerais do IPM. A segunda, igualmente importante, permite verificar as contribuições percentuais de cada dimensão para o IPM geral. Através da combinação de ambos, é possível identificar as heterogeneidades de privações para cada um dos subgrupos considerados, o que permite realizar a diferenciação entre os perfil de pobreza multidimensional existentes no Brasil.

4.2 Índice de Pobreza Multidimensional para o Brasil

Com relação às decisões que requerem um juízo avaliativo na metodologia AF, as quais merecem destaque pelo seu caráter intrinsecamente normativo, a presente dissertação opta por escolher um corte de pobreza $k = 3$, seguindo o IPM Global proposto por Alkire e Santos (2010). Isso significa que uma família será identificado como multidimensionalmente

pobre caso a soma ponderada dos indicadores nos quais ele é privado seja equivalente a, pelo menos, a 30%. Seguindo as sugestões de Alkire et al. (2015), são explicitados nos apêndices os resultados do IPM elaborado neste estudo para outros valores no corte de pobreza k com fins comparativos, mais especificamente cortes de $k = 2, 5$ e $k = 3, 5^3$.

No entanto, é importante ressaltar que o objetivo primário do trabalho é diferenciar os perfis de pobreza entre diferentes subgrupos, ou seja, busca-se identificar as contribuições de cada dimensão para o IPM de diferentes estratos. Nesse sentido, os valores do IPM geral para o Brasil não trazem ganhos analíticos para foco primário desta dissertação. Por consequência, variações no valor de k são minimizadas, pois a porcentagem de famílias privadas em cada um dos indicadores não irá se alterar com essas mudanças, ou seja, as inferências a respeito das divergências de privações existentes no Brasil serão mantidas. A alteração do seu valor, no entanto, implicará em proporções de pobres H diferentes para os subgrupos examinados. No entanto, dentro de um contexto comparativo, essas proporções representam uma ferramenta analítica de importância secundária para o que se busca com esta dissertação.

Com relação aos pesos, optou-se por seguir a maior parte dos casos da literatura, inclusive o IPM Global elaborado por Alkire e Santos (2010) e implementado pela PNUD (2010). Isso significa que as dimensões possuem o mesmo peso, isto é, cada uma contribui com $\frac{1}{7}$ do valor do IPM proposto nesta dissertação. Isso implica em considerar que todas as dimensões do desenvolvimento humano utilizadas são igualmente importantes para o bem-estar das pessoas. A escolha das dimensões, dos indicadores e dos seus respectivos cortes de privação, em contrapartida, seguem a sugestão de Alkire et al. (2015) e se encontram amparados na literatura acadêmica, em definições legais por parte do governo brasileiro e em diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa padronização de acordo com parâmetros preestabelecidos garante uma maior consistência à essa decisão normativa, pois permite um maior escrutínio no que tange às escolhas feitas nessas três variáveis.

Assim sendo, a Tabela 4.1 apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional proposto nesta dissertação para analisar a qualidade de vida da população brasileira. São expostas as dimensões selecionadas, os indicadores que as compõem e os seus respectivos cortes de privação. A escolha desses fatores encontram-se amparadas na literatura acadêmica, em definições legais por parte do governo brasileiro e em diferentes indicadores contidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas

³ O aumento no corte de pobreza para $k = 3$ implica em uma redução na proporção de pobres e um aumento na intensidade da pobreza. Isso se deve ao fato de que um k mais elevado significa que a soma ponderada dos indicadores nos quais uma pessoa é privada deve ser maior, implicando em menores níveis de pobreza. No entanto, a intensidade da pobreza aumenta porque um corte maior significa que a população identificada como pobre deve ter muitas privações simultâneas para ser identificada como tal, de modo que o A aumenta. Movimento análogo em sentido contrário ocorre com a redução do corte de pobreza para 2, 5

(ONU)⁴. A ideia é mitigar a arbitrariedade inerente ao processo de seleção das variáveis que explicam o desenvolvimento, o que é feito, principalmente, através da busca de consensos estabelecidos por instituições internacionais e nacionais. A existência de padrões definidos por essas organizações significa que o tema já passou pelo crivo público e aceitação social, de tal forma que há uma aceitação democrática a respeito do modo de entendimento e identificação de inadequações na qualidade de vida das pessoas.

É possível observar, com base nos dados da Tabela 4.1, que há duas dimensões que possuam somente dois indicadores. Consequentemente, essas variáveis terão peso dobrado para que se mantenham pesos iguais para as dimensões. Em um contexto de elevadas privações em qualquer um desses indicadores, então, pode ocorrer da dimensão apresentar uma contribuição superestimada. Para a dimensão de consumo, pode-se argumentar que a renda é um meio central para garantir a expansão das liberdades substantivas usufruídas pela população, nas palavras do próprio Sen (2000a), de tal forma que não seria um absurdo considerar que o consumo pode ter um peso maior na determinação da qualidade de vida da população. Para a dimensão de inclusão financeira, no entanto, esse argumento não faz tanto sentido.

Sendo assim, são apresentados nos apêndices alguns resultados que fazem uso de pesos iguais para todos os indicadores, o que implica em pesos reduzidos para as dimensões de inclusão financeira e consumo. No entanto, respaldando-se nos argumentos de Nusbaum (2011), todas as capacidades centrais para o desenvolvimento dos cidadãos são igualmente relevantes, de tal forma que o excesso de uma não pode compensar a falta de outra, fornecendo argumentos em favor do mantimento de pesos iguais para cada uma das dimensões. Inclusive, esse é o respaldo teórico que justifica os inúmeros trabalhos existentes na literatura, os quais não se restringem à elaboração de índices que possuem o mesmo número de indicadores para todas as dimensões. Reitera-se que o foco primário desta dissertação é a comparação entre os múltiplos perfis de pobreza existentes, de modo que os valores absolutos identificados em cada uma dessas dimensões representam ganhos analíticos secundários. Ainda, a problemática dos pesos pode ser mitigada através da focalização analítica na porcentagem de famílias privadas em cada um dos indicadores, o que faz com que o valor do índice e dos seus componentes não sejam necessários para a comparação das condições de vida de diferentes estratos.

⁴ Os metadados destes indicadores encontram-se todos disponíveis em: <<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/>>

**Tabela 4.1 – Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para o Brasil:
dimensões, indicadores e cortes de privação; POF 2008-2009 e
POF 2017-2018**

Dimensões	Indicadores	Privado se...
Condições habitacionais	Banheiro exclusivo	Não há banheiro de uso exclusivo por parte do domicílio.
	Número de dormitórios	Há mais de dois moradores por dormitório no domicílio.
	Adequação locacional	O domicílio se encontra em áreas sujeitas à inundação ou o mesmo é negativamente afetado por poluição.
	Combustível para cozimento	O domicílio utiliza lenha ou carvão para o cozimento de alimentos.
Serviços básicos	Coleta de lixo	O domicílio não possui acesso a coleta de lixo direta ou indiretamente.
	Água potável	Reside em um domicílio sem acesso à rede geral de distribuição de água potável e que não possui canalização interna.
	Saneamento básico	O esgotamento sanitário do domicílio não é feito coberto pela rede coletora geral ou pluvial ou por fossa séptica.
	Energia elétrica	Não há acesso à eletricidade no domicílio.
Inclusão Financeira	Acesso ao crédito	Nenhuma pessoa com mais de 15 anos na família tem acesso a cartão de crédito.
	Posse de conta corrente	Nenhuma pessoa com mais de 15 anos na família possui conta corrente.
Posse de ativos	Posse do imóvel	O domicílio não se encontra sob a posse dos seus moradores.
	Bens elétricos	O domicílio não contém, ao menos, três bens elétricos entre: geladeiras, ventiladores, máquinas de lavar roupas ou micro-ondas.
	Bens informacionais	O domicílio não possui nenhum bem relativo à tecnologia de informação, sendo eles: televisão, rádio ou notebooks.
	Bens de locomoção	O domicílio não dispõe de carro, motocicleta e nem bicicleta.
Educação	Educação infantil	Há, na família, alguma criança entre 4 e 5 anos de idade que não frequenta a creche ou pré-escola.
	Frequência escolar	Há, na família, ao menos uma criança entre 6 e 14 anos que não frequenta a escola.
	Grau educacional	Há, na família, ao menos um adulto entre 18 e 64 anos que não completou o ensino fundamental.

Continua na próxima página.

Dimensões	Indicadores	Privado se...
	Alfabetização funcional	Há, na família, ao menos um adulto com três anos de estudo ou menos.
Emprego	Jornada de trabalho	O(a) provedor principal da família não trabalha entre 15 e 44 horas.
	Ocupação	A família não possui um(a) provedor(a), ou, caso o(a) tenha, ele(a) não é remunerado em dinheiro.
	Previdência	O(a) provedor(a) da família não contribui com a previdência.
	Trabalho infantil	Há uma criança na família em situação de trabalho infantil.
Consumo	Consumo alimentar	O consumo domiciliar per capita com itens alimentares é inferior a R\$ 102,64 para a POF 2008/2009 e inferior a R\$ 256,00 para a POF 2017/2018.
	Consumo não alimentar	O consumo domiciliar per capita com itens não alimentares é inferior a R\$ 63,90 para a POF 2008/2009 e inferior a R\$ 197,00 para a POF 2017/2018.

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

4.2.1 Condições habitacionais

A importância da qualidade habitacional para caracterizar o bem-estar das pessoas é constatada pelo fato de que o IPM Global, ainda na sua concepção inicial (ALKIRE; SANTOS, 2010), englobava uma dimensão de padrão de vida composta por seis indicadores diferentes, os quais representam, conjuntamente, características do domicílio e o seu acesso a serviços básicos. Os avanços proporcionados pelo IPM global para análise da pobreza multidimensional de países em desenvolvimento, culminou, ainda no mesmo ano, na sua oficialização como índice de mensuração da pobreza multidimensional pelo PNUD na sua série de relatórios sobre o desenvolvimento humano (PNUD, 2010).

Nesse sentido, a escolha do indicador de combustível para cozimento de alimentos para integrar a dimensão de condições habitacionais encontra-se respaldada no IPM utilizado pela PNUD (PNUD, 2010) para fazer inferências internacionais sobre a pobreza multidimensional, o qual é composto exatamente por esse indicador na dimensão de padrão de vida. O seu corte de pobreza, em seguida, é tomado com base no indicador 7.1.2 dos ODSs da ONU, o qual trata do uso de combustíveis e tecnologias limpas no domicílio. Esse indicador é construído com base nas categorizações de combustíveis adequados e inadequados para o cozimento de alimentos por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) (OMS, 2014). Com base nesses dois documentos, adota-se um corte de privação para essa variável a utilização, por parte do domicílio, de lenha ou carvão para o cozimento de alimentos, pois a OMS considera que ambos são combustíveis poluentes e, portanto,

reduzem a qualidade do ar dos domicílios.

Ainda com base nos ODSs, opta-se pela inclusão do indicador de adequação locacional para compor a dimensão de condições habitacionais. O ODS 11.1.1 reconhece a necessidade de se garantir a adequação habitacional para as pessoas e, com a intenção de mensurar a evolução global no combate à esse problema, propõe o referido indicador como sendo a proporção de pessoas residindo em favelas, assentamentos informais ou com moradias inadequadas. Uma das formas utilizadas pela ONU para avaliar a adequação é a qualidade estrutural do domicílio, sendo essa definida pelo risco/perigo da localização domiciliar. Adicionalmente, o ODS 3.9.1 leva em conta a poluição que aflixe os domicílios de diversas maneiras. O corte de privação para o indicador de adequação locacional nesta dissertação, portanto, considera como uma localização domiciliar inadequada aquela que está sob risco de deslizamento, ou então, que é afetada por poluição industrial aérea ou em rios, lagos, açudes e córregos.

Sabendo-se que a densidade de moradores por dormitórios é uma característica que caracteriza a pobreza rural, como pode ser constatado pela subseção 5.1, a presente dissertação decide pela adição do indicador de número de dormitórios na dimensão em questão. O corte de privação utilizado segue a definição de moradia adequada utilizada nas notas técnicas do Censo Demográfico de 2010, por parte do IBGE⁵. Segundo a classificação da instituição, para que haja a adequação da moradia é necessário que haja, no máximo, dois moradores por dormitórios, sendo esse o corte implementado para o indicador em questão neste trabalho. Por fim, optou-se pela utilização de um indicador referente a existência ou não de banheiro exclusivo por parte do domicílio. A sua inclusão e o seu corte de privação respaldam-se em estudos empíricos sobre pobreza multidimensional que os incorporam na análise (NEDER, 2008; CEPAL, 2015; SERRA, 2017).

Tabela 4.2 – Indicadores da dimensão de condições habitacionais e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Banheiro exclusivo	Neder (2008), CEPAL (2015), Serra (2017)
Número de dormitórios	Censo Demográfico 2010, IBGE
Adequação locacional	ODSs 3.9.1 e 11.1.1, ONU
Combustível para cozimento	ODS 7.1.2 da ONU, Organização Mundial da Saúde (OMS)

Elaboração própria.

⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf>

4.2.2 Acesso a serviços básicos

Seleciona-se a dimensão de acesso a serviços básicos para compor o IPM proposto nesta dissertação. Analogamente aos caso da dimensão de condições habitacionais abordado anteriormente, a inclusão da dimensão de acesso a serviços básicos utiliza como base o IPM Global (ALKIRE; SANTOS, 2010), o qual incorpora, ao menos, três indicadores que tratam sobre esse tema, sendo eles energia elétrica, saneamento básico e água potável. Conseqüentemente, opta-se pela inclusão dos três indicadores para compor a dimensão de acesso a serviços básicos neste trabalho. Com relação ao primeiro, o corte de privação utilizado é o mesmo do ODS 7.1.1 da ONU, o qual se refere à proporção da população mundial que tem acesso à energia elétrica. Assim sendo, consideram-se como privados os domicílios sem acesso a energia.

Os cortes de privação dos indicadores de saneamento básico e água potável, por sua vez, seguem a categorização das diferentes soluções sanitárias apresentadas pelo IBGE na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2017 (IBGE, 2020). Fundamentando-se por essa pesquisa e pelas possibilidades de respostas existentes na POF, um domicílio será classificado como privado no indicador de água potável caso ele não tenha acesso a rede geral de fornecimento e distribuição de água potável e, também, não disponha de canalização em pelo menos um dos cômodos. Ou seja, caso um domicílio tenha não tenha acesso a rede de distribuição, mas apresenta canalização interna, ele não será classificado como privado, com o mesmo sendo válido no caso caso contrário. É necessário, então, que haja as duas condições concomitantemente. O saneamento básico, ainda respaldado pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2017 (IBGE, 2020), é considerado como adequado quando o domicílio dispõe de acesso à rede geral ou pluvial de coleta de esgoto, ou então, a uma fossa séptica. Quaisquer tipos de esgotamento sanitário diferentes são considerados como inadequados, fazendo com que o domicílio seja identificado como privado em saneamento básico.

O indicador de coleta de lixo, diferentemente dos demais desta dimensão, não está presente no IPM Global elaborado por Alkire e Santos (2010). A sua inclusão está amparada em uma lista elaborada pelo PNUD e pela OPHI (PNUD, OPHI, 2019). Essas instituições, trabalhando juntas, elaboraram um livro que descreve minuciosamente o processo de elaboração de um IPM, sugerindo algumas metodologias e técnicas para os trabalhos que tratam de pobreza multidimensional a nível nacional, de forma que o estudo possa ser alinhado com as temáticas dos ODSs. Uma dessas sugestões refere-se a uma extensa lista de variáveis que tratam do desenvolvimento humano, a qual as organizações chamam de universo de indicadores possíveis, relacionando cada uma delas com diferentes ODSs. Nesse sentido, a opção pelo indicador de coleta de lixo respalda-se por essa lista, enquanto o seu corte de privação é obtido com base no ODS 11.6.1. Assim, com base nas classificações de adequação da coleta de lixo nesse indicador da ONU, somado às possí-

veis respostas da POF para a pergunta que trata do tema, o domicílio será classificado como privado quando o seu lixo não é coletado diretamente ou indiretamente. Qualquer resposta diferente dessas duas configura uma inadequação no indicador, pois se encaixa nas definições de "controle limitado" e "sem controle" no ODS em questão.

Tabela 4.3 – Indicadores da dimensão de acesso a serviços básicos e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Coleta de lixo	ODS 11.6.1, ONU
Água potável	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017, IBGE
Saneamento básico	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017, IBGE
Energia elétrica	ODS 7.1.1, ONU
Elaboração própria.	

4.2.3 Inclusão financeira

Inclusão financeira, em acordo com o II Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil de 2011, é definido como o “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para sua qualidade de vida⁶.” Como destacado por Neri (2014a), a inclusão financeira tem impacto sobre a qualidade de vida das pessoas porque ela permite que as mesmas sejam resilientes a choques externos na economia ou, também, que elas alavanquem oportunidades existentes. Em sentido semelhante, o indicador 8.10.2 dos ODSs explicita que as pessoas, quando ampliam sua participação no sistema financeiro, conseguem aumentar suas empresas, investir em educação, mitigar riscos e absorver choque financeiros exógenos.

Em acordo com os argumentos apresentados no parágrafo anterior, a presente dissertação opta pela inserção da dimensão de inclusão financeira no IPM proposto, tendo em vista a possibilidade de extrair informações sobre esse tema nas POFs. O primeiro fator a ser considerado nessa dimensão é o acesso à conta corrente, o qual consta na lista elaborada pela PNUD e pela OPHI (PNUD, OPHI, 2019) de possíveis indicadores para avaliação da pobreza sob uma perspectiva multidimensional. Seu corte de privação é amparado justamente pelo ODS 8.10.2 citado anteriormente, o qual procura mensurar a proporção de pessoas com 15 anos ou mais sem acesso à conta bancária ou de outra instituição financeira. Dessa forma, consideram-se como privadas as famílias que não possuem nenhuma pessoa com mais de 15 anos com posse de conta corrente.

O segundo indicador utilizado para compor a dimensão de inclusão financeira é o

⁶ Apresentação disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/elvira_cruvinel_rif_iii_forum.pdf>

acesso ao crédito. Sua escolha ampara-se no livro de Nussbaum (2011), o qual discute minuciosamente a Abordagem das Capacitações e sua aplicação sobre diferentes fenômenos sociais contemporâneos. Ao tratar de capacidades centrais que são relevantes para o estudo do desenvolvimento humano, a autora argumenta que o crédito exerce um papel essencial na sociedade, sobretudo para as mulheres, pois permite que elas tenham possibilidades de empregos diferentes (possibilita que elas transitem de um para outro com menos receio do desemprego), facilitam a sua participação em atividades políticas que ela almeje e possibilita, ainda, aumentar o seu bem-estar e incrementar o seu autorrespeito. Ademais, a autora defende que o crédito é especialmente útil ao permitir, primeiro, que a mulher não volte para um marido abusivo por conta de uma dependência financeira, ou, segundo, após o término de casamentos nos quais a mulher permanecia responsável pelas atividades domésticas e, portanto, não tem experiência empregatícia. Assim sendo, o acesso ao crédito é selecionado para compor essa dimensão e serão considerados como privados, nesse indicador, as famílias que não possuem nenhum adulto com acesso ao crédito.

Tabela 4.4 – Indicadores da dimensão de inclusão financeira e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Acesso ao crédito	Nussbaum (2011)
Posse de conta corrente	ODS 8.10.2, ONU

Elaboração própria.

4.2.4 Posse de ativos

A dimensão de posse de ativos tem a sua inclusão fundamentada pelo IPM Global, o qual possui um indicador desses dentro da dimensão de padrão de vida. Com base na metodologia de criação de indicadores de ativos proposta por Vollmer e Alkire (2022), a presente dissertação destrincha a posse de ativos, implementando uma dimensão que é composta por quatro indicadores diferentes, os quais representam com maior aprofundamento as possibilidades de privações existentes em termos de ativos possuídos, diferenciando-os por tipo de função desempenhada. Leva-se em consideração, também, o trabalho desenvolvido por Alkire, Kanagaratnam e Suppa (2018), pois os autores apresentam as consequências da revisão do IPM Global realizada em 2018, o qual foi feito com a intenção de aperfeiçoá-lo, demonstrando que a mudança realizada no indicador de ativos aperfeiçoou a mensuração dessas privações a nível global.

Primeiramente, o indicador de posse de imóvel é incluído nessa dimensão devido a sua importância para caracterizar a possibilidade de expansão das capacidades das pessoas. Essa relevância é verificada em dois indicadores diferente dos ODSs, o 1.4.2 e o

11.1.1. Com relação ao primeiro, a ONU leva em consideração a proporção de pessoas que possuem direitos de posse bem definidos, enquanto o segundo trata, como dito na subseção 4.2.1, de condições adequadas no domicílio. Com base nesse, famílias que residem em domicílios sem segurança contra ações de despejo estão presentes nas favelas, em assentamentos informais ou em domicílios inadequados. Consequentemente, nesta dissertação, consideram-se privados os domicílios que não estão sob a posse de algum dos seus moradores.

A opção pela seleção de indicadores referentes a posse de bens elétricos, de bens informacionais e de bens de locomoção, em seguida, seguem Vollmer e Alkire (2022) e, em menor grau, o trabalho feito por Golgher (2016). A natureza plural de um indicador de ativos se deve às diferentes combinações possíveis que podem ser adotadas para definir o corte de privação, o que faz com que a definição dos cortes de privação nessa dimensão, especificamente, seja um processo ainda mais arbitrário que as demais, tendo em vista a maior dificuldade de se estabelecer um padrão de aquisição e posse de bens que seja adequado ou inadequado. Nesse sentido, as linhas de pobreza adotadas para cada um dos indicadores foram definidas com base em tabulações cruzadas, seguindo as sugestões apresentadas e implementadas por Vollmer e Alkire (2022) para a seleção de ativos e os seus respectivos cortes. No entanto, é válido ressaltar que as decisões normativas dessa dimensão ainda estão sujeitas a um maior escrutínio, pois elas podem ser aperfeiçoadas através de uma Análise de Correspondência Múltipla, por exemplo, que permita visualizar as diferentes associações existentes entre inúmeros bens.

Assim sendo, consideram-se privados no indicador de bens elétricos os domicílios que não possuem, ao menos, três dos seguintes bens: geladeira, máquina de lavar roupas, micro-ondas e ventilador. Opta-se por esse número devido ao fato das tabulações cruzadas revelarem que boa parte das pessoas não possuem ou geladeira, ou máquina de lavar roupas. Nesse sentido, caso fosse utilizado um corte que considerasse como privados os domicílios que não possuem ao menos um desses bens, seriam observadas porcentagens altíssimas de privação nesse indicador.

Com relação aos bens informacionais, são entendidos como privados os domicílios que não possuem, ao menos, um dos seguintes bens: rádio, televisão ou notebook. A ideia, com a inclusão desse indicador, é captar um funcionamento no estudo da pobreza multidimensional que se refira à possibilidade da pessoa estar informada sobre algum determinado assunto, independentemente de qual o seja e o meio pelo qual essa informação é adquirida, pois há razões para se imaginar que as pessoas valorizam a obtenção de informações. O indicador de bens de locomoção, em sentido semelhante, busca captar a possibilidade de movimentação das pessoas no espaço geográfico que elas ocupam, caracterizando a imobilidade veicular como uma redução das liberdades substantivas desfrutadas pelas pessoas. Em razão disso, serão julgados como privados os domicílios que não possuem carro, moto

e bicicleta, o que caracteriza a impossibilidade da pessoa se locomover sem a utilização de transportes públicos ou privados (táxi, uber, etc.).

Tabela 4.5 – Indicadores da dimensão de posse de ativos e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Posse do imóvel	ODSs 1.4.2 e 11.1.1, ONU
Posse de bens elétricos	Vollmer e Alkire (2022)
Posse de bens informacionais	Golgher (2016), Vollmer e Alkire (2022)
Posse de bens de locomoção	Golgher (2016), Alkire, Kanagaratnam e Suppa (2018)

Elaboração própria.

4.2.5 Educação

A inclusão da dimensão de dimensão é autoexplicativa. A sua importância para caracterizar o desenvolvimento humano é tamanha que, na primeira tentativa a nível internacional de se olhar para o desenvolvimento humano sob uma ótica multifacetada, através do IDH (PNUD, 1990), a educação se apresentava como uma das três dimensões consideradas. Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados na dimensão de educação, saúde e padrão de vida (renda), o IPH (PNUD, 1997) representa uma primeira tentativa de mensuração das privações nessas dimensões a nível internacional, sendo que ele, assim como o IDH, inclui a educação como uma de suas variáveis constitutivas. O IPM Global (PNUD, 2010) adotado pela PNUD, que representa um avanço em relação ao IPH por levar em conta a distribuição conjunta das privações vivenciadas, utiliza três dimensões para examinar a pobreza multidimensional, com os indicadores de anos de escolaridade e frequência escolar compondo a dimensão em questão.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 4 é “Educação de qualidade - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Sendo assim, buscando manter um maior alinhamento deste trabalho com os ODSs, os indicadores educacionais selecionados para compor a dimensão de educação assemelham-se aos utilizados pela ONU. O indicador 4.2.2, por exemplo, engloba a educação para as crianças que estão um ano abaixo da idade obrigatória de frequência escolar, ou seja, trata-se do acesso à creche ou à pré-escola, o que justifica a escolha da educação infantil como um dos indicadores. Tendo em vista que o Ministério da Educação (MEC) reconhece como idade obrigatória para o início da frequência escolar os 6 anos de idade, esta dissertação define como privados no indicador de educação infantil as famílias que possuem pelo menos uma criança entre 4 e 5 anos fora da creche ou pré-escola.

A opção pelo indicador de frequência escolar segue o IPM Global (ALKIRE; SANTOS, 2010). No entanto, o seu corte de privação diverge desse indicador, pois leva em consideração o contexto brasileiro representado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1993), a qual define a obrigatoriedade da educação básica e gratuita do 4 aos 17 anos de idade. No entanto, como o grupo composto por crianças de 4 a 5 anos de idade já se encontra amparado no indicador de educação infantil, o indicador de frequência escolar no IPM proposto por esta dissertação classificará como privados as famílias que possuem pelo menos uma criança, entre 6 e 14 anos, que está fora da escola, pois essa é a faixa etária direcionada ao Ensino Fundamental, segundo a LDB.

Adicionalmente, o indicador de grau de escolaridade replica o ODS 4.1.2, cujo conteúdo se refere aos níveis educacionais atingidos pelas pessoas. Define-se o corte de privação com base no Ensino Fundamental, tomando-se como base argumentativa a média de anos de escolaridade no Brasil, pois a opção por um corte baseado no Ensino Médio configuraria uma proporção demasiadamente elevada de famílias pobres, classificando como pobres diversas pessoas que não estão em situações divergentes do restante da população. Ou seja, são identificados como privados no indicador de grau de escolaridade desta dissertação as famílias que possuem algum adulto, entre 18 e 64 anos, que não completou o Ensino Fundamental.

Por fim, o último indicador selecionado para compor a dimensão de educação é a variável de alfabetização funcional. Sua escolha fundamenta-se pelo ODS 4.6.1, o qual procura avaliar a alfabetização funcional para diferentes subgrupos populacionais. Como o indicador da ONU não propõe nenhuma definição para caracterizar a situação de analfabetismo funcional, replica-se o corte de privação adotado por Costa, Machado e Amaral (2018) para a mesma variável, o qual está em consonância com trabalhos variados no meio acadêmico. Sendo assim, define-se como analfabetos funcionais as pessoas com 14 anos ou mais que estudaram menos que 3 anos ao longo de suas vidas. A presença de uma única pessoa nessa condição caracteriza a família como privado nesse indicador.

Tabela 4.6 – Indicadores da dimensão de educação e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Educação infantil	ODS 4.2.2 da ONU e Ministério da Educação (MEC)
Frequência escolar	IPM Global (ALKIRE; SANTOS, 2010)
Grau educacional	ODS 4.1.2
Alfabetização funcional	ODS 4.6.1 e Costa, Machado e Amaral (2018)
Elaboração própria.	

4.2.6 Emprego

As condições ocupacionais de um indivíduo são determinantes para a sua possibilidade de auferir renda, sendo essa última essencial para caracterizar o desenvolvimento humano, o que pode ser visto pela inclusão dessa dimensão no IDH e no IPH-2 PNUD (1998). A relevância de boas qualidades empregatícias para caracterizar melhores condições de vida está refletida no ODS de número 8, “Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”. Dessa forma, levando-se em consideração que a POF possui uma disponibilidade informacional que possibilita a extração de perfis ocupacionais, decide-se por inserir essa dimensão para a composição do IPM aqui proposto.

A análise das condições empregatícias levam em consideração cortes de privação para o provedor da família. Para o cômputo dos resultados nos indicadores de emprego, são definidos como provedores as pessoas que contribuem com mais de 60% da renda domiciliar do trabalho. Na estratificação dos resultados na seção 5, consideram-se como provedores as pessoas ocupadas que contribuem com qualquer porcentagem acima de 10% da renda laboral domiciliar. Essa distinção permite que a elaboração dos indicadores ocupacionais se restrinja a analisar as pessoas cuja geração de renda é a mais importante da família. Por consequência, um quadro de privação em qualquer um dos indicadores de emprego considerados representará uma situação de pobreza multidimensional mais fidedigna para a família. A análise descritiva dos resultados com base na segunda definição de provedor(es), por sua vez, tem como objetivo analisar as inter-relações da estrutura de geração de renda laboral na família com diferentes privações. Por fim, as famílias que não possuem provedores são consideradas como não privadas em todos os indicadores, com exceção do indicador de ocupação, obviamente.

Nesse sentido, a escolha das variáveis que vão compor essa dimensão seguem diferentes indicadores do ODS 8. Em particular, são selecionados os indicadores 8.3.1, 8.5.2 e 8.7.1, os quais tratam, respectivamente, das proporções de pessoas ocupadas no setor formal e informal, de desocupados e de crianças em situação de trabalho infantil. Embora o primeiro abarque explicitamente a diferenciação de ocupações formais e informais, segundo parâmetro estabelecido internacionalmente⁷, as categorias estabelecidas pela ONU distinguem a formalidade e a informalidade, em grande parte, pelas contribuições previdências realizadas ou não. Sendo assim, o indicador 8.3.1 é utilizado como fonte para a elaboração de um indicador de previdência, o qual classifica como privados as famílias cujo provedor não contribui com nenhum tipo de previdência.

Replicando o ODS 8.5.2, adiciona-se um indicador de ocupação que considera como privados as famílias cujo(a) chefe está desocupado, ou seja, a família é caracterizado por

⁷ A ONU utiliza os padrões estatísticos definidos pela 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho para caracterizar trabalhos formais e informais.

uma ausência de provedores. A principal diferença do corte de privação desta dissertação para o indicador 8.5.2 da ONU, é que os provedores que não são remunerados em dinheiro também são considerados como privados no estudo em questão, o que deve ser feito por conta das possibilidades de resposta na POF. Em seguida, o ODS 8.7.1 fundamenta a escolha do indicador de trabalho infantil para compor a dimensão de emprego. O seu corte de privação replica o a definição de trabalho infantil no indicador da ONU, qual seja, crianças entre 5 e 11 anos que trabalham 1 hora ou mais por semana, crianças entre 12 e 14 anos que trabalham mais de 14 horas ou mais por semana, e crianças entre 15 e 17 anos que trabalham 43 horas ou mais na semana.

Por fim, o único indicador da dimensão de dimensão de emprego que não se fundamenta nos ODSs é aquele referente à jornada de trabalho. Sua inclusão está respaldada pela existência de trabalhos empíricos que constataam a observância de disparidades de jornada de trabalho entre diferentes subgrupos populacionais brasileiros, especialmente para as mulheres, as quais apresentam jornadas consideravelmente menores em relação aos homens (MARQUES; HERMETO, 2024). O seu corte de privação toma como base uma jornada de trabalho adequada entre 15 e 44 horas semanais. O limite superior replica o Art. 7º inciso XIII da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a jornada de trabalho é, no máximo de 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Embora o Art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabeleça como jornada parcial aquela que não supera as 30 horas semanais, a presente dissertação opta por um valor inferior, 15 horas, para representar o limite inferior de uma jornada adequada. Isso se deve ao fato de que muitas ocupações formais, como médicos, advogados, radiologistas e jornalistas podem apresentar jornadas que se encontram abaixo das 30 horas semanais. Consequentemente, uma família será classificado como privado nesse indicador quando o provedor possuir uma jornada de trabalho inferior a 15 horas ou maior que 44 horas.

Tabela 4.7 – Indicadores da dimensão de emprego e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Jornada de trabalho	Art. 7º, XIII da CF/88 e Decreto-Lei nº 5.452/1943
Ocupação	ODS 8.5.2, ONU
Previdência	ODS 8.3.1, ONU
Sem trabalho infantil	ODS 8.7.1, ONU

Elaboração própria.

4.2.7 Consumo

A incorporação de um componente monetário na análise da pobreza multidimensional não é algo contraintuitivo, pelo contrário, pois, como afirma Sen (2000b), é impossível

desvincular o baixo nível de renda das inadequações nas capacidades, já que a renda é um meio central para a expansão das liberdades substantivas. Ainda, argumenta o autor, a obtenção de capacidades tem como consequência, de sua parte, a possibilidade de auferir rendas mais elevadas. Levando-se em consideração o argumento apresentando por Amartya Sen, o meio acadêmico contém uma grande variedade de estudos empíricos incorporando a dimensão, ou indicador, de renda para o exame avaliatório da pobreza multidimensional (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012; OTTONELLI; MARIANO, 2014; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017; SILVA; BRUNO; SILVA, 2020; BRAMBILLA; CUNHA, 2021). Em consonância com esses trabalhos e com o respaldo teórico fornecido pela Abordagem das Capacitações, a presente dissertação faz a escolha pelo uso de uma dimensão monetária para finalizar o IPM sugerido.

A próxima etapa, então, refere-se à escolha do consumo ou da renda para captar a dimensão monetária da pobreza no IPM proposto. A seleção do consumo, nesta dissertação, está amparada em dois pontos principais: *i*) a grande escassez de estudos empíricos que utilizam a dimensão de consumo para avaliar a pobreza no multidimensional no Brasil, com trabalhos como o desenvolvido por Rodrigues (2014), Rodrigues, Helfand e Lima (2019) representando iniciativas singulares nesse sentido; e *ii*) o argumento apresentado por Deaton e Zaidi (1999) em favor do uso de consumo no lugar de renda para países em desenvolvimento.

Segundo os pesquisadores, a literatura empírica explicita que as variações no curto prazo no consumo não acompanham as flutuações na renda. Ou seja, o primeiro apresenta um comportamento mais suavizado e com menos variâncias que o segundo. Nesse sentido, dentro de um contexto de coleta de informações por parte de pesquisas amostrais, respostas referentes à renda das pessoas tendem a ser muito menos estáveis que respostas sobre o consumo. Os autores argumentam que a coleta de dados sobre o consumo das pessoas por parte dos agentes censitários, mesmo em prazos curtíssimos como uma única semana do ano, fornecem um maior grau de informações sobre o padrão de vida populacional do que observações anuais da renda. Embora se reconheça a existência de componentes sazonais no consumo, eles possuem amplitudes muito menores que as flutuações da renda na sociedade, especialmente em casos caracterizados por ocupações na agricultura, pequenos empreendimentos e autônomos, os quais apresentam um componente sazonal expressivamente relevante nas suas rendas. Deaton (1997), em sentido semelhante, destaca que argumentos sobre a maior praticidade e disponibilidade de dados de consumo são ainda mais fortes para justificar o uso do consumo no exercício analítico do desenvolvimento humano.

Dessa forma, devido às justificativas apresentadas em Deaton (1997) e Deaton e Zaidi (1999), somado à intenção de contribuir com a literatura acadêmica, a presente dissertação opta pelo uso do consumo como a dimensão monetária do IPM em questão. Divide-se,

então, essa dimensão em dois indicadores diferentes, o primeiro sendo referente ao consumo alimentar, enquanto o último incorpora o consumo de itens não alimentares. Para a definição da linha de pobreza *upper* e *lower*⁸, utilizam-se os trabalhos desenvolvidos por Rodrigues, Helfand e Lima (2018) e Lara Ibarra, Paffhausen e Duque (2021), os quais computam linhas de pobreza com base nos dados da POF 2008/2009 e da POF 2017/2018, respectivamente. A linha de pobreza alimentar da POF 2008/2009 é tomada com base na linha de pobreza *lower* computada no primeiro estudo, sendo o seu valor equivalente a R\$ 102,64. Para a POF 2017/2018, respaldada pelo segundo estudo, a linha de pobreza alimentar utilizada se encontra em R\$ 258,00. Famílias que apresentam um consumo per capita com itens alimentares inferiores à esses valores, então, estarão em condição de privação no indicador de consumo alimentar.

O corte de pobreza do indicador de consumo não alimentar é um pouco mais complicado que a simples reprodução das linhas computadas por Rodrigues, Helfand e Lima (2018) e Lara Ibarra, Paffhausen e Duque (2021). Ambos os autores calculam linhas de pobreza *upper* para as POFs 2008/2009 e 2017/2018, respectivamente, sendo essa definida pelo consumo alimentar dado pela linha *lower* mais um ajuste de itens não alimentares. Nesse contexto, buscando evitar redundâncias no cômputo do IPM, o corte de privação do indicador referente ao consumo de itens não alimentares, nesta dissertação, é dado pela diferença observada entre as linhas de pobreza *upper* e *lower* dos trabalhos que fundamentam os valores utilizados nessa dimensão. Por conseguinte, a linha de pobreza não alimentar para a POF 2008/2009 é de R\$ 63,90, enquanto para a POF 2017/2018 o valor obtido é de R\$ 197,00. As famílias que possuem um consumo per capita de itens não alimentares inferiores à esses valores serão classificados como privados no indicador em questão.

O uso de diferentes trabalhos implica em dizer que estão sendo utilizadas linhas diferentes para cada uma das POFs, o que pode ocasionar o levantamento de dúvidas quanto a comparabilidade entre ambas as linhas. No entanto, ambos os trabalhos (RODRIGUES; HELFAND; LIMA, 2018; Lara Ibarra; PAFFHAUSEN; DUQUE, 2021) calculam suas linhas de pobreza com base na aplicação da abordagem de Custo de Necessidades Básicas. Em especial, as duas linhas encontram-se amparadas na sugestão metodológica explicitada por Deaton e Zaidi (1999). Os autores apresentam argumentos em favor e desfavor de determinados itens no cômputo das linhas de pobreza, os quais são reproduzidos por Rodrigues, Helfand e Lima (2018) e Lara Ibarra, Paffhausen e Duque (2021) para cada uma das POFs consideradas. Como os itens alimentares excluídos são os mesmos para os dois estudos que fundamentam os cortes de privação adotados, não há razões para se imaginar divergências expressivas no indicador de consumo alimentar entre as duas POFs.

⁸ A linha de pobreza superior (*upper*) incorpora a aquisição de itens não alimentares, enquanto a linha de pobreza inferior (*lower*) trata especificamente do consumo de itens alimentares.

O consumo de itens não alimentares, no entanto, é muito mais complexo, tendo em vista que a POF possui uma extensa lista de itens que devem ser manualmente excluídos no cômputo do consumo domiciliar, de acordo com a metodologia feita por Deaton e Zaidi (1999). Por conta disso, é de se esperar que existam pequenas diferenças nos itens considerados por cada uma das linhas de pobreza não alimentar, mas elas devem ser marginais, dado que a fundamentação teórica e metodológica de ambos é a mesma.

Tabela 4.8 – Indicadores da dimensão de consumo e fontes para os cortes de privação

Indicador	Fonte(s) do corte de privação
Consumo alimentar	Deaton e Zaidi (1999), Rodrigues, Helfand e Lima (2018)
Consumo não alimentar	Deaton e Zaidi (1999), Lara Ibarra, Paffhausen e Duque (2021)

Elaboração própria.

4.3 Fonte e tratamento dos dados

A pesquisa amostral selecionada para a elaboração do IPM desta dissertação, conforme dito anteriormente, é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). A sua escolha se deve à sua amplitude informacional, o que é útil para o exame avaliatório da pobreza sob uma perspectiva multidimensional. Além disso, a POF é a pesquisa de referência no Brasil para a obtenção de dados de consumo, sendo a utilização dessa dimensão um dos objetivos centrais do estudo empírico. Como destaca o IBGE, a POF visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo das famílias e avaliar as condições de vida das famílias a partir dos seus orçamentos domésticos (IBGE, 2021).

A pesquisa baseia-se em um plano amostral conglomerado em dois estágios, cujas unidades primárias de amostragem (UPA) correspondem aos os setores ou agregados de setores da base geográfica do Censo Demográfico 2010, o qual, por sua vez, encontra-se baseado na estrutura oferecida pela amostra mestra desenhada pelo IBGE para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). As UPAs são selecionadas por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor, dentro de cada estrato final compondo a amostra mestra. A unidade secundária de amostragem, por sua vez, são os domicílios particulares permanentes, os quais são selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, com base em cada uma das UPAs selecionadas⁹.

A pesquisa amostral contém sete questionários ao todo, cada um representando uma base de dados diferente: características do domicílio e dos moradores (POF-1), questionário de aquisição coletiva (POF-2), caderneta de aquisição coletiva (POF-3), questionário de aquisição individual (POF-4), questionário de trabalho e rendimento individual

⁹ Informações obtidas em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticas/operacoes-estatisticas/OF>>

(POF-5), avaliação das condições de vida (POF-6) e bloco de consumo alimentar pessoal (POF-7). Tendo em vista a amplitude de indicadores considerados no exame da pobreza multidimensional, fez-se necessário o uso de todas os questionários, o que foi operacionalizado através da combinação das diferentes bases utilizando os identificadores pessoais e da unidade de consumo.

A POF possui três unidades de identificação diferentes, as pessoas, os domicílios e as famílias. Esses últimos, também denominados como unidades de consumo, é a unidade básica utilizada pelo IBGE para a análise dos orçamentos familiares. Segundo a fundação pública, a unidade de consumo compreende um conjunto de moradores, ou somente um morador, que utilizam o mesmo estoque de alimentos, ou seja, que apresentam um conjunto de despesas alimentares comuns. Dessa forma, admite-se a possibilidade de mais de uma família sob um mesmo domicílio, desde que elas separem os seus orçamentos alimentares entre si. As diferenças, no entanto, são marginais, pois os microdados da POF 2008/2009 são compostos por 55.970 domicílios e 56.091 famílias, enquanto na POF 2017/2018 os valores são de 57.920 e 58.039, respectivamente. A Tabela A.1 do Apêndice Estatístico contém as informações gerais dos microdados das POFs 2008-2009 e 2017-2018.

A unidade de identificação utilizada nesta dissertação é a família, o que significa que a família é identificada ou não como pobre no IPM proposto. No entanto, as dimensões de condições habitacionais, acesso a serviços básicos e posse de ativos são compostas variáveis coletadas, na POF, a nível domiciliar, pois suas perguntas se encontram na parte da POF-1 que engloba as características da habitação, sendo essas respondidas somente pelo(a) chefe do domicílio e replicado para os moradores do mesmo. Ou seja, caso um domicílio não disponha, por exemplo, de um bem de locomoção ou acesso a saneamento básico, todas as famílias que residem no mesmo domicílio serão classificadas como privadas nesses indicadores.

Com relação aos demais indicadores computados, o seu corte de privação é definido a nível individual para ser replicado para a família. Ou seja, são capturadas as informações sobre a qualidade de vida de cada pessoa para, posteriormente, ser aplicado o corte de privação de cada indicador para a família como um todo, usando como base as informações dos seus membros, individualmente. Exemplificando, caso seja verificado que uma pessoa qualquer, que possui entre 18 e 64 anos e que integra uma determinada família, não tem o Ensino Fundamental, então a família como um todo é classificada como privada naquele indicador. O mesmo ocorre para uma família cujo provedor não tenha uma jornada de trabalho adequada, por exemplo, pois a família será considerada privada nesse indicador.

Os indicadores das dimensões de inclusão financeira e consumo são computados diretamente a nível familiar. Na primeira, será classificada como privada a família que possuir que não possuir nenhum de seus membros com acesso à conta corrente ou crédito, enquanto na segunda computa-se o consumo total de cada família para dividir a soma ob-

tida pelo número total de membros da mesma. Nesse sentido, a identificação das famílias entre privadas e não privadas nesses indicadores, somado àqueles presentes nas dimensões de educação e emprego, não são replicados para o domicílio como um todo.

Seguindo-se as recomendações do IBGE, são utilizados os pesos amostrais da pesquisa no cômputo do IPM, pois a instituição recomenda que análises descritivas e inferenciais façam uso dos pesos e dos estratos disponibilizados nos microdados. A ideia é que, assim, seja possível garantir que as estatísticas obtidas sejam representativas da população brasileira, especialmente para variáveis que apresentam distribuições desiguais para os subgrupos, o que é justamente o caso do Brasil no que tange à pobreza sob uma perspectiva multifacetada.

Por fim, é importante ressaltar que os dados de consumos se encontram indisponíveis para 1.806 famílias na POF 2008/2009 e para 2.045 na POF 2017/2018, o que representa, aproximadamente, 3,22% e 3,52% do total de famílias em cada pesquisa, respectivamente. Em um livro que trata especificamente da mensuração da pobreza brasileira com base na POF, o Banco Mundial WORLD BANK (2007), justifica que, possivelmente, a família não fez nenhuma compra alimentícia na semana de referência da pesquisa, o que é plausível, tendo em vista que muitas famílias fazem compras quinzenais ou mensais.

Ao abordar questões referentes às unidades de observação sem informações para o consumo alimentar, Deaton e Zaidi (1999) sugeriram que fossem utilizadas, em alternativa, *proxies* com base na mediana de famílias (domicílios) que possuem características semelhantes. Seguindo essa sugestão, o Banco Mundial (WORLD BANK, 2007) realizou uma estimativa de gasto alimentar para as famílias com valores em vazio no consumo, utilizando como variáveis explicativas um conjunto de características domiciliares e demográficas, além da área de residência do domicílio. Rodrigues, Helfand e Lima (2018) aprofundam a metodologia aplicada pelo Banco Mundial, realizando a imputação de valores para gastos não alimentares através do fluxo de bens duráveis da POF.

Inspirado por WORLD BANK (2007) e Rodrigues, Helfand e Lima (2018) e respaldado teoricamente por Deaton e Zaidi (1999), realizou-se a imputação dos gastos alimentares para as famílias com valores em vazio na aquisição de itens alimentares. Para isso, foi utilizado um modelo de regressão linear simples na seguinte forma:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + u_i$$

Onde a variável dependente, y_i , representa o gasto alimentar familiar e X_i refere-se ao conjunto de características domiciliares, demográficas e de área de residência do domicílio. As variáveis utilizadas baseiam-se em estudos semelhantes feitos para POFs anteriores (WORLD BANK, 2007; RODRIGUES; HELFAND; LIMA, 2018), sendo elas: sexo, raça,

idade (incluindo o termo quadrático)¹⁰, tipo de composição familiar; grande região do Brasil, urbano ou rural; aluguel estimado e rendimento familiar *per capita*.

Os resultados da regressão estimada, a comparação dos gastos alimentares médios e observados e os gráficos de dispersão que comparam ambos, todos para a POF 2017/2018, podem ser verificados no Apêndice Estatístico¹¹.

¹⁰ O termo quadrático foi incluído devido ao impacto esperado da idade sobre o consumo, em acordo com a teoria do ciclo de vida de Modigliani. O sinal obtido na regressão valida a teoria e está em consonância com estudos empíricos que observam as variações no consumo alimentar ao longo da vida da pessoa.

¹¹ O Apêndice B apresenta as informações referentes à regressão linear empregada.

5 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

A seguir estão os resultados do IPM computado nesta dissertação, cuja metodologia de agregação e dimensões consideradas estão descritas no capítulo anterior. A discussão está centrada em torno de um corte de pobreza $k = 3$, mas resultados para cortes de pobreza alternativos, conforme dito anteriormente, estão explicitados nos apêndices¹. Realizam-se diferentes estratificações com o objetivo de explicitar a multitudine de perfis de pobreza existentes no Brasil, a começar pelos resultados gerais da POF 2008-2009 e da POF 2017-2018 para, posteriormente, apresentar as diferenças entre a pobreza rural e a pobreza urbana no país, a persistência das disparidades regionais até os dias atuais e, por fim, as privações observadas a depender das características do(a) chefe da família e da estrutura domiciliar. As escolhas desses subgrupos populacionais para a demonstração dos resultados se baseiam nos estudos encontrados na literatura acadêmica sobre a pobreza brasileira, tanto em termos monetários quanto multidimensionais, trabalhos os quais se encontram evidenciados na subseção 2.2 e na seção 3.

5.1 Resultados para o Brasil

A Tabela 5.1 contém os resultados do IPM para o Brasil como um todo, tanto da POF 2008-2009 quanto da POF 2017-2018. É evidente a queda da pobreza nesse intervalo temporal, com um IPM (M_0) que sai de 0,245 na primeira POF para 0,157 na segunda, consoante à redução na proporção de pobres (H) entre as duas pesquisas, de quase 57% do total de famílias em 2008/2009 para 38% em 2017/2018, uma queda de 18,8 p.p. Em termos absolutos, isso significa que haviam 31.972 famílias em situação de pobreza multidimensional em 2008/2009, contra 22.055 famílias em 2017/2018.

É possível, ainda, observar uma melhora nas condições da população identificada como pobre ao longo desse período, pois a intensidade média de privações sofrida por esse grupo (A) reduziu de 0,432 para 0,413, indicando que houve uma queda na intensidade da pobreza multidimensional no país ao longo dessa década. A melhora evidenciada no A , entre as duas pesquisas, é verificada para quase todas estratificações realizadas neste capítulo, o que pode ser visto pelas tabelas aqui contidas. Esse movimento reflete a melhora ocorrida no IPM para o Brasil como um todo, semelhantemente ao que ocorre com a proporção de pobres na população, H , fatos que podem ser observados pela Tabela 5.1. Nesse sentido, o presente capítulo disserta a respeito do comportamento desse componente do IPM somente em situações específicas, isto é, quando houverem inferências relevantes que podem ser feitas para os subgrupos considerados.

Como o indicador por si só traz poucas informações a respeito do perfil de pobreza

¹ O apêndice C nos Apêndices Estatísticos apresenta os resultados do IPM brasileiro, decomposto por situação do domicílio e por macrorregião para os cortes de pobreza no valor de $k = 2$ e $k = 3$.

Tabela 5.1 – Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM	H	A
2008/2009	0,245	0,568	0,432
2017/2018	0,157	0,380	0,413

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

predominante no país, a Tabela 5.2 apresenta a contribuição percentual de cada dimensão para o IPM brasileiro nos dois períodos analisados, de tal modo que se possa conferir quais privações são mais relevantes para caracterizar a pobreza brasileira.

Tabela 5.2 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Dimensão	2008/2009	2017/2018
Condições habitacionais	0,076	0,099
Serviços básicos	0,090	0,099
Inclusão financeira	0,311	0,230
Ativos	0,138	0,133
Educação	0,113	0,095
Emprego	0,130	0,146
Consumo	0,143	0,198

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

A dimensão de inclusão financeira é a que apresenta a maior contribuição para o IPM, tanto em 2008/2009 quanto em 2017/2018. Após ela, a dimensão de consumo é a que se configura como a mais importante na determinação da pobreza brasileira em ambas as pesquisas, seguida pela dimensão de ativos na POF 2008/2009, ou a dimensão de emprego na POF 2017/2018. É importante ressaltar a discussão trazida na subseção 4.3, pois as duas dimensões mais relevantes para explicar a pobreza no Brasil são aquelas compostas por dois indicadores, o que significa que esses indicadores têm peso dobrado em relação aos outros, inflando a contribuição da dimensão caso haja uma quantidade considerável de famílias privadas neles. Neste sentido, o cômputo do IPM com pesos idênticos para todos os indicadores, o que implica em pesos menores para as dimensões com dois indicadores, cujas tabelas se encontram disponíveis no Apêndice Estatístico², denota que, mesmo com um peso menor, a dimensão de inclusão financeira é a que apresenta a maior contribuição

² As tabelas C.7, C.8 e C.9 explicitam os resultados do IPM com pesos iguais em todos os indicadores para o Brasil, por situação do domicílio e por macrorregião, respectivamente.

percentual em 2008/2009. No entanto, na POF 2017-2018, essa dimensão passa a ser a quarta mais importante para explicar a pobreza no país.

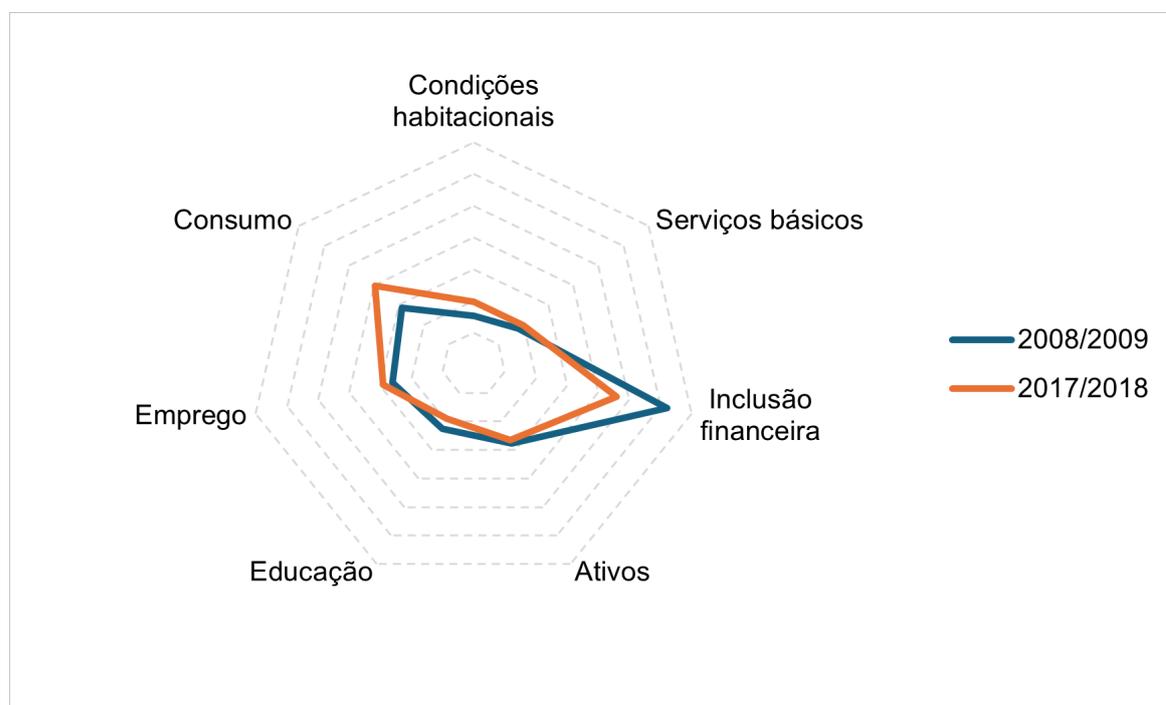
Em ambas as pesquisas, a dimensão de consumo perde bastante relevância se utilizados pesos idênticos para os indicadores, o que decorre do menor peso atribuído à essa dimensão com o uso dessa metodologia. No entanto, é imperativo atentar para o fato de que existem inúmeros trabalhos empíricos, os quais se encontram explicitados na subseção 4.3, que utilizam a renda como uma dimensão composta por menos indicadores que as outras. O respaldo teórico para esses trabalhos, esta dissertação inclusa, é aquele fornecido por Nussbaum (2011), que argumenta que as capacidades centrais para o desenvolvimento dos cidadãos são igualmente relevantes, de tal forma que o excesso de uma não pode compensar a falta de outra, o que fornece argumentos em favor do mantimento de pesos iguais para cada uma das dimensões. Em acordo com esses estudos e com o argumento de Nussbaum, o restante do capítulo se aterá aos resultados do IPM para dimensões com pesos idênticos, o que, por sua vez, implica em pesos maiores para os indicadores de consumo. Essa escolha pode ser reforçada, inclusive, pela própria visão de Sen (2000b), que argumenta que a renda, apropriadamente definida³, tem uma enorme influência sobre as liberdades reais desfrutadas pelas pessoas, além do fato de que o aumento das capacidades para viver suas vidas traduzem-se em maiores potenciais de auferir rendas mais elevadas.

Com relação à evolução temporal da pobreza entre as duas POFs consideradas, um ponto interessante que pode ser levantado pelos dados da Tabela 5.2, é que o perfil de pobreza multidimensional do Brasil passou por uma transformação durante a década. A Figura 5.1 representa visualmente como se deu essa mudança.

Nota-se, assim, que a dimensão de inclusão financeira, que representava a maior parcela de contribuição para o IPM em 2008/2009, diminuiu sua participação relativa em relação às outras dimensões ao longo do tempo. Como pode ser constatado pela Tabela 5.3, isso se deve a uma melhora nas privações vivenciadas pela população nos indicadores pertencentes à essa dimensão. A mudança pela qual o perfil médio de pobreza multidimensional do Brasil passou pode ser observada através dos aumentos das contribuições percentuais de todas as outras dimensões, com exceção de ativos e educação. O maior ganho de importância relativa dimensional ocorreu no consumo, o que pode ser verificado pela Figura 5.1, apontando para problemas associados ao consumo da população no Brasil, especialmente a insegurança alimentar, consoante à Tabela 5.3.

³ A renda, na presente dissertação, é substituída pelo consumo. Ambas se inter-relacionam pelo fato de que, em um contexto de pobreza multidimensional, equivalem ao fator monetário na determinação do perfil de pobreza. Ainda, como discutido na subseção 2.1, ambos os conceitos foram amplamente implementados na literatura desde os primeiros estudos sobre pobreza. No entanto, seguindo Deaton e Zaidi (1999), o presente estudo opta pela escolha do consumo como uma métrica mais representativa da pobreza em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Figura 5.1 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM geral do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

Tabela 5.3 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Indicador	Famílias privadas	
	2008/2009	2017/2018
Banheiro exclusivo	4,55%	3,89%
Número de dormitórios	19,09%	14,71%
Adequação locacional	24,82%	36,17%
Cozimento	20,21%	25,76%
Coleta de lixo	18,88%	15,93%
Água potável	9,92%	3,32%
Saneamento	41,24%	52,65%
Energia elétrica	2,10%	0,39%
Acesso ao crédito	63,25%	42,62%

Continua na próxima página.

Indicador	Famílias privadas	
	2008/2009	2017/2018
Conta corrente	82,56%	29,49%
Posse do imóvel	27,26%	27,34%
Bens elétricos	65,56%	38,88%
Bens informacionais	3,85%	2,58%
Bens de locomoção	39,95%	30,76%
Educação infantil	4,61%	1,54%
Frequência escolar	1,27%	0,40%
Grau de escolaridade	59,44%	44,84%
Alfabetização funcional	33,00%	22,95%
Jornada de trabalho	46,67%	44,36%
Ocupação	15,28%	17,57%
Previdência	61,97%	52,39%
Trabalho infantil	0,04%	0,02%
Consumo alimentar	56,66%	69,39%
Consumo não alimentar	8,35%	12,24%

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Uma utilidade da Tabela 5.3 é que ela permite contornar os problemas que envolvem os diferentes pesos dos indicadores, pois seus dados focam na porcentagem de famílias privadas em cada um deles, ao invés de suas respectivas contribuições para o IPM. Com base nela, é possível constatar que a única dimensão que apresentou uma melhora em todos os seus indicadores, em termos de porcentagem de famílias privadas, foi a dimensão de educação. Apesar disso, o indicador de grau de escolaridade atingido na família possui uma elevada parcela de brasileiros privados, o quarto maior dentre 24 indicadores, com 33.340 famílias em situação inadequada em 2008/2009 e 26.025 famílias em 2017/2018. Outra dimensão cujos indicadores apresentaram melhorias significativas é a dimensão de ativos, especialmente o indicador de posse de bens elétricos, com uma redução no número de famílias privadas de 36.773 em 2008/2009 para 22.565 em 2017/2018, o equivalente a uma queda de 26,68 pontos percentuais.

Com relação às privações que revelam a situação da pobreza no Brasil em 2017/2018,

destaca-se a amplitude de famílias pobres nos indicadores de saneamento, previdência, grau de escolaridade, jornada de trabalho e acesso ao crédito. A baixa cobertura de saneamento básico no Brasil é fato notório, mas as elevadas proporções de famílias privadas nos indicadores de previdência e jornada de trabalho revelam a precariedade ocupacional no país, mesmo com a pequena melhora do primeiro ao longo do tempo. Posse de bens elétricos, adequação locacional, posse de bens de locomoção, acesso à conta corrente e posse do imóvel são outros indicadores nos quais há uma elevada porcentagem de famílias brasileiras privadas em 2017/2018.

O indicador que apresenta o maior número de famílias brasileiras em situação de pobreza, em 2017/2018, é o indicador de consumo alimentar com 40.047 famílias privadas, o equivalente a 69% do total de famílias nessa POF. Tal valor evidencia a situação de insegurança alimentar na qual vive boa parte da população brasileira, problema que, muito certamente, foi amplificado com a pandemia do COVID-19. O elevado valor de famílias privadas na dimensão de consumo pode advir dos diferentes cortes existentes entre a POF 2008-2009 e a POF 2017-2018, tendo em vista que as linhas de pobreza alimentar, nesse indicador, seguiram dois cálculos diferentes, a linha proposta por Rodrigues, Helfand e Lima (2018) para o primeiro e aquela calculada por Lara Ibarra, Paffhausen e Duque (2021) para o segundo. Entretanto, como ambas as metodologias são baseadas no trabalho de Deaton (2003), é improvável que haja alguma divergência relevante na metodologia de cada uma dessas linhas que sirva de justificativa para o valor elevado de famílias privadas, especialmente no caso da linha de pobreza alimentar, cujo cálculo é facilitado em relação aos itens não alimentares.

5.2 Pobreza urbana e rural

Segundo Sen (2000b), existem algumas fontes principais que justificam a heterogeneidade de privações existentes, sendo que duas delas são as diversidades ambientais e as variações no clima social. Com relação à primeira, a presença de doenças específicas que afetam as populações locais ou a poluição em suas diferentes formas, por exemplo, podem implicar em reduções no bem-estar para os indivíduos que ocupam essas áreas. Uma família que se encontra residida em uma área não regularizada com risco de deslizamento, em particular, valorizará mais a possibilidade de se obter uma melhor adequação locacional para o seu domicílio. No que tange às variações no clima social, por sua vez, é possível pensar que a falta de acesso a serviços básicos pode condicionar as condições de vida de uma determinada população. A não cobertura de redes de distribuição elétrica implica em uma redução de variadas capacidades por parte da família afetada. Outro exemplo relevante é o fornecimento de educação pública, pois as suas externalidades positivas implicam em uma expansão das liberdades reais dos indivíduos em muitas outras dimensões do desenvolvimento humano, como a possibilidade de se obter um emprego mais qualifi-

cado.

Sendo assim, é fácil observar que condições externas às pessoas condicionam as possibilidades de vida que elas podem levar. Comprovação empírica pode ser encontrada no trabalho desenvolvido por Rocha (2006). Com base na PNAD e no Censo Demográfico, a autora diferencia o perfil da pobreza no Nordeste rural daquele encontrado nas grandes metrópoles do Sudeste. Os pobres do primeiro são caracterizados por uma maioria de chefes domiciliares com poucos anos de escolaridade e ocupados no setor agrícola, enquanto a pobreza nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo se concentra em pessoas com carteiras assinadas nos setores de comércio e serviços, especialmente em atividades de baixa produtividade e com menores rendimentos, o que explicita a relevância das condições ocupacionais para definir a pobreza urbana. Em outro estudo, Buainain, Dedecca e Neder (2013a), com base nos microdados da PNAD de 2009, observa que os pobres rurais tinham como características predominantes a presença de mais de 2 moradores por número de dormitórios e deficiências diversas no acesso a serviços básicos. No Nordeste rural, em específico, a presença de chefes de domicílio sem a alfabetização funcional era especialmente marcante.

Esses trabalhos, dentre outros existentes na literatura acadêmica, destacam que a localização do domicílio, seja rural ou urbano, é um fator fundamental para interferir nas capacidades reais das pessoas. As privações vivenciadas nas regiões mais remotas do Brasil são drasticamente diferentes das que predominam nas maiores metrópoles do país. Dessa forma, é imperativo a realização da decomposição dos resultados do IPM desta dissertação com base na situação do domicílio (rural ou urbano), pois, assim, é possível extrair a amplitude da pobreza multidimensional para essas localidades. A Tabela 5.4, então, apresenta os resultados do M_0 , H e A para as POFs de 2008-2009 e 2017-2018 decomposto pela situação domiciliar.

Há uma maior incidência (H) e intensidade (A) da pobreza sobre os domicílios rurais em comparação aos urbanos, constatação essa que pode ser feita tanto para 2008/2009 quanto 2017/2018. Como consequência, em ambas as pesquisas, o IPM desses primeiros domicílios é maior (pior), o que expressa o traço estrutural de espacialidade da pobreza no Brasil, o qual vigora, pelo menos, desde a década de 70. Apesar da melhora expressiva entre 2008/2009 e 2017/2018, em termos de IPMs verificados, o rural brasileiro ainda se encontra em uma situação muito aquém daquela observada nas regiões urbanas, um M_0 de 0,292 contra 0,118 no último ano em análise. O número de domicílios rurais identificados como multidimensionalmente pobres saiu de 10.824 na primeira POF para 8.689 na segunda, o equivalente, em termos percentuais, a 83% e 66% do total de domicílios rurais nas POFs 2008/2009 e 2017/2018, respectivamente, uma melhora considerável ao longo do tempo, mas ainda assim um patamar substancialmente elevado. Em suma, pode-se inferir que de três domicílios selecionados aleatoriamente no meio rural, dois deles serão

classificados como pobres em termos multidimensionais no ano de 2017/2018.

Tabela 5.4 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2008/2009	0,199	0,400	0,489	0,834	0,407	0,479
2017/2018	0,118	0,292	0,298	0,661	0,395	0,441

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

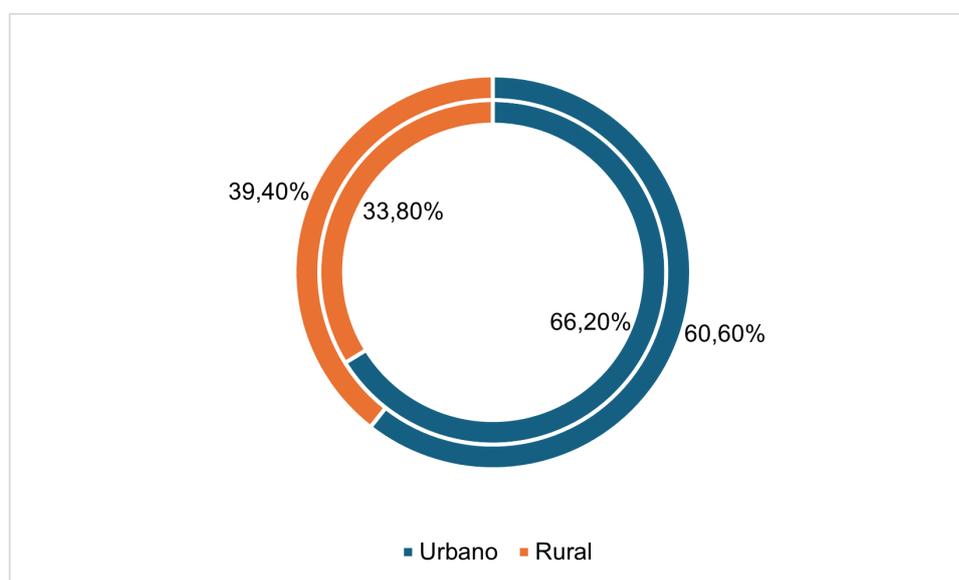
Sabendo-se que a pobreza multidimensional brasileira se encontra amplamente difundida sobre as regiões rurais, a próxima etapa é verificar a evolução temporal da contribuição desse subgrupo para a proporção de pobres. O intuito é examinar se houve um aumento ou redução das disparidades entre as regiões rurais e urbanas no Brasil ao longo do intervalo de tempo em análise. Conseqüentemente, com base na POF 2008-2009 e na POF 2017-2018, a Figura 5.2 explicita a contribuição percentual dos domicílios urbanos e rurais para a parcela de pobres no Brasil, onde o círculo interno representa o primeiro período e o externo o segundo.

A variação na contribuição percentual dos domicílios urbanos e rurais aponta para um aumento das desigualdades entre essas regiões. O rural no Brasil aumentou sua contribuição para a proporção de pobres, em relação às regiões urbanas, em 5,6 p.p. entre 2008/2009 e 2017/2018. A redução na diferença das contribuições entre ambos os estratos indica que houve uma piora relativa da área rural, cuja contribuição para a proporção da pobreza brasileira saiu de quase 34% em 2008/2009 para pouco mais de 39% em 2017/2018.

A maioria dos pobres no Brasil, no entanto, residem em regiões urbanas. Isso se deve ao modo de ocupação do espaço geográfico no país desde meados do século XX, o qual é caracterizado por uma intensa urbanização e concentração populacional em grandes metrópoles. Esse movimento demográfico fez com que o país se tornasse majoritariamente urbano ao fim da década 70, como discutido na subseção 3.1. A Figura 5.2, então, apresenta a parcela da população urbana e rural no Brasil de acordo com a POF 2017-2018 e, ainda, a parcela da população identificada como pobre dentro de cada subgrupo.

Pelas figuras 5.2 e 5.3 e com base na Tabela A.1 é possível compreender o porquê das regiões urbanas contribuírem com cerca de 61% do número de domicílios multidimensionalmente pobres, já que eles compõem aproximadamente 77% da população brasileira na POF 2017/2018, o que corresponde a 44.598 domicílios dos 57.920 existentes nessa pesquisa. Considerando somente o Brasil urbano, quase um terço dos domicílios são

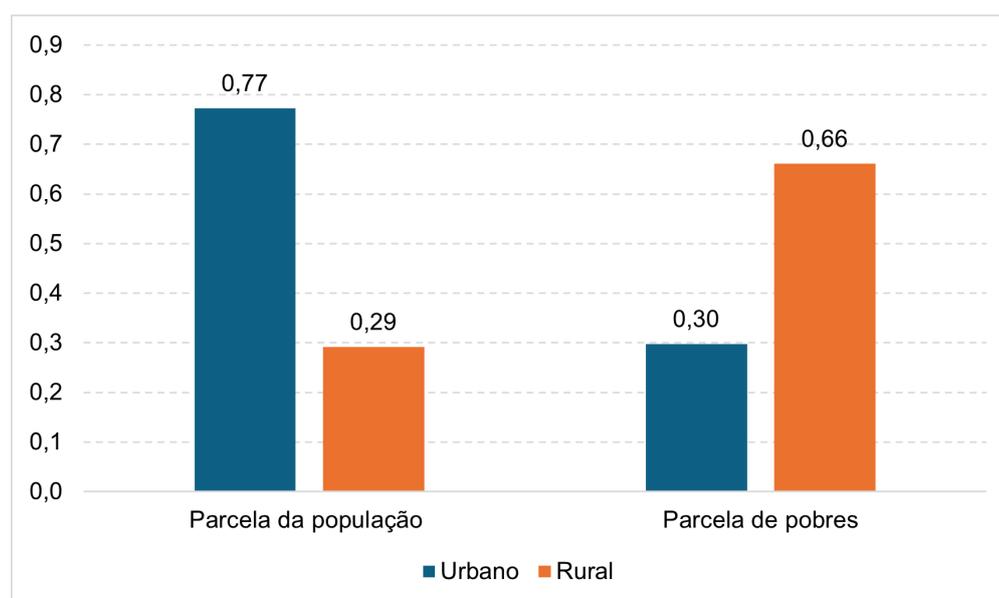
Figura 5.2 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (*H*) na população total; POF 2008-2009 (círculo interno) e POF 2017-2018 (círculo externo)



Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

considerados pobres em termos multidimensionais, já que foram identificados aproximadamente 13.380 domicílios urbanos nessas condições.

Figura 5.3 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (*H*); decomposição por situação do domicílio; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Depreendidas as características gerais da pobreza multidimensional no Brasil, no que tange aos domicílios urbanos e rurais, o desenvolvimento subsequente, naturalmente, é

diferenciar o perfil de pobreza de ambos. Com esse objetivo, a Tabela 5.5 apresenta a decomposição das contribuições dimensionais ao IPM de cada subgrupo, considerando os resultados das POFs de 2008-2009 e 2017-2018.

Em um primeiro momento, as contribuições expressivas da dimensão de inclusão financeira, tanto para a pobreza rural quanto para a urbana, denotam a amplitude das privações observadas nessa dimensão. Um ponto interessante é que os domicílios rurais possuem contribuições percentuais inferiores nessa dimensão, em relação aos domicílios urbanos, o que é válido tanto para 2008/2009 quanto 2017/2018. A explicação para isso se dá pela dependência da área rural de transferências governamentais, as quais contribuem com cerca de 50% dos rendimentos domiciliares, na média, para os domicílios rurais (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013a)⁴. Com relação às demais dimensões, diferenças significativas nas contribuições para os seus respectivos IPMs também são constatadas nas dimensões de condições habitacionais e serviços básicos, especialmente a segunda, com domicílios situados em regiões rurais apresentando uma maior incidência de carências. Os pobres urbanos no Brasil, de seu modo, experienciam mais privações nas dimensões de ativos, consumo e emprego.

No que tange ao aspecto temporal, verifica-se que houve uma redução das insuficiências relacionadas à inclusão financeira, com melhoras expressivas para os domicílios rurais e urbanos entre 2008/2009 e 2017/2018. Essa redução na importância relativa das privações em inclusão financeira foram acompanhadas por aumentos nas contribuições das dimensões de consumo e emprego para ambos os estratos. Adicionalmente, houve um aumento na contribuição percentual para o IPM dos domicílios rurais por parte das dimensões de condições habitacionais e acesso a serviços básicos, embora o aumento observado na segunda tenha sido marginal.

Com o propósito de facilitar a identificação das diferentes privações experienciadas por domicílios urbanos e rurais, a Figura 5.4 representa visualmente os dados contidos na Tabela 5.5.

A depender da localização, diferentes dimensões do desenvolvimento humano condicionam as liberdades substantivas usufruídas pelos indivíduos, ou seja, é possível perceber que a pobreza rural no Brasil é marcadamente distinta da urbana. A elevada escassez no acesso a serviços básicos é uma característica ímpar que distingue a pobreza rural da urbana, além de privações consideravelmente maiores na dimensão de condições habitacionais. A pobreza urbana, em contrapartida, pode ser descrita por maiores privações, relativamente falando, nas dimensões de consumo, posse de ativos, inclusão financeira e emprego. Essa última se torna mais relevante quando levada em consideração com a dimensão de educação. Os domicílios urbanos e rurais possuem contribuições relativamente similares nessa, mas o pior resultado relativo daquela se dá para a população urbana, o

⁴ O autor chega a essa conclusão com base nos microdados da PNAD de 2009.

Tabela 5.5 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Dimensão	Urbano		Rural	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Condições habitacionais	0,068	0,089	0,089	0,113
Serviços básicos	0,053	0,059	0,150	0,155
Inclusão financeira	0,327	0,249	0,283	0,203
Ativos	0,147	0,145	0,124	0,118
Educação	0,112	0,092	0,114	0,098
Emprego	0,141	0,158	0,111	0,129
Consumo	0,151	0,208	0,130	0,184

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

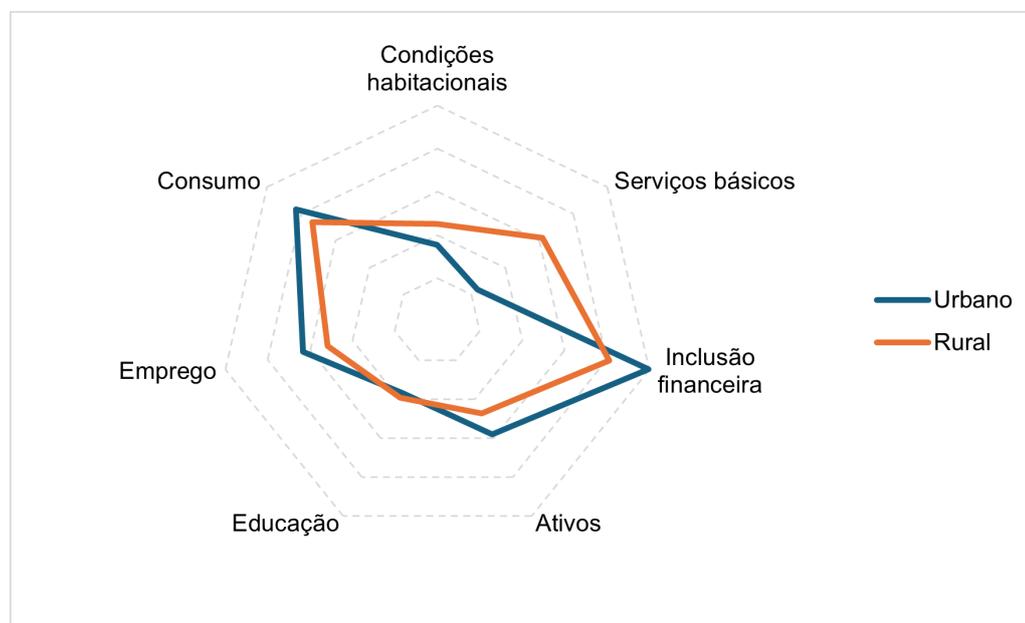
Elaboração própria.

que denota a importância das condições de trabalho para explicar as carências vivenciadas por esse subgrupo. A pobreza ocupacional, então, é uma característica intrínseca às regiões urbanas, de tal forma que as privações ocupacionais se inter-relacionam com outras dimensões do desenvolvimento humano, notadamente o consumo e a posse de ativos, para esse estrato, restringindo a possibilidade de um indivíduo com carências no emprego adquirir seus funcionamentos nas outras duas.

Dessa forma, pode-se verificar a importância do estudo da pobreza sob uma perspectiva multidimensional, pois examinar esse fenômeno sob uma ótica pluralista implica em reconhecer que ele possui várias faces, com privações que mudam drasticamente em resposta às variações no clima social, como denotou Sen (2000b). Com o objetivo de aprofundar o entendimento a respeito dos perfis de pobreza urbano e rural, a Tabela 5.9 explicita as porcentagens de domicílios privados em cada um dos 24 indicadores utilizados no IPM proposto nesta dissertação para esses subgrupos, com base na POF 2008-2009 e na POF 2017-2018. A intenção é identificar quais indicadores justificam as contribuições heterogêneas das dimensões para os IPMs urbanos e rurais.

O pior desempenho relativo do meio rural na dimensão de condições habitacionais é explicado pelas elevadas privações evidenciadas em todos os indicadores dessa dimensão. Dentre eles, destaca-se a diferença de insuficiências relacionadas ao combustível para o cozimento, com cerca de 10.582 de domicílios rurais e 6.690 domicílios urbanos privados nesse indicador, o que representa aproximadamente 63% contra 15% do total de domicílios rurais e urbanos, respectivamente. As carências observadas no número de dormitórios e na presença de banheiro exclusivo no domicílio também estão mais associadas à pobreza rural. O mesmo pode ser dito da dimensão de acesso a serviços básicos, onde podem ser

Figura 5.4 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

observadas as maiores discrepâncias, em termos de domicílios privados, entre o rural e o urbano do Brasil. Especialmente alarmante são os resultados constatados em 2017/2018 para os indicadores de saneamento básico e coleta de lixo, com 96% e 64% de domicílios rurais apresentando inadequações, o que representa um total de 16.125 e 10.750 domicílios com insuficiências nesses dois indicadores, respectivamente. A dimensão de educação, por sua vez, repete o mesmo padrão, com o estrato rural apresentando um desempenho relativo pior que o estrato urbano, porém com divergências menores que as outras duas dimensões citadas anteriormente, com exceção do indicador de grau de escolaridade, cujas carências observadas são significativamente expressivas para o rural brasileiro, já que cerca de 5.879 domicílios não satisfazem o corte estabelecido para o indicador, o equivalente a 35% do total da população desse subgrupo. Há, por fim, uma maior porcentagem de domicílios rurais privados em ambos os indicadores da dimensão de inclusão financeira.

Apesar da dimensão de emprego possuir uma maior contribuição percentual para o IPM urbano do que para o IPM rural, as privações verificadas em todos os seus indicadores são maiores nos domicílios rurais, com exceção de trabalho infantil. No entanto, em contraste às dimensões discutidas no parágrafo anterior, as carências nos indicadores dessa dimensão estão em patamares relativamente semelhantes para ambos os estratos, com a maior divergência sendo constatada para a previdência, cujas privações em 2017/2018 são de, aproximadamente, 65% para o subgrupo rural e 49% para o urbano, o que corresponde a 10.918 domicílios rurais e 21.853 domicílios urbanos. As elevadas porcentagens de

domicílios privados em consumo alimentar nas duas POFs em questão, para ambos os estratos, expressa a seriedade das condições de insegurança alimentar no Brasil, pois 12.598 domicílios rurais e 30.327 domicílios urbanos possuem níveis de consumo inferiores à linha de pobreza alimentar considerada, denotando que cerca de 75% e 68% do total de domicílios rurais e urbanos, respectivamente, não possuem um consumo alimentar adequado, ambos em patamares consideravelmente elevados.

Um contraste aos padrões explicitados acima são visualizados nos indicadores de adequação locacional, consumo não alimentar e na dimensão de posse de ativos como um todo. Com relação ao primeiro, é possível perceber que esse é o único indicador, dentro da dimensão de condições habitacionais, que apresenta uma maior porcentagem de domicílios urbanos privados, cerca de 39% em 2017/2018, contra pouco mais de 25% de domicílios rurais no mesmo período. Em termos absolutos, isso representa um total de 17.393 domicílios urbanos e 4.199 domicílios rurais que não satisfazem o corte estabelecido para este indicador. Esses dados são consequência do processo de urbanização intensiva pelo qual o Brasil passa desde a década de 70, culminando na construção de domicílios em áreas irregulares sujeitas à inundações e poluições diversas. No que tange ao consumo não alimentar, destaca-se que as áreas rurais do Brasil apresentam carências marcadamente maiores que as áreas urbanas. A dimensão de posse de ativos, por fim, apresenta um comportamento diverso, com os domicílios urbanos apresentando desempenhos relativos melhores nos bens elétricos e informacionais, enquanto a posse do imóvel e de bens de locomoção varia a depender da pesquisa considerada.

Sendo assim, levando-se em consideração a temporalidade da análise, é possível afirmar que ainda há um processo de urbanização extensiva no Brasil, o qual é caracterizado por um tecido urbano que carrega a lógica industrial de produção e organização política por todo o espaço geográfico, para muito além das cidades (MONTE-MÓR, 2006). O aumento no número de domicílios privados em ambos os estratos no indicador de adequação locacional confirmam empiricamente essa visão. A perda de qualidade na localização do domicílio ocasionada por por riscos de inundações, poluições de indústrias (tanto no ar quanto nos rios), geralmente associadas ao urbano brasileiro, também ocorreu nos domicílios rurais. Desse modo, tem-se a imposição da lógica de reprodução industrial sobre o campo, com uma quantidade relativamente considerável de domicílios rurais respondendo, na POF 2017/2018, que são afetados negativamente por poluição de indústrias, 12% para poluições no ar e outros 12% para poluições em lagos, rios ou córregos, o que significa que, aproximadamente, 2.016 domicílios rurais são identificados como privados em cada um desses indicadores.

A insegurança alimentar mensurada pela insuficiência de consumo aumentou ao longo do tempo para ambos os estratos. No entanto, esse problema também pode ser constatado pelo aumento nas privações observadas, tanto no rural quanto no urbano, para

o indicador de combustível para cozimento de alimentos. Dessa forma, além da população brasileira se encontrar em uma situação de vulnerabilidade alimentar em termos de consumo, o aumento nas privações relacionadas ao combustível utilizado pela população para cozimento, sobretudo a rural, demonstram que as carências associadas à qualidade de alimentação vão muito além das quantidades nutricionais ingeridas de fato.

Por fim, a baixa cobertura de serviços básicos para a população rural no Brasil é um problema estrutural que as soluções governamentais não têm sido capazes de contornar. Ainda que tenha havido uma melhora entre 2008/2009 e 2017/2018 no acesso à energia elétrica e à água potável no meio rural, a quantidade de domicílios, nessas regiões, que são identificados como privados nos indicadores de coleta de lixo e saneamento básico permanecem em patamares extremamente elevados na segunda POF em questão, um total 10.918 e 16.125, o que equivale a cerca de 65% e 96% do total de domicílios rurais, respectivamente. Problemas persistentes também são verificados nos indicadores de posse do imóvel, grau de escolaridade, jornada de trabalho, previdência e consumo não alimentar em ambos os estratos. No entanto, melhoras temporais ocorreram na dimensão de inclusão financeira e no indicador de posse de bens elétricos.

Tabela 5.6 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM decomposto por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Indicador	Urbano		Rural	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Banheiro exclusivo	1,72%	1,44%	14,01%	12,16%
Número de dormitórios	17,83%	13,92%	23,33%	17,40%
Adequação locacional	27,57%	39,34%	14,99%	25,36%
Cozimento	9,82%	14,70%	54,96%	63,50%
Coleta de lixo	3,50%	1,67%	70,35%	64,56%
Água potável	4,36%	0,91%	28,52%	11,53%
Saneamento	31,27%	39,96%	74,62%	95,96%
Energia elétrica	0,37%	0,06%	7,89%	1,48%
Acesso ao crédito	57,32%	38,66%	83,06%	56,14%
Posse de conta corrente	80,42%	27,04%	89,74%	37,85%
Posse do imóvel	27,18%	27,83%	29,52%	25,66%

Continua na próxima página.

Indicador	Urbano		Rural	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Bens elétricos	61,07%	33,15%	80,57%	58,42%
Bens informacionais	2,77%	2,00%	7,45%	4,57%
Bens de locomoção	35,38%	31,79%	33,51%	27,28%
Educação infantil	4,00%	1,26%	6,67%	2,51%
Frequência escolar	1,09%	1,88%	0,37%	0,50%
Grau de escolaridade	53,50%	38,75%	79,30%	65,60%
Alfabetização funcional	27,86%	19,49%	50,18%	34,76%
Jornada de trabalho	46,64%	42,93%	46,78%	49,25%
Ocupação	14,88%	17,06%	16,60%	19,33%
Previdência	58,05%	48,67%	75,11%	65,07%
Trabalho infantil	0,04%	0,02%	0,05%	0,01%
Consumo alimentar	54,85%	67,74%	62,70%	75,01%
Consumo não alimentar	6,02%	9,85%	16,15%	20,36%

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Em suma, a pobreza rural é marcada por inseguranças habitacionais no que tange à qualidade do domicílio e o acesso a serviços básicos. A elevada densidade de moradores por número de dormitórios e de banheiros é intrínseca às regiões rurais, as quais são caracterizadas, também, pelo uso de combustíveis inadequados para o cozimento de alimentos e a insuficiência de bens elétricos no domicílio. Ainda, elevadas carências no grau de escolaridade dos adultos de famílias rurais, em adição às elevadas taxas de analfabetismo funcional observadas, demonstram que o acesso a serviços básicos no meio rural é restrito, inclusive, no que tange à educação pública. A organização produtiva da cidade-indústria estendida ao campo é observada pelas elevadas privações nos indicadores de jornada de trabalho, qualidade ocupacional e previdência, denotando que condições de emprego são, também, um fator relevante para explicar a pobreza rural contemporânea.

A pobreza urbana, em contrapartida, tem revelado um problema crescente na adequação da localização dos domicílios desse estrato, o que se deve ao processo de urbanização desenfreado no Brasil, levando a uma expansão de domicílios em área não regularizadas. Esses domicílios, ainda, são caracterizados por maiores densidades de moradores por dormitórios e precariedades no uso de combustíveis para cozimento. Privações expressivas

são observadas, também, nos indicadores de grau de escolaridade, analfabetismo funcional, jornada de trabalho, ocupação e previdência, indicando que as estruturas educacionais e do mercado de trabalho são fatores exógenos que influenciam consideravelmente na qualidade de vida do cidadão urbano no Brasil.

Embora tenha havido uma maior expansão da inclusão financeira no Brasil, esse é um problema que ainda afeta uma parcela considerável da sua população. O mesmo pode ser dito sobre o acesso a um esgotamento sanitário adequado e sobre as posses dos imóveis, de bens elétricos e de bens de locomoção. O consumo, por sua vez, tem se tornado um fator cada vez mais determinante para caracterizar as privações existentes no país, com insuficiências ascendentes tanto nos itens alimentares quanto nos não alimentares. Especialmente alarmante é a situação da insegurança alimentar no Brasil, a qual certamente piorou com a pandemia do COVID-19.

Entretanto, conforme discutido anteriormente, as fronteiras urbanas se multiplicaram incorporando os espaços regionais e rurais à lógica urbano-industrial dominante (MONTE-MÓR, 2006). Fox e Morley (1991), muitos anos atrás, já atentavam para a crescente integração entre os mercados de trabalho rurais e urbanos, mostrando, com base em dados da PNAD, que 25% dos pobres urbanos no Sudeste trabalhavam no setor primário, enquanto 15% dos pobres rurais dessa mesma região não estavam ocupados na agricultura. Observando os dados dessa mesma pesquisa para o período entre 1992 e 1995, Graziano (1997) comprova que a década de 90 intensificou um padrão que já era observado no Brasil desde os anos 80, o crescimento do número de pessoas em áreas rurais ocupadas em atividades não agrícolas, especialmente nos setores de serviços, indústria de transformação e comércio, movimento que compensou a queda da população economicamente ativa agrícola ao longo da década de 90. Em sentido semelhante e ainda com respaldo da PNAD, Neri, Melo e Monte (2012) atestam que o setor agrícola empregava, aproximadamente, 15% dos trabalhadores rurais em 2009, uma queda em relação a 2003 e que expressa a baixa relevância desse setor ocupacional para explicar a realidade rural.

Consequentemente, dentro desse contexto, a dicotomia rural-urbano deixa de fazer sentido, pois se torna demasiadamente reducionista para categorizar o espaço social contemporâneo, o qual é definido pela integração do urbano e o rural dentro de uma mesma estrutura sociopolítica e mercantil. Buscando superar esse problema, o IBGE sugeriu em 2017 uma nova tipologia para qualificar o rural e o urbano no Brasil (IBGE, 2017), baseando-se em tipologias utilizadas na União Europeia e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Utilizando dados sobre a densidade populacional dos municípios e critérios que levam em consideração os seus respectivos acessos a bens e serviços complexos, o IBGE propôs uma classificação dos municípios em predominantemente urbanos, intermediários adjacentes, intermediários remotos, rurais adjacentes e rurais remotos. Serra, Yalonzky e Maia (2021), por exemplo, emprega-

ram a tipologia sugerida pelo IBGE para investigar a pobreza multidimensional no Brasil usando os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A POF, entretanto, não permite a utilização da tipologia do IBGE (IBGE, 2017), tendo em vista que a unidade de observação são as famílias e não os municípios, além de informações para a aplicação dessa classificação não estarem presentes na pesquisa. Ao se considerar a disponibilidade informacional da POF, uma alternativa possível é a realização de uma estratificação que leve em consideração a presença cada vez maior de pluriatividades no meio rural, entendidas como as associações entre rendas agrícolas e não agrícolas que se configuram como estratégias alternativas para a reprodução social das famílias rurais (GRAZIANO, 1997). Em vista disso, a etapa seguinte consiste em explicitar os resultados do IPM proposto nesta dissertação decomposto pela localização do domicílio e o setor de ocupação do seu chefe, o que é feito na Tabela 5.7 para as POFs 2008-2009 e 2017-2018. Segue-se a sugestão do IBGE em 2023 (IBGE, 2023), pois a instituição argumenta que é necessário aprofundar as pesquisas sobre as pluriatividades no meio rural com a intenção de compreender as dinâmicas contemporâneas nessas regiões. Essa categoria de ocupações, na estratificação realizada, está agrupada no estrato não agrícola.

É revelada uma situação de maior vulnerabilidade para os famílias cujos(as) chefes estão ocupados no setor agrícola. Nas duas POFs utilizadas, a proporção de pobres (H) nos estratos rurais são consideravelmente mais elevadas que os seus semelhantes urbanos, no entanto, os subgrupos agrícolas se encontram em uma situação pior que os seus homólogos não agrícolas. A maior diferença observada se dá entre o urbano agrícola e o urbano não agrícola, com proporções de pobres de pouco mais de 48% e 26% em relação às suas respectivas populações. Evidencia-se o mesmo comportamento para a intensidade da pobreza, com famílias pobres chefiados por pessoas que trabalham no setor primário experienciando uma maior quantidade de privações ao mesmo tempo.

O fato de que isso é observado nos dois pontos no tempo e sobre ambos os estratos denota que existe uma maior precariedade das atividades no setor primário no Brasil. Isso se deve ao fato de que uma parte considerável da produção de alimentos se dá de forma tradicional, com culturas que apresentam menores rendimentos e pouca possibilidade de expansão por conta de limitações na disponibilidade de terra, o que tem como origem a elevada concentração fundiária no país. Em contraste às pluriatividades, as quais se encontram amplamente integradas ao tecido urbano-industrial, os mercados agrícolas, principalmente de pequenos produtores, se encontra mais distante daqueles com uma maior organização e dinamismo (GRAZIANO, 1997; BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013a).

Com o objetivo de melhor compreender as privações que caracterizam a pobreza em cada um desses estratos, a Tabela 5.8 mostra as contribuições percentuais de cada uma

Tabela 5.7 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Estrato	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Urbano agrícola	0,319	0,196	0,729	0,483	0,437	0,405
Urbano não agrícola	0,177	0,102	0,445	0,263	0,397	0,387
Rural agrícola	0,439	0,297	0,894	0,670	0,491	0,443
Rural não agrícola	0,329	0,260	0,729	0,605	0,451	0,429

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Nota: para essa estratificação foram considerados somente os(as) chefes de famílias ocupados.

das dimensões para os IPMs dos subgrupos em análise para o ano de 2017/2018. As famílias chefiados por pessoas empregadas no setor primário apresentar mais privações, em termos relativos, nas dimensões de condições habitacionais, acesso a serviços básicos, educação e consumo. Os ocupados em setores não agrícolas, por sua vez, expressam maiores contribuições nas dimensões de posse de ativos e emprego.

Contra-intuitivamente, os resultados insinuam maiores importâncias nas contribuições da dimensão de emprego, tanto no rural quanto no urbano, para as famílias com chefes empregados em atividades não agrícolas. Dessa forma, verifica-se que não é a condição do emprego em si que caracteriza a insuficiência vivenciada pela pessoa ocupada no setor agrícola, mas o baixo dinamismo e inserção desse mercado em outras estruturas produtivas mais consolidadas. Sustenta-se essa afirmação com base nas contribuições mais elevadas observadas na dimensão de consumo para as famílias chefiados por pessoas no setor primário. Como essa dimensão é representada por uma métrica monetária no seu cômputo, as insuficiências nela existentes para o urbano e rural agrícolas levanta a hipótese de insuficiência de rendimentos daqueles ocupados nesse setor, o que se deve às atividades em tempo parcial e a sua baixa produtividade.

Ademais, com exceção das contribuições das dimensões de emprego, consumo e educação, as quais exigem uma atenção mais detalhada pelo seu resultado, a princípio, contra-intuitivo, pode-se inferir que não há uma distinção marcante entre os perfis de pobreza dos estratos rurais e urbanos quando decompostos pela ocupação do chefe da família. A Figura 5.5 auxilia na visualização das semelhanças e diferenças da pobreza em cada um dos subgrupos ao representar graficamente os valores da Tabela 5.8.

A conclusão que se pode tirar da Figura 5.5 é que os perfis dos subgrupos agrícolas e não agrícolas são relativamente semelhantes. A principal diferença, tanto no urbano quanto no rural, é que as famílias chefiados por pessoas ocupadas nos setores não agrí-

Tabela 5.8 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018			
	Urbano agrícola	Urbano não agrícola	Rural agrícola	Rural não agrícola
Condições habitacionais	0,101	0,089	0,118	0,106
Serviços básicos	0,075	0,058	0,165	0,146
Inclusão financeira	0,250	0,265	0,215	0,213
Ativos	0,128	0,148	0,118	0,121
Educação	0,112	0,086	0,102	0,091
Emprego	0,110	0,149	0,098	0,148
Consumo	0,225	0,204	0,185	0,174

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

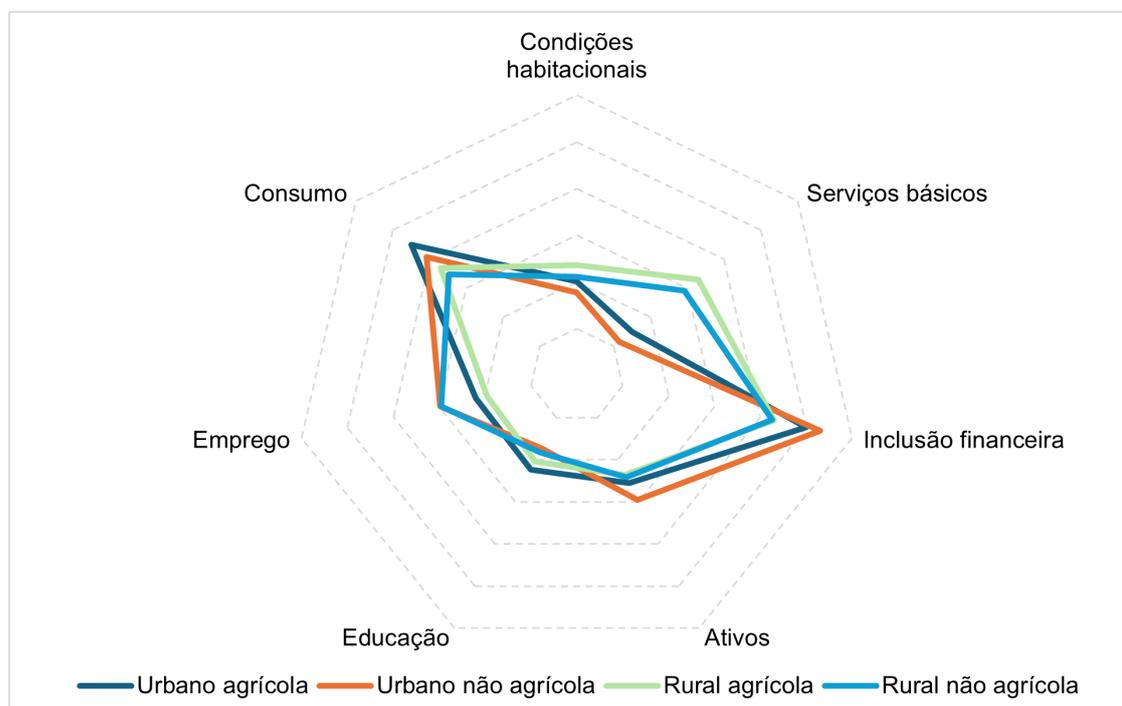
Elaboração própria.

colas apresentam privações muito maiores, em termos de contribuições dimensionais, nos indicadores referentes ao emprego. Em contraste, os(as) chefes de famílias que trabalham no setor primário apresentam maiores relevâncias, para o seu IPM, nas dimensões de condições habitacionais e serviços básicos. As outras divergências constatadas são explicadas mais pela diferença do perfil de pobreza multidimensional entre o meio rural e urbano do que pelo setor de ocupação do(a) chefe da família.

A Tabela 5.9, por fim, expõe a porcentagem de famílias privados, em 2017/2018, em cada um dos indicadores do IPM proposto, levando-se em conta a estratificação em análise. A sua observação permite identificar quais são os indicadores que explicam as diferenças nas contribuições dimensionais para os IPMs de cada um dos subgrupos. O intuito é aprofundar o estudo dos perfis de pobreza multidimensional, de modo que se possa afirmar quais são as carências mais prevalentes sobre as diferentes subpopulações em questão.

A maior contribuição da dimensão de condições habitacionais para o IPM de chefes ocupados no setor agrícola, tanto nos domicílios urbanos quanto nos rurais, pode ser explicada pelas maiores porcentagens de privações nos indicadores de banheiro exclusivo, número de dormitórios e combustível para cozimento. Os dois primeiros expressam que, mesmo nas regiões urbanas do Brasil, os domicílios cujos(as) chefes estão empregados no setor primário apresentam maiores densidades de moradores por número de banheiros e dormitórios. Com relação ao combustível para cozimento, são chamativas as variações observadas entre as porcentagens de chefes agrícolas e não agrícolas privados, cerca de 31% e 13% para os estratos urbanos e 70% e 55% para os rurais, respectivamente.

Figura 5.5 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Com relação à dimensão de acesso a serviços básicos, cujas contribuições são maiores para os estratos rurais e para os chefes de domicílios ocupados no setor agrícola, consegue-se inferir que existe uma associação da pobreza nos indicadores dessa dimensão com o setor primário no Brasil. Ambos os estratos agrícolas apresentam maiores porcentagens de domicílios privados que os seus homólogos não agrícolas para todos os indicadores, especialmente no que tange ao esgotamento sanitário adequado para as regiões urbanas, com privações de aproximadamente 56% e 38% para os subgrupos agrícolas e não agrícolas, respectivamente. Diferenças significativas também são observadas nos dois indicadores de inclusão financeira, especialmente para as áreas urbanas, pois o subgrupo agrícola dessa região apresenta inadequações consideravelmente mais difusas sobre a sua população do que o seu respectivo não agrícola.

A dimensão de posse de ativos possui um comportamento diverso dos seus indicadores. Os domicílios com chefes no setor agrícola apresentam maiores carências na posse de bens elétricos, sobretudo nas áreas urbanas, onde pode ser verificada uma diferença expressiva em relação aos chefes não agrícolas. A falta de posse de bens de locomoção, em sentido contrário, concentra-se sobre os(as) chefes ocupados em setores não agrícolas. O indicador de posse do imóvel, em particular, não apresenta nenhum padrão, mas o fato de que o estrato rural agrícola é aquele que possui a maior porcentagem de domicílios privados

revela que a população ocupada no setor primário, no meio rural, não detém o imóvel no qual eles residem. Isso é um reflexo da concentração fundiária no Brasil, pois os muitos hectares de terra que compõem o território nacional não passaram por uma reforma agrária adequada que permitisse a emancipação de pequenas famílias rurais produtoras, sujeitando-as às situações de vulnerabilidade habitacional.

A dimensão de educação denota a menor qualificação educacional dos chefes de família empregados no setor agrícola, o que reflete na baixa produtividade das atividades ocupacionais desse setor, tanto na região rural quanto na urbana. Inclusive, há uma presença considerável de chefes agrícolas sem alfabetização funcional espalhados pelo urbano brasileiro, especialmente quando comparados com os chefes não agrícolas dessa mesma localização, aproximadamente 31% de famílias privados para aquele e 18% para esse. Essa menor qualificação educacional, no entanto, não se traduz em piores condições ocupacionais, com o setor agrícola explicitando um desempenho consideravelmente melhor no indicador de ocupação da dimensão de emprego. Entretanto, apesar de possuírem condições empregatícias adequadas, os chefes ocupados no setor agrícola apresentam insuficiências consideráveis em ambos os indicadores da dimensão de consumo, com porcentagens de famílias privados que superam as dos estratos não agrícolas, notadamente para as regiões urbanas do Brasil, cuja diferença na porcentagem é expressiva.

Tabela 5.9 – Porcentagem de famílias brasileiras privadas em cada um dos indicadores do IPM decomposto por situação do domicílio e atividade econômica do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Indicador	2017/2018			
	Urbano agrícola	Urbano não agrícola	Rural agrícola	Rural não agrícola
Banheiro exclusivo	4,97%	1,15%	13,50%	8,84%
Número de dormitórios	16,20%	13,20%	18,39%	15,15%
Adequação locacional	33,30%	39,49%	21,47%	28,40%
Cozimento	30,76%	13,34%	70,17%	54,92%
Coleta de lixo	5,64%	1,40%	77,80%	50,77%
Água potável	2,82%	0,70%	12,17%	8,80%
Saneamento	56,10%	38,55%	98,76%	93,20%
Energia elétrica	0,23%	0,05%	1,88%	1,03%
Acesso ao crédito	52,43%	38,36%	59,06%	55,29%

Continua na próxima página.

Indicador	2017/2018			
	Urbano agrícola	Urbano não agrícola	Rural agrícola	Rural não agrícola
Posse de conta corrente	37,81%	26,60%	40,44%	36,46%
Posse do imóvel	25,40%	28,67%	31,98%	21,46%
Bens elétricos	50,28%	31,25%	59,35%	55,00%
Bens informacionais	3,50%	1,84%	4,93%	4,12%
Bens de locomoção	23,31%	30,65%	21,18%	31,04%
Educação infantil	1,41%	1,14%	3,05%	2,08%
Frequência escolar	0,40%	0,32%	0,49%	0,57%
Grau de escolaridade	65,29%	33,85%	75,31%	50,75%
Alfabetização funcional	30,59%	17,67%	32,01%	35,56%
Jornada de trabalho	36,17%	39,77%	42,98%	50,90%
Ocupação	3,56%	12,41%	3,88%	25,39%
Previdência	57,90%	44,26%	61,36%	63,19%
Trabalho infantil	0,11%	0,03%	0,02%	0,02%
Consumo alimentar	74,32%	65,78%	75,76%	71,64%
Consumo não alimentar	21,28%	7,81%	20,74%	15,56%

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

A ampla incidência de privações nos indicadores da dimensão de consumo confirmam a hipótese levantada por Graziano (1997), pois o autor sugere que o baixo rendimento das atividades agrícolas seria um fator relevante para explicar a queda da PEA agrícola ao longo dos anos 80 e 90. Isso se daria por conta de uma migração por parte dessas pessoas em direção às periferias dos centros urbanos de pequenas e médias cidades do interior. As privações no consumo e o bom desempenho no indicador de ocupação, conjuntamente, expressam que as necessidades das pessoas empregadas no setor primário não estão nas condições ocupacionais em si, mas sim nas remunerações propiciadas por tais atividades, as quais são insuficientes para atender a demanda por itens alimentares e não alimentares. Ao se considerar a qualificação desses chefes, com base na dimensão de educação, constata-se que a origem da baixa remuneração se concentra no baixo grau de escolaridade daqueles ocupados no setor primário.

Revela-se, com essa estratificação, o perfil de pobreza multidimensional da ruralidade brasileira, sendo essa representada por domicílios urbanos e rurais com chefes ocupados no setor agrícola. Existe uma situação de vulnerabilidade sobre essa população, especialmente quando se olha para o urbano do Brasil, onde as pessoas empregadas no setor primário se encontram em situações consideravelmente piores que os seus análogos não agrícolas. Os resultados mais favoráveis para o estrato rural não agrícola, nos indicadores que caracterizam a pobreza agrícola, expõem a relevância das pluriatividades nessas regiões como forma de promover a expansão das liberdades reais das pessoas. Ainda, as elevadas carências em indicadores educacionais e de consumo indicam que a baixa qualificação da mão de obra dos(as) chefes de família empregados(as) no setor agrícola os(as) condicionam à uma situação de baixos rendimentos, os quais são insuficientes para satisfazer necessidades alimentares e não alimentares. A impossibilidade de expansão da agricultura para promover a expansão das forças produtivas no campo é refletida nas elevadas privações no indicador de posse do imóvel, especialmente para o rural brasileiro, o que mostra a importância de se considerar a mudança da estrutura de posse e uso de terra no Brasil, pois o desenvolvimento agrícola no país não refletiu, e ainda não reflete, no aumento da produtividade do campo e, por consequência, em uma superação aos problemas inerentes à vida dessa população.

Os resultados dessa decomposição demonstram a importância de se analisar a dicotomia urbano-rural sob uma perspectiva mais ampla. A simples diferenciação entre esses dois estratos escondia a situação de vulnerabilidade do setor agrícola em áreas urbanas. A estratificação pelo setor de ocupação do(a) chefe da família revela que as privações associadas ao setor primário no Brasil se estendem às cidades, expressando que, de fato, há uma interligação entre o urbano e o rural no país sob uma mesma estrutura organizacional, a qual condiciona a reprodução social das pessoas ocupadas no setor agrícola para muito além do campo.

5.3 Disparidades regionais

O Brasil, enquanto um país de dimensões continentais, possui uma história caracterizada por disparidades regionais que remontam à sua época colonial. No entanto, em conformidade com a subseção 5.1, a partir da metade do século XX a desigualdade entre as macrorregiões do país ascendeu abruptamente, sendo influenciada, à época, pelo contexto de urbanização intensiva pela qual o país passou. Dessa forma, sabe-se que a pobreza no Brasil possui um fator espacial muito relevante para a sua explicação, afirmação que é reforçada pelos resultados do IPM proposto decomposto por macrorregião do Brasil, os quais são explicitados na Tabela C.6.

A maior concentração da pobreza nas regiões Norte e Nordeste do país, fato amplamente reconhecido pelos estudos sobre pobreza no Brasil, também é verificada no IPM

Tabela 5.10 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

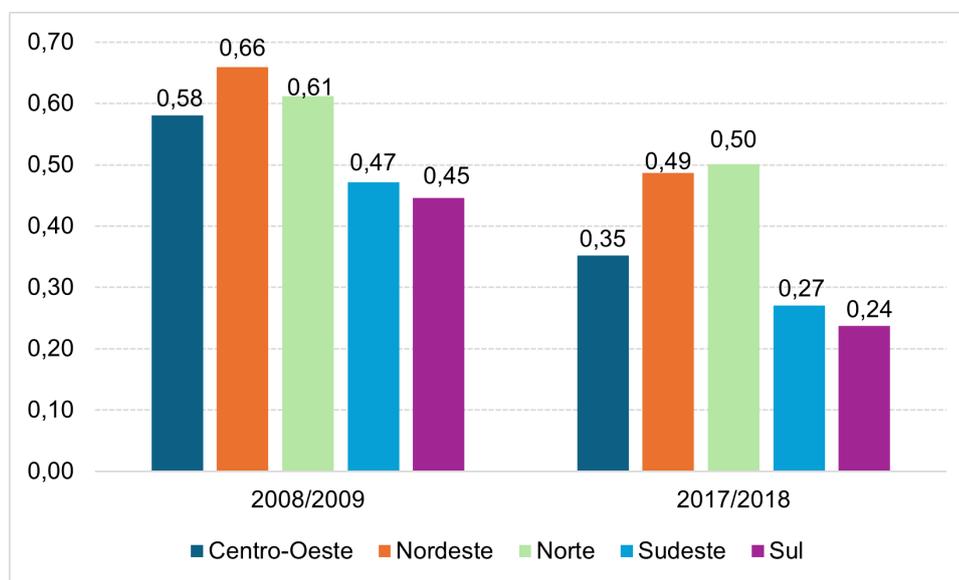
Região	IPM		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Centro-Oeste	0,241	0,139	0,414	0,394
Nordeste	0,299	0,207	0,453	0,425
Norte	0,277	0,215	0,452	0,429
Sudeste	0,190	0,106	0,402	0,391
Sul	0,177	0,091	0,396	0,383

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

ampliado proposto neste trabalho. Além de apresentarem os piores M_0 em 2008/2009 e 2017/2018, ambas as regiões obtiveram as maiores intensidades de pobreza (A) nas duas pesquisas. Isso significa dizer que, além de concentrarem a maior proporção de pobreza entre as macrorregiões, o que pode ser percebido pela Figura 5.6, os pobres no Norte e no Nordeste do Brasil experienciam, na média, uma maior uma maior quantidade de privações simultâneas que os pobres das demais regiões do país.

Figura 5.6 – Parcela da população identificada como pobre (H) em cada uma das macrorregiões; POF 2008-2009 e POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

Ao analisar conjuntamente a Tabela C.6 e a Figura 5.6, é possível notar que houve uma melhora significativa em todas as regiões do Brasil entre 2008/2009 e 2017/2018. Com base na parcela da população identificada como pobre (H) dentro de cada uma das macrorregiões, o Centro-Oeste foi aquela que apresentou o melhor desempenho relativo,

pois houve uma queda de 23 p.p. na sua proporção de pobres, saindo de 4.837 famílias nessas condições em 2008/2009 para 2.519 em 2017/2018. Em seguida é possível observar os bons desempenhos das regiões Sul e Sudeste do país, com quedas de 21 e 20 p.p., respectivamente, o que significa uma redução de 3.029 para 2.008 no número de famílias multidimensionalmente pobres para essa e de 6.632 para 3.589 para aquela.

As regiões Norte e Nordeste apresentaram quedas na proporção de pobres dentro de suas populações nos valores de 17 e 11 p.p., respectivamente, melhorias mais lentas que aquelas observadas no Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país. Somado à isso, ambas as regiões partiram de patamares mais elevados de pobreza em 2008/2009, se comparadas às demais macrorregiões, dado que o Norte possuía 4.660 famílias em situação de pobreza multidimensional nesse ano, enquanto o Nordeste continha 12.718 famílias na mesma condição nesse mesmo período, cerca de 61% e 66% do total das famílias dessas regiões, respectivamente. Consequentemente, entre as duas POFs consideradas, houve um aumento das disparidades regionais do país. Essa constatação é permitida por conta da decomposição do IPM computado com base na metodologia AF, contrastando com a melhoria no índice de Gini brasileiro⁵ que foi verificada no período, o qual mascara as desigualdades regionais se não for decomposto.

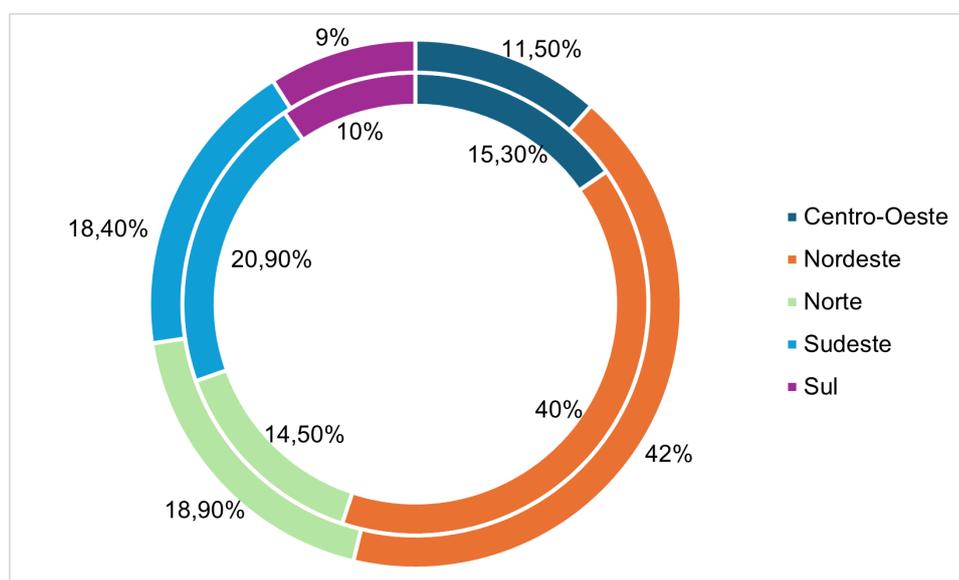
Levando em consideração esse contexto, a Figura 5.7 explicita a contribuição percentual de cada macrorregião para a parcela de indivíduos pobres no Brasil como um todo. O círculo interno representa as contribuições percentuais em 2008/2009, enquanto o círculo externo apresenta a mesma variável para os anos 2017/2018.

A Figura 5.7 reforça que houve um aumento nas disparidades regionais entre as duas pesquisas. O Nordeste, região que contribui com o maior número de famílias multidimensionalmente pobres em ambos os períodos, com 12.718 famílias em 2008/2009 e 9.399 em 2017/2018, aumentou sua participação relativa na pobreza brasileira, saindo de uma contribuição para o H de 40% na primeira POF para 42% na segunda. O Norte, mesmo possuindo uma população muito menos numerosa que a do Sudeste, ultrapassou a sua contribuição para a proporção de pobres no Brasil em 2017/2018, com o primeiro apresentando 4.169 famílias em situação de pobreza multidimensional, enquanto foram identificadas 4.037 famílias na mesma condição para o segundo. Além das três regiões recém citadas, o Sul e o Centro-Oeste apresentaram quedas nas suas contribuições para a parcela de pobres no Brasil, com destaque para o segundo.

O cenário apresentado até então é de uma determinação espacial da pobreza no Brasil. O Nordeste contribui de maneira desproporcional com a pobreza multidimensional segundo o IPM proposto, se comparado com as demais macrorregiões. O Norte, mesmo possuindo a menor população do país, configura-se como a região que contribui com o

⁵ O índice de Gini do Brasil saiu de 54 em 2008 para 53,3 em 2017, uma pequena melhora, com base nos dados do Banco Mundial.

Figura 5.7 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (H) na população total; POF 2008-2009 (círculo interno) e POF 2017-2018 (círculo externo)



Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

segundo maior número de pobres, atrás somente do Nordeste. A situação torna-se ainda mais alarmante quando é verificada a evolução temporal dessas variáveis, pois é possível concluir que essas disparidades estão aumentando ao longo do tempo.

Novamente respaldado pela visão de Sen (2000b), de que a ampla diversidade humana determina o modo como os recursos são convertidos em capacitações, a Tabela 5.11 traz informações que permitam auferir os perfis de pobreza existentes nos diferentes contextos geográficos do país. Seus dados se referem à contribuição das dimensões para o IPM de cada macrorregião em 2017/2018.

A dimensão de inclusão financeira é a que apresenta a maior contribuição para o IPM de quatro das cinco macrorregiões do Brasil, seguida da dimensão de consumo. A região Norte inverte essa lógica, com a dimensão de consumo apresentando a maior contribuição para o seu M_0 , cerca de 21%, seguida pela dimensão de inclusão financeira com mais de 18%. A depender da localização geográfica da pessoa, observa-se que o seu perfil de pobreza multidimensional muda drasticamente. A Figura 5.8 auxilia na observação da multitude de perfis existentes no Brasil ao explicitar graficamente os dados contidos na Tabela 5.11.

Pode-se observar que, a depender da macrorregião, a contribuição de cada dimensão para a pobreza multidimensional varia substancialmente, principalmente no caso do Norte, cujo perfil se distancia das demais. A pobreza nessa região é caracterizada por privações expressivas, em relação às outras macrorregiões, nas condições habitacionais do domicílio

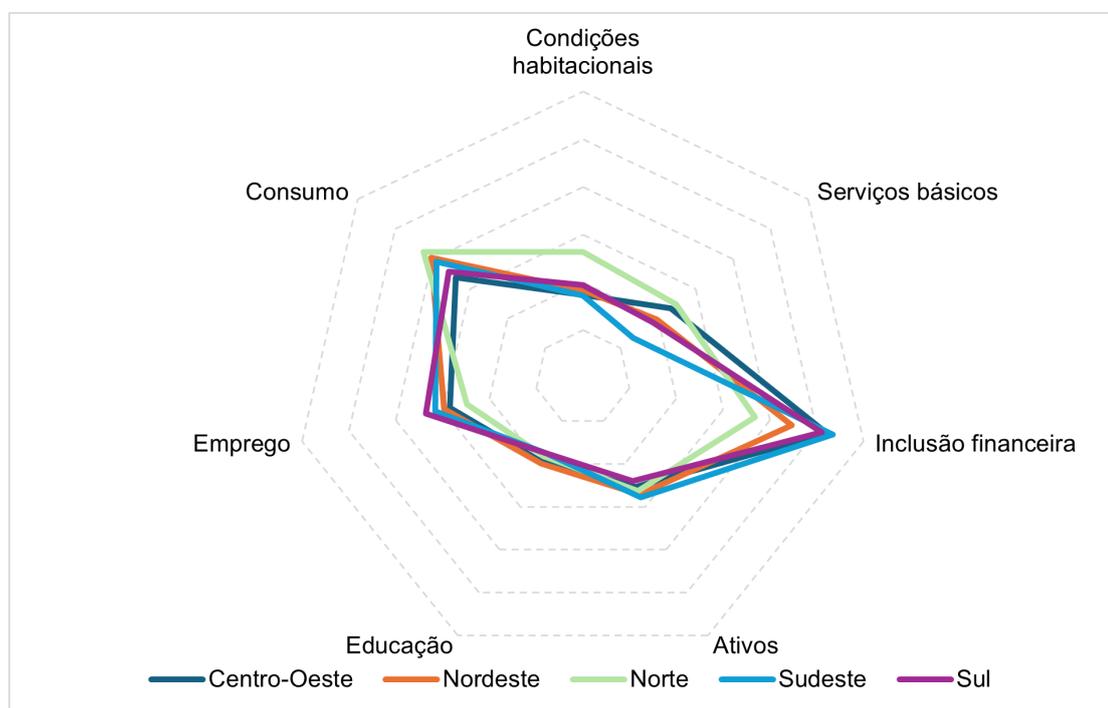
Tabela 5.11 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Condições habitacionais	0,087	0,093	0,132	0,086	0,097
Serviços básicos	0,117	0,098	0,124	0,067	0,093
Inclusão financeira	0,261	0,223	0,184	0,267	0,255
Ativos	0,127	0,136	0,132	0,139	0,120
Educação	0,098	0,100	0,092	0,088	0,088
Emprego	0,142	0,148	0,124	0,158	0,168
Consumo	0,169	0,202	0,212	0,195	0,179

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Figura 5.8 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

e no acesso à serviços básicos. Com relação à primeira dimensão, essa região apresenta, aproximadamente, 41%, 36% e 27% de domicílios privados nos indicadores de adequação locacional, combustível para cozimento e número de dormitórios, respectivamente. A relevância da segunda, por sua vez, é explicada pelo indicador de saneamento, o qual

possui pouco mais de 81% de domicílios privados, valor extremamente expressivo. Esse resultado fomenta o surgimento de questões a respeito da validade do corte adotado, neste indicador, para a região Norte em específico. Como pode ser visto na subseção 4.2.2, o corte do indicador de saneamento básico foi definido com base em documento desenvolvido pelo IBGE, instituição governamental oficial, o qual avalia a adequação do saneamento segundo alguns parâmetros predefinidos. No entanto, a realidade local da população nortista, especificamente no que tange ao esgotamento sanitário, é radicalmente diferente do restante do Brasil, de tal modo que os domicílios, nesse indicador, podem apresentar algum atendimento adequado, embora não convencional. Reconhecer isso, no entanto, implica na perda de comparabilidade entre as regiões segundo algum critério respaldado cientificamente, como é o caso. Essa discussão permeia o campo acadêmico da pobreza multidimensional como um todo devido ao caráter intrinsecamente plural da natureza humana, conforme discutido na subseção 2.2.

Embora a contribuição da dimensão de consumo para o seu IPM seja a maior na região Norte, seu comportamento se assemelha às demais, tendo em vista a relevância do consumo na determinação da pobreza em todas as macrorregiões. A dimensão de emprego, em contrapartida, é muito menos determinante para o Norte que nas outras regiões. O Sul e o Sudeste do país, embora sejam consideradas as regiões mais desenvolvidas segundo o IPM proposto, são os locais que possuem as maiores contribuições da dimensão de emprego para os seus respectivos M_0 . Esse fato decorre da urbanização intensiva nas duas regiões, o que faz com que as condições do mercado de trabalho sejam fatores determinantes para a qualidade de vida da população local, o que reflete em uma menor contribuição da dimensão para o Norte, menos urbanizado, argumento esse que é minuciosamente detalhado na subseção 5.1.

Ainda que a pobreza esteja concentrada de maneira desproporcional na região Nordeste, o seu perfil multidimensional se assemelha aos que são verificados nas demais macrorregiões, especialmente no Sul. Adicionalmente, dentre todas as regiões, o Nordeste é a que apresenta a maior contribuição percentual da dimensão de educação para o seu IPM. A principal diferença dessa região com relação ao Sudeste se dá na dimensão de serviços básicos, a qual apresenta uma contribuição menos expressiva para esse, não só em relação ao Nordeste, mas também todas as demais regiões do país. A pobreza multidimensional no Centro-Oeste, por fim, é caracterizada por mais privações na dimensão de serviços básicos, em consonância ao Norte do país, mas é a macrorregião com a menor relevância do consumo para a determinação da pobreza local, em termos de contribuição para o IPM regional.

As estratificações das macrorregiões ignoram as diferentes realidades vivenciadas dentro de cada uma delas. De acordo com a literatura acadêmica e com os resultados expostos na subseção 5.2, o domicílio ser classificado como urbano ou rural é um fator importante

para a caracterização da pobreza. Incentivado pela análise feita por Rocha (2006), que decompôs as macrorregiões em rural e urbano para analisar a incidência da pobreza monetária, a Tabela 5.12 apresenta o resultado do M_0 , da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) decomposto por macrorregião e situação do domicílio com base na POF 2008-2009 e na POF 2017-2018.

Tabela 5.12 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregião e situação do domicílio: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Localização	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Centro-Oeste	0,241	0,139	0,581	0,352	0,414	0,394
Centro-Oeste rural	0,375	0,236	0,829	0,580	0,452	0,406
Centro-Oeste urbano	0,195	0,093	0,497	0,244	0,392	0,381
Nordeste	0,299	0,207	0,659	0,487	0,453	0,425
Nordeste rural	0,477	0,384	0,930	0,822	0,512	0,467
Nordeste urbano	0,247	0,166	0,579	0,409	0,426	0,405
Norte	0,277	0,215	0,612	0,501	0,452	0,429
Norte rural	0,456	0,375	0,890	0,802	0,512	0,467
Norte urbano	0,204	0,147	0,498	0,370	0,409	0,397
Sudeste	0,190	0,106	0,472	0,271	0,402	0,391
Sudeste rural	0,313	0,236	0,723	0,569	0,432	0,414
Sudeste urbano	0,161	0,079	0,414	0,209	0,388	0,377
Sul	0,177	0,091	0,446	0,237	0,396	0,383
Sul rural	0,286	0,166	0,680	0,420	0,420	0,395
Sul urbano	0,144	0,065	0,374	0,174	0,385	0,373

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Os dados revelam índices de pobreza multidimensional maiores para as áreas rurais de cada uma das macrorregiões, o que está em consonância com a subseção 5.2. O estrato com o pior IPM é o Nordeste rural, o qual apresenta um M_0 de 0,384, onde cerca de 82% de sua população é identificada como multidimensionalmente pobre, seguido pelo Norte rural, com um IPM de 0,375 e uma proporção de pobres de pouco mais de 80% em relação à população total local. Dentre todas as regiões rurais, o Sul é a que possui o melhor IPM, 0,166, sendo que 42% da população nesse subgrupo é classificada como pobre em termos multidimensionais, valor consideravelmente menor que as áreas rurais das demais regiões do Brasil. O Nordeste urbano, por exemplo, possui o mesmo IPM que o Sul rural

em 2017/2018.

Em se tratando dos subgrupos urbanos, pode-se constatar que eles apresentam IPMs melhores que os seus homólogos rurais. Dentre todos, o Sul urbano é o que possui o menor M_0 , seguido do Sudeste, do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Com relação à proporção de pessoas identificadas como pobres em cada um desses estratos, os valores observados são de, aproximadamente, 17%, 21%, 24%, 37% e 41%, respectivamente, níveis significativamente menores que os seus respectivos rurais.

Com relação à intensidade da pobreza, o Nordeste e o Norte rural são as regiões que experienciam as maiores privações simultâneas por parte da população classificada como multidimensionalmente pobre, ambas com um A igual a 0,467. Ainda com relação a esse componente, embora o Centro-Oeste rural possua um IPM maior que o Sudeste rural, a intensidade da pobreza vivenciada no primeiro subgrupo é inferior ao segundo, denotando uma maior simultaneidade de privações sofridas pelos pobres no Sudeste rural do que no Centro-Oeste rural.

Por fim, no que tange à evolução temporal da pobreza no Brasil, nota-se uma expressiva evolução em 2017/2018, em relação a 2008/2009, para todos os M_0 , H e A considerados. Os dados demonstram que a melhora na pobreza multidimensional brasileira, explicitada na subseção 5.1, se deu por conta do avanço verificado nessas variáveis para todas as localidades possíveis do país, tanto nas cinco macrorregiões quanto nos domicílios urbanos e rurais que compõem essas macrorregiões. O progresso mais intenso no Centro-Oeste, constatado anteriormente, é explicado, em grande parte, pelo bom desempenho da sua área rural, cuja proporção de pobres em relação à população local caiu 24,9 p.p. entre as duas POFs, a maior redução dentre todos os subgrupos em análise. As menores quedas no H são observadas no rural do Nordeste e do Norte, com reduções de 10,8 e 8,8 p.p.

Consequentemente, o aumento das disparidades regionais no Brasil, previamente discutido, caracteriza-se pelo pior desempenho relativo da pobreza multidimensional nas áreas rurais do Norte e Nordeste do país. Além de serem as localidades com as maiores proporções de pobres em relação à população local em 2008/2009, esses subgrupos populacionais apresentaram as menores variações negativas nessa variável, quando comparadas com os outros estratos aqui analisados, o que denota que as populações que ocupam essas regiões são as que se encontram em maior situação de vulnerabilidade do país. Essa afirmação decorre do fato de que a superação da pobreza, em termos multidimensionais, se dá de maneira mais lenta nessas localidades, além do fato de serem as regiões com as maiores probabilidades de um residente ser classificado como multidimensionalmente pobre.

5.4 Características do(a) responsável pela famílias

Para determinar a amplitude de perfis de pobreza multidimensional existentes, em qualquer localidade, é imperativo levar em consideração as heterogeneidades pessoais das pessoas. Isso porque, como afirma Sen (2000b), fatores como sexo, idade ou capacidade física influenciam não só as necessidades que o indivíduo possui, mas também o modo como ele consegue converter rendas em vantagens reais, ou seja, essas características interferem nas capacidades dos indivíduos em realizar seus respectivos funcionamentos.

Nesse sentido, esta seção apresenta uma série de estratificações que levam em consideração as diversas características dos(as) chefes das famílias no Brasil. Os subgrupos populacionais considerados replicam os que são observados na literatura acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente aqueles cuja existência é relevante para explicar o fenômeno da pobreza no país.

5.4.1 Gênero e raça

As características não espaciais mais exploradas na literatura da pobreza brasileira, tanto em termos monetários quanto em termos multidimensionais, são a raça e o sexo, pois os estudos desenvolvidos concluem que esses dois fatores são extremamente relevantes para entender a pobreza no país, a qual é caracterizada por disparidades não só regionais, mas também pessoais. As tabelas 5.13 e 5.14, portanto, trazem os dados do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) decomposto pelo sexo e raça do(a) chefe da família, respectivamente, para a POF 2008-2009 e a POF 2017-2018.

Tabela 5.13 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pelo sexo do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2008/2009	0,245	0,246	0,563	0,578	0,435	0,425
2017/2018	0,154	0,162	0,371	0,393	0,415	0,412

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Com base nessas duas tabelas, percebe-se que o fator gênero, a princípio, não apresenta disparidades na incidência de pobreza, pois os IPM são muito próximos para famílias chefiadas por homens e mulheres nos dois períodos em investigação, com um IPM marginalmente maior para essas. Na POF 2008/2009 há 9.896 famílias chefiadas por mulheres que são identificadas como pobres contra 21.940 famílias chefiadas por homens, enquanto na POF 2017/2018 o total de famílias pobres é de 9.472 para aquelas chefiadas por mulheres e de 12.590 chefiadas por homens. Em termos proporcionais, isso significa que

Tabela 5.14 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pela raça do(a) chefe do família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	Branco ¹	Não brancos	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos
2008/2009	0,189	0,285	0,460	0,644	0,410	0,442
2017/2018	0,108	0,188	0,273	0,448	0,395	0,419

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

¹ São consideradas como “brancas” as pessoas que responderam, no questionário, “amarela” ou “branca” na pergunta referente à cor ou raça do morador. Os “não brancos”, por sua vez, englobam as respostas “indígena”, “preta” ou “parda”.

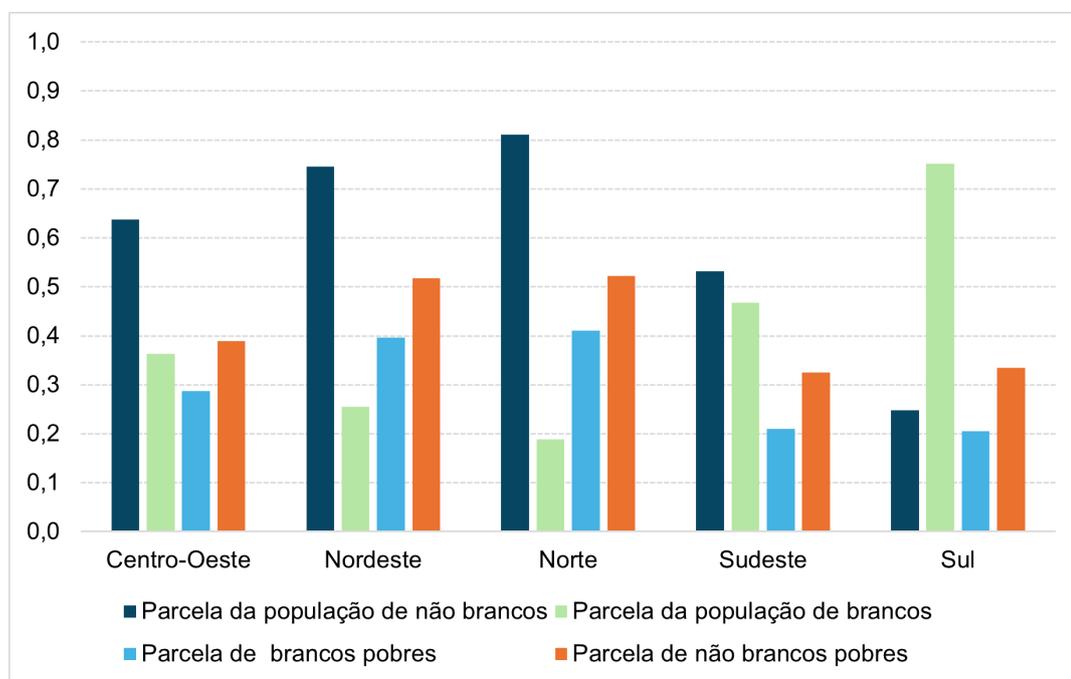
a porcentagem de famílias multidimensionalmente pobres chefiadas por mulheres é um pouco superior à dos homens nas duas pesquisas, 57,8% contra 56,3% em 2008/2009, e 39,3% contra 37,1% em 2017/2018, respectivamente em ambos os períodos. No entanto, é possível confirmar que as famílias chefiadas por homens vivenciam mais privações simultâneas que aquelas chefiadas por mulheres, pois o A do primeiro subgrupo supera a do segundo em ambos os períodos. Esses resultados não são tão surpreendentes como podem parecer, pois existem estudos na literatura acadêmica que encontram evidências semelhantes com base em outras pesquisas amostrais (FERREIRA; LITCHFIELD, 2001; FERREIRA; LANJOUW; NERI, 2003).

O fator raça ou cor, em contraste ao fator sexo, aparenta ser determinante para a probabilidade de um indivíduo ser classificado como multidimensionalmente pobre. Isso porque as famílias chefiadas por pessoas não brancas possuem um IPM significativamente maior que aqueles chefiados por brancas, um M_0 de 0,285 contra 0,189, em 2008/2009, e 0,188 contra 0,108, em 2017/2018. A proporção de pobres replica esse comportamento, com os não brancos possuindo uma parcela de multidimensionalmente pobres muito maior que os brancos em ambas as pesquisas. Além de estarem mais propensos à pobreza multidimensional, os pobres não brancos vivenciam mais privações concomitantes que os pobres brancos, pois os resultados sugerem que a intensidade da pobreza no primeiro subgrupo é maior que a do segundo para ambos os períodos.

Por conseguinte, verifica-se que a pobreza multidimensional no Brasil possui cor e raça, com os não brancos sendo mais prováveis de serem classificados como multidimensionalmente pobres e, ainda, cuja população pobre apresenta um maior número de privações simultâneas. Essa característica da pobreza brasileira é amplamente reconhecida e difundida no meio acadêmico, pois é fato notório que as disparidades raciais existentes no Brasil tiveram origem na sua época colonial e ainda não foram superadas, como sugere o IPM proposto. A Figura 5.9 expressa como o fator racial da pobreza é amplamente

difundido em todas as macrorregiões do país.

Figura 5.9 – Parcela da população na macrorregião e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (H); decomposição pela raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

As regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste possuem uma maior parcela da sua população composta por não brancos do que brancos. Ainda, em todas essas regiões, a parcela de pobres não brancos supera a dos pobres brancos, o que expressa a contribuição significativa dessas quatro macrorregiões para a parcela de pobres não brancos no Brasil, principalmente o Sudeste e Nordeste do país, regiões com densidades populacionais superiores ao Centro-Oeste e Norte. O Sul, por sua vez, é representativo da desigualdade de bem-estar experienciada pela população não branca em relação à branca. Apesar de conter uma parcela de brancos muito superior na sua composição demográfica, mais de 70% da população regional, o Sul do país exibe uma parcela de pobres não brancos superior à de brancos, uma diferença de mais de 10 p.p. entre ambos. Portanto, os dados sugerem uma acentuada desigualdade racial no país, pois a incidência de pobreza multidimensional é maior sobre os não brancos do que sobre os brancos em todas as regiões do país, inclusive no Sul, o qual é composto por mais de dois terços de brancos.

Com a intenção de identificar as diferentes privações vivenciadas a depender da cor ou raça, a Tabela 5.15 apresenta a contribuição percentual de cada uma das dimensões consideradas no estudo para o IPM dos(as) chefes de família não brancos(as) e para os(as) chefes de família brancos(as) em 2017/2018.

O resultados apontam para pequenas diferenças no perfil de pobreza multidimensio-

nal entre uma pessoa branca e outra não branca, considerando que ambas são chefes de família. As contribuições de cada dimensão para o IPM de cada estrato são relativamente semelhantes, com os(as) chefes de família não brancos(as) possuindo participações percentuais um pouco maiores em todas as dimensões, com exceção de inclusão financeira e emprego. Isso significa que essas duas categorias de indicadores são mais relevantes para explicar a pobreza dos(as) chefes de família brancos(as), enquanto as outras cinco dimensões contêm privações que estão mais associadas aos não brancos, mesmo que marginalmente. Pode-se afirmar, portanto, que essa é a maior diferença entre os perfis raciais de pobreza multidimensional.

Tabela 5.15 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pela raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018	
	Branco	Não brancos
Condições habitacionais	0,090	0,102
Serviços básicos	0,094	0,101
Inclusão financeira	0,245	0,224
Ativos	0,128	0,135
Educação	0,090	0,097
Emprego	0,163	0,139
Consumo	0,190	0,200

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Analisar raça e sexo, separadamente, pode mascarar a existência de alguns perfis de pobreza multidimensional existentes no Brasil. A decomposição unicamente por sexo, por exemplo, mostra que essa característica possui uma relevância marginal na determinação da pobreza. A decomposição por raça, por sua vez, indica a predominância do fator racial para a identificação de pessoas como multidimensionalmente pobres, apesar dos perfis de pobreza existente entre os brancos e não brancos serem, a princípio, relativamente semelhantes. Com o objetivo de aprofundar a análise e extrair potenciais perfis de pobreza no Brasil com base nessas duas características pessoais, a Tabela 5.16 apresenta os resultados dos componentes do IPM decomposto por um cruzamento das informações de sexo e raça (ou cor) do(a) chefe da família para os anos de 2008/2009 e 2017/2018.

Os valores observados na Tabela 5.16 reafirmam a predominância do fator racial sobre o fator sexo. Observa-se, por exemplo, uma elevada discrepância no IPM dos chefes de família que são homens brancos daqueles chefiados por homens não brancos, em ambas as POFs. O mesmo comportamento se repete para as chefes mulheres brancas e as não

Tabela 5.16 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto pelo sexo e raça do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Gênero/Raça	IPM		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Homem branco	0,188	0,107	0,413	0,400
Homem não branco	0,286	0,185	0,446	0,420
Mulher branca	0,192	0,111	0,406	0,396
Mulher não branca	0,282	0,192	0,433	0,417

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

brancas, sendo, novamente, válido para os dois pontos no tempo. A comparação entre homens e mulheres brancos revela que o segundo subgrupo possui um IPM marginalmente maior (pior) que o primeiro nos dois períodos. Entre os homens e mulheres não brancos, por sua vez, o último apresenta um M_0 um pouco maior em 2017/2018. Esses resultados convalidam a afirmação de que a raça é um fator intrínseco na determinação da pobreza multidimensional brasileira, enquanto o sexo é um fator importante, mesmo que marginal, pois as mulheres são mais multidimensionalmente pobres que os homens, em 2017/2018, para as duas raças decompostas no estudo.

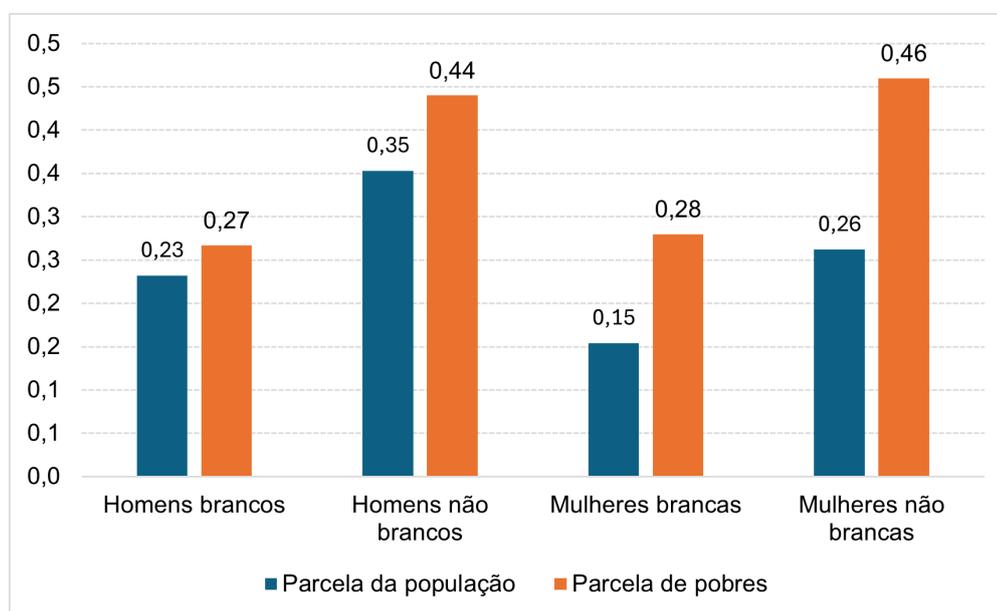
A decomposição da intensidade da pobreza (A) para o cruzamento de sexo e raça repete o padrão observado nas tabelas 5.13 e 5.14, as quais expõem maiores privações simultâneas nos subgrupos não brancos e nos homens. Os chefes de famílias pobres que experienciam a maior concomitância de privações, dentre esses subgrupos, são os homens não brancos, seguidos, em ordem, pelas mulheres não brancas, pelos homens brancos e, por fim, pelas mulheres não brancas.

Com relação às mudanças ao longo do tempo, é importante apontar que, em 2008/2009, o subgrupo que detinha o pior IPM eram os chefes de família homens não brancos, enquanto, em 2017/2018, esse *ranking* passou a ser ocupado pelas chefes de família mulheres não brancas, denotando a piora relativa desse último subgrupo em relação ao primeiro.

A Figura 5.10, complementarmente, apresenta os dados referentes à proporção de pobres dentro desses quatro estratos e a parcela da população brasileira representada por eles, ambos para o ano de 2017/2018.

Reitera-se a relevância da raça para a pobreza multidimensional no Brasil. Os subgrupos de chefes de família homens e mulheres não brancos concentram a maior parcela de pobres em relação às suas respectivas populações, com proporções de 44% e 46%, res-

Figura 5.10 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (H); decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

pectivamente, quase metade da população desses subgrupos nesse ano. Isso significa que, em termos absolutos, 8.938 das 20.314 famílias chefiadas por homens não brancos e 6.941 das 15.090 famílias chefiadas por mulheres não brancas são classificadas como multidimensionalmente pobres nesse período. Adicionalmente, dado que ambos representam as maiores parcelas de representação na população brasileira, com valores de 35% e 26% para homens e mulheres não brancos, respectivamente, pode-se concluir que a pobreza no Brasil é, na média, inerente à população não branca. Para ambas as raças consideradas, em 2017/2018, os estratos femininos apresentaram proporções de pobreza marginalmente maiores que os homens, 28% contra 27% no caso dos brancos, e 46% contra 44%, no caso dos não brancos. Esses resultados para o H estão em acordo com aqueles observados na Tabela 5.16 para o M_0 e A .

Com o propósito de examinar a diversidade nas privações vivenciadas por esses subgrupos, a Tabela 5.17 explicita as contribuições percentuais de cada dimensão para o IPM dos estratos considerados, levando em consideração a POF 2017-2018. A intenção é extrair o perfil de pobreza de cada um desses subgrupos para esse ano, de tal modo que se possa fazer novas inferências além das três observadas até então: *i*) A raça é um fator determinante no perfil da pobreza no Brasil, *ii*) o sexo é marginalmente importante na determinação da pobreza brasileira, e *iii*) o perfil de pobreza multidimensional dos brancos e não brancos é relativamente semelhante, salvo as maiores contribuições de inclusão financeira e emprego para a pobreza dos brancos.

Tabela 5.17 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018			
	Homens brancos	Homens não brancos	Mulheres brancas	Mulheres não brancas
Condições habitacionais	0,097	0,106	0,081	0,097
Serviços básicos	0,109	0,113	0,073	0,085
Inclusão financeira	0,244	0,228	0,246	0,220
Ativos	0,118	0,130	0,143	0,143
Educação	0,093	0,099	0,084	0,095
Emprego	0,148	0,128	0,184	0,154
Consumo	0,191	0,195	0,189	0,207

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

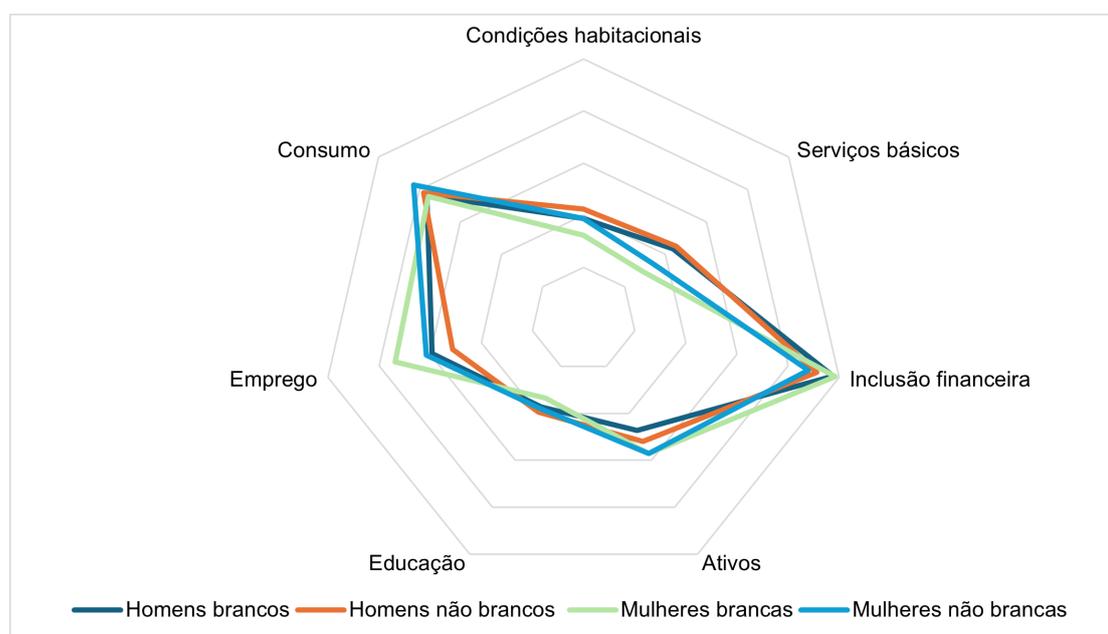
As maiores contribuições das dimensões de inclusão financeira e consumo observados no IPM geral do Brasil, conforme abordado pela Tabela 5.17, se repetem para os subgrupos aqui avaliados. Notadamente, a caracterização do perfil de pobreza dos(as) chefes de família brancos(as) novamente é validada, pois os subgrupos brancos apresentam maiores contribuições das dimensões de inclusão financeira e emprego para o seu IPM, em comparação aos seus homólogos não brancos.

Fato interessante é que a decomposição dimensional do IPM com base no cruzamento do sexo e da raça do(a) chefe da família revela quais privações estão associadas à variável sexo. Certifica-se que as dimensões de condições habitacionais e serviços básicos, por exemplo, são menos relevantes para o perfil de pobreza feminino, pois essas dimensões, independentemente da raça considerada, possuem menos importância na determinação da pobreza das mulheres do que nos homens. As dimensões de ativos e emprego, em contrapartida, são mais relevantes para a pobreza multidimensional em mulheres, denotando as menores privações vivenciadas pelos homens nessas dimensões, relativamente falando. A Figura 5.11, ao representar visualmente os dados da Tabela 5.17, auxilia na examinação das diferentes privações vivenciadas pelos estratos em análise, de tal modo que se possa identificar os múltiplos perfis de pobreza existentes no Brasil com base nessas duas variáveis.

É possível, com base nessas informações, determinar quais dimensões estão associadas ao fator sexo ou ao fator raça. Posse de ativos e emprego são dimensões do desenvolvimento humano com mais privações em famílias chefiadas por mulheres. Condições habitacionais e acesso a serviços básicos e, em menor grau, educação são variáveis mais

relevantes na determinação do perfil de pobreza masculino. As dimensões de condições habitacionais, serviços básicos, educação e consumo possuem maiores contribuições para o perfil de pobreza multidimensional de uma família chefiada por um(a) não branco(a). Inclusão financeira e emprego, no entanto, estão associados às famílias chefiadas por pessoas brancas. Esses resultados reforçam a existência de diferentes inter-relações das dimensões do desenvolvimento com heterogeneidades pessoais, tanto uns com os outros quanto entre si. Conseqüentemente, a decomposição do IPM pelo cruzamento de sexo e raça do(a) chefe da família reforça a visão da pobreza sob a teoria da Abordagem das Capacitações, pois esse fenômeno social deve ser entendido sob uma avaliação que leve em consideração a amplitude e a diversidade da natureza humana.

Figura 5.11 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Com base na Figura 5.11, atesta-se que o perfil mais diversificado de pobreza multidimensional, dentre os subgrupos analisados, refere-se às famílias chefiadas por mulheres brancas. Isso se deve à contribuição expressiva da dimensão de emprego para classificar uma pessoa com essas características como pobre. A dimensão de inclusão financeira é igualmente relevante para a caracterização da pobreza nesse estrato. Adicionalmente, o melhor desempenho relativo nas dimensões de condições habitacionais, educação e acesso a serviços básicos, especialmente as duas primeiras, é outro fator de divergência desse subgrupo populacional em relação aos demais. O perfil das mulheres não brancas, por sua vez, tem como maior diferencial a expressividade da contribuição da dimensão de consumo para o seu IPM. A contribuição da dimensão de condições habitacionais para

esse estrato, por sua vez, mais se assemelha à dos homens do que à das mulheres não brancas. O bom desempenho relativo na dimensão de serviços básicos também pode ser graficamente visualizado para esse grupo.

Os perfis dos homens, por sua vez, são um pouco mais homogêneos. Maiores diferenças entre os homens brancos e não brancos podem ser observadas nas dimensões de emprego, inclusão financeira e, em menor grau, na dimensão de ativos. As duas primeiras, conforme discutido anteriormente, incide com mais importância, em termos de contribuição percentual para o IPM, sobre os homens brancos que os não brancos. As outras cinco dimensões, por sua vez, são caracterizadas por contribuições maiores para os não brancos, mas somente a diferença verificada entre ambos os grupos na dimensão de posse de ativos é visualmente perceptível no gráfico explicitado, o que se deve ao fato dos homens brancos estarem em condições muito melhores nessa dimensão do que os outros três estratos em questão, em termos de contribuição percentual para o IPM.

A explicitação da porcentagem de famílias privadas em cada um dos indicadores permite a identificação das carências que explicam os perfis de pobreza acima. Dessa forma, buscando aprofundar a análise dos perfis de pobreza multidimensional em questão, a Tabela 5.18 evidencia a porcentagem de famílias privadas, em 2017/2018, para cada um dos 24 indicadores contidos no IPM proposto decomposto pelo cruzamento das informações de sexo e raça do(a) chefe da família.

Tabela 5.18 – Porcentagem de famílias brasileiras privados em cada um dos indicadores do IPM decomposto pelo sexo e raça do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Indicador	2017/2018			
	Homem branco	Homem não branco	Mulher branca	Mulher não branca
Banheiro exclusivo	1,43%	6,01%	1,33%	4,69%
Número de dormitórios	10,66%	18,06%	8,59%	17,41%
Adequação locacional	32,86%	36,17%	37,29%	38,49%
Cozimento	27,04%	30,01%	17,43%	23,88%
Coleta de lixo	16,90%	22,25%	6,95%	11,86%
Água potável	1,53%	4,99%	1,44%	3,78%
Saneamento	48,67%	60,70%	37,67%	54,23%
Energia elétrica	0,20%	0,75%	0,09%	0,24%

Continua na próxima página.

Indicador	2017/2018			
	Homem branco	Homem não branco	Mulher branca	Mulher não branca
Acesso ao crédito	36,71%	46,50%	37,69%	45,57%
Posse de conta corrente	22,00%	33,57%	24,63%	33,54%
Posse do imóvel	24,68%	30,13%	25,34%	27,05%
Bens elétricos	27,30%	45,93%	27,52%	46,37%
Bens informacionais	1,88%	3,38%	1,49%	2,78%
Bens de locomoção	17,44%	25,67%	38,61%	44,84%
Educação infantil	4,00%	1,88%	0,95%	1,71%
Frequência escolar	1,09%	0,43%	0,27%	0,62%
Grau de escolaridade	53,50%	51,28%	33,22%	47,46%
Alfabetização funcional	27,86%	25,84%	17,06%	29,15%
Jornada de trabalho	46,64%	41,78%	46,60%	45,81%
Ocupação	14,88%	12,63%	25,12%	21,88%
Previdência	58,05%	52,69%	51,93%	58,32%
Trabalho infantil	0,04%	0,04%	0,00%	0,03%
Consumo alimentar	54,85%	72,28%	62,34%	75,74%
Consumo não alimentar	6,02%	14,69%	6,95%	17,04%

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

É possível identificar a amplitude da insegurança alimentar vivida pela população brasileira em 2017/2018, pois esse é o indicador com o maior número de famílias privadas para todos os subgrupos considerados, 7.342, 14.626, 5.398 e 11.318 para as famílias chefiadas por homens brancos, homens não brancos, mulheres brancas e mulheres não brancas, respectivamente. Esses valores representam, aproximadamente, 55%, 72%, 62% e 75% do total de famílias de cada um dos subgrupos, respectivamente. Esses resultados sugerem, ainda, que ser não branco influencia significativamente na possibilidade de apresentar insuficiência no consumo, enquanto ser mulher possui uma importância relativamente menor, mas ainda sim significativa, especialmente entre os homens e mulheres brancos.

Destacam-se, também, as elevadas porcentagens de famílias pobres nos indicadores

de saneamento, previdência, grau de escolaridade, jornada de trabalho, acesso ao crédito, posse de bens de locomoção, posse de bens elétricos, adequação locacional, posse de conta corrente e combustível para cozimento. São essas as características determinantes para explicar o perfil de pobreza multidimensional médio no Brasil. Os indicadores de energia elétrica, frequência escolar e trabalho infantil, por sua vez, possuem uma porcentagem praticamente irrisória de famílias privadas, denotando que as insuficiências existentes nessas variáveis não são difundidas por toda a sociedade brasileira.

Alguns pontos podem ser levantados com relação às diferenças nos perfis de pobreza multidimensional. Na dimensão de condições habitacionais, as carências nos indicadores de banheiro exclusivo, número de dormitórios e combustível para cozimento estão mais associados aos homens e aos não brancos, o que explica o melhor desempenho das mulheres nessa dimensão. O indicador de adequação locacional, por sua vez, possui mais famílias privadas chefiadas por mulheres e por não brancos. A dimensão de acesso a serviços básicos, caracterizada por um melhor desempenho relativo das mulheres em relação ao homens, contém indicadores como coleta de lixo, água potável e saneamento básico, os quais as privações se concentram sobre os homens e os não brancos. Diferenças expressivas são verificadas no indicador de saneamento, pois as proporções de famílias chefiadas por homens brancos, homens não brancos, mulheres brancas e mulheres não brancas que são identificadas como privadas estão por volta de 49%, 61%, 38% e 54%, o equivalente a um total de 6.540, 12.391, 3.308 e 8.149 famílias privadas nesse indicador, ambos respectivamente.

Ambos os indicadores da dimensão de inclusão financeira, posse de conta corrente e acesso ao crédito, possuem maiores privações relativas para os não brancos. A dimensão de posse de ativos, em sentido semelhante, expressa que as privações se concentram, em sua maioria, sobre famílias chefiadas por não brancos. O sexo do(a) responsável pela família é um aspecto determinante para explicar as insuficiências observadas na posse de bens de locomoção, pois o número de famílias privadas nesse indicador, que são chefiadas por mulheres brancas e não brancas, são de 3.395 e 6.791, quase 39% e 45% do total de famílias de cada subgrupo, respectivamente, contra 2.269 e 5.282 dos seus análogos masculinos, cerca 17% e 26% do total de famílias nesses subgrupos, em suas respectivas ordens. Na dimensão de educação, por sua vez, os resultados sugerem que as carências nos indicadores de educação infantil e frequência escolar se concentram, majoritariamente, sobre os homens brancos, pois as famílias privadas nesse subgrupo superam o patamar observado nos outros três. Os indicadores de grau de escolaridade e analfabetismo funcional, em contrapartida, denotam o melhor desempenho relativo das mulheres brancas, já que as privações detectadas em ambos são visivelmente menores para esse estrato. As necessidades não atendidas para as mulheres não brancas, nesses dois últimos indicadores, mais se assemelha às dos homens do que à das mulheres não brancas.

Por fim, dentro da dimensão de emprego, os indicadores de jornada de trabalho e ocupação expressam uma maior proporção de famílias privadas chefiadas por brancos do que não brancos. Com relação ao segundo indicador, certifica-se uma acentuada desigualdade entre homens e mulheres nas condições ocupacionais da população brasileira em 2017/2018, pois os números de famílias privadas que são chefiadas por mulheres brancas e não brancas são de 2.176 e 3.320, aproximadamente 25% e 22% do total de famílias em cada um desses subgrupos, respectivamente. Para os seus homólogos masculinos, os números de famílias privadas se encontram em 2.002 e 2.641, cerca 15% e 13% do total de famílias chefiadas por homens brancos e não brancos, respectivamente. O pior desempenho das mulheres no indicador de ocupação, inclusive, explica a maior contribuição da dimensão de emprego para os dois estratos femininos. O indicador de previdência não possui um padrão específico, com a ordem de privações verificadas sendo composta por mulheres não brancas, homens brancos, homens não brancos e mulheres brancas, do maior para o menor.

5.4.2 Educação e ocupação

No estudo de fenômenos sociais, as condições educacionais e ocupacionais sempre ocuparam um ponto central no debate acadêmico. A elaboração do IDH, por exemplo, se configurou como uma primeira tentativa, a nível internacional, de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, incorporando ambas as dimensões para explicar o bem-estar das pessoas. Conforme discutido na ??, as características educacionais são diretamente levadas em consideração no IDH, pois o índice possui, entre outros, os indicadores de média de anos de escolaridade dos adultos e a expectativa de anos de escolaridade das crianças. As características ocupacionais, por sua vez, são inseridas indiretamente no IDH, pois uma de suas dimensões é a renda nacional bruta per capita, sendo essa indicativa do padrão de vida populacional. É inegável a inter-relação existente entre os rendimentos detidos por um indivíduo e a sua posição ocupacional na sociedade, pois essa é a maior forma de geração de renda das pessoas, seguido das transferências governamentais. O IPM global utilizado pela PNUD, em sentido semelhante, possui a dimensão educacional como uma das suas três dimensões de análise do desenvolvimento humano.

A amplitude de índices propostos por organizações internacionais e por trabalhos acadêmicos, no que tange ao estudo do desenvolvimento humano e, por consequência, à pobreza, sugerem que tanto os fatores educacionais quanto os ocupacionais são relevantes para explicar a expansão das liberdades substantivas das pessoas. Dessa forma, as estratificações a seguir focalizam nessas características para os(as) chefes de família no Brasil. A Tabela 5.19, primeiramente, apresenta os resultados do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) nos anos de 2008/2009 e 2017/2018, decomposto pelo grau de escolaridade atingido pelo(a) chefe da família.

Tabela 5.19 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por grau de escolaridade do(a) chefe do família : M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Nível educacional	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Analfabetismo funcional ¹	0,420	0,331	0,895	0,754	0,469	0,438
Ensino Fundamental incompleto	0,283	0,192	0,675	0,470	0,419	0,411
Ensino Fundamental	0,182	0,141	0,461	0,358	0,394	0,395
Ensino Médio	0,092	0,067	0,246	0,178	0,373	0,376
Ensino Superior	0,021	0,012	0,060	0,033	0,350	0,363

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

¹ Considera-se analfabetismo funcional àquelas pessoas que possuem menos de três anos de estudo.

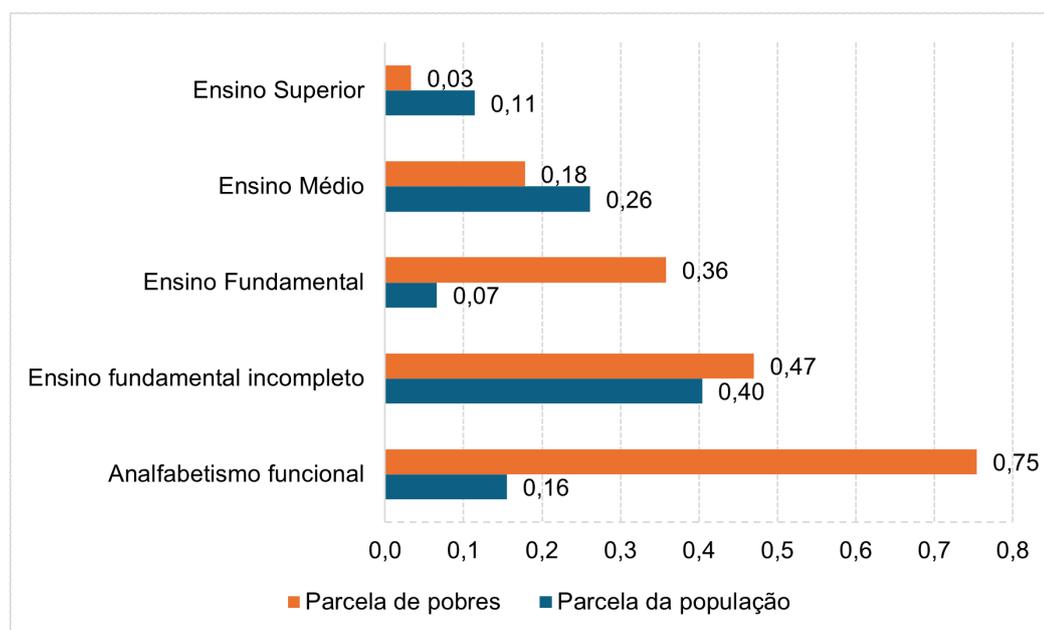
Os resultados da Tabela 5.19 indicam a presença de acentuados retornos educacionais no Brasil. À medida que os(as) chefes de família adquirem maiores níveis educacionais, a pobreza multidimensional cai drasticamente. Os IPMs de chefes sem alfabetização funcional e daqueles com ensino superior completo, por exemplo são de 0,331 e 0,012, respectivamente, sendo que a proporção de pobres identificada em cada subgrupo é de 75% para o primeiro e pouco mais de 3% para o segundo, ambos em 2017/2018. A simples conclusão do ensino fundamental por parte do(a) chefe da família, por exemplo, diminui consideravelmente as chances de um indivíduo selecionado aleatoriamente ser identificado como multidimensionalmente pobre. Isso porque, dentre as famílias chefiadas por pessoas com o ensino fundamental incompleto, a proporção de pobres é de 47%, enquanto que, no caso dos chefes de família com fundamental completo, o valor desse mesmo componente está em torno de 36%. Ao adquirir o ensino médio, essa proporção cai para menos de 18%. Analogamente, a intensidade da pobreza, A , repete o padrão observado para o H .

Um ponto interessante que deve ser observado é que, ao longo do tempo, houve uma relativa estagnação na quantidade de privações simultâneas (A) vivenciadas pelas famílias pobres chefiadas por pessoas com ensino fundamental e médio completos. Houveram, inclusive, pioras marginais entre as duas POFs para esse componente do IPM nos dois subgrupos em questão. As família identificadas como pobres e chefiadas por pessoas com ensino superior, por sua vez, expressaram uma piora na intensidade da pobreza relativamente significativa, saindo de 0,350 em 2008/2009 para 0,363 em 2017/2018.

Com a intenção de observar o perfil médio da pobreza multidimensional brasileira, no que tange aos níveis educacionais atingidos pelos(as) chefes de família, a Figura 5.12 traz informações sobre a parcela da população brasileira representada por cada um desses

estratos e as suas respectivas proporções de pobreza, ambas para 2017/2018. Seus dados representam visualmente a relevância dos retornos educacionais para explicar a pobreza multidimensional no país, já que os valores de H caem para cada nível educacional atingido pelo(a) chefe.

Figura 5.12 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres dentro de cada subpopulação (H); decomposição por grau de escolaridade do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Os anos de escolaridade são uma característica intrínseca para explicar a pobreza no Brasil. Pode-se reparar que o perfil médio da pobreza multidimensional no país é composto por chefes de família sem alfabetização funcional e com o ensino fundamental incompleto, os estratos com os menores níveis educacionais considerados. Embora o primeiro subgrupo represente apenas 16% da população total, cerca de 9.286 das 58.039 famílias na amostra, 75% das famílias chefiadas por pessoas sem alfabetização funcional são classificadas como multidimensionalmente pobres, o que significa que, dessas 9.286 famílias, aproximadamente 6.964 estão em situação de pobreza. O segundo subgrupo possui uma maior participação relativa na população brasileira, cerca de 40% do todo, o equivalente a 23.216 famílias. Dessas, 10.911 são identificadas como pobres em termos multidimensionais, cerca de 47% do total de famílias desse subgrupo. Consequentemente, ambos os estratos contribuem de maneira desproporcional para o número de pobres em relação aos demais. As famílias chefiadas por pessoas cujo ensino fundamental é o maior nível educacional obtido, de sua parte, possuem uma parcela de pobres significativa em relação à sua população, aproximadamente 36%. No entanto, como esse subgrupo representa apenas 7% da população brasileira, o seu número de famílias pobres é de apenas

1.463, fazendo com que a sua contribuição para a pobreza total no país seja consideravelmente menor que os outros dois estratos citados anteriormente.

De modo a complementar as estratificações para essa subseção, a Tabela 5.20 apresenta os resultados do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) para os anos de 2008/2009 e 2017/2018, decomposto pelo setor de ocupação do(a) chefe da família. A estratificação realizada adapta aquela feita por Ferreira, Lanjouw e Neri (2003), levando-se em consideração a classificação das atividades nos seus respectivos setores segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a CNAE.

Os dados verificados constataam que, em consonância com os resultados verificados na literatura e na subseção 5.2, a pobreza multidimensional no Brasil se concentra de maneira desproporcional sobre alguns setores ocupacionais específicos. As famílias chefiadas por pessoas ocupadas nos setores agrícolas e de construção, especialmente o primeiro, possuem um IPM muito maior que os outros, tanto em 2008/2009 quanto em 2017/2018. O mesmo vale para a proporção de pobres em cada um desses subgrupos, com o primeiro possuindo 61,4% da sua população em condição de pobreza multidimensional e o segundo apresentando uma proporção de pobres de 40,2%, ambos em 2017/2018. Observa-se que, principalmente em 2008/2009, o IPM e o H das famílias chefiadas por pessoas ocupadas no setor agrícola representavam um ponto fora da curva em relação aos demais, com valores muito superiores nas duas variáveis. Inclusive, para a intensidade da pobreza (A), esse subgrupo apresentou os piores resultados com margens relativamente amplas nas duas POFs consideradas.

Dentre todos os setores de ocupação, os chefes empregados no setor de serviços são os que possuem o menor IPM e proporção de pobres em 2017/2018, seguido, pelos(as) chefes ocupados(as) em outros setores, na transformação, no comércio, na construção e, por fim, no setor agrícola. Em 2008/2009 há algumas mudanças nesse *ranking*, pois os(as) chefes ocupados(as) em outros setores representavam o subgrupo ocupacional com o menor (melhor) IPM, seguido pelos ocupados no setor de serviços, no comércio e na transformação. Construção e setor agrícola mantiveram suas ordenações em ambos os períodos analisados.

Além dessas mudanças, a evolução temporal da pobreza multidimensional brasileira revela outras transformações no que tange à decomposição dos resultados pelo setor de ocupação do(a) chefe da família. Entre 2008/2009 e 2017/2018, os(as) chefes empregados(as) no setor de serviços e na indústria de transformação apresentaram uma expansão das suas capacidades mais acentuada que as famílias chefiadas por pessoas ocupadas em outros setores e na indústria de transformação, respectivamente. Isso fez com que os subgrupos de serviços e outros setores, por um lado, e transformação e comércio, por outro, alternassem suas posições na ordenação dos estratos do melhor para o pior, em termos de IPM observado.

Tabela 5.20 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por setor de ocupação do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Setor de ocupação	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Agrícola	0,405	0,266	0,847	0,614	0,478	0,433
Serviços ¹	0,158	0,088	0,395	0,227	0,400	0,387
Transformação	0,179	0,101	0,443	0,251	0,404	0,402
Comércio	0,172	0,103	0,433	0,266	0,397	0,387
Construção	0,263	0,159	0,644	0,402	0,408	0,395
Outros	0,156	0,093	0,382	0,234	0,408	0,397

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Nota: Para essa estratificação foram considerados somente os(as) chefes de famílias ocupados(as).

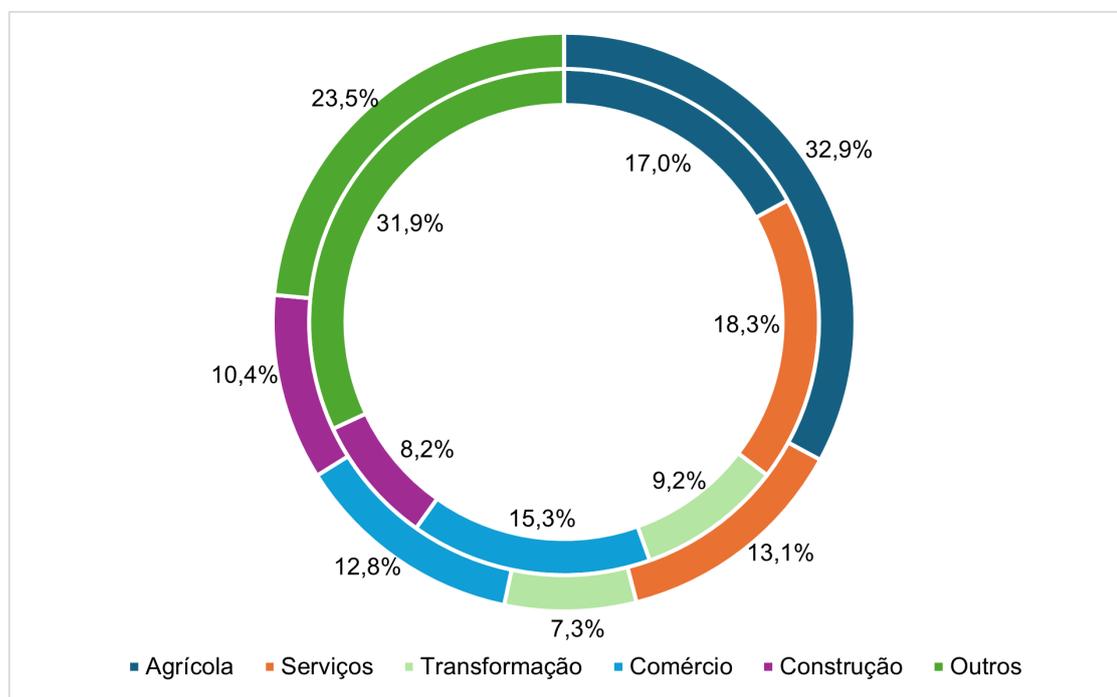
¹ A classificação das atividades no setor de serviços está baseada na definição do IBGE apresentada na Pesquisa Anual de Serviços.

Embora os(as) chefes ocupados(as) no setor de construção tenham apresentado um M_0 e um H consideravelmente maior que os(as) chefes com ocupações em outros setores e na indústria de transformação, os pobres do primeiro subgrupo experienciam, na média, menos privações concomitantes que os pobres dos outros dois grupos em 2017/2018. Para 2008/2009, a intensidade da pobreza do subgrupo construção é igual à do subgrupo outros setores, 0,408, com o estrato transformação apresentando um A de 0,404, marginalmente melhor. Em 2017/2018, no entanto, as famílias chefiadas por pessoas ocupadas na construção apresentou um melhor resultado para o A do que os outros dois em questão, com um valor de 0,395, contra 0,397 e 0,402 para outros setores e indústria da transformação, respectivamente.

Sabendo como se deu a evolução temporal das privações, com base nas características ocupacionais do(a) chefe da família, o próximo passo é determinar o perfil médio da pobreza com base nesse fator. Para isso, faz-se necessário verificar a contribuição de cada estrato para a população total do Brasil, pois os subgrupos muito representativos da população brasileira configuram-se como públicos-alvos de interesse para a caracterização da pobreza. Nesse sentido, a Figura 5.13 explicita a contribuição percentual de cada estrato para a parcela de pobres do Brasil, H , e as respectivas contribuições percentuais desses subgrupos para a população total. A primeira variável está representada pelo círculo externo, enquanto a segunda está contida no círculo interno, ambas para 2017/2018.

Ainda que as famílias chefiadas por pessoas ocupadas no setor agrícola representem somente 17% da população brasileira, a contribuição desse subgrupo ocupacional para a

Figura 5.13 – Parcela da população e contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de pobres (*H*) na população total; decomposição por setor de ocupação do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

proporção de pobres no Brasil é de quase 33%, o maior dentre todos os estratos considerados. Tais valores fazem com que esse subgrupo apresente o maior número de famílias multidimensionalmente pobres, cerca de 3.246, excetuando-se as famílias chefiadas por pessoas ocupadas em outros setores, as quais representam a maior parcela da população devido ao fato desse estrato agrupar uma elevada quantidade de diferentes ocupações. Nesse estrato em específico, os(as) chefes trabalhando em outros setores contribuem com pouco mais de 23% da pobreza no Brasil, o equivalente a um total de 4.351 famílias. Após ambos, em termos de números de famílias multidimensionalmente pobres, identificam-se aquelas chefiadas por pessoas ocupadas no setor de serviços, comércio, construção e transformação, com valores de 1.391, 1.137, 495 e 390, respectivamente, o equivalente a, aproximadamente, 13,1%, 12,8%, 10,4% e 7,3% do total de famílias em cada um dos subgrupos considerados, também respectivamente.

As informações apresentadas e discutidas acima reafirmam a maior incidência e intensidade da pobreza sobre famílias cujos(as) chefes estão empregados no setor agrícola, resultado análogo ao observado na subseção 5.2, onde se encontra uma possível explicação para a maior vulnerabilidade presente nesse setor. Esse subgrupo populacional contribui de maneira desproporcional para a proporção de pobres no Brasil, levando-se em consideração sua representatividade na população total. Embora o setor de construção possua uma parcela considerável de chefes de família ocupados identificados como multidimensi-

onalmente pobres, esse subgrupo populacional representa uma menor fatia da população brasileira, diminuindo sua contribuição relativa para a pobreza no país. O setor de serviços, em contrapartida, é aquele que possui o melhor desempenho relativo do seu IPM, mas, dado que sua parcela de representação na população brasileira é expressiva, em torno de 18%, sua contribuição supera os demais estratos, com exceção do setor agrícola e outros setores.

Dessa forma, mesmo que o perfil médio da pobreza multidimensional brasileira seja caracterizada por chefes de família ocupados(as) no setor agrícola, em outros setores e no setor de serviços, aqueles que estão ocupados no setor agrícola e na construção são os que encontram em piores condições com base no IPM proposto. Tem-se, assim, um caso claro da complexidade de se examinar a pobreza, pois análises generalistas, olhando unicamente para médias populacionais, escondem a realidade deficitária que alguns subgrupos com menor expressividade populacional vivem, como é o caso daqueles empregados na construção.

5.4.3 Idade

O grupo de idade do(a) chefe da família é um fator que deve ser levado em consideração na examinação do desenvolvimento humano sob uma perspectiva ampla. O próprio Sen (2000b) exemplifica que pessoas idosas podem apresentar uma maior dificuldade não só de auferir renda, mas também de converter essa renda em capacidades. Uma família chefiada por uma pessoa idosa, por exemplo, pode necessitar de mais renda para obter o mesmo funcionamento que uma família chefiada por um adulto em idade ativa, pois as carências vivenciadas pelos idosos são notadamente marcantes no que tange às condições físicas e de saúde. Conseqüentemente, deflagra-se a existência de possíveis diferenças nos perfis de pobreza multidimensional a depender do grupo de idade da pessoa, pois, a depender do momento no ciclo de vida que a pessoa se encontra, suas privações observadas podem ser completamente diferentes.

Com a intenção de avaliar as divergências nos perfis de pobreza para essa característica populacional, a Tabela 5.21 contém informações a respeito do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) para as POFs 2008-2009 e 2017-2018, decomposto por grupos de idade do(a) chefe da família. A estratificação realizada segue aquela elaborada por Ferreira, Lanjouw e Neri (2003), os quais procuraram estabelecer o perfil de pobreza no Brasil com base na PNAD de 1996.

Para 2017/2018, os chefes de família com 24 anos ou menos são os que apresentam o maior (pior) IPM de todos os grupos de idade, em um valor de 0,211. Em seguida aparecem as famílias chefiadas por pessoas fora da idade ativa (idosos), com um IPM de 0,190. As proporções de pobres dentro das populações desses subgrupos, nesse ano, são de aproximadamente 50% e 46%, respectivamente. Ainda, ambos configuram-se como

os estratos etários com os maiores IPMs e H na POF 2008-2009, denotando que a pobreza multidimensional é uma característica estruturalmente presente nesses subgrupos. A situação das famílias chefiadas por pessoas com 24 anos ou menos se revela ainda mais alarmante ao focalizar a análise na intensidade da pobreza, pois esse subgrupo populacional é o que apresenta os maiores valores nesse componente em ambas as POFs.

As famílias chefiadas por idosos são as que apresentam a menor quantidade de privações concomitantes vivenciadas por parte da população identificada como pobre, o A , conquanto sejam o subgrupo com o segundo maior IPM. Esse comportamento é verificado em ambas as pesquisas em análise, podendo-se concluir que, apesar de possuírem proporções relevantes de sua população na pobreza, as famílias chefiadas pelos idosos vivenciam uma menor intensidade da mesma.

Tabela 5.21 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por grupos de idade do(a) chefe da família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Grupo etário	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
≤ 24 anos	0,269	0,211	0,617	0,498	0,435	0,423
25 a 44 anos	0,231	0,148	0,533	0,355	0,433	0,416
45 a 64 anos	0,236	0,145	0,547	0,352	0,431	0,411
≥ 65 anos	0,297	0,190	0,694	0,464	0,427	0,409

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

No que tange ao aspecto temporal, nota-se uma pequena alternância na ordenação dos subgrupos em termos de IPM. As famílias chefiadas por pessoas entre 45 e 64 anos apresentavam, em 2008/2009, um IPM maior que as famílias cujo(a) chefe tem de 25 a 44 anos, 0,236 contra 0,231, respectivamente. Em 2017/2018 essa relação se inverte, com o M_0 do primeiro grupo em 0,145 e o do segundo em 0,148, expressando uma melhora relativa mais acentuada para os(as) chefes de família entre 45 e 64 anos em comparação aos que têm de 25 a 44 anos.

Em posse das características gerais da pobreza multidimensional de cada um desses estratos, a etapa seguinte consiste em extrair o perfil médio da pobreza brasileira com base nos grupos etários. Com esse intuito, a Figura 5.14 apresenta a parcela da população brasileira representada por cada estrato e as parcelas de pobres verificados dentro de suas respectivas populações.

Os grupos etários mais relevantes para a caracterização da pobreza média no Brasil são as famílias chefiadas por pessoas de 25 a 44 e de 45 a 64 anos, os quais contribuem com a proporção da pobreza brasileira em 34% e 37%, respectivamente. Isso se dá por

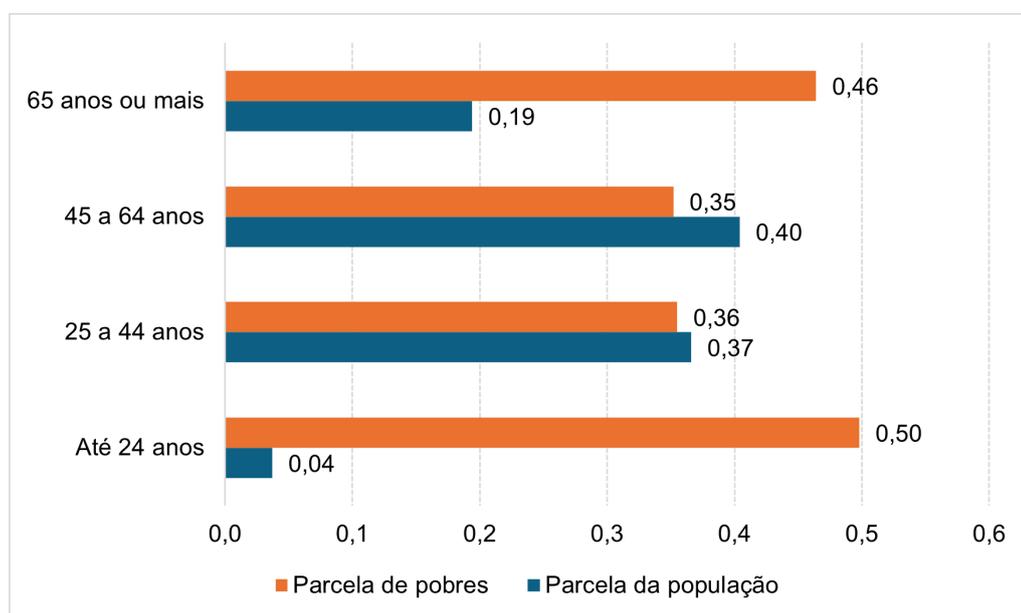
conta da elevada representação de ambos os estratos na população brasileira, somado ao fato de que as proporções de famílias classificadas como multidimensionalmente pobres nesses subgrupos são expressivas, 36% e 35%, respectivamente. Isso significa que, aproximadamente, um a cada três chefes de família nessa faixa etária está em condição de pobreza multidimensional. Esses valores traduzem-se, em termos absolutos, para 21.474 famílias contidas no primeiro subgrupo, das quais 7.731 são classificadas como multidimensionalmente pobres. O segundo subgrupo, em contrapartida, é composto por 23.216 famílias, das quais 8.125 são identificadas como pobres.

Apesar da população brasileira possuir menos chefes de família idosos ou com até 24 anos, a proporção de pobres existentes nas populações desses dois subgrupos é substancialmente elevada. Cerca de 46% das famílias chefiadas por idosos se encontram em situação de pobreza multidimensional, enquanto essa condição engloba aproximadamente 50% das famílias chefiadas por pessoas com até 24 anos. Ou seja, das 11.027 famílias chefiadas por pessoas com 65 anos ou mais, cerca de 5.073 são identificadas como multidimensionalmente pobres. Por outro lado, das 2.322 famílias chefiadas por pessoas com 24 anos ou menos, 1.161 são classificadas como pobres. Esses resultados indicam que uma a cada duas famílias, nesses estratos, são multidimensionalmente pobres, fornecendo indícios da precariedade nas condições de vida desses subgrupos etários. A contribuição percentual para a proporção de pobres no Brasil, por parte dos(as) chefes de família idosos, está em torno de 24%, abaixo dos outros dois estratos abordados no parágrafo anterior. As famílias cujos(as) chefes possuem até 24 anos, por sua vez, contribuem com quase 5% da proporção total de pobres, o que se deve à baixa parcela da população representada por esse estrato.

Consequentemente, depreende-se que as famílias chefiadas por pessoas de 25 a 44 e de 44 a 64 anos representam a maior parcela dos pobres no Brasil. No entanto, os resultados do IPM decomposto para os grupos de idade evidenciam a situação de vulnerabilidade experienciada pelas famílias cujos(as) chefes são idosos ou possuem até 24 anos, pois uma a cada duas observações desses subgrupos estão em condição de pobreza multidimensional. Embora suas contribuições para a proporção de pobres no Brasil sejam inferior às dos outros dois subgrupos, especialmente no caso dos(as) chefes com até 24 anos, esses estratos possuem um M_0 e H superior. Especialmente alarmante é a situação dos(as) chefes com até 24 anos, pois sua intensidade da pobreza é marcadamente mais elevada que os outros estratos etários em ambas as POFs.

Extraídos os perfis básicos com base na faixa etária do(a) chefe domiciliar, o passo seguinte é elencar as diferenças nas privações vivenciadas por eles. Conforme discutido anteriormente, o momento no ciclo de vida que a pessoa se encontra determina, na média, quais são as carências sofridas por ela. Assim sendo, a Tabela 5.22 apresenta a contribuição percentual de cada dimensão para o IPM dos subgrupos em avaliação para a POF 2017-

Figura 5.14 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (H) dentro de cada subpopulação; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

2018.

As dimensões de inclusão financeira e consumo, novamente, apresentam as maiores contribuições para o IPM de todos os subgrupos. Ademais, os resultados sugerem amplas divergências nas carências observadas para cada um dos estratos estudados. Os(as) chefes com até 24 anos, por exemplo, possuem uma contribuição percentual significativamente maior que os outros subgrupos etários nas dimensões de inclusão financeira e posse de ativos. Em contrapartida, esses chefes de família possuem um desempenho relativo notadamente melhor na dimensão de educação. Ainda com base nos fatores educacionais, observa-se que a contribuição dessa dimensão para o IPM dos(as) chefes de família entre 45 e 64 anos é um ponto fora da curva, o que pode ser explicado pelo fato dessa geração não ter se beneficiado tanto quanto os subgrupos mais novos do *boom* educacional existente no Brasil nas últimas décadas.

As famílias compostas por chefes idosos apresentam privações consideravelmente diversas em relação aos demais. As contribuições percentuais verificadas nas dimensões de condições habitacionais, emprego e consumo estão em patamares completamente diferentes dos outros subgrupos. Com relação à primeira e à última, esse estrato etário possui um desempenho melhor, em termos relativos, enquanto a contribuição da dimensão de emprego para o seu IPM é substancialmente maior que às demais. A constatação de uma ampla pobreza ocupacional para esse subgrupo se deve à incapacidade das pessoas nele contidas gerarem renda, o que está em consonância com o que prevê a Abordagem das

Capacitações.

Tabela 5.22 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018			
	≤ 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	≥ 65 anos
Condições habitacionais	0,105	0,115	0,097	0,078
Serviços básicos	0,094	0,101	0,103	0,092
Inclusão financeira	0,251	0,231	0,226	0,230
Ativos	0,170	0,136	0,127	0,133
Educação	0,059	0,085	0,115	0,085
Emprego	0,112	0,110	0,140	0,215
Consumo	0,220	0,224	0,191	0,167

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

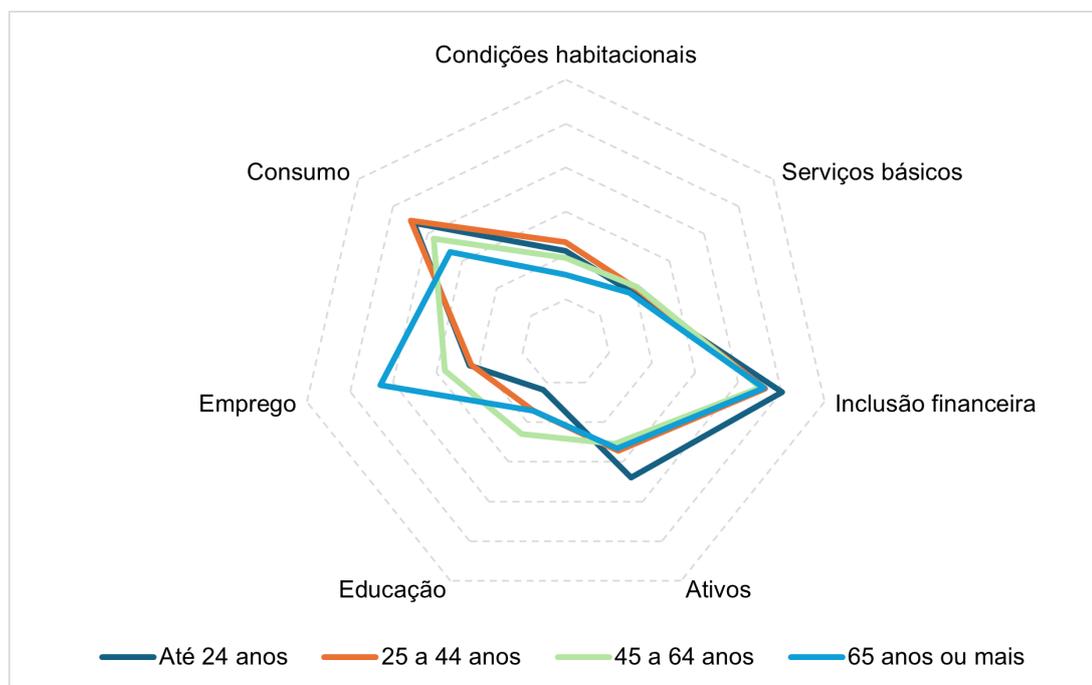
Elaboração própria.

A Figura 5.15 auxilia na observação da heterogeneidade de privações existentes entre os diferentes grupos de idade. É possível, com base nela, visualizar a distinção do perfil de pobreza das famílias chefiadas por idosos, o qual é caracterizado por uma privação expressivamente maior, em termos relativos, na dimensão de emprego, além de contribuições ligeiramente menores nas dimensões de condições habitacionais e consumo, com valores em patamares divergentes das contribuições dos outros subgrupos. O perfil de pobreza das famílias chefiadas por pessoas com até 24 também é notadamente diferente. Destacam-se as contribuições da dimensão de educação, ativos e inclusão financeira, com contribuições relativamente menores no primeiro e maiores nos dois últimos

Adicionalmente, verifica-se que as dimensões de emprego e educação são as que apresentam as maiores variabilidades de contribuições a depender da idade do(a) chefe da família. Aqueles chefiados por pessoas com até 24 anos e os(as) chefes que possuem entre 25 e 44 anos possuem contribuições semelhantes na dimensão de emprego. Os(as) chefes de 45 a 64 anos, por sua vez, possuem contribuições nessa dimensão que estão em um patamar acima dos outros dois. As famílias chefiadas por idosos, como dito anteriormente, possuem uma contribuição percentual para o seu IPM, por parte dessa dimensão, que se configura como um ponto fora da curva. Na dimensão de educação, por outro lado, as famílias chefiadas por pessoas com até 24 anos estão em condições relativamente melhores, seguidos pelas famílias chefiadas por idosos e aqueles cujos(as) chefes possuem entre 25 a 44 anos. O estrato referente aos chefes de 45 a 64 anos, por fim, apresenta uma

contribuição dessa dimensão para o seu IPM que se encontra em um patamar acima dos demais subgrupos.

Figura 5.15 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por grupos de idade do(a) chefe da família; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

A decomposição dos resultados do IPM proposto, no que tange às estratificações dos grupos de idade dos(as) chefes de família e às contribuições dimensionais para os seus respectivos IPMs, explicitam a existência de uma pluralidade de manifestações de carências a depender da variável idade. Os resultados reforçam a ideia de que, a depender do ponto no tempo no qual o indivíduo se encontra em relação ciclo de vida, as suas necessidades variam drasticamente. A maior significância da dimensão de emprego e a menor de consumo, para os(as) chefes de família idosos, é uma manifestação disso. No extremo oposto, as famílias cujo(a) chefe tem até 24 anos apresentam maiores privações, em termos relativos, nas dimensões de posse de ativos e inclusão financeira, sendo esse outro exemplo de evidência dessa ideia.

Com relação ao perfil de pobreza do subgrupo composto por chefes de família com idade entre 45 e 64 anos, uma possível explicação para os resultados observados é que esse subgrupo não se beneficiou tanto quanto os subgrupos mais novos do *boom* educacional pelo qual o Brasil passou nas décadas recentes. Como consequência, a contribuição significativamente maior da dimensão de emprego, para esse estrato, seria explicada pela oferta de trabalho menos qualificada decorrente de maiores carências educacionais. Esse movimento seria previsto pela Abordagem das Capacitações, pois a pobreza, sob uma ótica

pluralista, leva em consideração as inter-relações de privações de diferentes dimensões, as quais atuam de maneira conjunta para condicionar o desenvolvimento humano.

5.5 Características domiciliares

Se as características pessoais do(a) chefe da família são elementos essenciais para definir o perfil de pobreza multidimensional, não há motivos para crer que os atributos do domicílio e das famílias como um todo não o sejam. A presença de idosos ou crianças, por exemplo, faz com que as necessidades observadas em uma família sejam diversas daqueles que não possuem esses subgrupos populacionais. Um casal com filhos, muito certamente, precisa auferir uma renda maior para garantir a mesma adequação de bens e serviços no domicílio do que um casal sem filhos. Como diz Sen (2000b), o bem-estar ou a liberdade dos membros de uma família dependerá de como a renda familiar é utilizada para satisfazer os interesses de cada um dos indivíduos.

Nesse sentido, as tabelas aqui presentes consistem na estratificação dos resultados do IPM proposto para diferentes estruturas domiciliares. Levam-se em consideração os arranjos domiciliares existentes, as composições familiares possíveis e as particularidades estruturais de geração de renda laboral. No que tange aos diferentes arranjos domiciliares, a Tabela 5.23 explicita os resultados do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) para os anos de 2008/2009 e 2017/2018 dos diferentes estratos propostos por Medeiros e Osório (2001) para categorizar as famílias e domicílios no Brasil.

Identifica-se uma maior precariedade nas condições de vida dos domicílios unipessoais em 2017/2018, com um IPM que se encontra em um patamar acima dos demais. Em 2008/2009, esse grupo apresentou o segundo pior resultado dentre todos os arranjos domiciliares, performando melhor que os domicílios estendidos. Essa mudança na configuração da pobreza multidimensional, com um direcionamento de privações para os domicílios unipessoais ao longo do tempo, é reflexo da expansão desse tipo de unidade doméstica no Brasil. Com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, o IBGE destacou que a proporção de domicílios unipessoais cresceu 6,7 p.p. desde 2010⁶. Assim sendo, é factível insinuar que a maior presença desse tipo de domicílio na configuração do espaço doméstico tem como consequência natural o aumento da sua relevância para a determinação do perfil médio de pobreza multidimensional do país. Ao analisar a proporção de pobres dentro desse subgrupo, é possível visualizar uma pequena queda na sua incidência de pobreza, todavia, se comparada com as quedas observadas nos demais subgrupos, revela-se o pior desempenho relativo desse estrato entre 2008/2009 e 2017/2018, sendo o único tipo de arranjo domiciliar que ainda apresenta mais da metade da sua população

⁶ Fonte: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>>

em situação de pobreza multidimensional. Com relação à intensidade da pobreza sobre a população identificada como pobre, em contraste ao H , percebe-se que os pobres de domicílios unipessoais vivenciam uma menor simultaneidade de privações que os pobres de outros estratos, o que se deve ao fato de haver uma maior facilidade em suprir os interesses e objetivos de uma única pessoa, ao invés, por exemplo, de garantir a adequação das necessidades de toda uma família.

Ainda com relação ao aspecto temporal, a melhora mais acentuada, dentre os estratos em questão, se deu para os domicílios estendidos. Sua proporção de pobres em 2008/2009 superava a proporção de pobres dos domicílios nucleares por uma margem considerável, 62% contra quase 55%, respectivamente. No entanto, em 2017/2018, esses valores caíram para quase 39%, no caso dos domicílios estendidos, e 35% para os arranjos nucleares, patamares mais semelhantes. A melhora mais expressiva desses domicílios se deu, também, na intensidade das privações de sua população pobre, pois o subgrupo composto por domicílios estendidos, que tinha o maior (pior) A em 2008/2009, passou a apresentar o segundo menor (melhor) valor nesse componente em 2017/2018, com um valor praticamente igual ao dos domicílios complexos. Ainda com base nesse último, pode-se identificar a sua melhora substancial tanto no H quanto no A , sobretudo no que tange à intensidade da pobreza, pois esse é o estrato com a menor existência de privações simultâneas na sua população pobre em 2017/2018. Por fim, destaca-se o fato de que os domicílios nucleares são os que apresentam a maior intensidade de pobreza, o que expressa a incapacidade desse subgrupo em satisfazer as diferentes necessidades dos membros da família.

Tabela 5.23 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por arranjo domiciliar: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Unipessoal	0,260	0,213	0,624	0,519	0,416	0,410
Nuclear	0,236	0,145	0,546	0,350	0,432	0,414
Estendido ¹	0,271	0,158	0,620	0,387	0,437	0,408
Complexo ²	0,208	0,128	0,488	0,314	0,426	0,407

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Nota: A estratificação dos domicílios baseia-se nos arranjos propostos por Medeiros e Osório (2001).

¹ Domicílio estendido é aquele que possui a presença de algum membro da família fora do núcleo familiar propriamente dito.

² O domicílio complexo é caracterizado pela presença de pelo menos uma pessoa na condição de não parente. Consideram-se, também, os domicílios que possuem diferentes famílias em coabitação.

Para que se possa entender a relevância de cada espécie de unidade doméstica para

caracterizar a pobreza multidimensional brasileira, faz-se necessária a observância das parcelas de representação de cada estrato na população. Assim, além de identificar as peculiaridades de incidência e intensidade da pobreza sobre os diferentes arranjos domiciliares possíveis, pode-se, também, extrair o perfil médio de pobreza no país como um todo. Em virtude disso, a Figura 5.16 expressa, com base na POF 2017/2018, a porcentagem da população brasileira categorizada em cada um dos estratos e as suas respectivas proporções de pobreza.

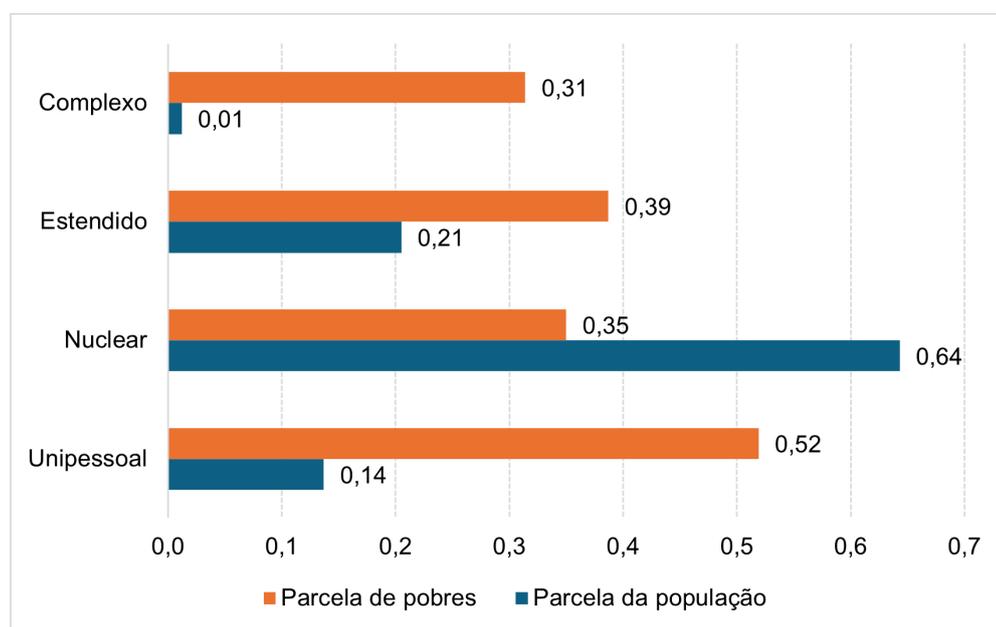
Os domicílios complexos, apesar de possuírem os menores M_0 , H e A em 2017/2018, representam somente 1% da população total brasileira, de modo que são praticamente irrelevantes para se olhar o perfil médio da pobreza multidimensional no país. Sendo assim, levá-los em consideração no exercício empírico em questão traz ganhos avaliatórios muito marginais, de forma que o restante da discussão opta por não elaborar a respeito dos seus resultados, embora eles ainda possam ser observados nas tabelas.

Detecta-se que, na média, a pobreza multidimensional no Brasil concentra-se sobre os domicílios nucleares, os quais representam 64% da população do país. Sendo assim, dos 57.920 domicílios que compõem a amostra da POF 2017/2018, 37.069 são classificados como nucleares, com 12.974 deles sendo identificados como pobres. Por conta dessa expressividade representativa, esse estrato contribui com mais de 59% da proporção de pobreza brasileira, seguido pelos domicílios estendidos, os quais representam 12.163 do total de domicílios na amostra, dos quais 4.744 são classificados como pobres em termos multidimensionais, representando cerca de 21% da proporção de pobres no Brasil, valores que podem ser observados na Figura 5.17. Essa discrepância denota a importância de se considerar as privações vivenciadas pelas famílias nucleares para a elaboração de políticas governamentais, pois as ações focalizadas nesse subgrupo aumentam a possibilidade de ampliação das liberdades substantivas do arranjo domiciliar que compõe mais da metade da pobreza no Brasil.

Embora existam apenas 8.109 domicílios unipessoais na POF 2017/2018, o que equivale a aproximadamente 14% do total de domicílios, cerca de 4.217 se encontram em situação de pobreza multidimensional, mais da metade dessa espécie de unidade doméstica. Levando-se em consideração que esse é o arranjo domiciliar que cresce mais rapidamente no país, é imperativo considerar as necessidades vivenciadas por esses domicílios para contornar a pobreza brasileira. Caso a parcela da população total representada por esse tipo de unidade doméstica continue crescendo dessa maneira, e a sua proporção de pobres não caia, haverá um número cada vez maior de pessoas que moram sozinhas vivendo em condições de pobreza multidimensional no Brasil.

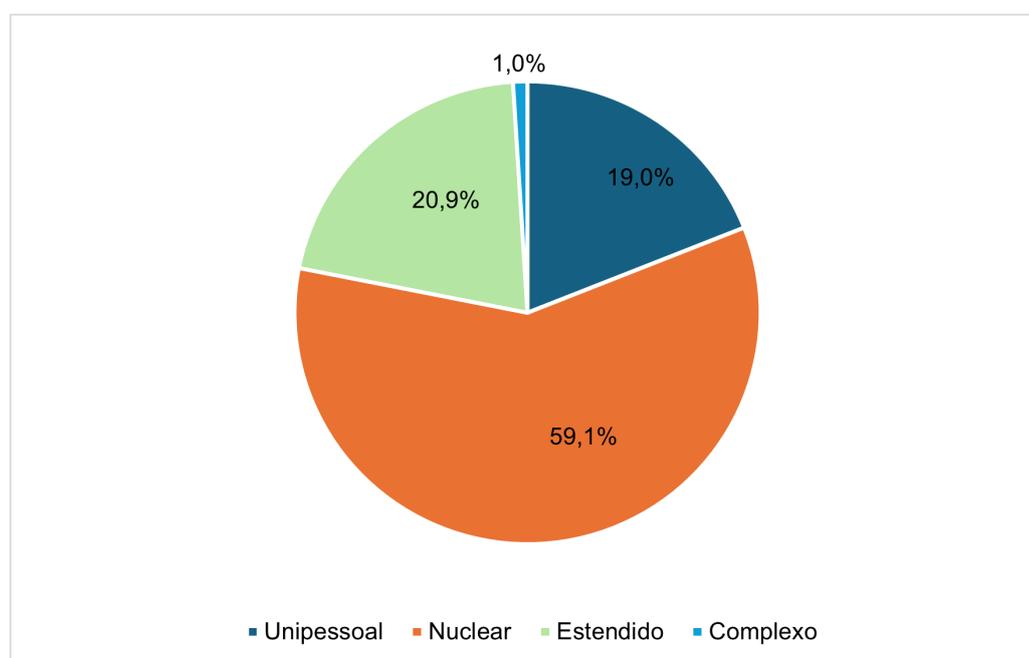
Com o objetivo de destrinchar os diferentes perfis de pobreza entre os estratos unipessoais, nucleares e estendidos, a Tabela 5.24 apresenta a contribuição percentual das dimensões para os IPMs desses subgrupos para a POF 2017/2018. Seus valores auxiliam

Figura 5.16 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (*H*) dentro de cada subpopulação; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Figura 5.17 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (*H*) na população total; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

na identificação das diferentes privações existentes para esses arranjos, de modo que se possa fornecer um insumo para políticas públicas focalizadas em diferente subgrupos po-

pulacionais. Através da comparação entre os perfis de pobreza dos domicílios unipessoais e nucleares, pode-se diferenciar as privações que caracterizam a pobreza média do Brasil neste momento (nucleares) daquelas carências que se encontram em uma trajetória de representação ascendente (unipessoais).

Torna-se visível a extensiva heterogeneidade de privações a depender do arranjo domiciliar, reforçando que não só as características do(a) chefe do domicílio são relevantes para explicar a pobreza sob uma ótica multidimensional, mas também a estrutura de ocupação do espaço doméstico. As dimensões de inclusão financeira e a posse de ativos possuem contribuições percentuais notadamente maiores para os domicílios unipessoais, enquanto a pobreza multidimensional nos domicílios nucleares é caracterizada por contribuições maiores em condições habitacionais, serviços básicos e educação, sobretudo o último, cuja diferença em relação à contribuição para o IPM de domicílios unipessoais é expressiva. Apesar do consumo possuir uma contribuição marginalmente superior no IPM dos domicílios nucleares, a contribuição observada nos domicílios unipessoais está em patamar semelhante, o que denota, mais uma vez, a difusão de problemas relacionados à insuficiência de consumo, sobretudo alimentar, sobre toda a população brasileira.

Tabela 5.24 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por por arranjo domiciliar; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018			
	Unipessoal	Nuclear	Estendido	Complexo
Condições habitacionais	0,105	0,115	0,097	0,078
Serviços básicos	0,094	0,101	0,103	0,092
Inclusão financeira	0,251	0,231	0,226	0,230
Ativos	0,170	0,136	0,127	0,133
Educação	0,059	0,085	0,115	0,085
Emprego	0,112	0,110	0,140	0,215
Consumo	0,220	0,224	0,191	0,167

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

A Figura 5.18, explicitada a seguir, tem como intenção complementar a discussão do parágrafo anterior através da representação gráfica dos dados da Tabela 5.24. Com base nela, identifica-se a extensão da variedade de privações vivenciadas entre esses domicílios, pois os seus perfis de pobreza multidimensional divergem drasticamente entre si, com exceção dos domicílios nucleares e estendidos, os quais possuem perfis relativamente se-

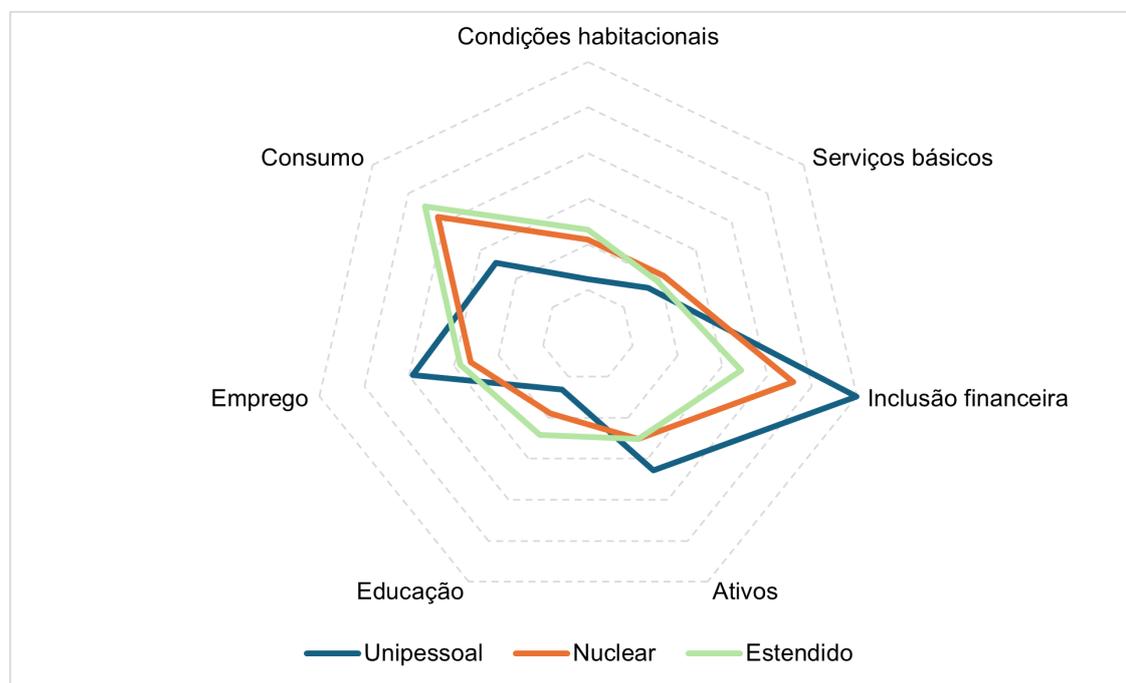
melhantes, salvo as contribuições expressivas nas dimensões de inclusão e educação para esse em relação àquele.

A pobreza sobre os domicílios unipessoais, os quais representam uma parcela crescente da população brasileira, é drasticamente diferente daquela vivenciada em outros arranjos domiciliares. Esse novo perfil, que tem aumentado sua significância no Brasil, é caracterizado por privações notadamente importantes nas dimensões de emprego, posse de ativos e inclusão financeira. A precariedade no trabalho desse subgrupo implica na impossibilidade de aquisição dos bens necessários à promoção das suas capacidades, o que é facilmente visualizado pelas contribuições das duas primeiras dimensões. A origem dessas privações ocupacionais residem no fato de que mais de 34% dos domicílios unipessoais, na POF 2017-2018, são compostos por idosos, enquanto outros 41% são compostos por pessoas entre 45 e 64 anos. Ambos os grupos apresentam suas carências, os idosos, por um lado, encontram-se impossibilitados de auferir renda para suprir alguma necessidade emergencial, o subgrupo composto por pessoas entre 45 e 64 anos, por outro, é aquele que possui as maiores privações na dimensão de educação, o que se deve, provavelmente, ao fato dessa geração não ter se beneficiado tanto quanto as outras do *boom* educacional ocorrido no Brasil desde o fim dos anos 90, conforme discutido na subseção 5.4.3. Esses menores níveis educacionais, por sua vez, traduzem-se em uma maior insuficiência empregatícia por conta de trabalhos com menor produtividade. Em sentido contrário, as carências no consumo não são aspectos que definem a pobreza multidimensional nos domicílios unipessoais, contrariamente ao que é observado nos demais arranjos domiciliares.

Sabendo-se que os domicílios nucleares são os mais importantes para definir a pobreza multidimensional no Brasil, um desdobramento possível, com o propósito de expandir o entendimento sobre essa espécie de unidade doméstica, é a decomposição por estrutura familiar, já que essa é uma das unidades de análise da POF. A finalidade é identificar divergências dentro desse arranjo domiciliar em específico, pois ele engloba diferentes composições familiares que podem apresentar as mais variadas carências. Uma família composta por um casal sem filhos, por exemplo, necessita de menos renda para adquirir os mesmos funcionamentos que um casal com quatro filhos.

Assim, buscando entender se as diferentes formas de estrutura familiar nuclear afetam o modo como se dão as privações no domicílio, a Tabela 5.26 expõe os resultados do IPM (M_0), da proporção de pobres (H) e da intensidade da pobreza (A) das POFs 2008-2009 e 2017-2018 decomposto pelo tipo de composição familiar. Os estratos realizados focalizam as diferentes possibilidades existentes de famílias nucleares, já que esse tipo de domicílio representa quase 60% da pobreza multidimensional do país. Adicionalmente, leva-se em consideração a importância dos domicílios unipessoais através da inclusão de um estrato que caracteriza esse tipo de família, já que seu perfil de pobreza multidimensional é marcadamente diferente dos demais. Os arranjos domiciliares estendidos e complexos,

Figura 5.18 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por arranjo domiciliar; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

por sua vez, foram agrupados em um tipo de composição familiar à parte.

Revela-se uma situação de profunda pobreza multidimensional para os carais com 4 filhos ou mais, o que está em consonância com trabalhos que indicam uma elevada presença de domicílios pobres com um elevado número de crianças (FERREIRA; LAN-JOUW; NERI, 2003). Esse subgrupo vivencia uma maior incidência e intensidade da pobreza, tanto em 2008/2009 quanto em 2017/2018, estando em um patamar acima dos demais arranjos familiares. Nesse segundo ano, o estrato com o segundo maior (pior) IPM é o individual, o qual se refere aos domicílios unipessoais. A evolução ao longo do tempo denota uma melhora mais lenta sobre esse subgrupo populacional, o que representa uma piora em termos relativos. A intensidade da pobreza, em contrapartida, é a segunda menor para esse subgrupo nas duas POFs, atrás somente dos casais sem filhos. Esses resultados indicam que os pobres compostos por famílias nucleares sem filhos e individuais experienciam menos privações simultâneas, o que é esperado, tendo em vista a maior facilidade em satisfazer as necessidades de um número menor de pessoas.

Um ponto interessante é que o IPM dos casais sem filhos é pior que o dos casais com 1 a 3 filhos, o que é visto nas duas pesquisas em questão. Esse desempenho relativo pode refletir uma decisão por parte do casal, pois aqueles que não conseguem satisfazer seus múltiplos objetivos e interesses, geralmente, optam pela escolha de não ter um filho. Os arranjos familiares monoparentais, no entanto, apresentam maiores M_0 e proporções

que pobres H que os dois arranjos nucleares citados anteriormente em ambas as POFs, denotando que esse tipo de família se encontra em situação de vulnerabilidade. Os componentes do IPM para as famílias monoparentais masculinas são marginalmente piores que os observados para as famílias monoparentais femininas.

Tabela 5.25 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por composição familiar: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Casal sem filhos(as)	0,230	0,148	0,553	0,364	0,415	0,406
Casal com 1 a 3 filhos(as)	0,228	0,133	0,528	0,322	0,431	0,413
Casal com 4 ou mais filhos(as)	0,425	0,314	0,842	0,692	0,504	0,460
Monoparental feminino	0,249	0,158	0,578	0,384	0,430	0,411
Monoparental masculino	0,261	0,168	0,603	0,405	0,432	0,414
Individual	0,260	0,213	0,624	0,519	0,416	0,410
Família estendida ou não familiar ¹	0,239	0,202	0,569	0,471	0,420	0,428

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

¹ A classificação “família estendida ou não familiar” engloba tanto os domicílios estendidos quanto os complexos, ambos utilizados anteriormente. Estão inseridos nessa categoria todas as composições familiares que não são nucleares ou individuais (unipessoais). Essa estratificação é uma adaptação dos arranjos propostos por Medeiros e Osório (2001).

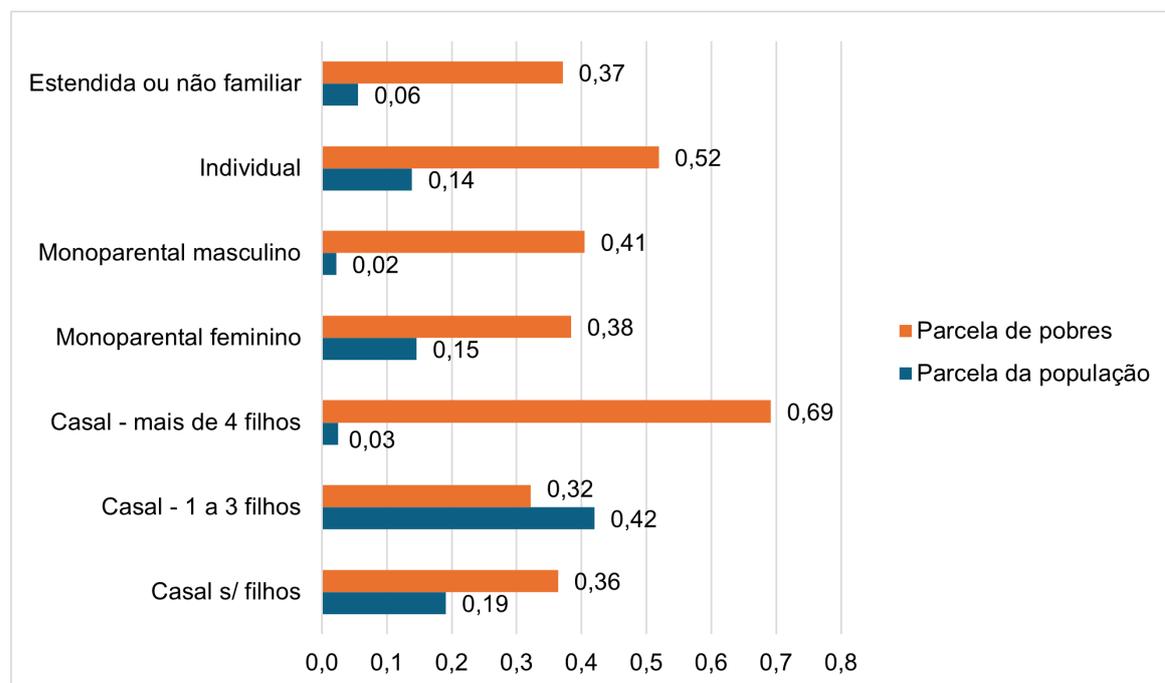
Após a obtenção das informações gerais a respeito da pobreza multidimensional dessas composições familiares, faz-se necessário a observância de suas representações na parcela brasileira, já que alguns tipos de família podem apresentar participações percentuais ínfimas, de modo que a sua contribuição para a pobreza multidimensional do Brasil é irrelevante. Nesse sentido, a Figura 5.19 expressa a parcela da população brasileira representada por cada subgrupo e as suas respectivas proporções de pobres.

Embora a família monoparental masculina apresente um IPM, uma proporção de pobres (H) e uma intensidade da pobreza (A) relativamente elevados, esse arranjo familiar compõe somente 2% das famílias brasileiras. Ou seja, das 58.039 famílias existentes na POF 2017/2018, somente 1.161 são caracterizadas como monoparentais masculinas e, dessas, 476 são multidimensionalmente pobres. Sendo assim, a sua representação no perfil

médio de pobreza multidimensional no Brasil é praticamente insignificante. O arranjo não familiar, o qual engloba os domicílios estendidos e os complexos, constitui somente 3.482 famílias, representando, aproximadamente, 6% do total de famílias brasileiras, o que denota a baixa relevância desse tipo de domicílio e família para a caracterização da pobreza média no país. O mesmo pode ser dito das famílias nucleares com 4 filhos ou mais, pois, embora a proporção de pobres dentro dessa subpopulação dessa seja extremamente elevada em 2017/2018, cerca de 69%, os casais com 4 filhos ou mais representam menos de 3% da população brasileira total, ou seja, somente 1.741 famílias são classificadas dentro desse estrato.

Em contrapartida, a maior parte das famílias no Brasil é composta por casais com 1 a 3 filhos e casais sem filhos, seguidos de famílias monoparentais femininas, com valores de 24.376, 11.027 e 8.706, respectivamente, de tal forma que a soma desses valores é igual a 44.109, o que representa quase 75% do total de famílias no país. São essas as composições familiares mais relevantes para se avaliar os perfis de pobreza no Brasil, somados às famílias individuais (domicílios unipessoais), pois a elevada proporção de pobres nesse estrato faz com que a sua contribuição para a pobreza no Brasil seja expressiva. Dessa forma, a análise restante é feita sobre os estratos cuja contribuição para a pobreza multidimensional no Brasil é relevante.

Figura 5.19 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (*H*) dentro de cada subpopulação; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018

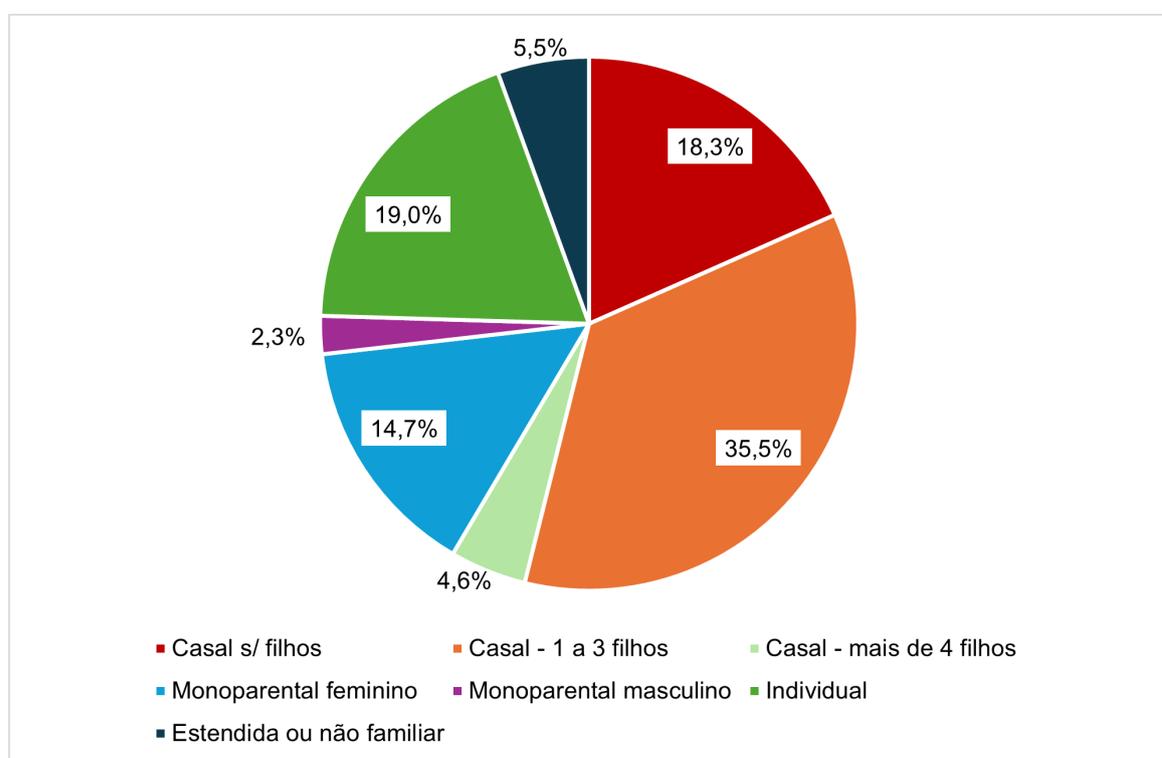


Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

A Figura 5.20 facilita na visualização dos arranjos familiares mais relevantes para expli-

car a multitude de privações vivenciadas pela população. Através dela, é possível afirmar que há quatro grandes perfis de pobreza multidimensional significantes no Brasil, sendo o principal aquele caracterizado por casais com 1 a 3 filhos, o qual contribui com 7.800 famílias pobres, mais de 35% da proporção de pobres em termos multidimensionais no Brasil em 2017/2018. Em seguida, as famílias individuais, de casais sem filhos e monoparentais femininas, com 4.225, 3.970 e 3.308 famílias pobres, contribuições de, aproximadamente, 19%, 18% e 15% para o total de pobres, respectivamente. Somados, esses tipos de família representam 19.303 das 22.055 famílias multidimensionalmente pobres no Brasil, cerca de 87% do todo.

Figura 5.20 – Contribuição (%) de cada subgrupo para a parcela de indivíduos pobres (*H*) na população total; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Dentro desse contexto, a análise dos perfis de pobreza multidimensional por tipo de composição familiar foca nesses quatro estratos. A Tabela 5.26 aponta as diferentes privações vivenciadas por esses subgrupos através da explicitação das contribuições percentuais de cada dimensão para os IPMs desses tipos de família.

Identificam-se contribuições dimensionais bastante divergentes entre os estratos, principalmente para as famílias individuais e os casais sem filhos, subgrupos com maiores especificidades de privações. O primeiro foi discutido e abordado na decomposição por arranjo domiciliar, e sua heterogeneidade de privações se deve ao fato desse tipo de família

(domicílio) ser composto por uma população cada vez mais velha, incluindo boa parte de idosos, os quais apresentam carências diversas dos demais grupos etários. Os casais sem filhos, por sua vez, possuem uma pobreza multidimensional caracterizada por carências expressivas na dimensão de inclusão financeira e de emprego. Novamente, a precariedade ocupacional dos casais sem filhos pode ser um fator determinante na escolha desse subgrupo em ter filho ou não, o que explica essa composição familiar ter uma contribuição da dimensão de emprego em um patamar completamente diferente das demais. Ou seja, a insegurança do trabalho limita as decisões dessas famílias, as quais se sentem receosas de arcar com custos adicionais avindos de um(a) filho(a).

Com relação às famílias monoparentais femininas, destaca-se a elevada contribuição da dimensão de emprego, o que vai em sentido semelhante ao pior desempenho constatado para as mulheres nessa dimensão, em relação aos homens. Repete-se o padrão de desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres, o qual foi discutido aprofundado na subseção 5.4.1. Ressalta-se a situação de vulnerabilidade das mães solteiras, as quais são as únicas provedoras de uma quantidade expressiva de famílias e enfrentam disparidades laborais significantes, condicionando a família como um todo à uma situação de precariedade monetária e, por consequência, de redução das liberdades substantivas desfrutadas.

Tabela 5.26 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM cada subgrupo populacional; decomposição por composição familiar; POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018			
	Casal sem filhos	Casal com 1 a 3 filhos	Monoparental feminino	Individual
Condições habitacionais	0,086	0,121	0,095	0,062
Serviços básicos	0,109	0,110	0,107	0,084
Inclusão financeira	0,244	0,209	0,216	0,300
Ativos	0,119	0,118	0,149	0,164
Educação	0,102	0,102	0,094	0,066
Emprego	0,167	0,110	0,149	0,196
Consumo	0,173	0,230	0,220	0,128

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

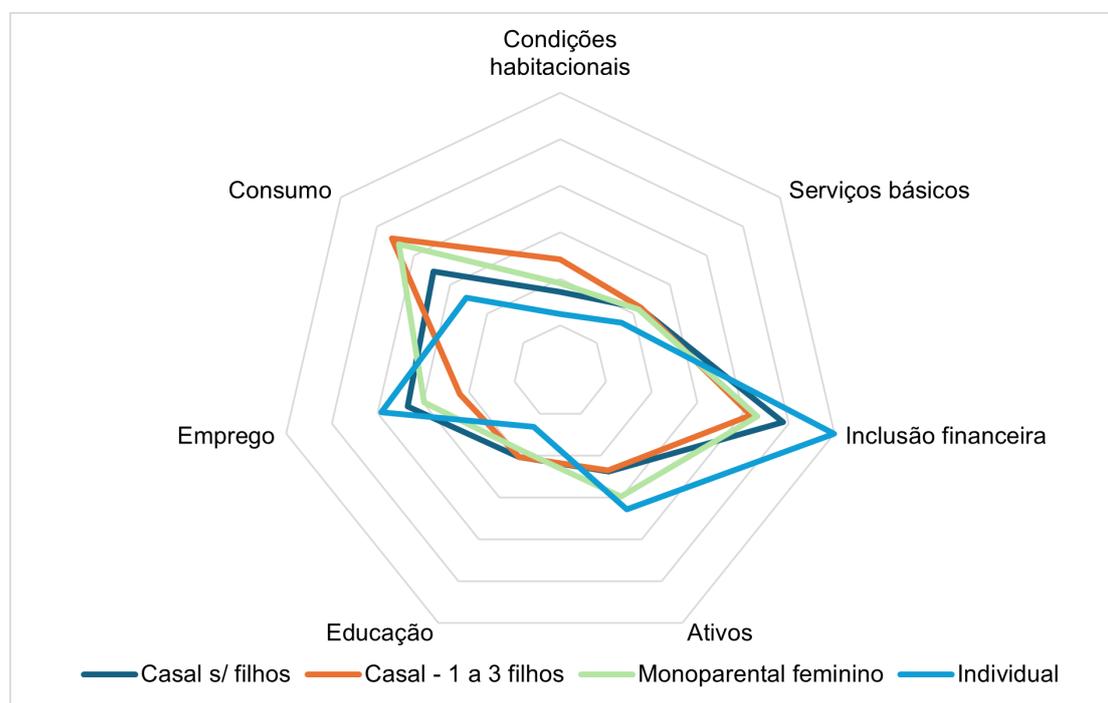
Elaboração própria.

De modo a complementar a identificação dos diferentes perfis de pobreza para os tipos de composições familiares em questão, a Figura 5.21 expressa visualmente os dados contidos na Tabela 5.26. Através dela, é possível observar graficamente a heterogeneidade

de privações constatadas, de tal modo que se pode concluir que, a depender da estrutura familiar, as necessidades vivenciadas variam drasticamente. Famílias individuais possuem elevadas contribuições da dimensão de inclusão financeira, emprego e ativos, o que reflete a população idosa e que vem envelhecendo (adultos entre 45 e 64 anos), os quais possuem necessidades diferentes dos demais estratos etários.

Casais com 1 a 3 filhos e famílias monoparentais femininas apresentam algumas semelhanças no perfil de pobreza multidimensional, o que denota que a presença de crianças no domicílio molda as carências enfrentadas pelos membros da família. Mais especificamente, as famílias chefiadas por mães solteiras possuem maiores insuficiências nas dimensões de emprego, consumo e posse de ativos, o que é reflexo da insuficiência monetária obtida pelas mulheres em decorrência de disparidades de gênero no mercado de trabalho. Casais sem filhos, em contrapartida, possuem um perfil de pobreza particularmente diferente dos demais estratos, o que, novamente, reflete o fato de que a presença de crianças altera as privações experienciadas. Destaca-se a contribuição consideravelmente elevada na dimensão de emprego para esse subgrupo populacional.

Figura 5.21 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil decomposto por composição familiar; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Ao se levar em consideração a estrutura familiar no exame da qualidade de vida das pessoas, é necessário ter em mente que as rendas auferidas por uma pessoa são compartilhadas para além dele, incorporando os seus outros membros familiares, independentemente deles terem uma fonte de renda ou não. Sendo assim, a família é a unidade básica no que

tanto ao uso da renda, pois o bem-estar dos seus membros vai ser determinado pelo modo como a renda familiar é utilizada para satisfazer os interesses e necessidades de cada um deles (SEN, 2000a).

Nesse sentido, a Tabela 5.27 apresenta os resultados do IPM, M_0 , da proporção de pobres H e da intensidade da pobreza A , para as POFs 2008/2009 e 2017/2018, decomposto pela estrutura familiar de geração de renda laboral. A ideia é examinar se as distribuições na família, apontadas por Sen (2000a) como uma das fontes de heterogeneidades de conversão de renda em capacidades, são relevantes para caracterizar a pobreza multidimensional no Brasil.

Os resultados reforçam o argumento de Sen (2000a) de que a distribuição de renda na família é importante para a promoção das liberdades reais dos seus membros. Quanto maior o número de provedores em uma família, isto é, quanto maior o número de pessoas que contribuem com a renda familiar, menor tende a ser a pobreza multidimensional, a proporção de pobres e a intensidade de privações vivenciadas pela população identificada como pobre.

A diferença na distribuição de recursos não apresenta efeitos significantes sobre o nível de pobreza multidimensional. O M_0 de famílias com dois provedores em situação de igualdade salarial é muito próximo ao de famílias com dois provedores em situação de desigualdade salarial, sendo que o H de ambos é idêntico. No entanto, em 2017/2018, o número de privações vivenciadas simultaneamente pela população pobre nesse segundo subgrupo é menor, indicando que, nesse ano, uma melhor distribuição na renda familiar tem um efeito positivo sobre a intensidade da pobreza. O pior desempenho, por uma ampla margem, se concentra nas famílias que não possuem nenhuma renda laboral, tanto em 2008/2008 quanto em 2017/2018. Os dois componentes do seu IPM são os piores em ambos os períodos.

Com o objetivo de extrair o perfil médio de pobreza multidimensional, a Figura 5.22 expressa a contribuição de cada subgrupo para a parcela da população brasileira e a proporção de pobres em cada estrato estrutural de geração de renda laboral, com base nos dados da POF 2017/2018.

Pode-se perceber que a estrutura familiar de geração de renda laboral que predomina na sociedade brasileira é a de um único provedor, representando cerca de 44% da população brasileira, o equivalente a 25.537 do total de 58.039 famílias, participação muito acima das demais. Sua proporção de pobres consideravelmente alta, pouco mais de 39%, implica no fato de que esse subgrupo possui, aproximadamente, 9.959 famílias identificadas como multidimensionalmente pobres, de tal forma que a sua contribuição para a proporção de pobres no país seja de pouco mais de 44%. Em seguida, 6.791 famílias sem renda laboral são classificadas como pobres, o que se deve a sua elevada representação na população

Tabela 5.27 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por estrutura familiar de geração de renda laboral: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Provedor único	0,255	0,160	0,587	0,391	0,416	0,409
Provedor majoritário ¹	0,256	0,122	0,575	0,302	0,432	0,403
Dois provedores (igualdade salarial) ²	0,170	0,092	0,422	0,234	0,437	0,393
Dois provedores (desigualdade salarial) ³	0,165	0,094	0,407	0,234	0,405	0,401
Múltiplos provedores	0,199	0,091	0,472	0,226	0,421	0,402
Sem renda laboral	0,364	0,278	0,823	0,648	0,442	0,429

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

¹ Uma família possui um provedor majoritário quando ele contribui com 75% ou mais da renda do trabalho domiciliar.

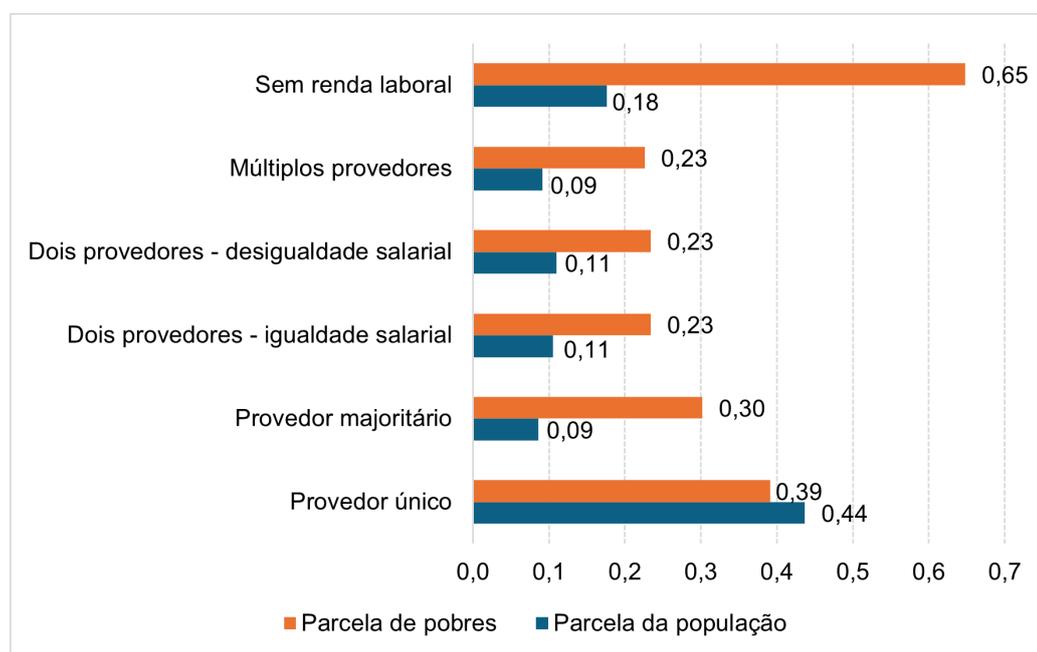
² A situação de “igualdade salarial” em uma família se dá quando a contribuição máxima de um dos dois provedores é de 60% da renda do trabalho domiciliar.

³ Quando uma família possui dois provedores e um deles contribui com mais de 60% e menos de 75% da renda laboral domiciliar, tem-se a classificação de “desigualdade” salarial.

total do Brasil, cerca de 18%, somado à sua proporção de pobres extremamente elevada, de quase 65%. Consequentemente, esse subgrupo é o segundo grupo mais relevante para a determinação do perfil médio de pobreza multidimensional por estrutura familiar de geração de renda laboral, contribuindo com quase 19% da proporção de pobres no país.

Esses resultados sugerem baixas inserções no mercado de trabalho, já que os arranjos familiares que predominam no país são os que possuem um único provedor ou os que não usufruem de renda laboral alguma. Sabendo-se que um número maiores de provedores tem efeitos positivos sobre o padrão de vida avaliado pelo IPM proposto, o fato de que a população brasileira apresenta uma baixa diversificação de estruturas familiares de geração de renda laboral representa um problema. Políticas precisam ser pensadas no sentido de promover incentivos para uma maior participação no mercado de trabalho para todos os membros de uma família em idade ativa, especialmente as mulheres, as quais se encontram sujeitas à distribuições desiguais de tarefas domésticas, fazendo com que elas estejam sujeitas à maiores propensões ao desemprego e à inatividade (ANTIGO; MACHADO, 2006; BORGES, 2022). A promoção de uma maior equidade de oportunidades no mercado de trabalho, no que tange ao gênero, além de reduzirem disparidades sociais geram impactos positivos sobre a pobreza multidimensional familiar, pois a inserção da mulher na estrutura de geração de renda laboral da família diminui as chances da mesma sofrer privações múltiplas.

Figura 5.22 – Parcela da população e parcela de indivíduos pobres (H) dentro de cada subpopulação; decomposição por estrutura familiar de geração de renda laboral; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Com o objetivo de identificar diferenças nas privações vivenciadas por esses subgrupos, a Tabela 5.28 apresenta a contribuição percentual de cada dimensão para o IPM decomposto por estrutura familiar de geração de renda laboral, com base na POF 2017/2018.

Observa-se uma heterogeneidade de privações marcantes nas famílias sem rendas laborais, com contribuições expressivas na dimensão de emprego. Os domicílios com múltiplos provedores, por sua vez, é caracterizado por maiores privações nas dimensões de condições habitacionais, educação e consumo. A primeira é um reflexo de uma maior densidade por número de dormitórios nesses domicílios, fato que também explica a elevada contribuição na dimensão de consumo, tendo em vista a maior dificuldade de satisfazer as necessidades alimentares de diferentes adultos. No que tange à educação, sua elevada contribuição representa uma característica de famílias mais pobres com menores níveis educacionais, as quais possuem diferentes membros contribuindo com rendas laborais, cada um ajudando com uma pequena parcela. Consequentemente, pode-se inferir que, individualmente, os membros dessas famílias possuem maiores privações educacionais, condicionando-os à ocupações ocupações com produtividades mais baixas, mas a sua participação na geração de renda familiar contribui no sentido de atenuar as insuficiências observadas na família como um todo.

Os perfis de pobreza multidimensional de famílias em situação de igualdade e desigualdade salarial são muito semelhantes. Conclui-se, então, que a distribuição de renda intra-

domiciliar não se apresenta como ponto central de diferenciação das privações vivenciadas pelas famílias, de modo que o que realmente importa para a pobreza multidimensional é a inserção de mais de uma pessoa na família no mercado de trabalho.

As famílias constituídas por um único provedor, as quais representam boa parte da população brasileira, possuem elevadas contribuições das dimensões de posse de ativos e emprego. A primeira é consequência de haver uma única fonte de renda laboral no domicílio, o que limita a aquisição de bens materiais essenciais à promoção das capacidades das famílias. As privações expressivas na dimensão de emprego são justificadas pelo mesmo motivo, pois a dependência de um único provedor implica em outros membros no domicílio não exercendo os seus funcionamentos que tratam de oportunidades de emprego. Sabendo-se que o trabalho é um meio de emancipação social, a condição de desemprego por parte de diferentes membros da família implica em uma redução substantiva das suas capacidades.

Tabela 5.28 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por estrutura familiar de geração de renda laboral POF 2017-2018

Dimensão	2017/2018					
	Provedor único	Provedor majoritário	Dois provedores (igualdade)	Dois provedores (desigualdade)	Múltiplos provedores	Sem renda laboral
Condições habitacionais	0,106	0,119	0,111	0,115	0,129	0,074
Serviços básicos	0,108	0,108	0,095	0,104	0,101	0,084
Inclusão financeira	0,240	0,245	0,246	0,246	0,215	0,208
Ativos	0,140	0,122	0,129	0,124	0,110	0,133
Educação	0,097	0,102	0,104	0,100	0,130	0,082
Emprego	0,101	0,092	0,093	0,098	0,092	0,250
Consumo	0,208	0,212	0,222	0,213	0,222	0,168

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Com o objetivo de aprofundar o entendimento da relevância da renda laboral para a determinação da pobreza multidimensional, a Tabela 5.29 apresenta os resultados do IPM M_0 , da proporção de pobres H e da intensidade da pobreza A , com base nas POFs 2008/2009 e 2017/2018, decomposto pela razão de dependência na família. Entende-se por razão de dependência, segundo a Organização Internacional do Trabalho, a divisão do número de membros da família fora da idade ativa pelo número de membros em idade

ativa⁷. A ideia é calcular quantas pessoas na família dependem de cada provedor existente na mesma.

Os resultados reforçam a relevância da inserção no mercado de trabalho para a superação da pobreza multidimensional. À medida que aumenta a razão de dependência na família, aumenta consideravelmente o IPM (M_0), a proporção de pobres (H) e a intensidade da pobreza (A), tanto em 2008-2009 quanto em 2017-2018. Ressalta-se a importância da inserção dos adultos no mercado de trabalho, tendo em vista que uma maior capacidade de geração de renda laboral se traduz em menores propensões à incidência e à intensidade da pobreza em termos multidimensionais. Repensar essas estruturas familiares de geração de renda laboral, necessariamente, implica na mudança de pensamento relacionado às tarefas domésticas, pois a maior parte dos pobres no Brasil é composta por casais com 1 a 3 filhos e por casais sem filhos, os quais são, em grande maioria, sustentados por um único provedor. Alterar a distribuição de tarefas em casa é um primeiro passo na promoção de uma estrutura na geração de renda laboral na família, a qual, por sua vez, trará efeitos positivos sobre as necessidades experienciadas pelas pessoas.

Tabela 5.29 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por Razão de Dependência (d) na família: M_0 , H e A ; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
$0 \leq d \leq 0,5$	0,205	0,131	0,492	0,323	0,416	0,405
$0,5 < d \leq 1$	0,267	0,172	0,610	0,414	0,437	0,415
$1 < d \leq 2$	0,361	0,250	0,761	0,563	0,474	0,444
$d > 2$	0,435	0,334	0,865	0,697	0,502	0,479
Outro	0,323	0,230	0,775	0,559	0,416	0,411

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Nota: define-se Razão de Dependência como, $d = \frac{\text{População fora da idade ativa}}{\text{População em idade ativa}}$ dentro da família. Fonte: OIT.

5.6 Discussão dos resultados

Buscando utilizar o potencial informacional proporcionado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), este capítulo apresentou os resultados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) proposto na dissertação com base nos microdados dessa pesquisa para os anos de 2008/2009 e 2017/2018, o qual é composto por 7 dimensões e 24 indicadores.

⁷ Devido a sua fórmula de cálculo, a razão de dependência pode dar uma indeterminação nos casos em que não há nenhuma pessoa em idade ativa no domicílio. Dessa forma, o subgrupo “Outro” na Tabela 5.29 engloba essas indeterminações, as quais se referem aos domicílios compostos unicamente por idosos.

O número elevado de variáveis selecionadas para caracterizar a qualidade de vida da população brasileira tem como objetivo observar a pobreza sob uma ótica intrinsecamente pluralista, levando-se em conta que a ampla diversidade humana é fator determinante para explicar as diferenças nas liberdades substantivas observadas pelos indivíduos.

As decomposições realizadas, tanto para os componentes do IPM quanto para os subgrupos considerados, demonstram a importância de se realizar uma extensiva estratificação dos resultados quando o objetivo é identificar os diferentes perfis de pobreza multidimensional existentes no Brasil. Pode-se afirmar que heterogeneidades pessoais, variações no clima social, diversidades ambientais e distribuições na família são aspectos fundamentais para explicar as restrições nas liberdades reais das pessoas, pois existem associações entre essas características e as prevaletências de múltiplas privações. Ainda, as decomposições pelas contribuições dimensionais expressam que diferentes carências se inter-relacionam, de tal modo que atuam conjuntamente para aprofundar o grau de pobreza multidimensional experienciada pelas pessoas, o que remete à importância de políticas públicas integradas que atuem sobre diversos temas referentes aos direitos fundamentais.

A análise descritiva dos resultados para o Brasil como um todo revela a melhora na pobreza multidimensional ao longo do tempo, com quedas expressivas sendo observadas no IPM (M_0), na proporção de pobres (H) e na intensidade da pobreza (A). Ocorreu uma mudança na importância dimensional para explicar a pobreza no Brasil, pois a inclusão financeira, dimensão com a maior contribuição em 2008/2009, reduziu sua participação relativa no IPM brasileiro até 2017/2018, o que se deve ao processo natural de digitalização dos serviços na sociedade capitalista contemporânea, inclusive com políticas estatais brasileiras a nível federal de promoção do governo digital⁸. Neri (2014a), por exemplo, argumenta que o Programa Bolsa Família consiste em uma porta de entrada dos segmentos mais pobres da população brasileira para diferentes instrumentos do mercado financeiro.

A redução na importância relativa da dimensão de inclusão financeira foi substituída por um aumento das contribuições de emprego e consumo. Com base na mesma pesquisa amostral, Rodrigues (2014) observa um aumento na contribuição percentual da dimensão de consumo para o IPM brasileiro entre a POF 2002/2003 e a POF 2008/2009, movimento esse que não só continuou, mas se intensificou até a POF 2017/2018, com base nesta dissertação. Denota-se, assim, a crescente situação de insuficiência no consumo existente no Brasil desde o início dos anos 2000, ao se analisar a pobreza sob uma ótica multidimensional. Especialmente alarmante é a proporção de famílias cujo consumo alimentar é inferior ao corte de pobreza utilizado para esse indicador, expressando o panorama de

⁸ O Governo Digital deve ser entendido como uma política de Estado e não de Governo. A Lei 14.129/2021 contém uma série de disposições e instrumentos que têm como objetivo fomentar a digitalização dos serviços governamentais, buscando desburocratizar a administração pública e fomentar a participação do cidadão brasileiro.

insegurança alimentar vigente no país, o qual piorou substancialmente com a pandemia do COVID-19⁹.

O aumento relativo da dimensão de emprego está em consonância com estudos empíricos que avaliam as condições do mercado de trabalho durante as recessões econômicas em 2015 e 2016. Em acordo com o que foi discutido na subseção 5.1, a crise política instaurada no país desde o fim de 2014 culminou no aprofundamento de uma crise econômica a partir de 2015, a qual representou um choque negativo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Borges (2022) demonstra que, a partir de 2016, a probabilidade de encontrar emprego em todas as ocupações cai para homens e mulheres em relação ao ano-base de 2012, assim permanecendo até 2021, fornecendo evidências de uma estagnação no mercado de trabalho devido à recessão econômica instaurada no país. Adicionalmente, o aumento da extrema da pobreza e da desigualdade entre 2014 e 2019, de acordo com Ciaschi et al. (2020), se devem quase que integralmente às reduções no emprego e na renda.

Apesar da pobreza multidimensional no Brasil ser majoritariamente urbana, representando cerca de 60% dos pobres, o rural brasileiro vivencia uma maior incidência e intensidade da pobreza, de modo que dois a cada três domicílios rurais são considerados pobres em termos multidimensionais. Ainda, os perfis de pobreza entre essas duas regiões é notadamente diferente, com as áreas rurais apresentando porcentagens de domicílios sem esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, com elevadas densidades de moradores por número de banheiros e dormitórios e uma elevada insegurança, sendo essa caracterizada por insuficiências nutricionais e uso de combustíveis inadequados para o cozimento de alimentos. Ainda, os pobres rurais possuem menores níveis educacionais que os pobres urbanos, com elevadas privações no grau de escolaridade dos adultos de domicílios rurais, inclusive com uma elevada taxa de analfabetismo funcional.

Esses resultados reiteram estudos empíricos que ressaltam a concentração desproporcional da pobreza sobre as regiões rurais do país (FERREIRA; LANJOUW; NERI, 2003; BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; FAHEL; TELES, 2018; SERRA; YALONETZKY; MAIA, 2021; SERRA; MAIA; YALONETZKY, 2023; MARCELINO; CUNHA, 2024). As peculiaridades de privações vivenciadas pelas regiões rurais são constatadas pela própria literatura acadêmica, sendo elas definidas por uma inacessibilidade de serviços governamentais essenciais para promover a expansão das liberdades reais das pessoas, como saneamento básico, coleta de lixo e acesso a educação (ROCHA, 2006; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013a; NEDER; BUAINAIN; SILVA, 2013).

O combate à pobreza no Brasil deve, então, levar em conta as especificidades dos

⁹ A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apresenta dados que expressam a gravidade da insegurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia: <<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>>

perfis de pobreza urbanos e rurais. A maior cobertura de serviços básicos essenciais, por parte do governo, deve ser direcionada ao meio rural, o qual é marcadamente privado nessa dimensão do desenvolvimento humano. Esses serviços devem incluir um aumento na oferta de serviços educacionais nas áreas rurais, pois os baixos níveis de escolaridade condicionam sua população a ocupações que proporcionam rendimentos insuficientes para satisfazer suas necessidades nutricionais, o que pode ser observado através da elevada porcentagem de domicílios rurais privados no indicador de consumo alimentar. O combate à pobreza urbana, em contrapartida, deve levar em consideração a garantia de qualidades ocupacionais, já que o emprego, como diz Rocha (2006), é um fator determinante para a determinação das condições de vida dessa população. As insuficiências verificadas no urbano brasileiro no que tange ao consumo e à posse de ativos tem como origem as privações ocupacionais dessa população, que se traduzem em uma menor disponibilidade monetária para suprir as carências nessas duas dimensões.

A simples dicotomia urbano-rural, no entanto, é insuficiente para caracterizar a ocupação espacial contemporânea, a qual é caracterizada por um processo de urbanização extensiva que se estende para além das cidades, incorporando o campo dentro da lógica produtiva da cidade-indústria (MONTE-MÓR, 2006). Nesse sentido, o rural deve ser visto como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial e da organização da atividade econômica, pois as cidades, atualmente, não são caracterizadas puramente por atividades industriais, e nem o campo é definido unicamente por atividades agrícolas (GRAZIANO, 1997). O próprio IBGE (IBGE, 2023) reconhece a limitação analítica da dicotomia urbano-rural, pois a nova ruralidade é caracterizada pela incorporação de um maior dinamismo econômico decorrente de sua refuncionalização com o urbano, o que pode ser constatado pelo aumento de ocupações não-agrícolas nessas regiões. É necessário, então, considerar a presença de atividades agrícolas no meio urbano e a expansão das pluriatividades no meio rural, já que os variados níveis de ruralidade no país podem interagir com as dimensões do desenvolvimento humano de maneira diversa.

Os chefes de família empregados no setor primário, tanto no urbano quanto no rural, apresentam importâncias relativas maiores na dimensão de educação para explicar os seus IPMs. O desempenho consideravelmente melhor desses subgrupos populacionais na dimensão de emprego revela que as carências dessas pessoas não se concentram nas condições ocupacionais em si, mas sim no modo como o baixo nível educacional é convertido em ocupações com menores rendimentos, as quais, por sua vez, traduzem-se em maiores privações no consumo. A elevada porcentagem de famílias urbanas e rurais chefiadas por pessoas ocupadas no setor agrícola que são privados no indicador de consumo alimentar expressa que o rural no país tem uma pobreza caracterizada por inseguranças alimentares. Esse resultado soa contraitutivo em um primeiro momento, pois, como afirmam Buainain, Dedecca e Neder (2013b), a pobreza rural é caracterizada por uma produção

minifundiária com acentuado componente de subsistência.

No entanto, em outro estudo (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013a), os mesmos autores ressaltam a elevada proporção de famílias extremamente pobres no meio rural que não tem acesso a terra ou, quando tem, é insuficiente, denotando que o fator terra é determinante para explicar a pobreza nessas regiões. Os resultados do IPM proposto, ao explicitarem elevadas contribuições por parte da dimensão de consumo para as famílias cujos(as) chefes estão empregados no setor agrícola, reforçam essa visão. Grande parte da população agrícola classificada como multidimensionalmente pobre na POF 2017/2018, tanto a urbana quanto a rural, não satisfazem suas necessidades nutricionais, o que se deve ao fato de que essas pessoas não dispõem de um lote de terra que seja suficiente, pelo menos em parte, para garantir a subsistência básica da família. Ressalta-se, em consequência, a importância de se alterar a estrutura de posse e do uso da terra no Brasil, pois a ocupação agrícola brasileira, qualificada pela presença de uma elevada e desigual concentração fundiária, promoveu o aumento da produção agrícola sem o acompanhamento do desenvolvimento rural. A reforma agrária apresenta-se como uma possibilidade de solução da pobreza agrária, já que, muito possivelmente, melhoraria as condições do trabalhador rural através da possibilidade de apropriação, por sua parte, dos frutos do seu trabalho (GRAZIANO, 1980), o que contornaria parte da insegurança alimentar verificada.

Essa caracterização da ruralidade no país é reforçada pelas divergências observadas entre as famílias urbanas chefiadas por pessoas ocupadas no setor agrícola e aqueles cujos chefes estão empregados em outros setores. O pior desempenho relativo do primeiro subgrupo, com privações que estão mais associadas às famílias rurais, reiteram a importância de se examinar o rural e o urbano para além de sua dicotomia exclusiva. O urbano não tem início onde termina o rural, eles se inter-relacionam e se sobrepõem, dando origem a elementos ocupacionais que se diferenciam ao longo de um *continuum* entre ambos (IBGE, 2023).

No que tange à espacialização da pobreza multidimensional brasileira, os resultados estão em consonância com a extensa literatura acadêmica sobre o tema. O Norte e o Nordeste do país contribuem de maneira desproporcional com a pobreza brasileira, com a segunda macrorregião representando cerca de 42% da proporção de pobres no Brasil, com base na POF 2017/2018. Em consonância com estudos empíricos desenvolvido por Rocha (2006), Serra (2017) e Ottonelli e Mariano (2014), a pobreza no Nordeste é caracterizada por maiores privações, em termos relativos, nos indicadores referentes ao nível educacional dos(as) chefes de domicílio. Essa é a região que possui a maior porcentagem de domicílios com insuficiências no grau de escolaridade de seus adultos, sendo observada, inclusive, uma elevada taxa de analfabetismo funcional, a qual destoa do patamar verificado nas demais regiões do país¹⁰.

¹⁰ As porcentagens de domicílios privados em cada um dos 24 indicadores decomposto por macrorregiões

O perfil de pobreza da região Norte é o mais heterogêneo dentre todas macrorregiões, o que é reflexo das peculiaridades de condições ambientais vivenciadas por essa população. A sua característica de ocupação geográfica e reprodução no espaço social é muito diferente do restante do país, o que pode ser constatado pelas maiores contribuições nas dimensões de condições habitacionais e acesso a serviços básicos. Notadamente expressiva é a falta de adequação de esgotamento sanitário na região, o qual aflige cerca de 81% dos domicílios nortistas.

É importante destacar o desempenho melhor, em termos relativos, dessas duas macrorregiões na dimensão de inclusão financeira. A menor contribuição desse aspecto do desenvolvimento humano para explicar a pobreza multidimensional no Norte e no Nordeste do país se deve à maior parcela de beneficiários de programas governamentais nessas regiões, pois a inclusão financeira nesta dissertação é avaliada como o acesso ao crédito ou posse de conta corrente. Neri (2014a), por um lado, demonstra que o indivíduo ser beneficiário do PBF aumenta as chances de acesso a serviços financeiros em 23%. Firmino, Tupy e Hermeto (2023), por outro, evidenciam que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é capaz de promover um aumento no acesso a serviços financeiros.

As disparidades regionais no Brasil têm origem na sua época colonial, mas a intensificação dessas desigualdades se deu a partir do processo de urbanização fomentado pelas cidades industriais ao longo da década de 70. O polo industrial nascente nas grandes metrópoles da região Sudeste centralizaram a atenção das políticas governamentais, relegando regiões que já apresentavam um menor dinamismo econômico, como o Norte e o Nordeste do país. A necessidade se de conter a acentuada desigualdade regional é reconhecida pelo Estado brasileiro, sendo, inclusive, normatizada na Constituição Federal de 1988, a qual prevê a utilização dos orçamentos fiscal e de investimento das estatais para a redução das disparidades regionais¹¹. Apesar desse ser um fato relevante, já que o orçamento público é o mecanismo de consecução das políticas públicas no Brasil, observa-se uma persistência da pobreza geográfica no país, pois esta dissertação demonstra que as regiões Norte e Nordeste aumentaram suas respectivas contribuições para a proporção de pobres entre 2008/2009 e 2017/2018. Depreende-se que é necessário que haja um maior alinhamento entre os Planos Setoriais Nacionais e os orçamentos públicos brasileiros, pois qualquer política pública implementada a nível federal deve, necessariamente, levar em conta a espacialidade da pobreza no país.

Com relação às heterogeneidades pessoais dos(as) chefes de família, características referentes à raça, ou cor, e sexo recebem uma atenção especial por parte dos trabalhos focalizados nos aspectos do desenvolvimento humano. Isso porque, dentro do contexto brasileiro, estudos em temáticas diversas indicam a presença de acentuadas disparidades

no Brasil se encontra no apêndice.

¹¹ Art. 165, § 7, CF/88.

no país a depender de questões de gênero e raciais. Com relação ao primeiro, os resultados do IPM proposto sugerem que o sexo do(a) chefe da família não é uma variável importante para influenciar as chances de ser classificado como pobre em termos multidimensionais. Apesar de contraintuitivo, existem estudos no meio acadêmico que concluem em sentido semelhante (FERREIRA; LITCHFIELD, 2001; FERREIRA; LANJOUW; NERI, 2003; MARCELINO; CUNHA, 2024). O segundo, em contrapartida, demonstra-se substancialmente relevante para a determinação da pobreza. Tendo em vista o IPM, a incidência e a intensidade de pobreza sobre a população não branca no país, não é um exagero afirmar que a pobreza no Brasil tem cor. As questões atreladas à raça tem componentes estruturais, tanto os resultados da POF 2008/2009 quanto os trabalhos empíricos sobre a pobreza e desigualdade no país atestam nesse sentido.

O cruzamento das informações de raça e sexo revelam associações que a estratificação unicamente por gênero não captou. Se antes não havia muita distinção entre o IPM de homens e mulheres em ambos os períodos de tempos analisados, agora pode-se identificar a maior incidência de privações específicas sobre mulheres. Em um sentido positivo, a pobreza feminina no Brasil é caracterizada por maiores adequações habitacionais e no acesso a serviços básicos, o que pode ser um sinal do maior peso de atividades domésticas atreladas às mulheres. Reforçando esse argumento, destaca-se a menor parcela de famílias chefiadas por mulheres que se encontram privados no indicador de combustível para cozimento. Em sentido contrário, a maior contribuição da dimensão de posse de ativos para a pobreza multidimensional feminina é explicada, exclusivamente, pela maior porcentagem, em relação aos homens, de famílias privadas no indicador de bens de locomoção. Essa diferença expressa que as mulheres podem ser consideravelmente beneficiadas pela melhora no transporte público coletivo.

Apesar do subgrupo feminino apresentar menores contribuições da dimensão de educação para o seu IPM, o que denota maiores privações para os homens, a contribuição da dimensão de emprego é marcadamente superior para as mulheres em ambos os períodos estudados. Ou seja, mesmo em posse de melhores condições educacionais, as mulheres apresentam maiores privações ocupacionais, o que indica a presença de desigualdades no mercado de trabalho no que tange ao gênero. A maior importância da dimensão de emprego para a pobreza multidimensional feminina pode ser explicada, quase que em sua totalidade, pelas diferenças de privações entre homens e mulheres no indicador de ocupação, o que denota as maiores carências vivenciadas pelas mulheres nas suas condições ocupacionais.

Barros, Fox e Mendonça (1997) argumentam que a explicação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho não se deve ao seu número de filhos ou às suas condições habitacionais, mas sim porque elas sofrem discriminações salariais. Os autores defendem que deve ser incentivada uma mudança na estrutura de emprego de homens e mulheres,

em direção ao fim da segregação ocupacional. Expandindo o entendimento, Marques e Hermeto (2024) analisam a diferença de rendimentos entre homens e mulheres, concluindo que há uma persistência dos padrões de desigualdade de jornada no mercado de trabalho brasileiro no que se refere ao gênero, com mulheres exercendo jornadas inferiores aos homens nos postos de trabalho. Os resultados do IPM proposto nesta dissertação permitem concluir que as diferenças de jornada de trabalho entre homens e mulheres se concentra sobre a população não branca, já que os homens e mulheres brancos possuem porcentagens praticamente iguais de famílias privadas nesse indicador. Antigo e Machado (2006) explicitam que as mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além possuírem uma maior probabilidade de serem inativas, permanecem um maior tempo nessa condição, o que se deve à distribuição de tarefas domiciliares nas famílias. Borges (2022), para o Brasil e com base nos microdados da PNAD Contínua, apresenta evidências de que há uma maior probabilidade de mantimento da condição de desemprego para mulheres.

Outras dimensões do desenvolvimento humano são mais importantes para caracterizar o perfil de pobreza multidimensional com base na raça. A população não branca, por exemplo, apresenta piores condições habitacionais que os brancos nas duas POFs examinadas, sobretudo no que tange à densidade de moradores por número de dormitórios e banheiros. Esse fato elucidada que a pobreza multidimensional não branca é caracterizada por grandes famílias e arranjos domiciliares em condição de superlotação. Comportamento semelhante é observado nas dimensões de educação e consumo, o que aponta para maiores carências educacionais para a população não branca, as quais se traduzem em ocupações de menor produtividade e salários menores, sendo essas remunerações mais baixas insuficientes para garantir a adequação do consumo dessa população, sobretudo o alimentar. Quando se leva em conta que a pobreza do Nordeste é caracterizada por maiores privações domiciliares e educacionais (ROCHA, 2006; OTTONELLI; MARIANO, 2014), e que essa macrorregião contribui de maneira desproporcional para a proporção de pobres, especialmente com não brancos, fica fácil perceber o porquê de haver uma semelhança entre esses perfis. É imperativo ressaltar, então, que políticas habitacionais e educacionais direcionadas para a regiões Norte e Nordeste do país, sobretudo a segunda, e especialmente suas regiões rurais, são um excelente meio para se consiga reduzir as disparidades não só regionais, mas também raciais no país.

Ainda no que tange à educação, os resultados observados para a decomposição pelo grau de escolaridade do(a) chefe do domicílio simbolizam numericamente os elevados retornos educacionais existentes no Brasil. Na medida em que se atingem maiores níveis de escolaridade, a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional caem drasticamente. Tendo em mente que as insuficiências educacionais são mais prevalecentes no Nordeste do país, a expansão da educação pública para essas regiões se mostra necessária. Entre 2008/2009 e 2017/2018, os resultados para o IPM geral do Brasil revelam

uma queda nas privações educacionais do país, o que pode ser explicado, em parte, pelo impacto positivo gerado pela condicionante educacional do PBF, o qual proporciona o acúmulo de capital humano por parte das populações mais pobres do país (GLEWWE; KASSOUF, 2012). Impactos positivos de condicionais educacionais sobre o nível de escolaridade dos mais pobres também são observados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (RAWLINGS; RUBIO, 2012) e para o extinto Bolsa Escola (BOURGUIGNON; FERREIRA; LEITE, 2003).

A decomposição por setor de ocupação do(a) chefe da família reiteram a maior associação de múltiplas carências às pessoas empregadas no setor agrícola, os quais contribuem com cerca de 33% da proporção de pobres no Brasil em 2017/2018, embora representem somente 17% de famílias no Brasil nesse ano. Atentando para o fato de que as pessoas trabalhando no setor primário apresentam menores graus de escolaridade, políticas que promovam a capacitação dessas pessoas fazem-se necessárias para que se possa promover o aumento da produtividade desse setor. Ainda, como discutido anteriormente, é necessário repensar a estrutura de ocupação e da posse de terra no Brasil, pois muitas das privações inerentes a esses chefes de família estão associadas a indisponibilidade da mesma.

Embora os domicílios unipessoais representem somente 14% da população brasileira, tomando como base a POF 2017/2018, esse arranjo domiciliar contribui com 19% da proporção de pobres no Brasil. Adicionalmente, os dados do Censo Demográfico de 2022 expressam um aumento na parcela dessa espécie de unidade doméstica na população brasileira, sendo o tipo de domicílio que mais cresceu desde o Censo de 2010. Os resultados desta dissertação revelam que o perfil de pobreza multidimensional desse tipo de domicílio é marcadamente diferente dos demais, o que se deve ao fato dessa estrutura domiciliar ser composta, em grande parte, por idosos e adultos entre 45 e 64 anos.

A decomposição por grupos de idade do(a) chefe do domicílio, quando analisadas conjuntamente com o arranjo domiciliar, aponta para as semelhanças desses perfis de pobreza, reiterando a relevância das privações dos idosos para explicar os tipos de necessidades constatadas nos domicílios unipessoais. Dado o seu aumento na representação da população brasileira, somado à expressiva heterogeneidade do seu perfil de pobreza multidimensional em relação aos demais, as políticas governamentais devem levar em consideração as particularidades de necessidades vivenciadas pelos(as) idosos(as) que moram sozinhos. Especialmente importantes são as tendências a tendência de crescimento da participação dos idosos no mercado de trabalho brasileiro, já que seus níveis educacionais dificilmente serão incrementados (WAJNMAN; HERMETO, 2004), além das transferências governamentais, as quais se convertem em maiores possibilidades de garantia da independência do idoso (PAULO MAIRA ANDRADE WAJNMAN; HERMETO, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade inerente à natureza humana exige uma abordagem normativa generalista no exame avaliatório de fenômenos sociais, a qual deve levar em conta as diversidades internas e externas às pessoas, pois somente assim é possível analisar os diferentes fatores que influenciam o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Fatores como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuição na família podem influenciar o modo como os indivíduos extraem vantagens reais do uso da renda (SEN, 2000b). Uma pessoa idosa, exemplificando, necessita de cuidados de saúde maiores em relação às pessoas mais novas, mas elas se encontram incapacitadas de auferir rendas laborais adicionais para cobrir quaisquer custos emergenciais. Uma educação pública de qualidade, por outro lado, pode ser um fator determinante para diferenciar a produtividade de trabalhadores entre dois países. Dessa forma, qualquer exame do desenvolvimento humano deve levar em conta a intrínseca pluralidade da natureza humana, pois as vidas almejadas pelas pessoas tendem a variar substancialmente entre si (SEN, 1980).

Isso não significa que a renda não seja importante para a caracterização da pobreza, pelo contrário. Segundo Sen (2000b), é impossível desvincular o baixo nível de renda das inadequações nas capacidades, já que a renda é um meio central para a expansão das liberdades substantivas usufruídas pela população. Nesse sentido, a extensa difusão de estudos acadêmicos que analisam a pobreza sob uma ótica puramente monetária não é estranha, já que há excelentes argumentos para iniciar o exercício avaliatório da pobreza com base na distribuição de renda, no entanto, há argumentos igualmente fortes para não limitar a análise à ela (SEN, 1994). O Capítulo 2 demonstra a evolução do conceito de pobreza ao longo do tempo, o qual caminhou na direção de um entendimento pluralista sobre o tema. Explicitam-se os conceitos utilizados pela Abordagem das Capacitações para avaliar fenômenos sociais naturalmente multifacetados, como é o caso do Brasil, sendo esse o arcabouço teórico que fundamenta a análise desta dissertação, pois a teoria fornece um instrumental normativo para o estudo da pobreza sob uma perspectiva multidimensional.

O Brasil, enquanto um país de dimensões continentais, é caracterizado por diferentes aspectos ambientais, climatológicos, culturais e sociológicos. Desde a sua independência o país apresenta uma série de disparidades regionais, as quais ganharam força com o processo de urbanização extensiva do espaço geográfico a partir da década de 70. A evolução da pobreza, mesmo sob uma ótica puramente monetária, demonstra que essas desigualdades regionais persistem ao longo de diferentes décadas, reduzindo em alguns momentos e aumentando em outros, mas sempre mantendo um elevado patamar de desigualdade espacial, processo esse minuciosamente descrito no Capítulo 2. Com base em estudos acadêmicos e dados de instituições nacionais e internacionais, pode-se iden-

tificar um padrão de respostas da pobreza absoluta no Brasil às taxas de variação no PIB. Esse movimento persiste até o início dos anos 2000, momento em que os efeitos das distribuições de rendimentos na distribuição brasileira passaram a apresentar um maior peso relativo para a redução da pobreza. Embora o Brasil tenha vivenciado uma “Era Dourada” no combate à pobreza ao longo dos primeiros 14 anos do século XXI, observa-se uma estagnação da mesma desde o início da crise política em 2015.

São dois os fatores motivacionais que guiam a elaboração desta dissertação: *i*) a busca pela identificação da multitude de perfis de pobreza existentes no Brasil, levando-se em consideração toda a pluralidade de manifestações da mesma e as diversidades que caracterizam o país; e *ii*) suprir a ausência de estudos de pobreza multidimensional que utilizam o consumo no lugar da renda para caracterizar as privações, o que é um problema quando se leva em consideração que existem bons argumentos que favorecem o uso do consumo em detrimento da renda para o exame da qualidade de vida (DEATON; ZAIDI, 1999). Um trabalho empírico singular nessa direção é feito por Rodrigues (2014) com base nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) de 2002/2003 e 2008/2009. Uma continuação natural nos estudos empíricos, então, é a utilização da POF 2017/2018 para atualizar o trabalho de Rodrigues (2014), o que é feito nesta dissertação, optando-se por um maior aprofundamento nas diferentes possibilidades de privações existentes, o que é feito mediante a construção de um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ampliado. Além dos dois fatores motivacionais citados anteriormente, pode-se citar como um objetivo secundário desta dissertação a análise da mudança temporal dos perfis de pobreza entre a POF 2008/2009 e a POF 2017/2018.

Por consequência, busca-se contribuir com a literatura por meio da construção de um IPM para o Brasil, no sentido de que sua elaboração é feita pensando-se nas diferentes facetas da pobreza sob uma perspectiva de insuficiência de capacidades. O Capítulo 3 explicita o índice proposto, o qual é composto por 24 indicadores que estão divididos em sete dimensões importantes para caracterizar o desenvolvimento humano: condições habitacionais, acesso a serviços básicos, inclusão financeira, posse de ativos, educação, emprego e consumo. A escolha das dimensões, dos indicadores e dos cortes de privação no IPM encontram-se amparadas na literatura acadêmica, em definições legais por parte do governo brasileiro e em diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O método selecionado para a agregação das informações de todos esses indicadores sob uma unidade escalar que permita a comparação do desempenho entre diferentes subgrupos é a metodologia Alkire-Foster (ALKIRE; SANTOS, 2010), amplamente difundido na literatura, inclusive com aplicação oficial a nível internacional por parte do Programa das Nações Unidas (PNUD) (PNUD, 2010). Duas características dessa metodologia relevantes para a identificação de perfis de pobreza no Brasil são a decomposição por subgrupos

e discriminação dimensional. Através do primeiro é possível comparar o desempenho relativo de diferentes subgrupos, de forma que se pode identificar disparidades regionais, raciais ou de gênero. A segunda, por sua vez, permite que se possa identificar as heterogeneidades de privações observadas entre os diferentes subgrupos, de modo que se possa caracterizar as especificidades da pobreza para diferentes estratos brasileiros.

A análise descritiva dos resultados do IPM proposto revelam uma mudança temporal no perfil de pobreza multidimensional brasileiro. As melhorias acentuadas na dimensão de inclusão financeira são um reflexo da maior digitalização dos serviços, inclusive os governamentais. Em contrapartida as maiores contribuições relativas das dimensões de consumo e emprego refletem as características conjunturais de 2017/2018, período caracterizado por recessões econômicas decorrentes da crise instaurada no país em 2015. No entanto, as elevadas privações no indicador de consumo alimentar denotam a nova realidade da pobreza no Brasil, a qual é caracterizada por carências nutricionais por parte da população.

Revela-se uma persistência das disparidades regionais no país, com a região Nordeste contribuindo de maneira desproporcional com a pobreza brasileira, cerca de 42% do total de pobres no país. O perfil de pobreza nordestino, caracterizado por uma maior presença de não brancos, uma espacialização rural e maiores insuficiências educacionais, revela que políticas públicas que envolvam a expansão da educação pública para as regiões mais remotas dessa macrorregião têm um elevado potencial de contornar, simultaneamente, parte das disparidades regionais e raciais do país. As divergências observadas nas privações da região Norte denotam a importância de estudar a pobreza sob uma lógica multidimensional. As carências nessa macrorregião concentram-se expressivamente sobre as dimensões de condições habitacionais e acesso a serviços básicos, contrastando com as demais.

O aumento nas contribuições do Norte e do Nordeste do país para a proporção de pobres no Brasil entre 2008/2009 e 2017/2018 revelam que essas macrorregiões, que já são caracterizadas por um menor dinamismo econômico que o Sul e o Sudeste, revelam uma não adequação do orçamento fiscal e do orçamento de investimento das estatais do governo brasileiro no que tange ao seu objetivo de redução de disparidades regionais. Qualquer política pública a nível nacional que tenha como objetivo a redução das desigualdades no país, deve ser pautada por estratégias de desenvolvimento regionais que levem em consideração as especificidades dos contextos locais, pois as carências observadas são consideravelmente diferentes.

A estratificação dos resultados com base na raça e no gênero do(a) chefe do domicílio revela que existem diferentes associações entre privações e características pessoais. As mulheres apresentam menos privações em relação aos homens nas dimensões de condições habitacionais e acesso a serviços básicos, o que pode ser um reflexo dos papéis domésticos fundamentalmente desempenhados por mulheres. No entanto, esse subgrupo populaci-

onal apresenta um pior desempenho na dimensão de emprego, mesmo com os homens explicitando maiores insuficiências educacionais que as mulheres. É flagrante que existe uma desigualdade no mercado de trabalho brasileiro, o qual é caracterizado por menores rendimentos e jornadas de trabalho, além de maiores propensões e persistências no desemprego (ANTIGO; MACHADO, 2006; BORGES, 2022; MARQUES; HERMETO, 2024).

Não é exagero afirmar que a pobreza no Brasil tem cor. Em todas macrorregiões do Brasil a parcela de pobres não brancos supera a de brancos, inclusive no Sul, cuja representação de não brancos na população total é de pouco mais de 25%. Tanto a incidência quanto a intensidade pobreza é maior sobre esse subgrupo, o que denota uma maior propensão à pobreza e um maior número de privações simultâneas experienciadas pelos pobres não brancos. Identifica-se uma maior associação de carências habitacionais, de acesso a serviços básicos, educacionais e de consumo com o fator racial, o que expressa a profundidade da multidimensionalidade de privações vivenciadas pelos não brancos no Brasil. Reforça-se, com esses resultados, a importância de políticas raciais no país como as cotas raciais para as universidades e para os concursos públicos, pois elas se configuram na expansão das capacidades dessa população, a qual é marcadamente mais limitada nas suas liberdades reais desfrutadas.

Buscando identificar o perfil ocupacional da pobreza multidimensional no Brasil é possível identificar a importância da ampliação do conceito de ruralidade para o estudo de fenômenos sociais espacialmente distribuídos. Os domicílios urbanos chefiados por pessoas ocupadas no setor agrícola se encontram em situações consideravelmente piores que seus homólogos urbanos. As maiores privações nas dimensões de educação e consumo, além das menores na dimensão de emprego, tanto para os estratos urbanos chefiados por chefes ocupados(as) no setor agrícola quanto os rurais, revelam que há uma baixa qualificação da mão de obra empregada no setor primário, a qual se traduz em menores remunerações, condicionando essa população à condição de insegurança alimentar. Deflagra-se as consequências da concentração fundiária no país, pois a população rural brasileira não consegue garantir produção suficiente para o autoconsumo, o que se deve à indisponibilidade de terras. Ressalta-se, em consequência, a importância de se alterar a estrutura de posse e do uso da terra no Brasil, sendo a reforma agrária uma possibilidade de se resolver a questão da pobreza agrícola no Brasil.

Embora o perfil médio de pobreza multidimensional no Brasil se concentre sobre domicílios nucleares, é necessário levar em consideração a participação crescente de domicílios unipessoais na população do Brasil. O fato de que o perfil de pobreza multidimensional desse segundo arranjo domiciliar é drasticamente divergentes dos demais, as futuras políticas públicas de combate à pobreza devem levar em consideração a presença de carências cada vez mais relevantes nas dimensões de emprego, posse de ativos e inclusão financeira. Pode-se entender a origem disso quando se observa que uma parte considerável desses

domicílios é composta por idosos que vivem individualmente, os quais se encontram impossibilitados de auferir mais renda via mercado de trabalho, o que explica a contribuição desproporcional da dimensão de emprego sobre a espécie de unidade doméstica unipessoal. Os futuros formuladores de políticas públicas devem estudar os determinantes que influenciam a decisão de um idoso entrar no mercado de trabalho ou não, além do impacto de transferências governamentais sobre a garantia de independência por parte do idoso Wajnman e Hermeto (2004), Pérez, Wajnman e Hermeto (2006).

A estratificação dos resultados e a decomposição das contribuições dimensionais revelam a amplitude da heterogeneidade de perfis de pobreza multidimensional no Brasil. Aponta-se a relevância de se examinar esse fenômeno sob uma ótica intrinsecamente pluralista, sem objetivos de estabelecer uma comparabilidade com os resultados de outros IPMs existentes na literatura. Caso o objetivo seja diferenciar ao máximo as facetas das privações existentes, levando-se em conta diversidades pessoais e ambientais, a utilização de um número de um indicador ampliado que possa ser decomposto e comparado se configura como uma ferramenta extremamente útil no exercício avaliatório da pobreza. No entanto, como qualquer exercício empírico desse tipo, os pesos adotados, as dimensões e indicadores selecionados e os cortes de privação escolhidos estão sujeitos a críticas. Ao se comparar o bem-estar e qualidade de vida de diferentes subgrupos com base em tantos indicadores, é inescapável que haja juízos avaliatórios em algumas decisões normativas. Definições alternativas podem ser utilizadas para os cortes de privação, enquanto a robustez de diferentes cortes de pobreza (k) podem ser testados. Até mesmo estratificações adicionais podem ser sugeridas, ou então uma reorganização dos indicadores em diferentes dimensões.

Extensões naturais que podem aprofundar as inferências realizadas com base nos resultados obtidos podem ser exemplificadas pela Análise de Correspondência Múltipla (AMC) e pelo emprego dos modelos econométricos específicos. A AMC representa um poderoso método descritivo que permite identificar as associações de diferentes privações com características sociodemográficas específicas. A sua representação gráfica auxilia na observação dessas inter-relações sem a necessidade de se realizar inúmeras estratificações. Modelos lineares generalizados como o *probit* e o *logit*, por sua vez, permitem a realização de inferências na margem, de modo que se possa identificar o impacto que determinadas heterogeneidades pessoais, ambientais e geográficas têm sobre a probabilidade do indivíduo ser identificado como multidimensionalmente pobre.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R. D.; CUNHA, M. S. D. Uma Análise da Pobreza sob o Enfoque Multidimensional no Paraná. *Revista de Economia*, v. 38, n. 3, dez. 2012.
- ALKIRE, S. Choosing dimensions: The capability approach and multidimensional poverty. Springer, p. 89–119, 2013.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476–487, ago. 2011. ISSN 00472727. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0047272710001660>>.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476–487, ago. 2011. ISSN 00472727. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0047272710001660>>.
- ALKIRE, S. et al. *Multidimensional poverty measurement and analysis*. First edition. New York, NY: Oxford University Press, 2015. OCLC: ocn898926547. ISBN 978-0-19-968949-1.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAM, U.; SUPPA, N. The Global Multidimensional Poverty Index (MPI): 2018 Revision. *OPHI MPI Methodological Notes*, Oxford Poverty and Human Development Initiative - OPHI, n. 46, set. 2018.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. *SSRN Electronic Journal*, 2010. ISSN 1556-5068. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=1815243>>.
- ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para belo horizonte. *Nova Economia*, Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, v. 16, n. 3, p. 375–406, set-dez 2006.
- BARROS, R.; FOX, M. L.; MENDONÇA, R. Female-Headed Households, Poverty, and the Welfare of Children in Urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press, v. 45, n. 2, p. 231–257, 1997.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. p. 36, 2006.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. In: *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. [S.l.]: Organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007. v. 2, p. 41–86.
- BARROS, R. P. de et al. Poverty, Inequality and Macroeconomic Instability. *Economia Aplicada*, Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, SP, v. 4, n. 4, p. 743–761, Outubro-Dezembro 2000.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Rio de Janeiro, RJ, n. 800, jun. 2001.

BECCARIA, L.; FERES, J. C.; SÁINZ, P. Poverty Measurement. Present Status of Concepts and Methods. In: *Poverty Statistics*. Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1997. p. 11–35.

BORGES, C. G. M. *Is the Brazilian Labour Market Regressing? An Empirical and Theoretical Analysis of the Unemployment between 2012 and 2021*. 89 p. Tese (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2022.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G. Conditional Cash Transfers, Schooling, and Child Labor: Micro-Simulating Brazil's Bolsa Escola Program. *The World Economic Review*, Oxford University Press, v. 17, n. 2, p. 229–254, maio 2003.

BRAMBILLA, M. A.; CUNHA, M. S. d. Pobreza Multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma Abordagem Espacial para os Municípios Brasileiros. *Nova Economia*, Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, n. 3, p. 869–898, 2021.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Características Regionais da Pobreza Rural no Brasil: Algumas Implicações para Políticas Públicas. In: *A nova cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional*. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2013. v. 17, p. 57–109.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Pobreza Rural: Pontos para Agenda de Políticas Públicas. In: *A nova cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional*. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2013. v. 17, p. 506–534.

CEPAL, N. U. Pobreza Multidimensional: uma Análise a partir do Índice Proposto pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). *Estudo Técnico*, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), Brasília, DF, n. 02/2015, 2015.

CEPAL, N. U. Panorama Social da América Latina 2020. *Resumo executivo*, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Santiago, Chile, 2021.

CEPAL, N. U. Panorama Social da América Latina e do Caribe 2022: A transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável. *Resumo executivo*, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Santiago, Chile, 2022.

CHEN, S.; RAVALLION, M. How Did the World's Poorest Fare in the 1990s? *Review of Income and Wealth*, International Association for Research in Income and Wealth, v. 47, n. 3, p. 283–300, set. 2001.

CIASCHI, M. et al. A Reversal in Shared Prosperity in Brazil: Brazil's Poverty and Inequality since the 2014-2016 Domestic Crisis. World Bank, Washington, DC, n. 1, jul. 2020.

- CODES, A. L. M. de. A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em Direção a uma Visão Complexa. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 1332, abr. 2008.
- COMIN, F. et al. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações. *Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional*, 2006.
- COSTA, G. O. T.; MACHADO, A. F.; AMARAL, P. V. Vulnerability to poverty in Brazilian municipalities in 2000 and 2010: A multidimensional approach. *Economía*, Elsevier, v. 19, n. 1, p. 132–148, jan. 2018.
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and Redistribution Components of Changes in Poverty Measures : A Decomposition with Applications to Brazil and India in the 1980s. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 38, n. 2, p. 275–295, abr. 1992.
- DEATON, A. *The analysis of household surveys: a microeconomic approach to development policy*. 2010. ed. Washington, DC: World Bank, 1997.
- DEATON, A. How to Monitor Poverty for the Millennium Development Goals. *Journal of Human Development*, v. 4, n. 3, p. 353–378, nov. 2003. ISSN 1464-9888, 1469-9516.
- DEATON, A.; ZAIDI, S. Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analysis. *LSMS Working Paper*, n. 135, maio 1999.
- DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. d.; ROSSI, P. *Austeridade e Retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. 1^a. ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert: [s.n.], 2018.
- FAHEL, M.; TELES, L. R. Measuring multidimensional poverty in the state of Minas Gerais, Brazil: looking beyond income. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 386–416, jun. 2018. ISSN 1982-3134, 0034-7612. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000300386&lng=en&tlng=en>.
- FERREIRA, F. H. G. et al. A Global Count of the Extreme Poor in 2012: Data Issues, Methodology and Initial Results. *The Journal of Economic Inequality*, Springer, Society for the Study of Economic Inequality, v. 14, n. 2, p. 141–172, jun. 2016.
- FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P.; NERI, M. C. A Robust Poverty Profile for Brazil Using Multiple Data Sources. *Revista Brasileira de Economia*, v. 57, n. 1, p. 59–92, mar. 2003.
- FERREIRA, F. H. G.; LITCHFIELD, J. A. Education or Inflation?: The Micro and Macroeconomics of the Brazilian Income Distribution during 1981–1995. *Cuadernos de Economía*, Santiago, Chile, v. 38, n. 114, p. 209–238, ago. 2001.
- FILHO, F. d. H. B. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51–60, 2017.
- FIRMINO, D. A.; TUPY, I. S.; HERMETO, A. M. C. d. O. O Benefício de Prestação Continuada e Cidadania Financeira. *Planejamento E Políticas Públicas*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 66, 2023.
- FISHLOW, A. Brazilian Size Distribution of Income. *American Economic Review*, American Economic Association, v. 62, n. 1/2, maio 1972.

- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761–766, 1984. Publisher: [Wiley, Econometric Society]. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1913475>>.
- FOSTER, J. E. et al. Ending Extreme Poverty and Sharing Prosperity: Progress and Policies. *Policy Research Note (PRNs)*, World Bank, Washington, DC, n. 101740, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/23604>>.
- FOX, M. L. Poverty Alleviation in Brazil, 1970-87. *Internal Discussion Paper*, Latin America and the Caribbean region, Washington, D.C., n. IDP-072, jul. 1990. World Bank Group.
- FOX, M. L.; MORLEY, S. A. Who Paid the Bill? Adjustment and Poverty in Brazil, 1980-95. *Policy Research Working Paper Series*, The World Bank, n. 648, abr. 1991.
- GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. The Impact of the Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Dropout Rates and Grade Promotion in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 97, n. 2, p. 505–517, mar. 2012.
- GOLGHER, A. Multidimensional Poverty in Urban Brazil: Income, Assets and Expenses. *International Journal of Social Economics*, Emerald Group Publishing Limited, v. 43, n. 1, p. 19–38, 2016.
- GRAZIANO, J. d. S. O que é questão agrária? p. 45, 1980.
- GRAZIANO, J. d. S. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 1997. 166 p. Coleção Pesquisas, 1.
- HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. *Handbook on Poverty and Inequality*. [S.l.]: The World Bank Group, 2009. (World Bank Publications - Books, 11985).
- HOFFMAN, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-90*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 2, p. 277–294, abril/junho 1995.
- HOFFMAN, R. Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 275, 1998.
- IBGE. *Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. 81 p.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*. [S.l.]: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018: Perfil das Despesas no Brasil, Indicadores de Qualidade de vida*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2021. 63 p.
- IBGE. *Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, Coordenação de Geografia, 2023. 81 p.
- JOLLIFFE, D. M. et al. Assessing the Impact of the 2017 PPPs on the International Poverty Line and Global Poverty. *Policy Research Working Paper Series*, World Bank, Washington, DC, n. 9941, fev. 2022.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 34, 2006.

KAKWANI, N.; NERI, M. C.; SON, H. H. S. Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience. *World Development*, Elsevier, v. 38, n. 6, p. 881–894, jun. 2010.

KAKWANI, N.; NERI, M. C.; VAZ, F. M. Growth and Shared Prosperity in Brazil. *FGV EPGE - Ensaios Econômicos*, FGV, dez. 2017.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is Pro-poor Growth? *Asian Development Review (ADR)*, World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, v. 18, n. 1, jan. 2000.

Lara Ibarra, G.; PAFFHAUSEN, A. L.; DUQUE, D. Estimating a Poverty Line for Brazil Based on the 2017/18 Household Budget Survey. *Policy Research Working Paper*, World Bank Group, Washington, DC, n. 9878, 2021.

MARCELINO, G. C.; CUNHA, M. S. d. Pobreza multidimensional no brasil: Evidências para as Áreas rurais e urbanas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), v. 62, n. 1, 2024.

MARQUES, M. M.; HERMETO, A. M. C. d. O. Assimetrias de gênero: Jornada de trabalho, rendimentos e a demanda por qualificação (brasil, 2012-2019). *Economia Ensaios*, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, v. 39, p. 26–52, abr. 2024.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, DF, n. 788, abr. 2001.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o Urbano no Mundo Contemporâneo? *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, SciELO Brasil, n. 111, p. 09–18, jul/dez 2006.

MONTE-MÓR, R. L. d. M. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. In: Max Limonad (Ed.). *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. 1 ed.* São Paulo: Rainer Randolph, Barbra Candice Southern (organizadores), 2011. p. 221–239.

MUSTO, M. (Ed.). *Karl Marx's Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy 150 Years Later*. [S.l.]: Routledge, 2008.

NEDER, H. D. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: *XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Brance, AC: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. A Pobreza Rural no Brasil: uma Abordagem de Mensuração Multidimensional. In: *A nova cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional*. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2013. v. 17, p. 461–504.

- NERI, M. C. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. In: *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. [S.l.]: Organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. v. 1, p. 129–161.
- NERI, M. C. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. *Comunicados do Ipea*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 155, set. 2012.
- NERI, M. C. Inclusão Financeira e Combate à Pobreza. FGV Social, Rio de Janeiro, RJ, p. 17, 2014.
- NERI, M. C. Poverty Reduction and Well-Being: Lula's Real. In: CASTRO, F. de; KOONINGS, K.; WIESEBRON, M. (Ed.). *Brazil Under the Workers' Party: Continuity and Change from Lula to Dilma*. Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 102–125.
- NERI, M. C. Mapa da Nova Pobreza. FGV Social, Rio de Janeiro, RJ, p. 40, jun. 2022.
- NERI, M. C.; CONSIDERA, M. C.; PINTO, A. Crescimento, Desigualdade e Pobreza: o Impacto da Estabilização. In: *Seminário sobre estudos do trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1996. (Série seminários nº 28/96).
- NERI, M. C.; HECKSHER, M. A Montanha-Russa da Pobreza. FGV Social, Rio de Janeiro, RJ, p. 15, jun. 2022.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C. d.; MONTE, S. d. R. S. *Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo*. Brasília, DF: Editora FGV, 2012. 311 p. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/19371>>.
- NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil Medidas pela PNAD/IBGE. FGV Social, Rio de Janeiro, RJ, p. 54, 2013.
- NOZICK, R. *Anarchy, state, and utopia*. [S.l.]: new york: Basic Books, 1974. v. 5038.
- NUSSBAUM, M. C. *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. [S.l.]: Harvard Press University, 2011.
- NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. *The Quality of life*. Oxford [England] : New York: Clarendon Press ; Oxford University Press, 1993. (WIDER studies in development economics). ISBN 978-0-19-828395-9 978-0-19-828797-1.
- OMS. *Household Fuel Combustion: WHO Guidelines for Indoor Air Quality*. [S.l.]: World Health Organization (WHO) Press, 2014.
- OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1253–1279, out. 2014. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000500009&lng=pt&tlng=pt>.
- PAULO MAIRA ANDRADE WAJNMAN, S.; HERMETO, A. M. C. d. O. A Relação entre Renda e Composição Domiciliar dos Idosos no Brasil: um Estudo sobre o Impacto do Recebimento do Benefício de Prestação Continuada. *Revista Brasileira de Estudos de*

População, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), v. 30, n. suppl., dez. 2013.

PNUD. *Human Development Report: Concept and Measurement of Human Development*. [S.l.: s.n.], 1990.

PNUD. *Human Development Report 1997: Human Development to Eradicate Poverty*. [S.l.: s.n.], 1997.

PNUD. *Human Development Report 1998: Consumption for Human Development*. [S.l.: s.n.], 1998.

PNUD. *Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development*. [S.l.]: United Nations Development Programme (UNDP), 2010.

PNUD, OPHI. *How to Build a National Multidimensional Poverty Index (MPI): Using the MPI to inform the SDGs*. Nova Iorque, Estados Unidos: United Nations Development Programme (UNDP) and Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford, 2019.

PÉREZ, E. R.; WAJNMAN, S.; HERMETO, A. M. C. d. O. Análise dos Determinantes da Participação no Mercado de Trabalho dos Idosos em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo, SP, v. 23, n. 2, p. 269–286, jul/dez 2006.

RAVALLION, M. *The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy*. [S.l.]: Oxford University Press, 2016. (OUP Catalogue, 9780190212773).

RAVALLION, M. On the Origins of the Idea of Ending Poverty. *NBER Working Papers*, National Bureau of Economic Research, n. 27808, set. 2020.

RAVALLION, M.; CHEN, S.; SANGRAULA, P. Dollar a Day Revisited. *The World Bank Economic Review*, Oxford University Press, v. 23, n. 2, p. 163–184, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40282299>>.

RAVALLION, M.; DATT, G.; van de Walle, D. Quantifying Absolute Poverty In The Developing World. *Review of Income and Wealth*, International Association for Research in Income and Wealth, v. 37, n. 4, p. 345–361, dez. 1991.

RAWLINGS, L. B.; RUBIO, G. M. Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs: Lessons from Latin America. *Policy Research Working Paper*, World Bank, Washington, DC, v. 97, n. 3119, mar. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/18119>>.

RAWLS, J. A theory of justice. In: *Ethics*. [S.l.]: Routledge, 2004. p. 229–234.

ROCHA, S. Incidência de Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80. *Texto para discussão interna*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 166, ago. 1986.

ROCHA, S. Governabilidade e Pobreza. O Desafio dos Números. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 368, fev. 1995.

- ROCHA, S. Poverty in Brazil in the Eighties. In: *Poverty Statistics*. Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1997. p. 271–280.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. 244 p.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil a evolução de longo prazo (1970-2011). In: *Transformando crise em oportunidade: como o Brasil fez na Grande Depressão (anos 30) e na Crise do Petróleo (1973/83)*. Rio de Janeiro, RJ: XXV Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE, 2013.
- RODRIGUES, C.; HELFAND, S.; LIMA, J. E. Novas Linhas de Pobreza para o Brasil: uma Análise a partir das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. *Economia Aplicada*, v. 22, n. 1, p. 5–36, mar. 2018.
- RODRIGUES, C.; HELFAND, S.; LIMA, J. E. Pobreza Multidimensional: Padrão de Comportamento Objetivo e Subjetivo no Brasil de 2003 a 2009, a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar. 2019.
- RODRIGUES, C. T. *Mudanças no Perfil de Pobreza no Brasil: uma Análise Multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009*. 236 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.
- ROWNTREE, S. In: BRADSHAW, J. (Ed.). *Poverty: A Study of Town Life*. London, New York: Macmillan and Co., 2000. p. 528.
- SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. *Neoliberalism versus Democracy, Brazil*. Londres, Reino Unido: Pluto Press, 2018. 257 p.
- SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, JSTOR, p. 219–231, 1976.
- SEN, A. Equality of what? In: *The Tanner lecture on human values*. Cambridge University: Cambridge University Press, 1980. v. 1, p. 197–220.
- SEN, A. Well-being, capability and public policy. *Giornale Degli Economisti e Annali di Economia*, July-September, 1994.
- SEN, A. Commodities and capabilities. *OUP Catalogue*, Oxford University Press, 1999.
- SEN, A. A Decade of Human Development. *Journal of Human Development*, v. 1, n. 1, p. 17–23, fev. 2000. ISSN 1464-9888, 1469-9516. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649880050008746>>.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia de bolso, 2010. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. et al. *The standard of living: lecture I, concepts and critiques*. [S.l.]: University Press, 1987.
- SERRA, A. S. *Pobreza Multidimensional no Brasil Rural e Urbano*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

SERRA, A. S.; YALONETZKY, G. I.; MAIA, A. G. Multidimensional Poverty in Brazil in the Early 21st Century: Evidence from the Demographic Census. *Social Indicators Research*, Springer, v. 154, n. 1, p. 79–114, fev. 2021.

SERRA, S. A.; MAIA, G. A.; YALONETZKY, G. Mensuração da pobreza multidimensional no Brasil: uma abordagem multidimensional. relatório final. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

SHORROCKS, A. F. The Class of Additively Decomposable Inequality Measures. *Econometrica*, [Wiley, Econometric Society], v. 48, n. 3, p. 613–625, 1980.

SILVA, J. J. D.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. D. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 1, p. 138–160, mar. 2020. ISSN 1809-4538, 0101-3157. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000100138&tlng=pt>.

SOUZA, L. E. P. F. et al. The Potential Impact of Austerity on Attainment of the Sustainable Development Goals in Brazil. *BMJ Global Health*, BMJ Specialist Journals, v. 4, n. 5, set. 2019.

SOUZA, P. H. G. F. A Pandemia de COVID-19 e a Desigualdade Racial de Renda. In: *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Organizadores :sandro pereira silva and carlos henrique corseuil and joana simões costa. [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2022. p. 473–482.

SOUZA, P. H. G. F. et al. Um País na Contramão: a Pobreza no Brasil nos Últimos dez anos. *Notas Técnicas*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 102, dez. 2022.

THEIL, H. *Economics and Information Theory*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1967. 488 p.

TOWNSEND, P. The Meaning of Poverty. *The British Journal of Sociology*, JSTOR, v. 13, n. 3, p. 210–227, 1962. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/587266>>.

TOWNSEND, P. *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*. University of California, Los Angeles, CA: Penguin Books, 1979. 1215 p. (Pelican books).

TOWNSEND, P. *The International Analysis of Poverty*: 1st edition. London: Routledge, 1993. 304 p.

VIEIRA, C. d. A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. MÉTODO ALKIRE-FOSTER: UMA APLICAÇÃO PARA A MEDIÇÃO DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (2000-2010). n. 48, p. 34, 2017.

VOLLMER, F.; ALKIRE, S. Consolidating and Improving the Assets Indicator in the Global Multidimensional Poverty Index. *World Development*, Elsevier, v. 158, n. 105997, out. 2022.

WAJNMAN, S.; HERMETO, A. M. C. d. O. Os Idosos no Mercado de Trabalho: Tendências e Consequências. In: (ORGANIZADORA), A. A. C. (Ed.). *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2004. cap. 14.

WORLD BANK. *World Development Report 1978*. Washington, DC: The World Bank Group, 1978. (World Development Report). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/5961>>.

WORLD BANK. *World Development Report 1990: Poverty*. New York, NY: Oxford University Press, 1990. (World Development Report). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/5961>>.

WORLD BANK. Brazil: A poverty assessment. Latin America and the Caribbean Department, Washington, D.C., n. 14323-BR, maio 1995.

WORLD BANK. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. New York, NY: Oxford University Press, 2001. (World Development Report). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/11856>>.

WORLD BANK. *Brazil Measuring Poverty Using Household Consumption*. [S.l.]: World Bank, 2007. (Technical report, 36358-BR).

WORLD BANK. *World Development Report 2010: Development and Climate Change*. Washington, DC: World Bank, 2010. (World Development Report). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/4387>>.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle*. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/30418>>.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2020: Correcting Course*. Washington, DC: World Bank, 2020.

WORLD BANK. *Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking Ahead of Two Crises*. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/37657>>.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/37739>>.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

APÊNDICE A

Tabela A.1 – Características gerais dos microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares; Brasil; 2008-2009 e 2017-2018

Indicador	2008/2009	2017/2018
Número de pessoas	190.159	178.431
Número de domicílios	55.970	57.920
Número de famílias	56.091	58.039
Número de famílias utilizadas no IPM	55.495	57.951
Data de referência da coleta	19/05/2008-18/05/2009	11/07/2017-09/07/2018
Data de referência para compilação	15 de janeiro de 2009	15 de janeiro de 2015
Número de pessoas urbanas	143.750	136.686
Número de pessoas rurais	46.409	41.745
Número de famílias urbanas	43.050	44.874
Número de famílias rurais	13.041	13.165
Número de homens	93.175	87.369
Número de mulheres	96.984	91.062
Número de brancos	76.084	68.596
Número de não brancos	113.452	109.373
Famílias chefiadas por homens	38.970	33.936
Famílias chefiadas por mulheres	17.121	24.103
Famílias chefiadas por brancos	23.139	22.337
Famílias chefiadas por não brancos	32.754	35.598
Número de famílias no Centro-Oeste	8.340	7.197
Número de famílias no Nordeste	19.270	19.183
Número de famílias no Norte	7.639	8.338
Número de famílias no Sudeste	14.111	14.953
Número de famílias no Sul	6.731	8.368
Pessoas sem informações de consumo	61.859	50.734
Famílias sem informações de consumo	1.806	2.045

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

¹ São consideradas como “brancas” as pessoas que responderam, no questionário, “amarela” ou “branca” na pergunta referente à cor ou raça do morador. Os “não brancos”, por sua vez, englobam as respostas “indígena”, “preta” ou “parda”.

APÊNDICE B

Tabela B.2 – Resultados da regressão linear referente à imputação de despesas com itens alimentares: y_i = gasto alimentar familiar; Brasil; POF 2017-2018

Variáveis	Coefficientes
Aluguel estimado	0,197*** (0,03)
Rendimento familiar per capita	0,033*** (0,01)
Homem	45,400*** (11,81)
Branco	83,389*** (13,71)
Idade	9,571*** (0,38)
Idade ao quadrado	-0,081*** (1,85)
Casal com filhos	0,000 ()
Casal sem filhos	-91,228*** (18,67)
Monoparental feminino	-68,598*** (18,17)
Monoparental masculinos	-119,413*** (32,86)
Unipessoal	-256,083*** (18,77)
Outros	-94,348*** (19,63)
Norte	0,000 ()
Nordeste	61,977** (19,77)

Continua na próxima página.

Variáveis	Coefficientes
Sudeste	-20,441 (23,92)
Sul	24,106 (24,42)
Centro-Oeste	54,645* (26,59)
urbano	49,841*** (13,93)
Constante	116,106** (43,49)

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

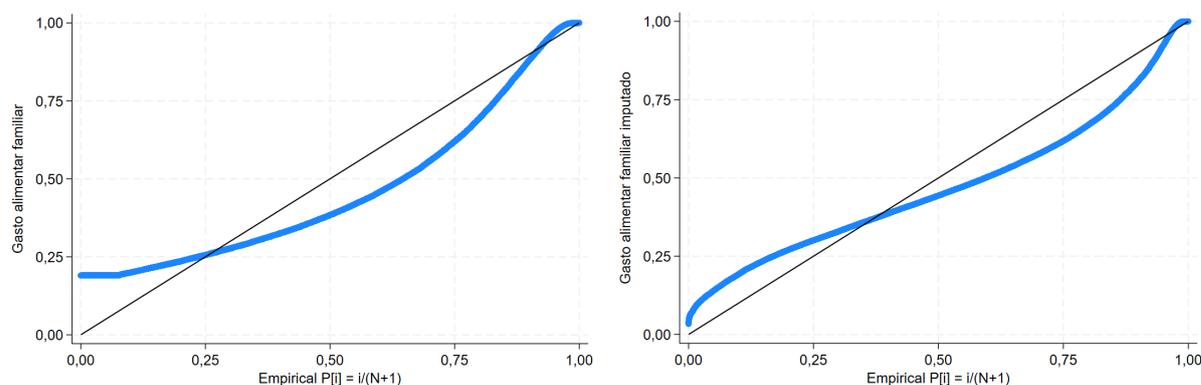
Nota: * $P < 0,05$, ** $P < 0,01$, *** $P < 0,001$.

Tabela B.3 – Despesa familiar média com itens alimentares (R\$) e número de pessoas nas amostras: valores com e sem a imputação; Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Variável	Amostra sem imputação		Amostra com imputação	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Gasto alimentar familiar médio	456,94	737,21	413,21	667,81
Número de pessoas na amostra	128.300	127.697	189.536	177.969

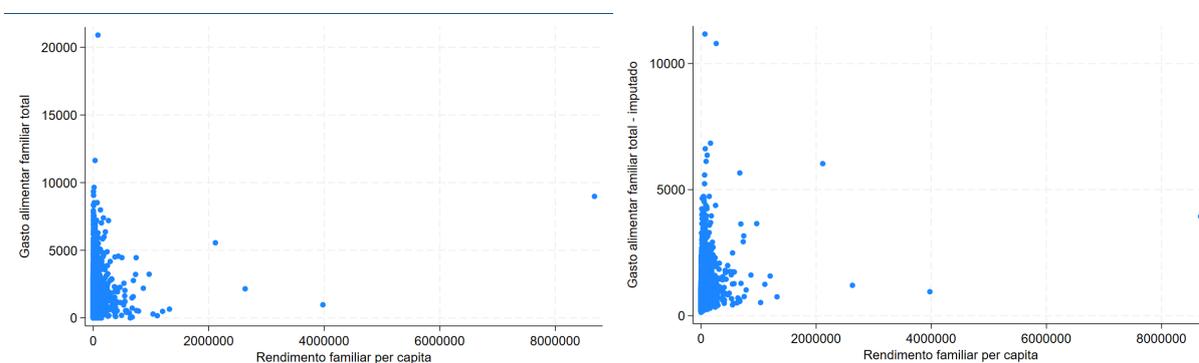
Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

Figura B.1 – Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar vs valor imputado para o gasto alimentar familiar, ambos padronizados; Brasil; POF 2017-2018



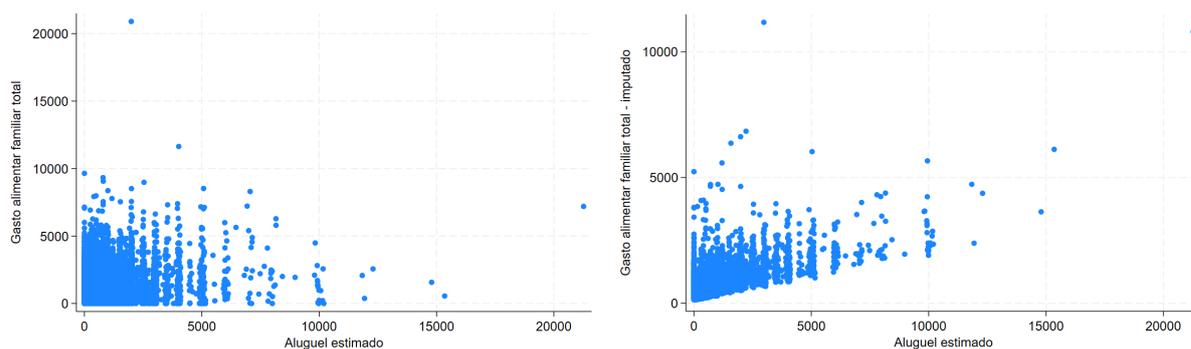
Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Figura B.2 – Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar observado/imputado e rendimento familiar per capita; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

Figura B.3 – Gráficos de probabilidade normal: gasto alimentar familiar observado/imputado e aluguel estimado; POF 2017-2018



Fonte: IBGE, POF 2017-2018. Elaboração própria.

APÊNDICE C

Tabela C.1 – Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,25$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM	H	A
2008/2009	0,290	0,733	0,395
2017/2018	0,205	0,559	0,367

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

Tabela C.2 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; $k = 0,25$ POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2008/2009	0,250	0,423	0,678	0,919	0,368	0,460
2017/2018	0,166	0,337	0,480	0,828	0,345	0,407

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.
Elaboração própria.

Tabela C.3 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,25$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Centro-Oeste	0,288	0,191	0,756	0,545	0,381	0,351
Nordeste	0,336	0,252	0,797	0,655	0,422	0,385
Norte	0,318	0,264	0,763	0,682	0,417	0,387
Sudeste	0,241	0,153	0,661	0,445	0,365	0,344
Sul	0,230	0,143	0,641	0,430	0,359	0,333

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.
Elaboração própria.

Tabela C.4 – Resultados gerais do IPM para o Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,35$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM	H	A
2008/2009	0,215	0,475	0,453
2017/2018	0,132	0,301	0,437

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018. Elaboração própria.

Tabela C.5 – Resultados gerais do IPM para o Brasil decomposto por situação do domicílio: M_0 , H e A ; $k = 0,35$ POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2008/2009	0,166	0,380	0,386	0,772	0,430	0,492
2017/2018	0,094	0,261	0,223	0,567	0,421	0,460

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.
Elaboração própria.

Tabela C.6 – Resultados gerais do IPM decomposto por macrorregiões do Brasil: M_0 , H e A ; $k = 0,35$; POF 2008-2009 e POF 2017-2018

Ano	IPM		H		A	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Centro-Oeste	0,206	0,112	0,474	0,267	0,435	0,419
Nordeste	0,273	0,180	0,579	0,403	0,471	0,447
Norte	0,249	0,187	0,525	0,412	0,474	0,454
Sudeste	0,157	0,083	0,368	0,198	0,427	0,419
Sul	0,145	0,070	0,344	0,171	0,422	0,409

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.
Elaboração própria.

Tabela C.7 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM do Brasil; POF 2008-2009 e POF 2017-2018; pesos iguais para todos indicadores

Dimensão	2008/2009	2017/2018
Condições habitacionais	0,104	0,131
Serviços básicos	0,127	0,134
Inclusão financeira	0,187	0,131
Ativos	0,177	0,171
Educação	0,149	0,124
Emprego	0,168	0,189
Consumo	0,089	0,119

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Tabela C.8 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por situação do domicílio; POF 2008-2009 e POF 2017-2018; pesos iguais para todos indicadores

Dimensão	Urbano		Rural	
	2008/2009	2017/2018	2008/2009	2017/2018
Condições habitacionais	0,068	0,089	0,089	0,113
Serviços básicos	0,053	0,059	0,150	0,155
Inclusão financeira	0,327	0,249	0,283	0,203
Ativos	0,147	0,145	0,124	0,118
Educação	0,112	0,092	0,114	0,098
Emprego	0,141	0,158	0,111	0,129
Consumo	0,151	0,208	0,130	0,184

Fonte: IBGE, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

Elaboração própria.

Tabela C.9 – Contribuição (%) de cada dimensão para o IPM de cada subgrupo populacional; decomposição por macrorregião; POF 2017-2018; pesos iguais para todos os domicílios

Dimensão	2017/2018				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Condições habitacionais	0,087	0,093	0,132	0,086	0,097
Serviços básicos	0,117	0,098	0,124	0,067	0,093
Inclusão financeira	0,261	0,223	0,184	0,267	0,255
Ativos	0,127	0,136	0,132	0,139	0,120
Educação	0,098	0,100	0,092	0,088	0,088
Emprego	0,142	0,148	0,124	0,158	0,168
Consumo	0,169	0,202	0,212	0,195	0,179

Fonte: IBGE, POF 2017-2018.

Elaboração própria.